

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

PAULA LARA LEITE

**Os elos e as contradições entre a normatização do patrimônio e o espaço
vivido no bairro Padre Faria em Ouro Preto (MG)**

Belo Horizonte
Setembro - 2021

PAULA LARA LEITE

**Os elos e as contradições entre a normatização do patrimônio e o espaço
vivido no bairro Padre Faria em Ouro Preto (MG)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de Concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território.

Linha de Pesquisa: Memória e Patrimônio Cultural

Orientador: Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
Setembro - 2021

FICHA CATALOGRÁFICA

L533e

Leite, Paula Lara.

Os elos e as contradições entre a normatização do patrimônio e o espaço vivido no bairro Padre Faria em Ouro Preto (MG) [manuscrito] /. - 2021.
204f. : il.

Orientador: Leandro Benedini Brusadin.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio cultural – Ouro Preto (MG) - Teses. 2. Patrimônio histórico – Ouro Preto (MG) - Teses. 3. Espaços públicos – Ouro Preto (MG) – Teses. 4. Espaço urbano – Ouro Preto (MG) – Teses. I. Brusadin, Leandro Benedini. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 350.85

Ficha catalográfica: Elaborada por Andreia Soares Viana – CRB 6/2650.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO(A) ALUNO(A) Paula Lara Leite da Silva nº de matrícula **2019712320** DO CURSO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Aos trinta dias, do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, por meio de videoconferência, reuniu-se a Comissão Examinadora de Dissertação para julgar o trabalho "Os elos e as contradições entre a normatização do patrimônio e o espaço vivido no bairro Padre Faria em Ouro Preto (MG)", requisito para a obtenção do grau de Mestre(a) na área interdisciplinar de concentração em "Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável". Abrindo a sessão, o(a) orientador(a) professor(a) doutor(a) Leandro Beneditini Brusadin, após expor as Normas Regulamentares do Trabalho Final pediu para o(a) aluno(a) iniciar a apresentação do trabalho. Seguiu-se arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Logo após a comissão reuniu-se, sem a presença do(a) mestrando(a) e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:

- Aprovação
 Aprovação com solicitação das revisões constantes nesta ata.
 Reprovação

O resultado final foi comunicado publicamente ao(à) candidato(a) pelo Presidente da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Universidade de Brasília (UNB)

Profa. Dra. Maria Luiza Almeida Cunha de Castro

Escola de Arquitetura/UFMG

Prof. Dr. Leandro Beneditini Brusadin - orientador

PPG-ACPS/UFMG

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2021.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo Batista da Costa, Usuário Externo**, em 23/11/2021, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Benedini Brusadin, Usuário Externo**, em 23/11/2021, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Penido de Rezende, Professor do Magistério Superior**, em 25/11/2021, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Luiza Almeida Cunha de Castro, Professora do Magistério Superior**, em 26/11/2021, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1097648** e o código CRC **18E728DE**.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin, que proporcionou a realização e conclusão dessa pesquisa por meio de sua orientação acurada, mas também pela constante demonstração de confiança ao trabalho que vinha sendo desenvolvido. Obrigada pelo encorajamento, pelo carinho e pelo conhecimento compartilhado.

Agradeço ao corpo docente do Mestrado do PPG-ACPS pelo diálogo acadêmico enriquecedor, ainda aos integrantes da diretoria e da secretaria, por todo o suporte necessário para que a pesquisa fosse realizada.

Sou grata aos professores que fizeram parte da banca de qualificação e de defesa, cujas contribuições foram fundamentais para essa pesquisa acadêmica.

Agradeço aos amigos, sempre dispostos a escutar as reclamações nos momentos de dificuldade e a tornar as coisas mais leves através dos momentos de descontração compartilhados.

Por fim, agradeço a Lígia, minha família, que me ensinou a prosseguir até o fim nos meus objetivos, exemplo de força, de perseverança e de carinho incondicional. Muito obrigada pela companhia, pela amizade e pelo apoio constante, que só se reforça apesar da distância.

Talvez se possa usar este texto como uma cidade, na qual se entra pelo caminho do culto, do popular ou do massivo. Dentro, tudo se mistura, cada capítulo remete aos outros, e então já não importa saber por qual acesso se entrou.

Néstor García Canclini

RESUMO

A patrimonialização das cidades coloniais brasileiras é parte de um processo histórico que envolve a arquitetura que se pretendia valorar diante da ação do tempo em dados espaços. Em vista disso, esta pesquisa de mestrado teve como intuito analisar o Padre Faria, bairro da cidade de Ouro Preto (MG), periferia da principal mancha de proteção, situado na extremidade do traçado do Caminho Tronco, diante das transformações decorrentes dos constantes processos urbanos inerentes a uma cidade habitada. A escolha do bairro se deu em razão da alteridade que o caracteriza atualmente, se comparado à imagem institucionalizada da cidade de Ouro Preto, diante da homogeneização da lógica patrimonial. Com esse intuito, no primeiro momento da pesquisa foi elaborada a contextualização espacial e temporal do bairro, a partir de revisão bibliográfica, demonstrando seu papel no cenário de formação da cidade, bem como seu posterior desenvolvimento. No segundo momento foi analisada a própria conformação atual do bairro, em relação direta com o núcleo central e com a lógica do colonial imposta à cidade, por meio de pesquisa *in loco*. Por fim, foram entrevistados os moradores do Padre Faria, considerando que eles são os principais responsáveis pelas feições específicas do bairro, através de seus imóveis, suas práticas cotidianas e apropriações do espaço público. A pesquisa busca demonstrar, a partir do entendimento do território de Ouro Preto com suas diversas camadas sobrepostas, que é necessário elaborar diretrizes de preservação mais condizentes com o núcleo urbano e, principalmente, com a sua população residente, tendo em vista as demandas da vida cotidiana.

Palavras-chave: Periferia do Centro Histórico; Colonial; Patrimonialização; Ouro Preto; Padre Faria.

ABSTRACT

The patrimonialization of Brazilian colonial cities is part of a historical process that involves the architecture that was intended to be valued against the action of time in given spaces. Considering this, this master's research aimed to analyze Padre Faria, a neighborhood in the city of Ouro Preto (MG), periphery of the main protection area, located at the end of the path of the Caminho Tronco, in view of the transformations resulting from the constant urban processes inherent to an inhabited city. The choice of the neighborhood was due to the alterity that currently characterizes it, when compared to the institutionalized image of the city of Ouro Preto, given the homogenization of the heritage logic. With this in mind, in the first moment of the research, the spatial and temporal contextualization of the neighborhood was elaborated, based on a bibliographic review, demonstrating its role in the city's formation scenario, as well as its subsequent development. In the second moment, the actual configuration of the neighborhood was analyzed, in direct relation with the central nucleus and with the logic of the colonial imposed on the city, through in loco research. Finally, the residents of Padre Faria were interviewed, considering that they are the main responsible for the specific features of the neighborhood, through their properties, their daily practices and appropriations of public space. From the understanding of the territory of Ouro Preto, with its various layers superimposed over the years, it is necessary to draw up preservation guidelines that are more consistent with the urban core and, especially, with its resident population in view of its everyday logic.

Keywords: Periphery of the Historic Center; Colonial; Patrimonialization; Ouro Preto; Padre Faria.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Detalhe de planta da cidade de Ouro Preto organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, presidente da Província em 1888. Em destaque a Igreja do Padre Faria e Igreja de Santa Efigênia, notam-se as ocupações concentradas principalmente na Rua Padre Faria, que leva a Capela de mesmo nome.....48
- Figura 2: Planta da cidade de Ouro Preto em data desconhecida. Em destaque a Igreja do Padre Faria a direita e Igreja de Santa Efigênia a esquerda, nota-se que as edificações estão concentradas principalmente na Rua Padre Faria, que leva a Capela conhecida pelo mesmo nome.....49
- Figura 3: Mapa do eixo longitudinal do Caminho Tronco onde se encontra o Padre Faria e do eixo transversal no qual ocorreu o adensamento e está localizada a porção principal do núcleo central, como a Praça Tiradentes.....50
- Figura 4: Mapa da consolidação e expansão do eixo transversal do Caminho Tronco, atualmente núcleo central da cidade de Ouro Preto.....51
- Figura 5: Planta de Zoneamento e Uso do Solo do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana feito pela Fundação João Pinheiro.....61
- Figura 6: Detalhe da Planta de Zoneamento e Uso do Solo do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana feito pela Fundação João Pinheiro. Em destaque o trecho referente ao bairro estudado, o Padre Faria.....62
- Figura 7: Planta de Macro-Setorização da Portaria nº 312, de 20 de outubro de 2010, que dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais e regulamenta as intervenções nessa área protegida em nível federal.65
- Figura 8: Zoneamento Urbano do Distrito Sede de Ouro Preto/MG.....66
- Figura 9: Detalhe do Zoneamento Urbano do Distrito Sede de Ouro Preto/MG, com destaque para o trecho do bairro Padre Faria.....67
- Figura 10: Planta do subsolo da edificação localizada na Rua Padre Faria nº 20.....150
- Figura 11: Planta do térreo da edificação localizada na Rua Padre Faria nº 20.....150
- Figura 12: Planta baixa do térreo da edificação localizada na Rua Padre Faria nº 170.....152

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Antigo Cartão Postal da Capela do Padre Faria, sem data.....	46
Foto 2: Fotografia da Capela do Padre Faria por volta de 1920, com frontão modificado.....	46
Foto 3: Vista do bairro Padre Faria, provavelmente entre os anos de 1920 e 1950. Nesse momento ainda é perceptível a predominância das construções ao longo do Caminho Tronco. Em destaque a Igreja do Padre Faria no canto esquerdo da foto.....	52
Foto 4: Vista da Igreja de Santa Efigênia, à esquerda a Rua Padre Faria com edificações ao longo do Caminho Tronco, à direita a ladeira de Santa Efigênia, sem data.....	53
Foto 5: Edificação construída em 1937, de acordo com inscrição na fachada, e inventariada pela Prefeitura Municipal. Localizada na Rua Padre Faria.....	107
Foto 6: Edificação localizada na Rua Padre Faria, no número 249.....	107
Foto 7: Edificação na Rua Padre Faria com determinadas características do estilo colonial, porém com presença de “inovações”.....	107
Foto 8: Edificação na Rua Santa Rita somente com alguns detalhes que remetem ao estilo colonial.....	107
Foto 9: Vista da Rua Padre Faria, em 04 de agosto de 1946, edificações ao longo da rua que conforma o Caminho Tronco.....	114
Foto 10: Vista da Rua Padre Faria, em julho de 2021.....	114
Foto 11: Vista do que foi considerado aqui o segundo trecho da Rua do Padre Faria, de ambos os lados estão imóveis protegidos por meio do inventário.....	115
Foto 12: Vista de imóvel na Rua do Padre Faria, número 135/141, sendo mais um que consta no inventário de proteção.....	115
Foto 13: Lote vago no trecho da Rua Padre Faria definido como terceira fração.....	116
Foto 14: Edificação de construção recente na terceira fração da Rua Padre Faria.....	116
Foto 15: Vista de moradores no adro da Capela do Padre Faria, conversando acomodados na base do cruzeiro.....	117
Foto 16: Vista de crianças nos equipamentos da Praça Agostinho Ferreira Guimarães, ao fundo ainda é possível observar a paisagem de ocupação dos morros do entorno.....	117
Foto 17: Vista do bairro Padre Faria pela Rua Rezende, ao fundo avista-se a Rua Padre Faria e Igreja de Santa Efigênia, sem data.....	119

Foto 18: Vista do bairro Padre Faria pela Rua Maciel, ao fundo avista-se a Igreja de Santa Efigênia, 2021.....	119
Foto 19: Vista da Rua Rezende, trecho que pode ser verificado na imagem do Acervo Luiz Fontana.....	119
Foto 20: Edificação na Rua Rezende que pode ser observada no registro histórico, apresentando ainda aspectos semelhantes como a sequência de esquadrias da fachada lateral.	119
Foto 21: Vista do Padre Faria pela Rua Maciel, final da mancha da ZPE, em 04 de agosto de 1946.....	125
Foto 22: Vista do Padre Faria pela Rua Maciel, em julho de 2021.....	125
Foto 23: Vista de mina de água que se localiza na lateral coberta de uma edificação colonial na Rua Santa Rita.....	127
Foto 24: Detalhe de uma mina de água que se localiza na lateral coberta de uma edificação colonial.....	127
Foto 25: Vista de umas das cafuas presentes na Rua Santa Rita.....	129
Foto 26: Vista das edificações verticalizadas na Rua Santa Rita.....	129
Foto 27: Escada apontada pelo Entrevistado D, onde eram celebradas as missas e no qual, a partir de seu relato, existia uma possível passagem.....	135
Foto 28: Vista do terreno na parte posterior da Capela, na Rua Nossa Senhora do Parto, onde teria morado o Padre Faria, de acordo com relato de moradores locais.....	135
Foto 29: Vista da fachada frontal da Capela do Padre Faria.....	144
Foto 30: Vista do largo em frente à Capela do Padre Faria.....	144
Foto 31: Fotografia do Chafariz do Alto da Cruz na Rua Padre Faria, sem data.....	145
Foto 32: Fotografia do Chafariz do Alto da Cruz na Rua Padre Faria em 2017.....	145
Foto 33: Fotografia de edificação no início da Rua Padre Faria em 1946, com presença de possíveis moradores na entrada.....	149
Foto 34: Vista do mesmo ponto em 2017. Nota-se que em ambas é possível avistar as torres da Igreja de Santa Efigênia ao fundo.....	149
Foto 35: Registro da edificação de número 170 de 1974.....	151
Foto 36: Edificação número 170 na Rua do Padre Faria em 2021.....	151

Foto 37: Edificação na Rua Desidério de Matos com meia parede revestida.....	153
Foto 38: Edificação na Rua Desidério de Matos, além das modificações nas fachadas observa-se acréscimo em trecho posterior.....	153
Foto 39: Edificação na Rua Padre Faria com elementos que buscam a adequação à estética colonial, como as esquadrias.....	153
Foto 40: Edificação na Rua Padre Faria com elementos que buscam a adequação à estética colonial, como as esquadrias.....	153
Foto 41: Edificação na Rua Nossa Senhora do Parto, apresentando diferentes modernizações.	154
Foto 42: Edificações na Rua Nossa Senhora do Parto, nota-se que somente alguns vãos de uma delas apresentam ligação com a estética colonial.....	154
Foto 43: Edificação na Rua Santa Rita, em que as novas janelas de madeira são empregadas para a intermediação com a imagem de Ouro Preto.....	154
Foto 44: Edificação informal na Rua Oito de Setembro em que elementos como a janela em guilhotina são inseridos.....	154
Foto 45: Edificação sem número na Rua Nossa Senhora do Parto, ao lado da Capela do Padre Faria, atualmente à venda, porém sem sucesso, de acordo com os moradores entrevistados.	165
Foto 46: Edificação de número 299 na Rua Desidério de Matos, já em estado avançado de arruinação, que vem sendo disputada entre vizinhos do bairro.....	165
Foto 47: Vista do largo logo após a Ponte do Padre Faria, onde o Entrevistado A indica ter feito um projeto recusado pelo IPHAN.....	172
Foto 48: Esquina entre as ruas Nossa Senhora do Parto e Padre Faria, onde mora a amiga da Entrevistada B, como relatado na entrevista.....	172
Foto 49: Vista do trecho do bairro Padre Faria considerado mais distante da imagem institucionalizada da cidade de Ouro Preto.....	174
Foto 50: Contraste entre a Casa de Cultura do Padre Faria, trecho à esquerda da foto, e o fundo considerado mais distante da imagem patrimonializada da cidade.....	174
Foto 51: Trecho do bairro Alto da Cruz, Rua Padre Viegas.....	175
Foto 52: Trecho do bairro Padre Faria, Rua de mesmo nome.....	175

Foto 53: Morador acomodado na base de pedra do cruzeiro da Capela do Padre Faria.....	179
Foto 54: Vista de moradores utilizando o adro da Capela do Padre Faria como local de permanência.....	179
Foto 55: Vista dos usos da Praça Agostinho Ferreira Guimarães, crianças nos brinquedos, pessoas na mureta que a limita.....	182
Foto 56: Vista dos usos na Praça Agostinho Ferreira Guimarães e em seu entorno imediato, crianças nos brinquedos, pessoas na mureta que a limita, ainda nos patamares de acesso a suas edificações.....	182
Foto 57: Moradores conversando nos passeios do bairro, nesse caso um deles se encontrava na janela de casa.....	184
Foto 58: Imagem de adolescente soltando pipa na Rua do Padre Faria, em frente ao Chafariz.....	184
Foto 59: Vista de cruz e terço na porta de entrada da edificação na Rua Santa Rita, no basculante ao lado da porta ainda estão dispostas imagens religiosas.....	185
Foto 60: Vista de cruz na porta de entrada da Casa de Cultura do Padre Faria, na rua de mesmo nome.....	185
Foto 61: Cruz da Ponte do Padre Faria ornamentada.....	186
Foto 62: Muro de umas das cafuas da Rua Santa Rita com garrafa constando a imagem de São José.....	186

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mancha que corresponde atualmente ao bairro Padre Faria, de acordo com o Memorial Descritivo dos bairros de Ouro Preto - MG (2020), disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto - PMOP. Elaboração: Paula Lara, 2021.....	18
Mapa 2: Área correspondente ao recorte espacial da dissertação (em vermelho), que corresponde à mancha de proteção mais restritiva do bairro. Elaboração: Paula Lara, 2021....	20
Mapa 3: Delimitação oficial dos bairros Padre Faria (em branco) e Alto da Cruz (em roxo), de acordo com Memorial Descritivo dos bairros de Ouro Preto - MG (2020) disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto.....	83
Mapa 4: Indicação das ruas que compõem a área de estudo, estando em branco a delimitação mais recente do bairro Padre Faria e em vermelho o recorte espacial, sendo este o trecho da Zona de Preservação Especial - ZPE.....	102
Mapa 5: Indicação das ruas que compõem a área de estudo com presença de imagens ilustrativas.....	104
Mapa 6: Identificação da Rua Padre Faria com imagem de cada trecho descrito anteriormente.	118
Mapa 7: Identificação e caracterização da Rua Rezende.....	121
Mapa 8: Identificação e caracterização da Rua Desidério de Matos.....	124
Mapa 9: Identificação e caracterização da Rua Maciel.....	126
Mapa 10: Identificação e caracterização da Rua Santa Rita.....	131
Mapa 11: Identificação e caracterização das ruas Oito de Setembro e Doze de Outubro.....	133
Mapa 12: Identificação e caracterização da Rua Nossa Senhora do Parto.....	136
Mapa 13: Identificação e caracterização da Rua Frederico Ozanan.....	138
Mapa 14: Edificações inventariadas pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto em 2009.....	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Síntese dos moradores entrevistados durante o trabalho de campo no bairro Padre Faria.....	161
--	-----

LISTA DE SIGLAS

APE - Área de Preservação Especial

FJP - Fundação João Pinheiro

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPAC - Inventário de Proteção do Acervo Cultural

PMOP - Prefeitura Municipal de Ouro Preto

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZPE - Zona de Preservação Especial

SUMÁRIO

Introdução.....	15
Capítulo 1. A contextualização espacial e temporal do bairro Padre Faria.....	27
1.1. O contexto de um lugar: história social e formação do bairro Padre Faria.....	36
1.2. A invisibilidade das margens: o Padre Faria na institucionalização do patrimônio de Ouro Preto.....	68
1.3. As contradições do estigma de periferia do centro histórico.....	81
Capítulo 2. Interrogando realidades urbanas: o bairro Padre Faria em mutação.....	97
2.1. A produção (aleatória) do espaço urbano do bairro Padre Faria.....	108
2.2. As particularidades dos aspectos construtivos em uma abordagem semiótica: variações e permanências.....	139
Capítulo 3. O Padre Faria na perspectiva de seus moradores.....	157
3.1. Os moradores.....	163
3.2. A relação dos moradores com o bairro e suas práticas cotidianas.....	176
Considerações finais.....	189
Referências Bibliográficas.....	194
Anexos.....	200

Introdução.

Como estudar os ardis com que a cidade tenta conciliar tudo que chega e prolifera e com que tenta conter a desordem?

Nestor Garcia Canclini

O interesse em elaborar um estudo a respeito do bairro Padre Faria surgiu em razão dos cinco anos morando em Ouro Preto/MG¹ e, a partir disso, de uma inquietação pessoal sobre determinada imagem da cidade que é amplamente divulgada, conhecida e assimilada. Acredita-se que essa imagem que se coloca como reflexo ideal de Ouro Preto vem sendo absorvida ao longo dos anos não somente por visitantes ou turistas, mas também por alguns pesquisadores do campo patrimonial, mesmo não sendo condizente com a realidade concreta que é usufruída em sua cotidianidade. Ao compreender essa imagem como algo construído e instituído a partir das políticas e práticas de proteção ao patrimônio cultural, capazes de selecionar na conformação existente edifícios representantes da cidade colonial, o desejo na pesquisa de mestrado foi de compreender as nuances da imagem da cidade, a partir das especificidades e complexidades de determinado trecho que a constitui.

Para isso considerou-se pertinente investigar um dos bairros mais distantes do núcleo central de maior visibilidade, com propósito de averiguar e entender em que medida e de que maneira se deram as transformações da imagem da cidade, analisando as permanências e rupturas em relação à concepção instituída. No primeiro momento de proposição da pesquisa foi escolhido um trecho que compreendia o bairro Antônio Dias e o Padre Faria, ambos pertencentes ao Caminho Tronco, trecho principal de ocupação da cidade, reconhecido e sistematizado por Sylvio de Vasconcellos (2011). A escolha do trecho havia se dado em razão da proximidade e vinculação ao centro consolidado, seu pertencimento aos primeiros arraiais, que posteriormente constituíram a cidade de Ouro Preto e, ainda, por ser possível verificar nesse território a gradual dissolução da imagem da cidade.

Quanto às características desses dois bairros inicialmente propostos para a pesquisa, eles são contíguos, de ocupação inicial bem similar e próximos ao eixo transversal² que acabou se

1 Para graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP.

2 Considerando ainda o traçado de Sylvio de Vasconcellos (2011).

tornando o núcleo principal da cidade. Porém, apesar de determinadas similaridades entre as duas unidades socioespaciais, os bairros apresentam características específicas bem diferenciadas e complexas, incluindo suas composições imagéticas, o que dificultaria a pesquisa considerando o prazo para conclusão da dissertação de mestrado. Sendo assim, optou-se por trabalhar somente com o Padre Faria, bairro mais distante do núcleo central, que se encontra na periferia do núcleo histórico e, em razão desses e de outros fatores, apresenta maior diferenciação em relação a imagem criada para representar a cidade, abarcando características destoantes daquelas representativas do estilo colonial de Ouro Preto.

Após a escolha do bairro a ser estudado, ainda foi feito mais um refinamento do recorte espacial considerando os objetivos específicos da pesquisa, sendo analisado de forma pormenorizada o trecho do bairro que se encontra inserido na principal zona de proteção especial da cidade, assim, no trecho com diretrizes mais restritivas quanto ao uso e a ocupação do solo. O recorte espacial abarca, então, a Área de Preservação Especial - APE e a Zona de Proteção Especial - ZPE, referentes, respectivamente, a área de proteção pela Portaria nº 312, de 20 de outubro de 2010, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a zona de proteção pela Lei Complementar nº 93, de 20 de janeiro de 2011, da Prefeitura Municipal de Ouro Preto - PMOP.

O recorte espacial de determinado trecho específico do bairro foi fundamental para a pesquisa em diferentes aspectos. Um dos motivos que justificam o recorte é a imprecisão que se estabelece em relação a definição oficial do perímetro do bairro, já que nem sempre ela é condizente com o entendimento dos moradores locais ou até mesmo das instituições que nele atuam, na medida em que esse limite foi sendo modificado ao longo dos anos. Na reconstrução histórica e espacial do bairro é possível observar que no princípio o Arraial do Padre Faria compreendia todo o trecho localizado na porção leste do Caminho Tronco, próximo ainda aos morros Piedade, Santana e São João. Já em momento posterior, nota-se o aparecimento do Santa Efigênia entre o Padre Faria e o Antônio Dias, que pode ser observado tanto no mapa do eixo longitudinal do Caminho Tronco elaborado por Sylvio de Vasconcellos (Figura 3), como ainda na Planta de Zoneamento e Uso do Solo do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana feito pela Fundação João Pinheiro (Figura 6), porém, trata-se de um bairro inexistente na delimitação oficial vigente dos bairros, constando o Alto da Cruz em trecho similar, mas não correspondente.

Ainda em relação à indefinição do bairro Padre Faria, foi possível observar ao longo da pesquisa de campo e da realização das entrevistas com os moradores locais que trechos fora

de seu perímetro oficial são considerados não somente como parte integrante do bairro mas também fundamentais para seus habitantes e para a vida cotidiana que ali se estabelece. Um exemplo é a continuidade da Rua Desidério de Matos que é considerada por muitos como parte do Padre Faria, abrigando inclusive um dos poucos espaços de lazer e permanência do bairro, mas que na delimitação oficial vigente diz respeito ao bairro denominado Caminho da Fábrica, demonstrando se tratar de uma definição que é pouco assimilada na cotidianidade do bairro. Da mesma forma, o trecho inicial da Rua Padre Faria se encontra no perímetro oficial do bairro Alto da Cruz, apesar de ser considerado por muitos como pertencente ao bairro de mesmo nome, como demonstrado ao longo das entrevistas realizadas com os moradores locais.

Quanto a delimitação oficial do bairro, no Memorial Descritivo dos bairros de Ouro Preto - MG (2020), disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto - PMOP, os limites do Padre Faria são descritos da seguinte forma:

PONTO INICIAL E PONTO FINAL: Entroncamento da Rua Desidério de Matos com a Rua Nossa Senhora do Parto (P01 Longitude: 657507.95m E e Latitude: 7744621.05 m S). Do ponto inicial segue em reta no sentido sudoeste até atingir proximidade com o fundo dos lotes da Rua Francisco Isaac (P02 Longitude: 657436.27 m E e Latitude: 7744588.21 m S). Segue pelo fundo dos lotes situados na Rua Francisco Isaac até coordenadas (P03 Longitude: 657364.90 m E e Latitude: 7744612.81 m S). Cruza-se a Rua Francisco Isaac pelo fundo dos lotes situados na mesma rua até atingir a escadaria "sem denominação" (P04 Longitude: 657330.62 m E e Latitude: 7744624.75 m S). Deste ponto segue pelo fundo dos lotes até atingir o eixo da Rua Francisco Isaac (P05 Longitude: 657275.03 m E e Latitude: 7744664.46 m S). Segue pelo eixo da Rua Francisco Isaac até atingir a Rua do Cruzeiro (EXCLUSIVE) (P06 Longitude: 657156.52 m E e Latitude: 7744700.04 m S). Segue em reta no sentido nordeste até atingir a Rua Desidério de Matos (P07 Longitude: 657183.96 m E e Latitude: 7744783.75 m S). Segue pelo fundo dos lotes situados na Rua Desidério de Matos até proximidade com o fundo dos lotes situados na Rua Santa (EXCLUSIVE) (P08 Longitude: 657131.53 m E e Latitude: 7745006.31 m S). Segue pelo fundo dos lotes situados na Rua Santa até atingir a Rua Conselheiro Quintiliano (P09 Longitude: 658013.79 m E e Latitude: 7744982.24 m S). Segue pela queda d'água até o ponto de coordenadas (P10 Longitude: 658032.22 m E e Latitude: 7744785.30 m S). Deste ponto segue pela base do morro no sentido oeste em direção à Rua Desidério de Matos (P11 Longitude: 657675.05 m E e Latitude: 7744759.23 m S). Deste ponto segue em aclive no sentido sudoeste e daí até o ponto final.

É possível observar esta delimitação oficial espacializada no Mapa 1, que se encontra a seguir.



Mapa 1: Mancha que corresponde atualmente ao bairro Padre Faria, de acordo com o Memorial Descritivo dos bairros de Ouro Preto - MG (2020), disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto - PMOP.

Elaboração: Paula Lara, 2021.

Além da imprecisão do perímetro oficial do Padre Faria, se considerados os relatos históricos, os depoimentos pessoais dos moradores e ainda a própria apreensão pessoal do bairro, há ainda o fato de se tratar de uma porção muito extensa para o estudo, tendo em vista o tempo disponível para a pesquisa de dissertação. Dessa maneira, optou-se pela escolha de um recorte espacial menor, que possibilitasse o trabalho de campo e a análise do território e de sua imagem, bem como que estivesse inserida nas mesmas prerrogativas, no que se refere a proteção do patrimônio cultural, do núcleo central. Em razão disso, foi definido como recorte espacial a mancha inserida no bairro correspondente a Área de Preservação Especial - APE e Zona de Proteção Especial - ZPE, reconhecida assim pelos grupos de poder que conceberam a imagem instituída da cidade de Ouro Preto como relevante no contexto local, sendo alvo das mesmas diretrizes de proteção que o restante do núcleo histórico consolidado.

Nesse caso, também considerou-se o trecho inicial da Rua Padre Faria, que se encontra atualmente inserido no perímetro do bairro Alto da Cruz, mas que, nos registros históricos, nas observações dos moradores locais, e ainda na própria documentação referente ao bairro, como o Inventário de Proteção elaborado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto, é referida como pertencente ao Padre Faria. Além dela, também foram incluídas a Rua Rezende, e trecho da Rua Maciel e da Rua Desidério de Matos, pelos mesmos motivos citados, considerando importante a inserção dessas áreas no estudo proposto. A partir disso, o recorte espacial delineado para a pesquisa está demonstrado a seguir (Mapa 2), sobreposto à delimitação mais recente e oficial do bairro Padre Faria.

Bairro Padre Faria



Mapa 2: Área correspondente ao recorte espacial da dissertação (em vermelho), que corresponde à mancha de proteção mais restritiva do bairro.
Elaboração: Paula Lara, 2021.

Já em relação a diferenciação mais expressiva do bairro se comparado a uma imagem idealizada da cidade de Ouro Preto, pode ter sido motivada, entre outros fatores, por sua localização específica, inicialmente nas extremidades do traçado original de Vila Rica e, atualmente, entre o núcleo central e as novas áreas ocupadas da cidade. Outro fator referente a sua localização é que trata-se de uma porção do território que não pode ser avistada a partir do “centro histórico”, assim, não interfere diretamente no núcleo urbano mais fiscalizado, como outros bairros de constituição mais recente, o que indicaria maior liberdade construtiva a partir da menor fiscalização do órgão regulador.

A distinção do bairro se comparado ao núcleo central também pode ter se estabelecido em decorrência do maior número de lotes vagos no momento de crescimento dos contornos da cidade, bem como do aspecto pouco sólido das primeiras edificações que lhe compuseram, como descrito ao longo da contextualização histórica do bairro. Em razão desses fatores, também vinculados a sua posição específica no traçado urbano de Ouro Preto, na periferia do núcleo histórico, acredita-se que o bairro foi se constituindo de edificações que versavam mais sobre as necessidades prementes de seus moradores do que propriamente com uma estética homogênea de conjunto definida por um grupo de poder.

Acredita-se que foi em razão desses e de outros diferentes fatores que o bairro Padre Faria se diferenciou, apesar de manter ao longo de seu território trechos que se aproximam da estética protegida. Assim, é possível notar atualmente em seu território tanto remanescentes do período colonial, valorados e protegidos a partir dos instrumentos de preservação vigentes na cidade, como novas edificações aprovadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, assim, seguindo a harmonia de conjunto proposta pela instituição. Porém, além dessas, ainda estão novos imóveis informais, sendo esses completamente destoantes da estética citada ou até mesmo com inovações derivadas do colonial, conforme as possibilidades de cada morador. Trata-se, então, de um território que pode ser considerado híbrido, se observado a partir da reflexividade característica da cidade de Ouro Preto.

Outro aspecto a ser considerado na pesquisa, resultado da diferenciação de determinados trechos que constituem a cidade, é que dentro da conformação de Ouro Preto cada bairro acaba ocupando um lugar hierárquico próprio, conforme sua adequação ou inadequação ao imaginário da cidade colonial. Como observado por Cordeiro (1997), a partir da institucionalização de uma imagem patrimonializada de cidade, acaba se estabelecendo uma diferenciação hierárquica entre os bairros que a constituem, já que somente alguns deles são

capazes de a representar, bem como a sua memória oficial e o seu imaginário. No caso da pesquisa, questiona-se esse poder simbólico capaz de estabelecer um lugar, ou um conjunto de lugares, como representantes de toda a cidade, apesar da expressiva complexidade presente em sua realidade concreta.

Nessa lógica, a proposta de análise do Padre Faria, que é frequentemente omitido da imagem divulgada da cidade, por contrastar daqueles bairros que aparentemente apresentam a história selecionada sedimentada em sua composição, pretende compreender uma realidade urbana já contaminada pelos múltiplos estereótipos da cidade dita colonial. Trata-se também de, a partir do que foi colocado, buscar como se estabelece a experiência de cidade do grupo de moradores que habita esse lugar imagetivamente formulado e por isso julgado, pois, se o bairro foi se estruturando fundamentalmente em razão da agência³ dos moradores locais, não seria possível compreendê-lo sem também dialogar com aqueles responsáveis, em grande medida, por sua imagem atual.

É importante frisar que o objetivo da pesquisa não é deslegitimar a imagem institucionalizada, se opor a prática patrimonial, ou buscar uma nova imagem que seja mais fiel a realidade da cidade de Ouro Preto, “mas sim permitir descobrir as formas urbanas que se vão inventando, criando, produzindo e sedimentando – resistindo e emergindo – independentemente das formas urbanas, materiais e institucionais” (CORDEIRO, 2010, p.115). Trata-se, portanto, de compreender como se estabeleceram e se estabelecem as unidades socioespaciais localizados na periferia do centro histórico de Ouro Preto, e as pessoas que nelas habitam e que as vivenciam em sua lógica cotidiana, assim, que são diretamente influenciados pela lógica patrimonial, mas que também se contrapõem em alguma medida a ela, em prol da realização de suas moradias.

É, então, em razão desses apontamentos e debates que surgem as principais problemáticas da pesquisa de dissertação, algumas primárias, em diálogo com o objetivo geral, outras secundárias, em diálogo com os objetivos específicos. É válido pontuar que ao longo de toda dissertação foram inseridas algumas outras indagações, não com o propósito de serem devidamente respondidas, mas para guiar os rumos e caminhos da pesquisa, que desde o princípio não pretendeu encontrar soluções para os problemas abordados, mas sim instigar reflexões.

³ Considerando a agência como a capacidade do sujeito intervir, de elaborar suas próprias escolhas e de impor estas escolhas a realidade concreta.

Dessa forma, as problemáticas da presente pesquisa giram em torno dos seguintes questionamentos:

- Dentro do contexto da cidade de Ouro Preto, como se caracteriza o bairro Padre Faria, frente a institucionalização de uma imagem específica?
- O bairro é estigmatizado por não se adequar devidamente a essa imagem da cidade?
- De que maneira e em que medida o cotidiano e as vivências locais dos moradores são influenciadas pela normatização do patrimônio?
- Qual o grau de agência dos moradores e de suas práticas cotidianas no espaço restrito do bairro? Como eles percebem e reformulam a imagem produzida da cidade e de seu próprio bairro?

Diante desses questionamentos, o primeiro capítulo da dissertação teve como intuito principal apresentar o bairro Padre Faria, contextualizando-o. Com base nos registros históricos encontrados a respeito do bairro, a primeira parte do capítulo descreve a sua formação, sendo este um aspecto fundamental para o entendimento de sua inserção na principal mancha de proteção, já que incluído no Caminho Tronco que deu origem a Vila Rica (VASCONCELLOS, 2011), especificando ainda sua localização inicial nas extremidades da Vila. Essa contextualização histórica está compreendida principalmente no tópico I do capítulo, que foi intitulado "O contexto de um lugar: história social e formação do bairro Padre Faria", sendo explicitada ainda as posteriores transformações do bairro ao longo de sua história, em decorrência dos processos de expansão urbana, esclarecendo, parcialmente, porque a área teve uma transformação tão expressiva em relação aos demais trechos da cidade, também constituintes do Caminho Tronco.

O tópico II do primeiro capítulo, intitulado "A invisibilidade das margens: o Padre Faria na institucionalização do patrimônio de Ouro Preto", por sua vez, já permeia a problemática da pesquisa referente a imagem formulada da cidade de Ouro Preto e o desejo de contrapô-la com a sua realidade concreta. Para isso, foi recapitulado parte dos processos de conformação, legitimação e institucionalização dessa imagem característica, descrevendo os agentes responsáveis pela sua formulação, esclarecendo o que sugere a pesquisa quando coloca a imagem institucionalizada de Ouro Preto, baseada no princípio de reflexividade descrito por Jeudy (2005). A partir da caracterização de uma imagem que comumente tipifica a cidade, é possível supor que o bairro Padre Faria escapa às prerrogativas de homogeneização do órgão de proteção, dessa forma, de caracterização da cidade, diferentemente de outros bairros do

núcleo central de Ouro Preto, em que as transformações ocorrem de maneira menos expressiva.

Após a contextualização histórica do bairro, bem como de construção de uma imagem da cidade, o tópico III, intitulado “As contradições do estigma de centro histórico do bairro Padre Faria”, pretende justamente localizar o bairro Padre Faria nesse contexto imagético da cidade de Ouro Preto, considerando o que coloca Cordeiro (1997), que determinados bairros são capazes de representar a cidade patrimonializada, enquanto outros são esquecidos e negligenciados em razão de sua heterogeneidade. Em contrapartida, as reflexões do tópico apontam que é justamente em razão da falta de regulação constante, muito mais expressivas nos bairros capazes de tipificar a cidade, que esses territórios às margens (DAS e POOLE, 2004) se estabelecem - ou melhor, são estabelecidos -, a partir da agência dos próprios moradores, de suas necessidades imediatas e das práticas cotidianas (CERTEAU, 2004) que pouco a pouco modelam o espaço.

Como pôde ser observado a partir da descrição do primeiro tópico do capítulo I, a ideia da dissertação foi a de adentrar diretamente no objeto de estudo, em diálogo profícuo com os autores que norteiam os debates sobre patrimonialização e cidade. Optou-se por dar início diretamente pelo bairro estudado considerando que o diálogo com os autores ou até mesmo com o restante da cidade de Ouro Preto poderia ser feito juntamente com a abordagem do bairro, estabelecendo uma relação direta entre eles. Dessa forma, como o primeiro capítulo da dissertação foi pensado com intuito de apresentar o bairro Padre Faria a partir de seu contexto histórico, o segundo capítulo foi construído para, de alguma maneira, abarcar sua atual realidade concreta e imagética.

Sendo assim, o segundo capítulo teve como princípio geral abordar o bairro na atualidade, demonstrando como ele se apresenta hoje, sempre elaborando um paralelo com a imagem formulada da cidade de Ouro Preto e as suas coexistências. Tratou-se de investigar e de compreender o processo de constituição híbrida do bairro, em razão de sua localização fronteiriça, entre o núcleo principal e os bairros estabelecidos a partir de processos de expansão urbana, o que proporciona tanto a articulação com as características imagéticas dos demais bairros centrais da cidade, como também a total ruptura. Nesse aspecto, o que foi caracterizado como híbrido no bairro pode ser identificado pelas edificações remanescentes de estilo colonial, aquelas construídas em conformidade com a padronização exigida pelos órgãos reguladores, aquelas informais que permanecem replicando a imagem característica da cidade, mesmo que de forma inovadora, e ainda aquelas completamente destoantes.

Ainda no segundo capítulo a pretensão foi trabalhar a partir de imagens e/ou fotografias do bairro, analisadas a partir das demais ponderações expressas no trabalho, ou seja, do princípio de reflexividade (JEUDY, 2005) formulado pelo órgão de proteção, por aqueles detentores do discurso capaz de definir o que representa ou não a cidade, frente ao hibridismo do bairro. Nessa medida, a partir do próprio conceito de hibridismo cultural (CANCLINI, 2015), que possibilita relativizar e complexificar os processos de reconhecimento e de legitimação de determinados bens culturais. Além disso, abrindo caminho para o que foi tratado no último capítulo, a análise do bairro também teve como fundamento a influência dos moradores nessa porção do território, buscando compreender em que medida o território e a sua imagem estão suscetíveis às intervenções diretas de seus moradores, até mesmo aquelas mais sutis, provenientes das constantes práticas cotidianas (CERTEAU, 1998) dos moradores sobre ele.

Já quanto ao terceiro capítulo da dissertação, a intenção foi a de abordar e dialogar diretamente com os moradores do bairro, por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas ao longo dos trabalhos de campo pelo Padre Faria. O contato com os moradores do bairro se tornou algo importante na pesquisa ao considerar que a imagem do Padre Faria vem sendo conformada, em grande medida, a partir da agência dos próprios moradores locais, que inserem nele suas construções informais, possibilitando sua própria moradia. Além disso, considerou-se que os moradores também podem ser alvo do estigma do não colonial, ao não se adequarem a um modo de ser ouro-pretano, refletido na forma como o bairro é visto em referência aos demais, utilizando a reflexão de estigma apresentado por (ELIAS, 2000).

No terceiro capítulo, a intenção foi também de descobrir em campo, a partir das narrativas e do entendimento das práticas cotidianas ali realizadas, o que é considerado evidente e coerente em relação à imagem da cidade e o que não o é. Dessa forma, acreditando que muitas vezes “a imagem é uma representação altamente simplificada das realidades sociais” (ELIAS, 2000, p.115), considerou-se fundamental a busca pela compreensão do bairro e dos processos agenciados pelos próprios moradores, capazes de exemplificar como eles mesmos enxergam o bairro e a imagem institucionalizada da cidade, bem como a relação direta que se estabelece entre essas duas concepções de cidade. Compreende-se, ainda, que somente a partir dos moradores é possível entender se o estigma do bairro é refletido nos próprios moradores e em sua relação com a cidade, e como eles mediam o poder instituído, dado que é no espaço em que habitam que eles são capazes de apropriar-se do que foi estabelecido e recriar, em determinada medida, a partir de sua própria prática cotidiana.

É válido pontuar, ainda, a dificuldade imposta pela pandemia de COVID-19, primeiramente à pesquisa documental nos arquivos e, posteriormente, ao trabalho de campo. Apesar disso, optou-se nesta dissertação por manter a abordagem que contava com a participação dos moradores locais, porém, readequada a uma forma condizente de atuar em meio a restrições sanitárias. Assim, as entrevistas com os moradores do bairro foram reduzidas e realizadas somente nos espaços públicos, respeitando os protocolos estabelecidos no município estudado. Nesse caso, mesmo ocorrendo de maneira reformulada, o contato com os moradores do Padre Faria foi fundamental para a compreensão do bairro e de todas as demais ponderações teóricas abordadas ao longo da pesquisa. O intuito com tais ajustes metodológicos foi cumprir os prazos estipulados para a pesquisa de mestrado em razão do cronograma e dos compromissos assumidos com o PPG-ACPS | UFMG sem, no entanto, colocar em risco a qualidade do trabalho.

Capítulo 1.

A contextualização espacial e temporal do bairro Padre Faria



O primeiro capítulo da dissertação teve como objetivo principal apresentar ao leitor o bairro Padre Faria por meio de sua contextualização temporal e espacial no cenário da cidade de Ouro Preto (MG), ou melhor, de seu Distrito Sede. A utilização do termo cenário na frase anterior não ocorreu levemente, trata-se de uma das bases fundamentais da pesquisa considerar que a cidade de Ouro Preto não se caracteriza somente por sua realidade concreta, mas também, e, fundamentalmente, por determinada imagem formulada para lhe representar. Uma imagem que, do ponto de vista da pesquisa, tem um período específico de concepção e de ampla divulgação, a partir do momento em que ocorreu o reconhecimento e a proteção do núcleo histórico de Ouro Preto, e ainda de posterior fixação, chegando a caracterizar a cidade até o momento atual, apesar dos subsequentes anos de constantes transformações urbanas.

Posto isso, antes de dar início propriamente aos assuntos tratados no primeiro capítulo é importante apresentar a visão crítica que baseou o texto disposto nas próximas páginas. Trata-se de, em certa medida, explicitar quais foram os pressupostos teóricos e metodológicos utilizados na formulação desse primeiro capítulo, buscando com isso esclarecer as escolhas do percurso discursivo elaborado, bem como justificar algumas possíveis ausências. Ao considerar a cidade tratada na pesquisa e o grande arsenal de questões que ela suscita na área patrimonial, torna-se imprescindível frisar alguns caminhos traçados na dissertação, bem como as motivações que levaram a essas escolhas, que podem ser consideradas específicas desse trabalho.

Decerto a cidade de Ouro Preto vem sendo estudada por um número significativo de pesquisadores há um certo tempo, considerando sua importância no contexto histórico e patrimonial do país, bem como em razão da especificidade e relevância de seu acervo material singular. No campo patrimonial ainda se trata do local onde foram empreendidas as primeiras práticas de valorização e preservação do patrimônio cultural no Brasil, sendo até o momento atual uma referência em relação às medidas acertadas ou não nesse campo de atuação (CHUVA, 2009). É, então, frente a essa perspectiva que se coloca a importância de explicitar e evidenciar quais foram algumas escolhas de pesquisa para o escopo desse capítulo.

A primeira colocação é referente a estruturação do capítulo, já que, nesse caso, optou-se por dar início a contextualização histórica e espacial diretamente pelo bairro Padre Faria e não propriamente pela cidade de Ouro Preto. Apesar de partir sem desvios para a descrição da formação e do desenvolvimento do bairro, inevitavelmente são abordados diferentes aspectos

que dizem respeito à constituição do espaço urbano de Ouro Preto, uma vez que o bairro estudado lhe compõe, se caracterizando como um fragmento do todo que conforma a cidade. Como apontado anteriormente, a escolha se justifica na medida em que é sabido do extenso número de trabalhos produzidos sobre Ouro Preto e, principalmente, acerca do seu núcleo central - o que obviamente não sugere o esgotamento do tema -, assim, abordar de forma ampla a cidade para posteriormente alcançar o local que é objeto principal dessa pesquisa poderia configurar uma ousada e até mesmo pretenciosa digressão. Ademais, ir ao encontro direto com o bairro Padre Faria permite, em tese, aprofundar as especificidades deste recorte espacial, providencial para um trabalho em nível de mestrado.

Mesmo assim, a cidade de Ouro Preto e os bairros centrais que lhe constituem figuram constantemente nas análises do capítulo, sempre em relação ao Padre Faria, estando evidentes ao longo do texto alguns apontamentos a respeito do núcleo urbano no qual o bairro está inserido. De maneira teórica, considera-se que o bairro não constitui uma totalidade em si e que seu sentido se conforma sempre em relação ao restante do território no qual ele está inserido e em constante interação (CARLOS, 2017). É possível pontuar, então, que mesmo que tenha sido escolhido um local estratégico para a realização de uma observação pormenorizada, o objeto a ser investigado não deixa de ser a cidade, já que o bairro está compreendido enquanto parte de um todo (CORDEIRO, 1997), isto é, o Padre Faria e a cidade de Ouro Preto estabelecem uma relação mútua que contribui para as suas caracterizações.

Ainda sobre isso, vale ressaltar que mesmo em conjunto e conformando uma unidade, os bairros de uma cidade apresentam realidades contrastantes no contexto do núcleo urbano que integram. Ou seja, como colocado por Cordeiro (1997), cada bairro se constitui de um conjunto de características fundamentais díspares, tais como tamanho, localização, características topográficas, tipológicas, níveis de coesão social, práticas cotidianas e culturais, e, em decorrência disso, ganham diferentes níveis de importância na narrativa geral da cidade. Assim, mesmo que os bairros contribuam de forma conjunta para delinear o aspecto de uma cidade, eles apresentam uma série de especificidades que lhe caracterizam e que asseguram o seu papel no contexto geral.

Aproximando a discussão um pouco mais da problemática de pesquisa tratada aqui, são justamente essas características específicas de cada bairro, que determinam se eles se assemelham ou se diferem da imagem que é formulada para caracterizar as cidades que

compõem, principalmente no caso daquelas identificadas como “cidades históricas⁴”. Sendo assim, são as especificidades constitutivas de cada bairro que permitem a estruturação de semelhanças e diferenças com um ideal criado de cidade, fazendo-os ocupar um lugar específico na hierarquia do imaginário local (CORDEIRO, 1997). No caso específico de Ouro Preto e de sua imagem de cidade, reflexo da lógica patrimonial, são as especificidades de cada bairro que permitem caracterizá-los como preservados ou descaracterizados e, a partir disso, definir sua posição na hierarquia do imaginário local.

Nessa perspectiva, é como se somente determinados bairros fossem capazes de retratar fielmente a cidade patrimonializada, sendo eles aqueles dotados de características capazes de a tipificar, de acordo com a imagem que foi formulada e legitimada para representá-la (CORDEIRO, 1997). Em Ouro Preto, fazem parte desse conjunto privilegiado os bairros que ainda conservam os contornos da estética colonial, comportando edificações características preservadas, mesmo que tenham sido modificadas em prol da estética almejada (MOTTA, 1987). Trata-se de trechos do núcleo urbano capazes de refletir e simbolizar a cidade patrimônio da humanidade, pois retratam uma história, um imaginário e uma memória que interessaram e ainda interessam serem transmitidos, ou seja, lugares capazes de sintetizar um contexto específico, modulado ao longo do tempo por determinados atores da sociedade brasileira.

Em sentido contrário estão os demais bairros que por suas características específicas se distanciam, em graus variados, da imagem que foi formulada para identificar uma cidade homogênea em sentido histórico. No caso desses, eles costumam ser preteridos da narrativa da cidade, ou até mesmo das políticas públicas, quase como se se tratasse de uma inexistência. Em razão disso, a imagem que lhes constitui, e que não reflete aquela que foi formulada para a cidade, pode, em certa medida, ser modelada de forma mais espontânea, já que se estabelece mediante a ausência de reconhecimento e de visibilidade. Dessa forma, é possível considerar que na hierarquia do imaginário social de uma cidade histórica, os bairros considerados inaptos a representá-la estão mais suscetíveis a possíveis modificações, na medida em que já não abrigam em seu território o reflexo a ser preservado.

Para mais, ainda é possível indagar como se estabelecem nessa lógica aqueles bairros híbridos, ou seja, conformados por determinados trechos onde é possível reconhecer a imagem

4 Como evidenciado por Costa (2011, p.128), “o que se convencionou denominar de “cidade histórica””, já que todas as cidades devem ser consideradas históricas. Assim, trata-se daqueles lugares em que a paisagem urbana remete ao passado, contribuindo para a rememoração, muitas vezes a partir de uma (re)construção intencional e, por vezes, utilizadas para a atividade turística.

representativa da cidade e por outros entendidos como descaracterizados, no qual prevaleceu a urgência das necessidades habitacionais da população local. No caso específico de Ouro Preto, nota-se que muitas vezes aqueles capazes de representar a cidade e aqueles totalmente descaracterizados apresentam na narrativa local suas posições hierárquicas melhor estabelecidas, em comparação àqueles que se encontram na indefinição quanto à capacidade de refletir ou não a imagem da cidade. Dessa forma, pode-se considerar que alguns bairros são lembrados por sua interferência⁵ na paisagem local e outros, como o bairro Padre Faria, que não se distinguem completamente, são esquecidos justamente por se encontrarem na fronteira entre o típico e o descaracterizado⁶, escapando as principais reflexões sobre o núcleo urbano de Ouro Preto.

Refletindo a respeito da localização do bairro Padre Faria na configuração urbana da cidade para compreensão de suas especificidades, por muito tempo ele se estabeleceu como um dos extremos, estando no limite do Caminho Tronco definido por Sylvio de Vasconcellos (2011) e, assim, da principal área de preservação. Em decorrência disso, autores como Vieira (2006), por exemplo, já abordaram a região como os extremos da cidade, levando em consideração fundamentalmente o trecho de ocupação inicial e posteriormente de proteção. Porém, o que se observa é que, em razão dos processos de expansão urbana, a localização do bairro Padre Faria hoje não é exatamente essa, já que os extremos da cidade de Ouro Preto atualmente são outros (COSTA, 2011).

Diante disso, é possível considerar que o bairro Padre Faria se estabelece em uma posição peculiar no tecido urbano de Ouro Preto. O bairro se encontra no limite do trecho de ocupação inicial e da principal mancha de proteção ao patrimônio cultural, mas também às margens do perímetro privilegiado, apresentando porção ocupada pelo dinamismo proveniente dos processos de expansão, assim, em um espaço de transição entre os novos bairros conformados pelo crescimento da cidade e o “núcleo principal”⁷.

5 Os bairros de ocupação mais recente que se instalaram nos morros do entorno do núcleo central, como a Vila Aparecida, são alvo de trabalhos que abordam justamente a interferência direta na paisagem do núcleo central.

6 Localizado entre o bairro Antônio Dias, que ainda apresenta muito da imagem que aparentemente caracteriza a cidade de Ouro Preto, mas também de bairros provenientes da expansão e transformação urbana como o Taquaral.

7 No tópico seguinte, denominado “O contexto de um lugar: história social e formação do bairro”, será demonstrada de forma mais clara a posição específica do bairro em relação às zonas de proteção do órgão federal e municipal, ou seja, no zoneamento elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto - PMOP.

Posto isso, é importante frisar a relevância em ter em mente a situação urbana atual de Ouro Preto, que se estabelece a partir das transformações provenientes da dinâmica de crescimento, expansão e adensamento urbano, que resultaram tanto na conformação de novas áreas ocupadas externas a mancha protegida, como a modificação dos bairros existentes e de constituição colonial, em conformidade com o dinamismo dos novos processos de ocupação (COSTA, 2011). Porém, mesmo diante da concretude modificada da cidade de Ouro Preto, repleta de inovações provenientes dos novos e constantes processos de crescimento, estabelecidos das mais diversas formas e em diferentes épocas, nota-se que determinadas análises ainda são baseadas em uma conformação imagética da cidade muito mais condizente com os discursos e anseios preservacionistas.

Diante desses pressupostos conceituais, outro esclarecimento em relação ao material do primeiro capítulo, que também se aplica aos demais, é em relação ao recorte espacial estabelecido para a pesquisa no bairro, aspecto já pontuado brevemente no texto de introdução. O trecho do Padre Faria definido para a realização da pesquisa pormenorizada foi aquele que se encontra inserido na mancha de proteção mais restritiva, porção do bairro que pode ser considerada o núcleo de ocupação inicial, ou pelo menos aquele que constituiu, até os processos de expansão urbana, o núcleo mais consolidado, representado nas fontes iconográficas. Assim, trata-se da porção identificada e inserida nas prerrogativas de proteção dos órgãos atuantes na cidade, principalmente por apresentar alguns exemplares arquitetônicos significativos.

Foram vários os motivos que levaram ao estabelecimento de um recorte menor que o próprio bairro para a pesquisa, alguns deles já apontados anteriormente. No que se refere ao primeiro capítulo, considerou-se relevante abordar um trecho que apresentasse as mesmas prerrogativas do restante do núcleo de ocupação central, considerando que ele estava suscetível às mesmas medidas de proteção que os demais e mesmo assim apresentou modificações mais expressivas. Dessa forma, como o olhar para o Padre Faria ocorreu sempre em relação ao restante da cidade, considerou-se importante a possibilidade de estabelecer um paralelo com os demais núcleos inseridos nessa mesma mancha, assim com as mesmas diretrizes de preservação.

É ainda válido ressaltar que mesmo tendo sido estabelecido um determinado recorte espacial do bairro Padre Faria, a contextualização histórica abordou-o de forma geral. Em determinados períodos a reconstituição realmente está centrada no trecho escolhido, considerando que por muito tempo se tratou da principal área ocupada e consolidada do bairro. Porém, nos períodos

subsequentes de transformação mais expressiva, em razão dos processos de expansão urbana, foi fundamental explicitar e indicar a constituição de novas regiões do bairro, seja por meio da ocupação dos lotes vagos e adensamento urbano, ou mesmo dos processos de expansão.

Em relação aos documentos e autores que respaldaram as concepções explicitadas neste capítulo, no primeiro momento foram utilizadas fontes que abordam a cidade de Ouro Preto desde o momento de sua constituição, ou da formação dos primeiros arraiais em Minas Gerais, como Diogo de Vasconcellos (1904), Saint-Hilaire (1938) Cláudia Damasceno Fonseca (2011) Roberta Marx Delson, (1997) e Sylvio de Vasconcellos (1957, 1959 e 2011). Além disso, foram utilizados os documentos oficiais acerca de Ouro Preto, principalmente aqueles produzidos pelos próprios órgãos de proteção, demonstrando a partir deles, a posição do bairro Padre Faria no discurso daqueles que formularam as políticas patrimoniais, como o diagnóstico do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana⁸. Também foram utilizados autores mais recentes que trabalharam com a cidade de Ouro Preto em suas dissertações e teses, como Everaldo Batista da Costa (2011), Liliane de Castro Vieira (2006 e 2016), Marina Salgado (2010), Maria Cristina Rocha Simão (2016), Marcela Maciel Santana (2012) e Cláudio Rezende Ribeiro (2009).

No segundo tópico, por sua vez, foram utilizados autores que tratam diretamente da questão patrimonial, alguns com foco propriamente na cidade de Ouro Preto como Lia Motta (1987), outros que abordam de forma ampla a conformação dos conceitos e práticas de trabalho conduzidas no início da consolidação de uma ideia de patrimônio no Brasil, como Márcia Regina Romeiro Chuva (2012 e 2009), José Reginaldo Santos Gonçalves (1996 e 2015), Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1986) e outros. Válido ressaltar que, mesmo no caso daqueles autores que tratam a questão patrimonial no Brasil, a cidade de Ouro Preto sempre vislumbra no horizonte das formulações, considerando que se tratou de um laboratório para as políticas e práticas de proteção.

De qualquer maneira, nesse segundo tópico do capítulo a intenção principal foi refletir sobre a possível formulação de uma determinada imagem colonial da cidade de Ouro Preto, por um grupo de poder (BOURDIEU, 1989), legitimada ao ponto de parecer a própria reflexividade da cidade de Ouro Preto, utilizando o termo de Jeudy (2005). A hipótese é que não se trata de

⁸ Produzido pela Fundação João Pinheiro em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, e ainda a Prefeitura Municipal de Ouro Preto - PMOP. Nota-se que o documento compila a visão sobre o território de Ouro Preto dos principais órgãos de proteção e regulação urbana, concretizando por meio de mapas como cada trecho da cidade se inseria no contexto geral da cidade naquele momento, em 1973, mediante uma imagem da cidade colonial.

uma imagem real, baseada na concretude da cidade e no seu caráter inerentemente dinâmico, mas que foi eleita por representantes signatários do passado europeu como constituinte da nacionalidade brasileira, sistematizada e reproduzida amplamente até se tornar a “legítima” caracterização do lugar.

Finalizando o capítulo, no terceiro tópico foram utilizados alguns autores da antropologia urbana, que buscam a partir da imersão em determinados locais da cidade averiguar suas singularidades, bem como os reflexos dos contextos macros no micro, ou como a agência de pequenos grupos localizados tem capacidade de promover modificações em escala ampliada, como uma forma de expandir a visão sobre o núcleo urbano protegido e, ao mesmo tempo, refinar o olhar sobre as contradições e especificidades do bairro Padre Faria. Entre os autores utilizados estão Graça Índias Cordeiro (1997, 2010 e 2019), José Guilherme Cantor Magnani (2002 e 2012) e Michel Agier (2008, 2011 e 2015).

Além desses também foram abordados autores que trabalham com o conceito de margens, como o próprio Michel Agier (2008, 2011 e 2015), Veena Das e Deborah Poole (2004), na medida em explicitam as estruturas particulares de locais às margens, sujeitos e agentes de estruturas próprias de controle e gestão, assim de territórios onde as inovações irrompem. Para a compreensão tanto das análises da antropologia urbana como dos conceitos de margem também foi abordado de forma sucinta neste tópico alguns conceitos referentes à própria definição de bairro, buscando respaldar todas as análises do Padre Faria realizadas ao longo da pesquisa, para isso foram utilizados autores como Carlos (2017) e Noschis (1984).

No caso da antropologia urbana, como colocado por Magnani (2002), trata-se da realização de uma observação centrada em partes ou em fragmentos da cidade, elaborada a partir de um olhar *de perto e de dentro*, e não distanciada como costuma ocorrer nas análises urbanísticas tradicionais. Outro ponto fundamental se baseia na capacidade de apreensão do concreto vivido (AGIER, 2008), aberto à análise das formas inesperadas provenientes das criatividade das sociais desenvolvidas nas cidades, nesses ambientes propícios às inovações decorrentes das necessidades prementes da população local. Assim, a partir de um contexto local, o objetivo é traçar uma relação direta entre o trecho da cidade analisado e a unidade urbana no qual ele está inserido (CORDEIRO, 2010). Como explicitado pela própria autora:

O que a etnografia urbana tem procurado, ao longo daquilo que já se pode considerar a sua “pequena história” particular na construção de um tipo de conhecimento urbano, tem sido a *focalização* justa, a partir de dentro, não tão próxima que sobrevalorize o particularismo individual, reforçando esta visão atomizada da vida urbana (como se o indivíduo estivesse só), nem tão

longe que resulte num recorte demasiado abrangente onde a inserção do indivíduo em grupos e redes se perca, acabando por ficar desprovido de sentido e de inteligibilidade para o observador (CORDEIRO, 2010, p.113).

Apesar da explicitação dos autores de forma fragmentada nos respectivos tópicos que constituem o capítulo, os conceitos de parte significativa deles perpassa todo o capítulo, ou ainda, toda dissertação. Em exemplos, o modo de compreender a imagem da cidade e seu processo de produção está sempre respaldado nas ponderações de Henri-Pierre Jeudy em seu livro *Espelho das Cidades* (2005), bem como os processos de hibridização da cultura que afetam diretamente a lógica patrimonial, expressos na obra de Néstor García Canclini (2015). Ainda os conceitos que dizem respeito às práticas cotidianas expressos em Michel de Certeau (1998), e de cotidiano de Agnes Heller (1998), considerando que a cidade não é abordada aqui somente como um objeto passível de ser apreendido a distância e em sua totalidade, mas sim enquanto uma construção que é reflexo também das modificações sutis provenientes das práticas cotidianas de seus moradores, que de forma quase invisível modelam o espaço urbano que habitam.

Isto posto, o texto deste capítulo se estrutura da seguinte maneira, no primeiro tópico é retratado o bairro Padre Faria desde o momento de sua constituição inicial, ligada fundamentalmente a busca pelo ouro em Minas Gerais, passando pelo momento de constituição da cidade de Ouro Preto a partir do Caminho Tronco traçado por Sylvio de Vasconcellos em suas pesquisas, pertencente assim ao núcleo urbano central da cidade, até sua posterior transformação enquanto um bairro às margens. Trata-se de um período temporal abrangente, porém, confirmando novamente seu local de subalternidade, as informações sobre o bairro Padre Faria são escassas. Além disso, no período proposto é possível observar como o bairro apresenta o mesmo período de constituição de outros do Caminho Tronco, sendo até mesmo anterior a trechos de importância significativa atualmente, como a Praça Tiradentes, e que não foram marcados pelos mesmos traços de ocultamento e segregação.

O segundo tópico do capítulo trata de forma mais ampla da institucionalização do patrimônio cultural em Ouro Preto e, a partir disso, da formulação de uma imagem característica da cidade. Apesar de abordar de maneira geral a formulação da lógica institucional de proteção e, por meio dela, da criação de uma “típica Ouro Preto”, o tópico foi construído por meio de um diálogo constante com a noção de centro histórico em contraposição ao estigma das margens descaracterizadas. Além de possibilitar o vislumbre dos processos que levaram à institucionalização de uma imagem característica de Ouro Preto, o tópico também permite a

apreensão dos processos que influenciaram na composição urbana do bairro Padre Faria, tal qual se apresenta atualmente.

Por fim, o último tópico deste capítulo acirra ainda mais a questão colocada a respeito do estigma do centro histórico sobre os bairros às margens, retomando as transformações citadas no primeiro tópico que relata a formação do bairro Padre Faria. Trata-se então de, a partir do próprio reconhecimento do lugar e do apontamento da imagem pretendida da cidade, analisar os reflexos da estigmatização do bairro, tanto nos aspectos físicos de sua realidade concreta, ou seja, a maior liberdade nas insurgências da lógica informal em decorrência de determinada negligência em relação às regulações urbanísticas e patrimoniais, como na imagem formulada do bairro no contexto da cidade, enquanto um “lugar simbólico periférico”.

É possível antecipar que esse último tópico se estabelece como um encaminhamento para a posterior análise da imagem do bairro Padre Faria realizada no capítulo dois, que busca compreender em que medida ele se difere da imagem colonial que caracteriza a cidade de Ouro Preto. Em contrapartida, explicita também como as transformações, ou ditas descaracterizações, se assemelham à própria imagem colonial, se aproximando intencionalmente ou não de seus princípios básicos.

1.1. O contexto de um lugar: história social e formação do bairro Padre Faria

Para a devida compreensão das especificidades do Padre Faria, de como se deu o processo de ocupação territorial e os sucessivos processos de transformação em seu tecido urbano, com base nas edificações que lhe constituem, foi necessária a contextualização histórica do bairro. Esta pesquisa histórica foi elaborada a partir do levantamento e da interpretação de documentos que versam sobre o bairro ou sobre a cidade de Ouro Preto de uma forma geral, tendo em vista que os relatos a respeito especificamente desse trecho da cidade são poucos ou de difícil acesso, considerando que não foram identificados ao longo dessa pesquisa.

Ao mencionar a escassez de material encontrado sobre o bairro estudado, é válido refletir sobre algumas questões teóricas. Uma delas é que o documento histórico é produzido discursivamente e que não há neutralidade nas formulações sobre o passado, ou seja, “se vários acontecimentos foram lembrados e registrados, muitos perderam seus rastros, foram

esquecidos, ou deliberadamente apagados” (RAGO, 2001, p.10). Ou seja, ao pesquisar a respeito da cidade de Ouro Preto é fundamental considerar que os documentos sobre a cidade foram produzidos ao longo dos anos, observando quais narrativas se sobressaem ou se repetem e quais são as possíveis vozes que foram silenciadas.

Como aponta Jenkins (2001), uma análise histórica deve ter como entendimento base que não há como identificar ou selecionar uma única versão sobre determinado acontecimento, já que a respeito de cada um deles sempre existirá uma multiplicidade de interpretações, partindo de diferentes pontos de vista. Ainda de acordo com o mesmo autor, é também notório que os documentos e os registros têm uma significativa interação com as estruturas de poder, capazes de legitimar no grande arsenal de narrativas aquelas eleitas por eles e reproduzi-las como autênticas, enquanto as demais permanecem restritas a pequenos grupos.

Porquanto, os próprios arquivos se estabelecem por meio de uma construção agenciada e, por isso, a partir da hierarquização de informações, na medida em que são selecionados os dados inseridos ou não, de acordo com critérios específicos de escolha, organização, catalogação e arquivamento, legítimos, visto que é impossível a realização de um armazenamento total, porém, possibilitando a ênfase a determinadas informações em detrimento de outras (DERRIDA, 2001). Nessa medida, a contextualização histórica do Padre Faria levou em consideração também a existência de hiatos⁹ em comparação às demais porções da cidade, buscando compreender, em certa medida, a maneira pela qual o bairro foi produzido discursivamente.

Dando início a contextualização histórica, os registros documentais apontam que a ocupação do território no qual se encontra o bairro Padre Faria teve início por volta de 1698 (VASCONCELLOS, 2011), momento em que se constituíram os traços do arraial¹⁰ de mesmo nome, em decorrência dos acampamentos promovidos pela expedição dos paulistas no interior de Minas Gerais (SAINT-HILAIRE, 1938). O nome que identificou o arraial, em momento no qual ele ainda nem se encontrava consolidado, é uma referência direta ao Padre João de Faria Fialho, religioso que à época acompanhou as expedições pelo interior de Minas Gerais

9 Um exemplo que pode ser mencionado é em relação aos registros fotográficos do Padre Faria em relação aos demais bairros. No principal acervo imagético de Ouro Preto, o de Luiz Fontana, o álbum do bairro aparece com 13 fotos, em conjunto com o Alto da Cruz, enquanto os demais contam com: Antônio Dias 55 fotos, Rosário 90 fotos, Pilar 118 fotos, Centro 396 fotos e Cabeças 37 fotos. Também apresentam um número reduzido de registros Dores 5 fotos e Taquaral 1 foto.

10 O termo “arraial” pode designar tanto acampamentos precários quanto núcleos mineradores já consolidados (FONSECA, 2011). Algumas fontes (RIBEIRO, 1966) ainda indicam que a palavra em Portugal designa agrupamentos para comemorações religiosas, tendo no Brasil sido expressa para caracterizar os núcleos urbanos embrionários que originaram as vilas.

em busca de achados minerários. Com efeito, a denominação teria sido dada primeiramente ao ribeirão Padre Faria, “descoberto”¹¹ por Antônio Dias em 1700 (VASCONCELLOS, 1904), contrariando a data anteriormente citada, e então concedido ao religioso.

Apesar da imprecisão das datas, teria sido a partir desses eventos que um acampamento inicial se estabeleceu no entorno do ribeirão e, posteriormente, se consolidou, tornando-se o Arraial do Padre Faria (VASCONCELLOS, 1904). Nesse primeiro momento de constituição, tratava-se de um território com delimitações e fronteiras bem pouco precisas, ainda em vias de se constituir, “caracterizado por uma relativa e temporária indefinição” (FONSECA, 2011, p.54). De acordo com a mesma autora, a própria denominação, inicialmente para a identificação dos locais e que posteriormente se consolidava, ocorria concomitantemente à ocupação, já que eram definidos os territórios para parada e acampamento, bem como as palavras ou nomes que passariam a lhes designar.

De acordo com edição da Revista do Arquivo Público Mineiro do ano de 1901, o padre João de Faria Fialho teria nascido no século XVII, em São Sebastião, no estado de São Paulo, em uma conhecida família paulistana. Entre os seus parentes mais conhecidos estavam o seu irmão Antônio de Faria Sodré, o seu cunhado Antônio Gonçalves Vianna, e seu tio Miguel de Faria Sodré, sendo este último o possível fundador de Pitangui. De acordo com a mesma fonte, o religioso teria acompanhado a expedição de 1693/1694 às regiões do Alto Sapucahi e Rio Grande, comandada por Manoel de Borba Gato, com seu cunhado Antônio Gonçalves Vianna. A partir dessa expedição que ele teria se estabelecido às margens dos rios da serra de Ouro Preto, fazendo com que a região do Padre Faria recebesse o seu nome. Somente alguns anos mais tarde, em 1705, quando uma pequena ocupação já havia se consolidado no local em prol dos processos minerários, que ele teria sido enviado novamente ao local para servir como vigário, por iniciativa de D. Francisco de S. Jeronymo, então bispo do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (TOLEDO, 1901).

Ainda sobre a figura de Padre Faria, de acordo com as informações históricas encontradas no Inventário de Proteção do bairro elaborada pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto¹², antes de se juntar a expedição de Borba Gato o religioso cumpria sua missão como vigário de Taubaté, decidindo em 1694 se juntar a uma das bandeiras que partiam de São Paulo em busca do ouro encontrado na região dos Campos Gerais dos Cataguás. O intuito de sua atividade como

11 Fonseca (2011) já pontua que, nessa época, quando um pequeno agrupamento humano formava-se ao lado de um ribeirão aurífero era denominado, com frequência, de “descoberto” ou “descobrimento”.

12 O documento é disponibilizado pela Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto, a partir de solicitação.

bandeirante seria buscar recursos à paróquia então nascente de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba, que se encontrava a três léguas de Taubaté, onde atuava, e ao seu vigário (IPAC, 2009). Válido pontuar que na fonte anterior, a Revista do Arquivo Público Mineiro, Toledo (1901) também menciona que o Padre Faria teria sido um dos fundadores da Paróquia de Pindamonhangaba e de sua Igreja Matriz, o que leva a crer que o motivo para a empreitada foi realmente este.

No caso específico do Arraial do Padre Faria, como a ocupação ocorreu em decorrência da busca por metais preciosos e dos acampamentos conformados com esse intuito, às margens dos ribeirões para retirada do ouro de aluvião, pode-se dizer que a organização ocorreu, na medida do possível, em conformidade com as prerrogativas definidas na época para a exploração aurífera, assim, instalada a meia légua dos demais acampamentos fixados nas proximidades com o mesmo propósito. De acordo com Vasconcellos (1904, p.271) estavam “as minas de Ouro Preto separadas meia legoa das de Antônio Dias, e estas a meia legoa do Padre Faria”. Esta determinação, que acabou refletindo no processo de ocupação territorial, visava controlar os descobrimentos minerários, abundantes na época, impedindo que os mineradores reivindicassem um número incontável de novas descobertas (VIEIRA, 2016).

Nesse primeiro momento de ocupação, o processo de exploração minerária se dava principalmente por meio dos depósitos aluvionares dos leitos e das margens dos rios, prática comumente denominada de “catas” ou “minas de lavagem” (VIEIRA, 2016). A preferência pela exploração dos leitos dos rios e não dos filões das montanhas decorria da facilidade e da rapidez desse tipo de exploração, bem como da abundância dos metais na época¹³. Essa atividade acabou condicionando o próprio processo de conformação territorial, já que em razão da rapidez com que eram esgotados os depósitos, os exploradores logo migravam para novos leitos de rios, aparentemente mais promissores, algumas vezes antes mesmo que os córregos anteriores fossem completamente esgotados (FONSECA, 2011). Em determinados casos, acampamentos com condições de se tornarem arraiais consolidados acabavam sendo totalmente abandonados, dissipando o povoamento (DELSON, 1997).

Apesar do processo de abandono de alguns acampamentos, de acordo com Delson (1997), essas primeiras descobertas de ouro e pedras preciosas em Minas Gerais, a partir de 1660,

13 De acordo com Vieira (2016, p.38) este tipo de exploração ocorreu até o início do século XVIII, posteriormente, foram introduzidas mudanças utilizando técnicas mais complexas e a mão de obra do trabalho escravo africano, elas exigiam “a remoção de camadas superficiais de terra, retirada e trituração do minério, desvio de cursos d’água, construção de canais, lavagem e tratamento do material para a retirada do ouro, técnica conhecida como grupiaras”. A partir dela teria ocorrido a ocupação dos morros de Ouro Preto.

foram responsáveis pela constituição de uma quantidade considerável de pequenos campos de mineração, que iam se formando conforme a movimentação desses mineradores pelo território, já que andando em busca de melhores áreas para minerar, deixavam para trás áreas ocupadas de forma improvisada e precária. Ainda de acordo com a mesma fonte, com o tempo esses assentamentos inicialmente provisórios e até mesmo imprevistos, foram constituindo pouco a pouco os primeiros povoados permanentes, que se consolidaram realmente como arraiais a partir do momento em que os exploradores passaram a se dedicar a outras atividades que não demandavam deslocamentos constantes, como a criação de animais e o plantio.

Conformada a partir desses acampamentos, a origem de Vila Rica remonta então às descobertas de Antônio Dias, dos irmãos Camargo e do Padre João de Faria Fialho, responsáveis pelo povoamento dos principais arraiais que mais tarde iriam constituir a vila (VASCONCELLOS, 2011). Santos (1951) afirma que em 1711 alguns dos arraiais que se consolidaram já haviam se estabelecido e já contavam com nomenclaturas semelhantes às conhecidas atualmente, como é, então, o caso dos arraiais de Antônio Dias e Padre Faria. Em razão do processo citado, as ocupações para além do Padre Faria ocorreram em pontos separados do território, às vezes simultaneamente, mas de maneira espaçada.

Em relação aos aspectos sociais do arraial do Padre Faria nesses primeiros anos, poucos foram os dados encontrados, tendo destaque os conflitos com a população residente de outros arraiais próximos. De acordo com o histórico do Inventário de Proteção do bairro, mesmo que a localidade tenha se constituído e se desenvolvido em torno da exploração do ouro, enfrentou problemas decorrentes da proximidade com a Serra de Ouro Preto, região que com o tempo passou a concentrar os processos de exploração, após o esgotamento do ouro de aluvião, e, em decorrência disso, também a abrigar os principais conflitos sociais (IPAC, 2009).

No Inventário de Proteção consta que em 1720 os moradores dos bairros Padre Faria e Antônio Dias foram à Câmara relatar algumas atividades que vinham sendo praticadas na Serra de Ouro Preto e que lhes desagradavam, tais como a instalação de vendas sem a devida licença prévia, o comércio ambulante que era praticado por escravizados nas proximidades das lavras, o acolhimento pelos moradores da Serra de escravizados fugitivos, e ainda a comercialização de alimentos a essa mesma população nas citadas vendas irregulares. Os moradores dos arraiais abaixo da Serra acreditavam que todas essas atividades eram indevidas e que lhes afetavam de forma mais acentuada em razão da proximidade, devendo ser devidamente refreadas (IPAC, 2009).

Retomando os processos territoriais, as primeiras formas urbanas de Vila Rica se conformaram a partir da ligação desses diferentes arraiais constituídos em razão da busca de minerais, e dos caminhos traçados para possibilitar o acesso entre eles, comumente de forma longitudinal. Os caminhos, em alguns pontos já ocupados pelos comerciantes que atendiam as populações dos diferentes arraiais, foram transformados em ruas e esses trechos de ligação ocupados, caracterizando as vilas e cidades (ASSUMPÇÃO, 1989). Em Vila Rica do Ouro Preto¹⁴, a convergência dos diferentes arraiais dispostos espaçadamente no território passou a integrar o que foi denominado de Caminho Tronco, principal eixo de ligação do núcleo urbano e local onde estavam dispostas quase a totalidade das edificações existentes, inclusive as principais construções religiosas e institucionais (VASCONCELLOS, 2011).

No processo de formação de Minas Gerais, a transformação de arraiais em vilas não indicava somente um reflexo do crescimento e do desenvolvimento da povoação, a tal ponto que justificasse o título conferido pelas cartas régias, mas principalmente a percepção pela Coroa Portuguesa de que em determinada região era necessário instituir processos administrativos, de controle e de fiscalização (DELSON, 1979). O que ocorria é que a partir da elevação dos arraiais a condição de vila, eram encaminhados a localidade funcionários do governo, responsáveis pelos processos de ordenamento e de justiça. Em Vila Rica a Câmara Municipal¹⁵, criada logo após a ereção da vila¹⁶, era responsável por esse controle, se dedicando a cobrança dos impostos, estabelecendo diálogo e mediação entre a população local e a metrópole - informando a comunidade sobre suas novas deliberações -, e mantendo a ordem na vila (SALGADO, 2010), como pôde ser observado anteriormente quando descritos os problemas enfrentados pelos moradores do Padre Faria e Antônio Dias, que recorreram justamente a Câmara em busca de soluções, entre outras funções.

De acordo com Fonseca (2011, p.26), “ao longo do século XVIII e primeiras décadas do XIX, somente em algumas povoações foram instaladas câmaras, compostas por oficiais com atribuições judiciárias, administrativas, militares e fiscais”. Entre essas abrangentes competências da Câmara estavam algumas diretamente relacionadas à urbanização e ao ordenamento do espaço das vilas. A prerrogativa era que as novas edificações construídas em Vila Rica deveriam passar pelo governo municipal representado pelos oficiais da Câmara. A

14 Através da Carta Régia de 15 de dezembro de 1712 foi confirmada a criação da Vila Rica do Ouro Preto, a partir da junção dos arraiais do Ouro Preto e Antônio Dias, com termo de ereção datado de 1711 (VIEIRA, 2016).

15 Responsáveis por colocar em prática nos municípios os projetos do reino (SALGADO, 2010).

16 As reuniões tiveram início logo em 1711, ano em que a câmara recebeu uma porção de terra doada pela coroa (SALGADO, 2010).

autorização concedida para a construção era também uma forma de controle sobre as novas vias abertas e de manutenção do alinhamento naquelas existentes (SALGADO, 2010).

Os oficiais, como juizes ordinários e vereadores, também se responsabilizavam por conceder e aforar terras, bem como fiscalizar os processos de ocupação e embargar obras quando vissem necessidade, intervindo nos casos em que as edificações comprometessem ou conflitassem com imóveis vizinhos ou com as vias, por meio das Ordenações do Reino¹⁷ (SALGADO, 2010). De acordo Assumpção (1989, p.134), “deveriam ainda abrir e calçar as ruas, organizar a captação de água, construir monumentos e edifícios públicos, como chafarizes e pontes”. Como sugere a mesma autora, em razão dessas funções, pode-se dizer que eram os responsáveis pelas alterações nas feições da vila nesse momento.

Apesar disso, como as vilas se constituíram a partir de arraiais consolidados estes já apresentavam características próprias, sendo importante considerar que os novos processos de parcelamento do solo se instituíram em formas pré-existentes, como apontado por Salgado (2010). Assim, antes desse aparelho político administrativo de Vila Rica, caracterizado pela Câmara e seus oficiais, a distribuição das terras ocorria por meio:

[...] das datas, concedidas aos mineradores que construía seus acampamentos ao seu redor; do patrimônio das capelas, que doavam ou aforavam chãos no seu entorno; e sesmarias, que eram doadas pelo governador geral (SALGADO, 2010, p.56).

O que sugere também, como colocado pela autora, que o espaço urbano foi inicialmente modelado pelo Estado e pela Igreja e que, a partir do desenvolvimento e crescimento de Vila Rica, foi se tornando necessária a consolidação de bases normativas em prol de sua organização, objetivando principalmente a regulação das vias públicas e o alinhamento das ruas.

Nessa medida, essas vilas coloniais provenientes das antigas áreas de mineração, conformaram nesse momento um novo modelo de ocupação urbana através de seus processos de estruturação em vilas, dotadas de maneiras particulares de implementar as praças públicas, os templos religiosos, os edifícios institucionais tais como os palácios do governo, as construções civis, como os sobrados e as casas térreas. Além da estrutura física dessas novas vilas, vale apontar a constituição de uma organização social própria, hierarquizada e excludente (COSTA, 2011). De acordo com Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, em Ouro Preto a ocupação baseada na

17 As Ordenações e Leis do Reino de Portugal, instituídas em 1747, regulamentavam as características construtivas das edificações, algo próximo a um código de obras da época (VASCONCELLOS, 2011).

exploração do ouro alcançou no seu apogeu econômico, no período entre 1730 e 1765, uma população estimada em 25 mil habitantes, momento em que se consolidou como um centro urbano dada suas condições diferenciadas para o ideário de cidade daquele período (FJP, 1975).

É válido ressaltar que os primeiros imóveis construídos na vila apresentavam caráter transitório, em razão da rapidez em que se conformaram os primeiros povoamentos da região e da constante migração dos mineradores, dessa forma, as edificações eram em grande medida construções provisórias, até mesmo precárias, executadas de maneira rápida e econômica, somente como um abrigo que poderia ser abandonado caso fosse preciso (VASCONCELLOS, 2011). De acordo com o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, em Vila Rica a construção de edifícios mais sólidos e de caráter definitivo teria tido início somente no final da primeira década do século XVIII (FJP, 1975). Isso ocorria, pois, como apontado anteriormente, nos primeiros anos de garimpo do ouro os povoamentos estavam suscetíveis a mudanças frequentes de lugar, em busca de novas minas (ASSUMPÇÃO, 1989). Sendo assim, dessas primeiras construções pouco restou, principalmente em razão dos materiais e técnicas construtivas que foram empregadas.

Ainda em relação a isso, Vieira (2006) aponta que o desaparecimento completo de edificações construídas nesse período inicial de ocupação foi mais comum nos extremos de Ouro Preto - regiões caracterizadas pelo Padre Faria à leste e Cabeças à noroeste - já que se tratavam de áreas constituídas por habitações com aspecto mais precário, instáveis pelo material e técnica utilizada, e também com presença mais expressiva de lotes vagos passíveis de serem ocupados por novas construções, em contraposição ao centro que contou com a presença de edificações mais estáveis, construídas já em momentos posteriores. Diante do que é colocado por Vieira (2006) e pelo Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto (1975), é possível supor que em decorrência da localização extremada do arraial do Padre Faria, o processo de modificação em seu território já se expressava logo no início da constituição da Vila, também em razão do caráter de suas primeiras edificações, erigidas como abrigo aos mineradores, em contraposição a ocupação mais tardia de outros arraiais.

De acordo com Lott (2009), o crescimento e o desenvolvimento provenientes dos processos de exploração aurífera em Ouro Preto ocorreram de forma expressiva durante a primeira metade do século XVIII, possibilitando uma arrecadação considerável, bem como o desenvolvimento de atividades paralelas, como o plantio e a criação de animais para o abastecimento local. Nesse momento, principalmente entre as décadas de 1740 e 1750, foram construídos parte

dos exemplares arquitetônicos protegidos, como pontes e chafarizes, além da promoção de ampliações e melhorias nos templos religiosos existentes, viabilizadas pelo que vinha sendo arrecadado pela exploração do ouro. Ainda de acordo com a mesma fonte, o investimento no núcleo urbano proporcionado pelo que era arrecadado com o ouro, no entanto, não durou muito tempo, pois já na segunda metade desse mesmo século se estabeleceu o declínio da produção aurífera.

Quanto a população residente no bairro Padre Faria, em 1804, quando foi realizado um censo¹⁸ em Vila Rica, era composta por 286 homens e 331 mulheres, totalizando 617 habitantes, sendo que destes 458 eram livres e 159 escravizados. Em comparação ao restante do núcleo urbano, tratava-se do local menos populoso, já que nesse momento os habitantes dos morros eram contabilizados conjuntamente, em razão disso, apresentava população escravizada comparativamente menor às demais regiões. É ainda possível observar pelos números a prevalência das mulheres em relação aos homens, fato que ocorreu também no somatório da população da vila que apresentou 51,13% de mulheres e 48,87% de homens (IPAC, 2009).

A área apurada pelo Censo de 1804 era caracterizada por seis distritos, sendo eles Antônio Dias, Ouro Preto, Alto da Cruz, Padre Faria, Cabeças e ainda a população dos Morros, totalizando 8.990¹⁹ indivíduos. Desses núcleos urbanos, Ouro Preto e Antônio Dias eram os mais populosos, somando 50,77% da população de Vila Rica, local em que estavam concentradas as principais atividades administrativas e religiosas da vila. Já entre aqueles que apresentavam menor parcela populacional estavam os Morros, o Alto da Cruz e o Padre Faria, respectivamente com 14,56%, 11,87% e 6,98% da população. Contrariamente ao centro administrativo, nesses locais ainda prevaleciam as atividades tradicionais consideradas em decadência, tais como de fiscadores, mineradores e roceiros, abrigando a maior parcela de homens livres (VIEIRA, 2016).

O que esses dados demonstram sobre o bairro Padre Faria é que, nesse momento histórico, se tratava de uma região que perdia cada vez mais sua principal atividade produtiva, a busca pelo ouro, contando com a existência de poucas lavras ativas (IPAC, 2009). A partir disso é possível

18 Válido pontuar que o Primeiro Censo Geral do Império ocorreu somente em 1872, na época realizado com intuito de subsidiar as medidas de retomada do desenvolvimento econômico, abalado pelo período da Guerra do Paraguai e pelas transformações sociais provenientes do processo abolicionista. Antes desse primeiro Censo Geral as estatísticas eram levantadas por iniciativa das autoridades provinciais, que desejavam ter conhecimento a respeito da população residente no território sob sua jurisdição (LOTT, 2009).

19 Ouro Preto contava com 2871 habitantes, Cabelas com 1401, Antônio Dias com 1694, os Morros com 1289, Alto da Cruz com 1118 e Padre Faria com 617.

supor que sua população residente era composta por aqueles que outrora tinham a mineração como uma de suas principais atividades econômicas e que se viam muitas vezes impelidos a se deslocarem em busca de novas chances de vida, integrando os movimentos de emigração. Tratava-se, também, da população livre com baixo poder aquisitivo, que encontrava nos locais periféricos e esvaziados possibilidades de moradia.

De acordo com Vieira (2016), na época a contagem do Censo ficou a cargo dos Capitães de Distrito, que eram diretamente subordinados ao Capitão-Mor de Vila Rica. Para a realização do trabalho foram consideradas cada unidade física habitacional e seus moradores, que no total somaram 1.753 residências. Porém, esse número não representa a totalidade das edificações presentes no núcleo urbano nesse ano, já que foram desconsiderados aqueles imóveis que se encontravam desocupados, não integralizando nenhum outro dado, nem mesmo de habitações ociosas, o que poderia ter contribuído para as pesquisas futuras²⁰. De qualquer forma, os bairros mais habitados no Censo de 1804 foram justamente aqueles mais adensados, como citado anteriormente, Antônio Dias e Ouro Preto.

Retomando as ponderações sobre a composição territorial, nesse contexto de formação dos núcleos urbanos de Ouro Preto, já é consenso a importância que tiveram as edificações religiosas. A construção dos templos em pontos estratégicos do tecido urbano contribuiu para balizar a ocupação, incentivando o adensamento do entorno imediato através da implantação das edificações residenciais, constituindo os pontos de destaque da paisagem local (SALGADO, 2010). No caso do bairro Padre Faria, o templo religioso representativo desse processo é a Capela de Nossa Senhora do Rosário do Padre Faria, mais conhecida como Capela do Padre Faria, construída provavelmente em 1710 (VASCONCELLOS, 1904).

²⁰ De acordo com Vasconcellos (2011), em 1734 Vila Rica contava com 538 casas entre o Passa Dez e o Padre Faria.



Foto 1: Antigo Cartão Postal da Capela do Padre Faria, sem data.



Foto 2: Fotografia da Capela do Padre Faria por volta de 1920, com frontão modificado²¹.

Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional e Acervo Luiz Fontana do Instituto de Filosofia, Arte e Cultura – IFAC.

Como evidenciado por Salgado (2010), o núcleo urbano de Ouro Preto foi conformado através de uma ocupação longilínea, fruto dos antigos arraiais espaçados que foram se unificando com o tempo, com início no Passa Dez de Baixo e trecho final no Padre Faria, caracterizados como os pontos extremos do eixo do Caminho Tronco. O percurso, constituído por significativas ladeiras, é composto tanto em suas baixadas como nos cumes por edificações religiosas, como apontado anteriormente, e entre elas estão:

Primeiro a Igreja do Senhor Bom Jesus, no alto das Cabeças, depois desce-se para a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, sobe-se para a praça, posteriormente marcada com a implantação da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, desce-se para a Igreja Matriz de Antônio Dias, sobe-se para a Igreja de Santa Efigênia e desce-se para a Capela do Padre Faria (SALGADO, 2010, p.76).

Além dos templos religiosos, o percurso também conta com as edificações dispostas no alinhamento das vias, de ambos os lados, nesse momento presentes principalmente ao longo da via que caracteriza o Caminho Tronco. Essa predominância da ocupação ao longo do Caminho Tronco pode ser observada em diferentes registros iconográficos, alguns deles presentes ao longo do documento, como as plantas apresentadas a seguir, uma delas datada

21 Durante o tempo a edificação foi alvo de sucessivas obras de restauração, algumas realizadas já pelo próprio órgão de proteção. No final da década de 1940, o órgão promoveu a obra que substituiu o frontão caracterizado por curvas e contracurvas pelo triangular, por se tratar de uma intervenção do século XIX, um exemplo das modificações impostas em prol da manutenção/criação da imagem instituída.

de 1888 e a outra sem data conhecida, com destaque para o trecho que compreende o bairro Padre Faria²².

Nas plantas é possível observar que por volta de 1888 a massa edificada do bairro se apresenta no alinhamento das principais vias, de forma relativamente linear e ordenada, sendo raros os casos com afastamentos frontal ou lateral, sem a definição dos lotes e com muitos trechos vagos, principalmente nessa porção específica do território que, como já foi delineado ao longo da contextualização histórica, se tratava realmente de trecho extremado e com ocupação mais rarefeita.

Nota-se, ainda, um contraste acentuado entre os trechos que apresentam maior concentração de massa edificada e aqueles com predomínio de áreas livres. Nesse caso, as quadras mais densamente ocupadas concentram-se próximas a Igreja de Santa Efigênia, no início da Rua Padre Faria e da atual Rua Rezende, via perpendicular à primeira. Na rua que apresenta hoje o nome de Maciel, paralela à do Padre Faria em porção ao norte, também é possível observar um número significativo de edificações dispostas espaçadamente. No caso da Rua Padre Faria, que tem início a partir do largo da Igreja de Santa Efigênia até alcançar a capela de mesmo nome, as edificações vão se tornando cada vez mais escassas, com número reduzido nas proximidades do templo religioso. De forma geral, é possível contabilizar nesse trecho do mapa um número aproximado de 70 edificações presentes no território do bairro por volta de 1888 e, se comparado ao restante do mapa, relativamente menor que os demais trechos do núcleo urbano.

22 As duas plantas estão disponibilizadas integralmente no final do documento, nos anexos.

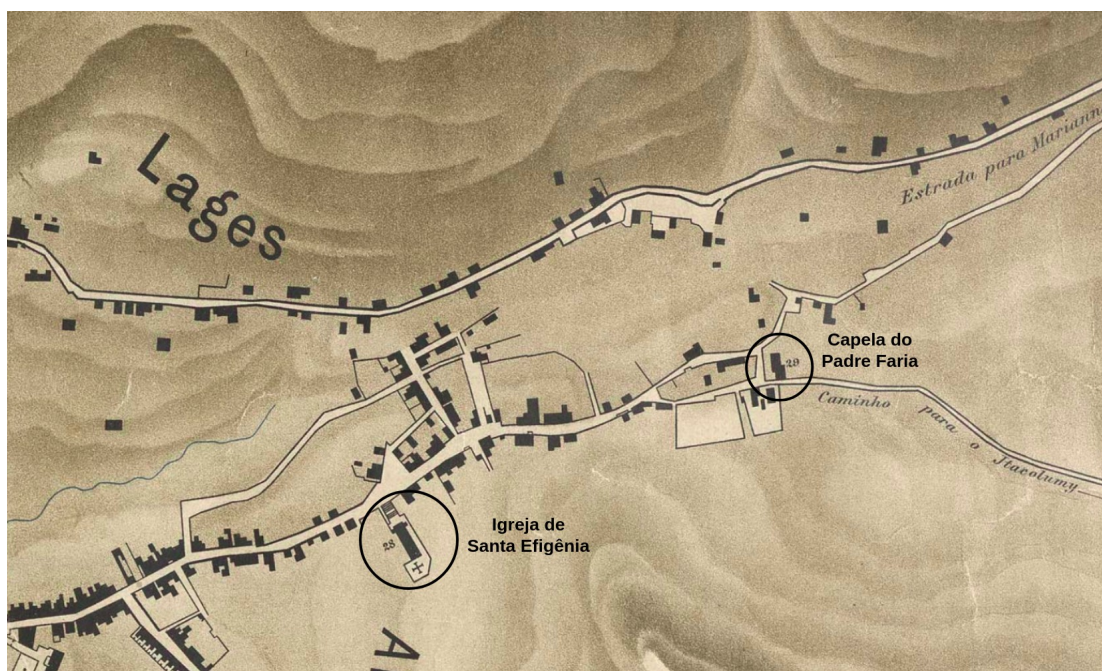


Figura 1: Detalhe de planta da cidade de Ouro Preto organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, presidente da Província em 1888. Em destaque a Igreja do Padre Faria e Igreja de Santa Efigênia, notam-se as ocupações concentradas principalmente na Rua Padre Faria, que leva a Capela de mesmo nome.

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

No segundo mapa já é possível observar porções menos expressivas de vazios urbanos, principalmente ao longo da Rua Padre Faria, nos locais mais próximos a capela, porém, pode se tratar somente de uma questão de proporção do mapa ou da maneira com que foram representadas as edificações, conformadas a partir de massas muito mais densas e menos definidas que as desenhadas no mapa anterior. De qualquer forma, já é possível observar a representação de uma nova via no bairro, se comparado ao anterior, tratando-se da Rua Desidério de Matos, porém ainda sem nenhuma ocupação indicada. Nesse caso não é possível estimar o número de edificações representadas no bairro, considerando que as massas edificadas não permitem definição exata da mancha específica de cada volume.

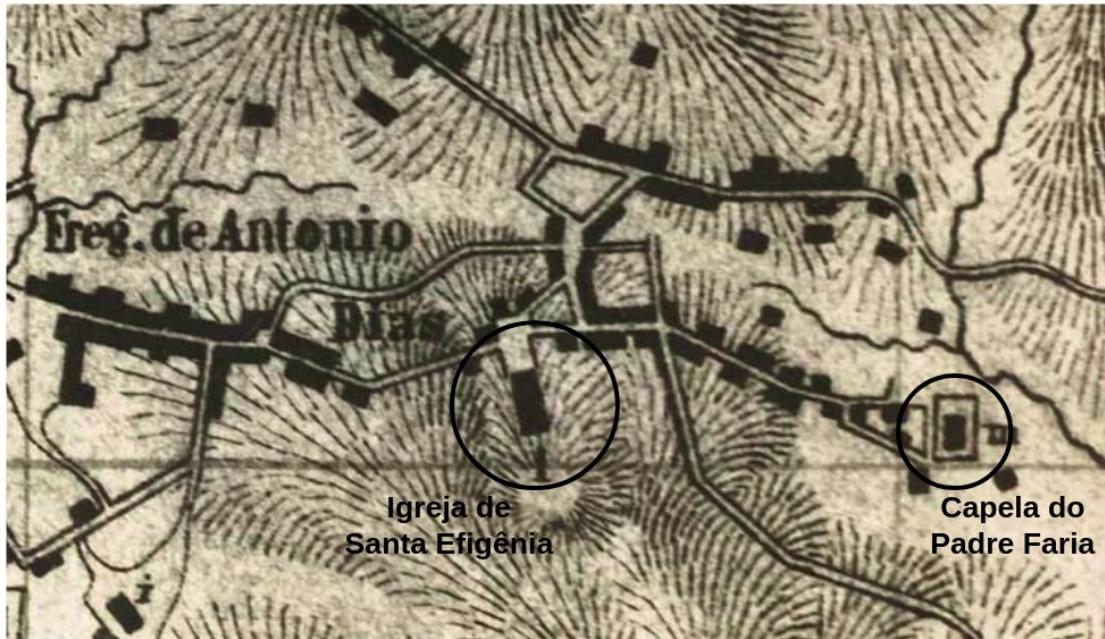


Figura 2: Planta da cidade de Ouro Preto em data desconhecida. Em destaque a Igreja do Padre Faria a direita e Igreja de Santa Efigênia a esquerda, nota-se que as edificações estão concentradas principalmente na Rua Padre Faria, que leva a Capela conhecida pelo mesmo nome.

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

De forma geral, os dois mapas indicam a preponderância das ocupações ao longo da Rua Padre Faria, eixo do Caminho Tronco, bem como o maior número de vazios urbanos nesse trecho extremado do núcleo urbano de Ouro Preto. Diferentemente das demais edificações religiosas que serviram como chamarizes para a ocupação do entorno imediato por edificações residenciais, o mesmo não parece ter acontecido no Padre Faria, que apresenta nas imediações da capela um número reduzido de imóveis, em ambos os mapas. Ademais, destaca-se a atual Rua Rezende pela sua expressiva ocupação nesse momento, para observação da análise do capítulo dois a respeito da imagem do bairro.

Considerando o restante do núcleo urbano de Vila Rica, Vasconcellos (2011) organiza o Caminho Tronco em três distintas porções, de acordo com a localização e as características específicas do tecido urbano. Nessa caracterização, o bairro Padre Faria está compreendido em uma das extremidades do caminho, na faixa de saída da Vila, na terceira fração do traçado. Em relação à constituição dessa terceira parte, de acordo com ele, ela estaria “dividida em duas ladeiras – da *Cruz das Almas* ou *Vira Saia*, hoje *Sta. Ifigênia*, e da *Capela do Rosário do Padre Faria*, hoje, simplesmente, do *Padre Faria*” (VASCONCELLOS, 2011, p.76).

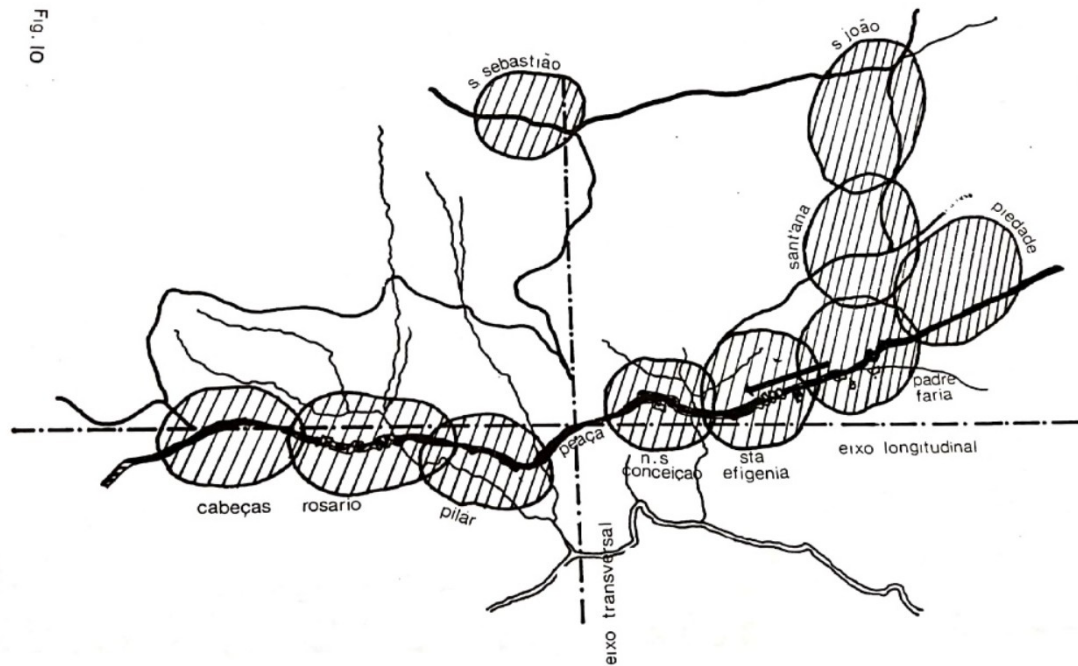


Figura 3: Mapa do eixo longitudinal do Caminho Tronco onde se encontra o Padre Faria e do eixo transversal no qual ocorreu o adensamento e está localizada a porção principal do núcleo central, como a Praça Tiradentes.

Fonte: VASCONCELLOS, 2011, p.78.

De acordo com Vieira (2016, p.45) e suas pesquisas no Registro dos Termos de Aforamento, o arreamento do caminho era constituído, partindo pelo Passa Dez, trecho que conformava a entrada da vila, pelo “passadez”, seguido da “subida do Caquende”, “rua Nova”, “Praça”, “rua Ferosa”, “rua da Cadeia”, “rua Direita”, “rua da Ponte”, “rua da Barra”, “travessa que vae da rua Direita para a rua que chamam da fonte”, “rua dos Paulistas”, “rua que vae da rua Ferosa para a dos Paulistas”, “praça de Antônio Dias”, e, por fim, a “ladeira que vae para a Cruz das Almas, caminho para o Padre Faria”.

O crescimento do núcleo urbano de Vila Rica também foi caracterizado por Vasconcellos (2011) a partir do traçado do Caminho Tronco. No primeiro momento ele ocorreu a partir do desenvolvimento do eixo transversal, em movimento centrípeto, seguindo em direção ao platô da Praça Tiradentes. Apesar de hoje se constituir como o eixo central da cidade, até a década de 1740 a área ainda permanecia desocupada, sendo somente parte do percurso entre os arraiais (SALGADO, 2010). Porém, em razão da própria implantação da Praça Tiradentes e de seu núcleo administrativo, o eixo transversal acabou ganhando notoriedade e se transformando na porção central do tecido urbano, se consolidando através do estabelecimento dos principais edifícios de poder (FJP, 1975).

À vista disso é possível considerar que a consolidação desse ponto específico do território como o de maior relevância no cenário de Vila Rica acabou, de alguma forma, reforçando a localização extremada do bairro Padre Faria em relação ao centro administrativo, acentuando sua posição periférica e a relação centro/periferia. Como observado anteriormente, Vila Rica apresentava dois distritos de maior expressividade, Ouro Preto e Antônio Dias, caso o último tivesse se destacado como a principal centralidade da Vila, o bairro Padre Faria estaria mais próximo do núcleo administrativo, estabelecendo uma relação diferenciada, mais influenciada pelo relevo que de determinada forma o “segrega” dessa e de outras porções do núcleo.

Retomando as colocações a respeito do processo de crescimento urbano de Ouro Preto e os decorrentes reflexos em seu traçado, no segundo momento o desenvolvimento do tecido se estabeleceu em movimento centrífugo, ou seja, por meio da ocupação das áreas envoltórias dos núcleos já consolidados provenientes dos antigos arraiais, assim externo a mancha já estabelecida (Figura 4) (SALGADO, 2010). Foram então abertas novas ruas, vias paralelas ao caminho principal, bifurcações, em grande medida ligadas aos antigos arruamentos existentes (ASSUMPCÃO, 1989). Com base no processo anterior, o crescimento e a ocupação acabaram se concentrando no entorno do núcleo administrativo central, fruto da consolidação do eixo transversal (VASCONCELLOS, 2011).



Figura 4: Mapa da consolidação e expansão do eixo transversal do Caminho Tronco, atualmente núcleo central da cidade de Ouro Preto.

Fonte: VASCONCELLOS, 2011, p.80.

Na segunda metade do século XVIII, o núcleo urbano de Vila Rica foi sistematizado em sete diferentes zonas urbanas, o que indicava certa preocupação em relação às questões urbanísticas e/ou à organização do território. As zonas foram delimitadas utilizando como referência alguns elementos urbanos, como pontes, chafarizes e praças, constituindo-se como marcos indicativos do início e do término de determinado trecho. São elas: 1ª Da Ponte do Passa-Dez ao Alto das Cabeças; 2ª Do Alto das Cabeças à Ponte do Caquende; 3ª Da Ponte do Caquende à Ponte de São José; 4ª Da Ponte de São José até a Praça; 5ª Da Praça à Ponte dos Suspiros (Ponte de Marília); 6ª Da Ponte dos Suspiros ao Alto da Cruz (Santa Efigênia) e, por fim, a 7ª Do Alto da Cruz à Ponte do Padre Faria (FJP, 1975, p. 11) (SALGADO, 2010, p.64).

No caso do Padre Faria, definido nesse momento como a sétima zona do núcleo urbano de Ouro Preto, a delimitação tem início no ponto alto onde se encontra a Igreja de Santa Efigênia até a ponte em frente a Capela de Nossa Senhora do Padre Faria, sendo a via principal a rua que recebe o mesmo nome do bairro, onde também se concentravam boa parte das edificações, como observado anteriormente nos mapas. A predominância das edificações nesse ponto específico do bairro permanece nos períodos subsequentes, como pode ser observado em registros fotográficos entre os anos de 1920 e 1950, provavelmente em razão da estagnação econômica, da localização extremada e da topografia acentuada que permite o acesso ao bairro a partir do centro administrativo.



Foto 3: Vista do bairro Padre Faria, provavelmente entre os anos de 1920 e 1950. Nesse momento ainda é perceptível a predominância das construções ao longo do Caminho Tronco. Em destaque a Igreja do Padre Faria no canto esquerdo da foto.



Foto 4: Vista da Igreja de Santa Efigênia, à esquerda a Rua Padre Faria com edificações ao longo do Caminho Tronco, à direita a ladeira de Santa Efigênia, sem data.

Fonte: Acervo Luiz Fontana do Instituto de Filosofia, Arte e Cultura – IFAC.

As imagens também ilustram o aspecto do bairro no momento em que foi alvo das medidas de valoração e proteção, enquanto “um bairro de Ouro Preto, onde se edificaram as primeiras casas da velha capital” (TOLEDO, 1901, p.981), constituindo o caminho de formação inicial, assim, incluído no Núcleo Histórico tombado. A proteção se deu em diferentes esferas, no primeiro momento pelo Município de Ouro Preto em 19 de setembro de 1931, com sistematização posterior, em 14 de janeiro de 2010, e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 20 de janeiro de 1938, inscrita no Livro do Tombo das Belas Artes, conforme processo 070-T-38, fls 08, número de inscrição 3.972 (SIMÃO, 2016).

No âmbito municipal, o perímetro protegido foi identificado como “Caminho Tronco”, incluindo nele os bairros Cabeças, Rosário, Pilar, Centro, “Lajes”, Antônio Dias, Barra, Alto da Cruz, Padre Faria e adjacências, como demonstra a Lista de Bens Tombados da Prefeitura Municipal de Ouro Preto - PMOP. No caso da proteção federal, no primeiro momento não foi definida uma área de tombamento que permitisse o reconhecimento exato do que viria a ser o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto, o que foi se estruturando com o passar dos anos, das demais iniciativas voltadas a proteção do conjunto e da elaboração da legislação pertinente.

O processo apresentado de formação do bairro Padre Faria sugere as razões de sua inserção no perímetro de proteção da cidade de Ouro Preto, tanto nesse primeiro momento de imprecisão da área acautelada como nos momentos posteriores em que foram elaboradas e definidas as zonas de interesse especial de preservação. Também contribui para elucidar, de

alguma maneira, a relação inicial que a porção territorial estabeleceu com o restante do núcleo histórico delimitado, ou seja, os demais bairros que constituem o perímetro de proteção. Em síntese, o bairro Padre Faria se constituiu enquanto um dos primeiros núcleos povoadores de Ouro Preto devido a exploração aurífera da região, compondo também o principal caminho da cidade, juntamente com os outros núcleos formadores de Vila Rica. Tal processo de ocupação determinou sua importância histórica na formação de Ouro Preto e sua inclusão na principal faixa de proteção, bem como a existência de edificações significativas em sua mancha urbana - entre elas a Ponte Padre Faria construída em 1750, o Chafariz do Alto da Cruz na Rua Padre Faria em 1757 (VASCONCELLOS, 2011) e a Capela do Padre Faria em 1710 (VASCONCELLOS, 1904), além das edificações residenciais remanescentes do período colonial.

Apesar de ser desde o início alvo das medidas de valoração e proteção e apresentar significância no contexto de formação local, o que diferencia o bairro Padre Faria dos demais é o processo de transformação urbana que ocorreu de maneira mais acentuada em seu território, modificando sua imagem, se comparada àquela criada e institucionalizada para representar a cidade de Ouro Preto, para caracterizar o seu núcleo urbano tombado. Como observado, no momento em que foram estabelecidas as medidas de proteção em Ouro Preto o território do bairro ainda apresentava um número expressivo de lotes vagos, além dos morros do entorno, áreas suscetíveis a imprevisibilidade dos novos processos de ocupação, alicerçados pela anomia local, no que diz respeito às diretrizes e parâmetros construtivos.

Apesar das modificações ocorridas no núcleo urbano de Ouro Preto, no primeiro momento com ocupação ocorrendo de forma centrípeta e depois centrífuga, até os anos 1940 o crescimento dos contornos da cidade de Ouro Preto não foi um fenômeno tão expressivo, principalmente em momento posterior a mudança da capital (MOTTA, 1987). Na própria ocasião do tombamento federal, poucos anos antes de 1940, o número de lotes vagos no centro histórico de Ouro Preto ainda era significativo (BRASILEIRO; DANGELO, 2017), predominando nos trechos mais extremados. Porém, foi a partir desse momento que o processo de expansão urbana foi acelerado pela industrialização e pelo denominado ciclo do alumínio²³, que promoveu o aumento significativo da população residente, assim o crescimento e adensamento da cidade (CASTRIOTA, 2009).

23 Trata-se do momento em que um grupo canadense, *Aluminium Limited*, assume uma fábrica de hidrato de alumínio na cidade, favorecendo a expansão econômica e o aumento da densidade demográfica de Ouro Preto, dando início, assim, a um crescimento populacional de base migratória que impactou o próprio ordenamento do território urbano (COSTA, 2011).

Nessa época de crescimento industrial e migração populacional, já estava estabelecida a proteção do Núcleo Histórico de Ouro Preto bem como a criação do órgão de proteção, na época denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Nessa medida, ocorreu um aumento expressivo dos novos pedidos de aprovação de projetos de edificações no órgão, que devia dar anuência às obras, provocando uma pressão no núcleo histórico estabelecido, bem como na instituição fiscalizadora. Posteriormente, em razão desse expressivo crescimento populacional, também começaram a surgir novos projetos de loteamento, indicando a urgência do devido planejamento urbano e do controle territorial da cidade (MOTTA, 1987).

Até esse momento, em Ouro Preto, a responsabilidade pela fiscalização das novas edificações era praticada quase que exclusivamente pelo órgão federal, já que a prefeitura municipal não apresentava legislação ou órgão responsável pela gestão do território, principalmente no que se referia a preservação do acervo colonial. Assim, até a década de 1960, o IPHAN era o principal órgão fiscalizador no que diz respeito ao uso e a ocupação do solo na cidade sem, contudo, dispor da devida equipe e infraestrutura técnica, que deveria ser compatível com a alta demanda de fiscalização que a cidade vinha criando. Em razão disso, o trabalho de controle e fiscalização foi se tornando precário, incompatível com a necessidade local, ao ponto de até mesmo obras embargadas pelo órgão prosseguirem em curso, chegando a concluir o processo construtivo, em razão da letargia dos processos judiciais (VIEIRA, 2006 apud COSTA, 2011).

Como apontado, a Prefeitura Municipal de Ouro Preto não havia elaborado, instituído e/ou implementado até o momento políticas de desenvolvimento urbano que pudessem garantir o controle da expansão e a permanência das características do sítio histórico protegido (SILVA, 2006). Em razão da falta de regulação e da pressão dos processos de expansão no território protegido, começaram a surgir no final dos anos 1960 iniciativas de elaboração de planos urbanísticos, justamente em resposta ao crescimento acelerado e a ocupação desregulada dos morros e das áreas do entorno do núcleo histórico (MOTTA, 1987). Para isso, são elaborados diagnósticos urbanos com intuito de respaldar a formulação de diretrizes dos planos, que possibilitam a análise das transformações do bairro Padre Faria, decorrentes da atividade industrial na cidade e dos processos de expansão e transformação urbana.

A primeira tentativa de elaboração e implementação de um plano para a cidade foi através de um pedido de consultoria feito à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, que designou o arquiteto português Viana de Lima para a realização de

uma proposta para Ouro Preto no ano de 1968 (CASTRIOTA, 2009). A segunda tentativa de elaboração de um plano urbanístico foi feita alguns anos depois, sendo denominado de Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, produzido pela Fundação João Pinheiro durante os anos 1973 e 1975. O plano ocorreu por meio de um convênio entre o órgão federal, estadual e municipal, ainda com a contribuição de Viana de Lima, consultor da UNESCO responsável pelo projeto anterior, que não chegou a ser instituído (SIMÃO, 2016).

A iniciativa de elaboração do plano surgiu justamente a partir da apresentação de Viana de Lima de sua proposta para a cidade de Ouro Preto ao Centro de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro, denominado "*Rapport et Propositions pour La Conservation, Recuperation et Expansion de Ouro Preto*". Apesar da qualidade do trabalho apresentado por Viana de Lima, de acordo com a instituição ele abrangia somente o núcleo de ocupação inicial, bem como seus aspectos arquitetônicos e urbanísticos, deixando de lado as questões pertinentes à vida urbana, como uma infraestrutura adequada e, principalmente, o controle efetivo dos processos de ocupação e expansão urbana em curso no local. Dessa maneira, foi proposto pela instituição a elaboração de um novo plano que abarcasse os itens fundamentais a qualidade da vida urbana (TEIXEIRA; MORAES, 2013).

As iniciativas em prol da elaboração desse novo plano tiveram como base, então, a criação de soluções e diretrizes que possibilitassem tanto a preservação do patrimônio cultural como o desenvolvimento urbano de Ouro Preto, considerando a pressão existente no núcleo consolidado em razão dos novos processos de ocupação e adensamento (VIEIRA, 2016). Visavam, portanto, a conciliação entre as prerrogativas patrimoniais de proteção ao acervo histórico, bem como as necessárias medidas de renovação urbana para abrigar adequadamente a população que ali habitava e as novas que chegavam de forma dinâmica e acelerada, buscando controlar os processos de ocupação dos morros e encostas pela população de baixa renda, que comprometiam a paisagem a partir do centro histórico e ainda colocavam a população em perigo em decorrência dos riscos geológicos.

Diante disso, foi realizado um diagnóstico expressivo da situação em que o território de Ouro Preto se encontrava naquele momento, com propósito de compreender as necessidades e demandas da cidade e assim basear as diretrizes e propostas expressas no plano. Como explicitado no próprio diagnóstico, mesmo que as medidas em prol da preservação do patrimônio cultural tenham tido destaque no plano, vista a significância do acervo que constitui a cidade, esses aspectos foram abordados em conjunto com as necessidades de

desenvolvimento econômico e social (FJP, 1975). Assim, a partir do diagnóstico realizado nos anos 1970 foi possível compreender algumas características do bairro Padre Faria nesse momento de crescimento acelerado da cidade de Ouro Preto, descritas e analisadas ao longo do documento pelos técnicos responsáveis pela elaboração do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento (1973-1975), observando como provavelmente ocorreu o desenvolvimento urbano do bairro até esse período específico e também como o processo foi descrito no diagnóstico em comparação ao restante do núcleo.

De forma geral, a elaboração do plano contou com duas etapas: a primeira consistiu na fase de levantamento e análise, sendo produzido o diagnóstico apontado acima, e a segunda em que foram elaboradas as proposições e projetos para a cidade com base nas vulnerabilidades e potencialidades vislumbradas no momento anterior. No caso do levantamento foram observadas as condições dos aspectos físicos e funcionais, caracterizando as principais funções de cada espaço, analisando como as diferentes atividades estavam distribuídas no espaço urbano, a qualidade dos serviços, setorizando os espaços a partir de seus usos e vocações, Residencial, Comercial e Serviços, Industrial, Institucional e Turística. Além disso, também foram analisados os aspectos e elementos do sistema viário, considerando as dificuldades trazidas pelo traçado característico da cidade, identificando os diferentes fluxos e a situação do transporte coletivo (FJP, 1975). Os levantamentos resultaram na identificação de três diferentes zonas, a partir da superposição dos aspectos observados, sendo elas: a Zona de Estrutura Consolidada, a Zona em Transformação Estrutural e a Zona Sub Urbanizada (TEIXEIRA; MORAES, 2013).

No diagnóstico o bairro Padre Faria é identificado como uma porção periférica do núcleo urbano valorado e que se encontrava com trechos em transformação, principalmente aqueles mais extremados, apesar da referida importância histórica, da necessidade de preservação estabelecida em anos anteriores e da existência de outras novas áreas de expansão no entorno da mancha consolidada. Nos apontamentos realizados a partir do levantamento para a elaboração do plano estão descritas as discrepâncias entre a área que se estabeleceu como central e as extremidades do território, observando, por exemplo, que em 1894, no centro “erguiam-se “sobrados envidraçados de boa construção”, e apenas na periferia as residências se apresentavam baixas, acanhadas e quase sempre de madeira” (FJP, 1975, p.12).

Em relação ao crescimento acelerado decorrente dos processos de industrialização e do aumento populacional, o documento destaca que o núcleo valorado, que até aquele momento tinha recebido poucas alterações se comparado a atividade em curso, acaba sendo ocupado de

forma acentuada em suas regiões periféricas, que ofereciam condições deficitárias de infraestrutura física. De acordo com o documento, “constrói-se, notadamente, no Morro da Queimada, Padre Faria, Santa Efigênia, Morro do Cruzeiro, São José, Cabeças e, com a abertura da rodovia MG-56, em Água Limpa e Veloso” (FJP, 1975, p.13). Destaca-se, assim, o crescimento desordenado do bairro Padre Faria nos anos 1970, incentivado pela capacidade de ocupação de lotes vagos por aqueles que chegavam à cidade em busca de trabalho nas indústrias ali instaladas, o que promoveu um processo de modificação do conjunto arquitetônico, do tecido urbano, da população residente, bem como das práticas cotidianas locais.

O diagnóstico do plano ainda demonstra, através dos mapas elaborados com intuito de sistematizar a situação geral do núcleo urbano de Ouro Preto²⁴, que as edificações mais antigas, com melhor padrão construtivo e dotadas de características estilísticas com maior valor atribuído, estavam concentradas na área central, constituída principalmente pela Praça Tiradentes e pelos bairros Pilar, Rosário e trecho da Barra. Em contraposição, as edificações classificadas como velhas estavam nos bairros que ladeiam esse núcleo principal, como Antônio Dias, Santa Efigênia e Padre Faria de um lado e Cabeças do outro. Por fim, estariam as edificações novas, precárias e algumas informais nas áreas mais distantes e envoltórias da cidade, regiões identificadas no documento como periferia extrema, sendo elas os bairros Santana, São Sebastião, Piedade e Água Limpa (FJP, 1975). De acordo com o documento, o baixo poder aquisitivo dos novos moradores foi responsável pela introdução no território de edificações de baixo padrão construtivo, muitas delas clandestinas, sem a devida aprovação dos órgãos responsáveis pelo controle da ocupação e pela preservação do núcleo histórico.

Por meio do diagnóstico é possível observar um novo contexto locacional do bairro Padre Faria, considerando que no momento de constituição e desenvolvimento do Caminho Tronco elaborado por Vasconcellos o bairro se encontrava no extremo de Vila Rica, e no Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento outros novos bairros caracterizavam a periferia extremada da cidade. Assim, mesmo que os processos de modificação sejam evidenciados no documento, se comparado ao restante do núcleo urbano, nesse momento outros bairros já apresentavam uma diferenciação mais expressiva que o próprio bairro Padre Faria, já que consolidados em momento posterior ao Caminho Tronco (FJP, 1975). Dessa forma, nos anos de

24 Considerados aqui dois mapas: o Mapa da Idade das Edificações que as categoriza em antigas, velhas e novas e o Mapa de Padrão das Edificações, que as classifica em bom, regular ou precário, em referência ao estado de conservação no qual se encontravam (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1975). Ambos estão no final do documento, nos anexos, porém apresentam baixa resolução, o que compromete em certa medida a visualização.

1970 o bairro já se encontrava localizado “entre” o novo e o consolidado, na fronteira entre o destoante e o valorizado, característica que ainda hoje o constitui.

O diagnóstico da cidade de Ouro Preto, elaborado para basear o plano, aponta que, em meados dos anos 1970, o bairro Padre Faria era caracterizado como uma área periférica, em referência a um núcleo central protegido de maior protagonismo, coerência e homogeneidade, constituído principalmente pela Praça Tiradentes e pelos bairros Pilar e Rosário, assim definido como periferia imediata da zona central ou ainda da zona de preservação especial que seria estruturada posteriormente. Como o próprio documento coloca, se na cidade “delinearam-se uma área consolidada, uma área em processo de transformação e áreas em franca expansão” (FJP, 1975, p.14), parte do Padre Faria estaria, no que concerne a porção valorada, se transformando e se diferenciando. Dessa maneira, o bairro já estava sendo estigmatizado pelas fontes oficiais como periferia do núcleo urbano histórico.

Diante dos apontamentos técnicos presentes no diagnóstico surgem algumas questões, principalmente em relação às modificações promovidas no núcleo urbano no que diz respeito a uma imagem patrimonializada. A primeira é em que medida as transformações não refletem as relações estabelecidas entre os novos moradores e o núcleo urbano protegido, apropriado por eles em determinado momento específico, sem estar condicionado à lógica imposta pelo patrimônio? O que leva a crer que os moradores de Ouro Preto já se encontram perpassados pela lógica patrimonial, pelo estigma do colonial, o que reflete no modo com que eles se relacionam com o núcleo urbano, bem como promovem suas construções, o que não ocorreria com aqueles que chegam ao local advindos de lógicas urbanas diversas. As transformações promovidas pelos moradores, na medida em que muitas edificações surgiram de maneira informal, agenciadas pelos próprios moradores, não seriam reflexos das condições do momento vivido pela população e de sua relação com o espaço que lhes foi destinado pela lógica imobiliária, urbana e patrimonial?

No caso afirmativo dessas primeiras questões, o plano ou ainda as próprias diretrizes estabelecidas posteriormente na política pública local não poderiam traçar medidas mais condizentes com as necessidades da população local e com a própria lógica de proteção, ao invés de submetê-los a regras muitas vezes incondizentes com sua condição financeira? Ou ainda, qual diálogo uma cidade dita histórica e de aspecto colonial consegue travar com sua população empobrecida, que se vê imersa não somente nos empecilhos advindos da lógica fundiária e mercadológica, mas também nas prerrogativas patrimoniais, que restringem a

urgência construtiva daqueles que necessitam de moradia, por meio dos diferentes e lentos processos de aprovação?

Nesse aspecto, é válido ponderar também sobre a participação popular durante a elaboração do plano citado, o que poderia contribuir com as respostas pertinentes a essas perguntas. Como apontado por Teixeira e Moraes (2013), na introdução do produto final entregue aos municípios são citados três momentos ao longo do desenvolvimento dos produtos destinados à participação da comunidade local, se constituindo de três Seminários de Avaliação. O primeiro deles teve como propósito apresentar o diagnóstico elaborado, o segundo foi destinado a discussão de alternativas com base em proposições pré estabelecidas, e o terceiro para apresentação definitiva das diretrizes, que poderiam ainda sofrer pequenos ajustes de acordo com a resposta da população. Porém, não foram encontradas informações referentes ao número de moradores que participaram desses seminários, o que seria fundamental para estabelecer o quanto a população contribuiu com as análises expressas nesses documentos, o que ainda poderia ser territorializado, informando o número de participação e os seus respectivos bairros.

Diante de todos esses apontados há que se evidenciar que a paisagem do núcleo urbano de Ouro Preto se configura como um todo articulado, devendo, para a sua compreensão e análise, ser considerada tanto a ocupação setecentista que subsiste no tempo como as ocupações mais recentes responsáveis pela configuração urbana atual. Assim, somente a partir do entendimento do todo, considerando suas diversas especificidades, é possível estabelecer diretrizes para a qualificação do espaço com base na preservação patrimonial, bem como na qualidade de vida da população local, modelando as normas de planejamento urbano de forma coerente com as partes que compõem o tecido urbano. Até o momento atual, como apontado por Salgado (2010, p.156), “a consciência de uma cidade constituída por um mosaico de formas que se inter-relacionam ainda não é aplicada à realidade de Ouro Preto, o que se valoriza são apenas as características históricas de uma porção da cidade”.

Nesse sentido, a valorização de um trecho específico da cidade também pode ter reflexo nos moradores locais, na medida em que se observa que o orgulho e a admiração pela cidade de Ouro Preto se estabelece de forma geral, porém, na realidade cotidiana local, os moradores de bairros considerados protegidos e aqueles descaracterizados se contrapõem, tendo em vista que muitas vezes recai sobre os próprios moradores a responsabilidade pelas modificações promovidas na cidade. Dessa forma, é válido questionar se os moradores de bairros como o Padre Faria, em que a imagem colonial se encontra perpassada por alterações, podem ser

considerados como “outsiders do patrimônio” na medida em que não são observantes das normas e das restrições impostas ao construído? Já que, tal como é concebido em Norbert Elias (2000, p. 24), “o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, conseqüentemente, enfraquecê-lo”. Nesse caso específico, o poder estaria na capacidade de representar a imagem valorizada de Ouro Preto, em contraposição ao que pode ser considerado um descaso em relação à paisagem local.

Para finalizar os apontamentos relativos ao plano e desse momento específico de transformação do território de Ouro Preto, é válido explicitar aqui o zoneamento que foi elaborado para a cidade, tendo em vista que o zoneamento vigente também se encontra apresentado nas próximas páginas. O objetivo principal do zoneamento foi orientar as proposições formuladas para o núcleo urbano, por meio dos diferentes projetos de infraestrutura física, sistema viário, restauração do acervo arquitetônico, paisagismo e outros. Por meio do zoneamento também foram definidos os usos estimulados, admitidos, controlados e proibidos em cada área, bem como as diretrizes de parcelamento do solo (FJP, 1975). Nesse caso, o Padre Faria foi inserido integralmente na mancha identificada como Área Histórica, como pode ser observado a seguir.

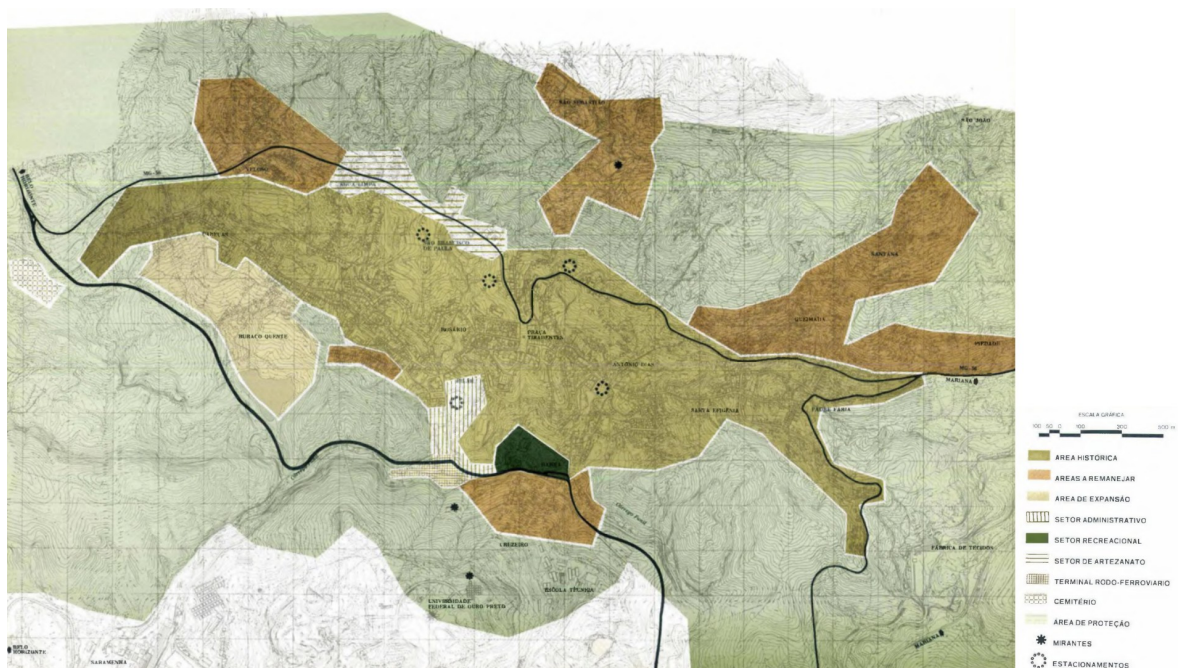


Figura 5: Planta de Zoneamento e Uso do Solo do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana feito pela Fundação João Pinheiro.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 1975, p.47.



Figura 6: Detalhe da Planta de Zoneamento e Uso do Solo do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana feito pela Fundação João Pinheiro. Em destaque o trecho referente ao bairro estudado, o Padre Faria.
 Fonte: Fundação João Pinheiro, 1975, p.47.

A Área Histórica abrange duas zonas definidas no diagnóstico preliminar, praticamente toda a mancha definida como Zona de Estrutura Física Consolidada, que abarca grande parte dos bairros provenientes do Caminho Tronco, bem como partes da Zona em Transformação Estrutural²⁵, onde se encontram os trechos na época mais recentes e extremados do bairro Padre Faria (FJP, 1975). É válido notar que a mancha compreendida no Padre Faria é mais extensa que as correspondentes a Área de Preservação Especial - APE da Portaria do IPHAN e a Zona de Proteção Especial - ZPE da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, ambas descritas a seguir. Nesse caso foi abarcado trecho mais extenso da Rua Nossa Senhora do Parto e da Rua Desidério de Matos²⁶, referente à porção sul e sudeste do bairro, bem como a continuidade da Rua Santa Rita até encontrar a Rua Maciel no trajeto para a cidade de Mariana²⁷, a nordeste.

25 O mapa referente a definição das três zonas, Zona de Estrutura Consolidada, Zona em Transformação Estrutural e Zona Sub Urbanizada, também se encontra apresentado nos anexos.

26 Nesse caso, incluídas na ZAR3 - Zona de adensamento restrito 3 no Zoneamento Urbano da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e na Área de Preservação AP02 na Planta de Macro-Setorização do IPHAN.

27 Trecho correspondente a ZAR2 - Zona de adensamento restrito 2 no Zoneamento Urbano da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e Área de Preservação AP04 na Planta de Macro-Setorização do IPHAN.

De qualquer forma, como pontua Vieira (2016), o plano não foi implementado em decorrência de questões político-administrativas, permanecendo no núcleo urbano os processos de ocupação e expansão urbana sem o devido controle, o que reflete um processo recorrente na administração pública em utilizar recursos para a elaboração de documentos técnicos que em muitos casos não são efetivamente implementados, com destaque aqui para as políticas e legislações urbanísticas. Apesar de não ter sido efetivamente implementado, o trabalho elaborado forneceu subsídios para a compreensão do processo em curso na cidade, bem como para a elaboração de políticas públicas formuladas em momentos futuros, sendo utilizado ainda pelo Escritório Técnico do IPHAN em suas análises para aprovação de projetos (MOTTA, 1987).

Até a década de 1980 o órgão de proteção continuou responsável pelas prerrogativas referentes ao planejamento urbano no município, mesmo contando com instrumentos operacionais, políticos e jurídicos insuficientes. Um pouco mais tarde, em 1990, foram publicadas as primeiras diretrizes para a formulação do Plano Diretor do Município, em decorrência das prerrogativas da Constituição de 1988, se constituindo como uma das primeiras iniciativas significativas da municipalidade em prol do planejamento urbano, apesar de não ter sido aprovado. Nesse caso, tratavam-se de diretrizes ainda simplificadas, que se restringiam à definição das zonas urbanas, e que apresentavam pouca preocupação com as questões patrimoniais. Alguns anos mais tarde, em 1996, foi elaborada uma revisão desse primeiro plano, contando então com a aprovação da Lei Complementar nº 01/96 (ÁLVARES; SOUZA, 2016).

A partir da aprovação da referida lei a municipalidade passou a se responsabilizar pelo controle do uso e ocupação do solo urbano, com base nas zonas estabelecidas e suas diretrizes específicas definidas no Plano Diretor. A zona mais abrangente foi definida como ZPE, que detinha os aspectos essenciais a serem preservados no conjunto urbano de Ouro Preto, caracterizada pelo traçado setecentista, pelas tipologias urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas coloniais, e que abarcava os usos residencial, administrativo, turístico, educacional, comercial e de serviços. Inclusive, em 2003 a área chancelada pela UNESCO, definida como patrimônio da humanidade, foi a mancha da ZPE definida no Plano de 1996. É válido ressaltar, porém, que nesse momento a ocupação das encostas e morro no entorno do núcleo consolidado já havia se estabelecido de maneira irreversível, bem como o adensamento ou saturação do centro, sendo necessária a adequação do controle pela municipalidade a essa realidade urbana específica (VIEIRA, 2016).

No caso do IPHAN, foi por meio da Portaria nº 122 que o órgão instituiu algumas diretrizes para intervenção no núcleo protegido no ano de 2004, com intuito de padronizar os procedimentos adotados para aprovação de projetos e obras. Nesse caso elas eram restritas às intervenções na Zona de Proteção Especial - ZPE que havia sido delimitada em 1996 pelo Plano Diretor elaborado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto - PMOP. Pouco tempo depois, em 2006, a prefeitura criou a Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano - SMPDU e também elaborou a revisão do antigo Plano Diretor, Lei Complementar nº 29, de 28 de dezembro de 2006²⁸, além da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Lei Complementar nº 30/2006. Por fim, com intuito de uniformizar as diretrizes do órgão federal e municipal²⁹, já que ambas incidiam sobre o mesmo território, foram promovidas em 2010 alterações no Plano Diretor e elaborada uma nova Portaria do IPHAN, sendo elas Lei Complementar nº 91, de 28 de dezembro de 2010, e a Portaria nº 312, de 20 de outubro de 2010 (ÁLVARES; SOUZA, 2016).

A legislação urbanística de Ouro Preto então se consolidou, sendo estabelecidas diretrizes de ocupação para as diferentes áreas da cidade, considerando como fator primordial a preservação das características valoradas. Nesse contexto, o bairro Padre Faria foi analisado e inserido nessas diretrizes de ocupação em conformidade com sua ambiguidade territorial, observada já nos anos 1970. Assim, tanto na Lei Complementar nº 93, de 20 de janeiro de 2011, da Prefeitura Municipal de Ouro Preto como na Portaria nº 312, de 20 de outubro de 2010, do IPHAN, o bairro tem seu território inserido em mais de uma zona/área, por apresentar características diferentes em cada fração. Em ambas, uma parte significativa do bairro, principalmente aquela referente ao caminho tronco e seu entorno imediato, como a Rua Padre Faria, está compreendida nas principais faixas de interesse de preservação; a Área de Preservação Especial - APE na Portaria do IPHAN e a Zona de Proteção Especial - ZPE da PMOP.

Na Planta de Macro-Setorização da Portaria do IPHAN o território do bairro está inserido em três diferentes áreas, como apontado acima, uma parte significativa se encontra na Área de Preservação Especial - APE. Já a extremidade do bairro na porção nordeste está inserida na Área de Preservação AP-04 caracterizada pelos locais de acesso ao sítio tombado, de ambos os

28 A aprovação do plano foi precedida de estudos que envolveram técnicos da Prefeitura Municipal, IPHAN, comunidade, consultorias e instituições atuantes na cidade (ÁLVARES; SOUZA, 2016).

29 É importante ressaltar que mesmo assim os dois documentos ainda trazem diretrizes diferentes, as próprias zonas e áreas não são sempre coincidentes, o que acaba dificultando as aprovações de projeto no município e até mesmo incentivando construções irregulares, pela demora e dificuldade de aprovação em ambos os órgãos.

lados do núcleo urbano de Ouro Preto, assim não contíguas, se tratando, no caso do Padre Faria, de trecho entre a Rua Santa Rita e Maciel que levam a saída para a cidade de Mariana. De acordo com o próprio documento, “trata-se de uma área de transição entre o tecido urbano mais preservado da APE 01³⁰ e as áreas de encosta visíveis da Serra de Ouro Preto”. Uma fração do bairro ainda está compreendida na Área de Preservação AP-02, sendo esta a extremidade sudeste do bairro, com início na Rua Desidério de Matos, definida como “as encostas dos morros que compõem planos de visadas importantes a partir da APE-01” (IPHAN, 2010, p.14).

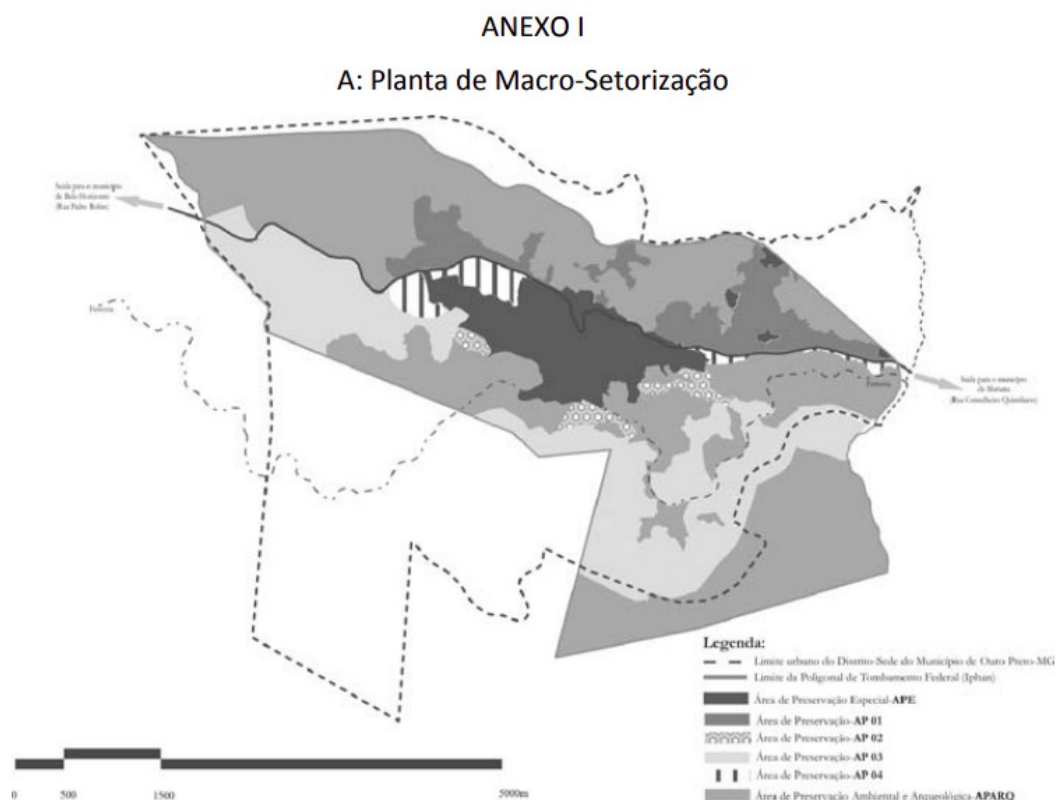


Figura 7: Planta de Macro-Setorização da Portaria nº 312, de 20 de outubro de 2010, que dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais e regulamenta as intervenções nessa área protegida em nível federal.

Fonte: Portaria nº 312, de 20 de outubro de 2010, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Na lei municipal que estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto o bairro está inserido na ZPE, que de acordo com o documento “abrange, sem a ele se limitar, o traçado original da cidade datado do século XVIII”, mas também tem fração do território na Zona de Adensamento Restrito, nesse caso a ZAR-3 que “compreende as áreas contíguas às ZPE’s - Zonas de Proteção Especial ou às áreas em que

30 Área de Preservação AP-01 - Serra de Ouro Preto: Morros de Santana, São João, Piedade, Queimada, São Cristóvão, São Sebastião, São Francisco e Taquaral.

se encontram edificações de interesse cultural”, caracterizada por porção sudoeste do bairro. Além disso, tem fração do bairro também compreendida na Zona de Adensamento Restrito 2 – ZAR-2, nordeste do bairro, definida como as regiões nas quais o adensamento deve ser ajustado ou restringido em razão de características topográficas, de sistema viários e outros (OURO PRETO, 2011).

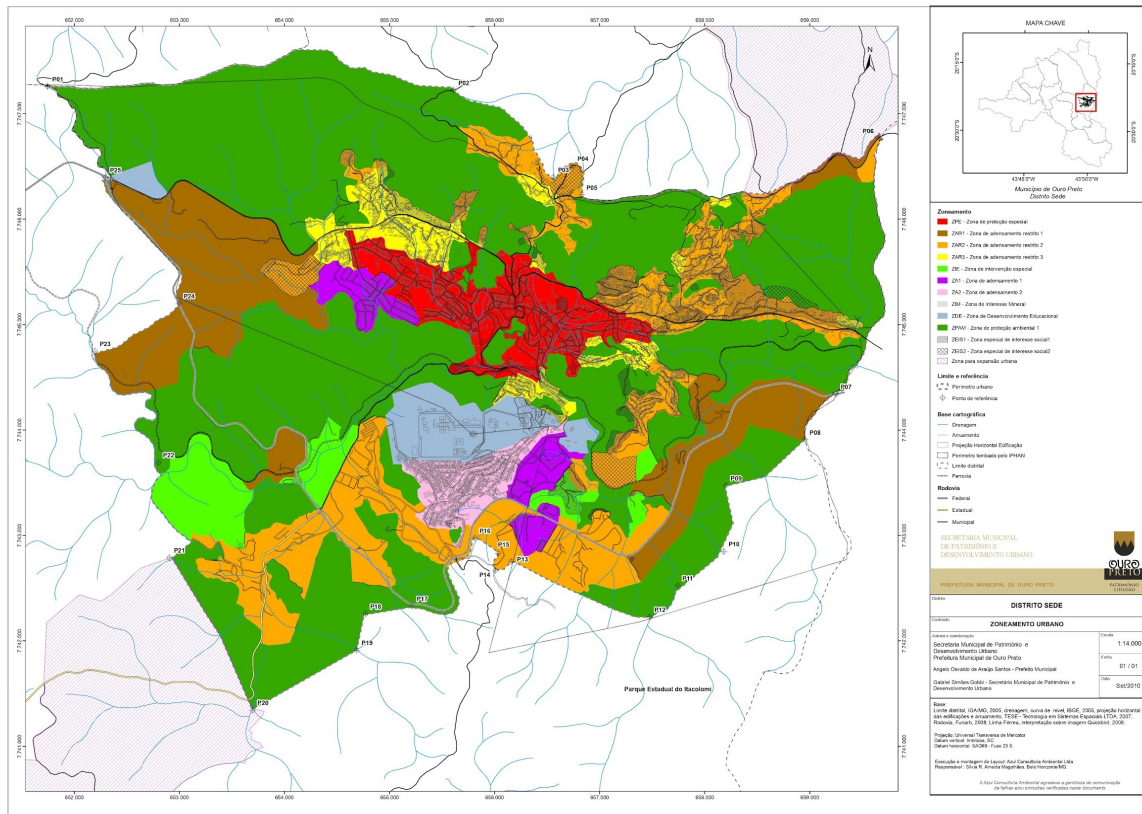


Figura 8: Zonamento Urbano do Distrito Sede de Ouro Preto/MG.

Fonte: Lei Complementar nº 93, de 20 de janeiro de 2011, que estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto - Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, Prefeitura Municipal de Ouro Preto - PMOP.

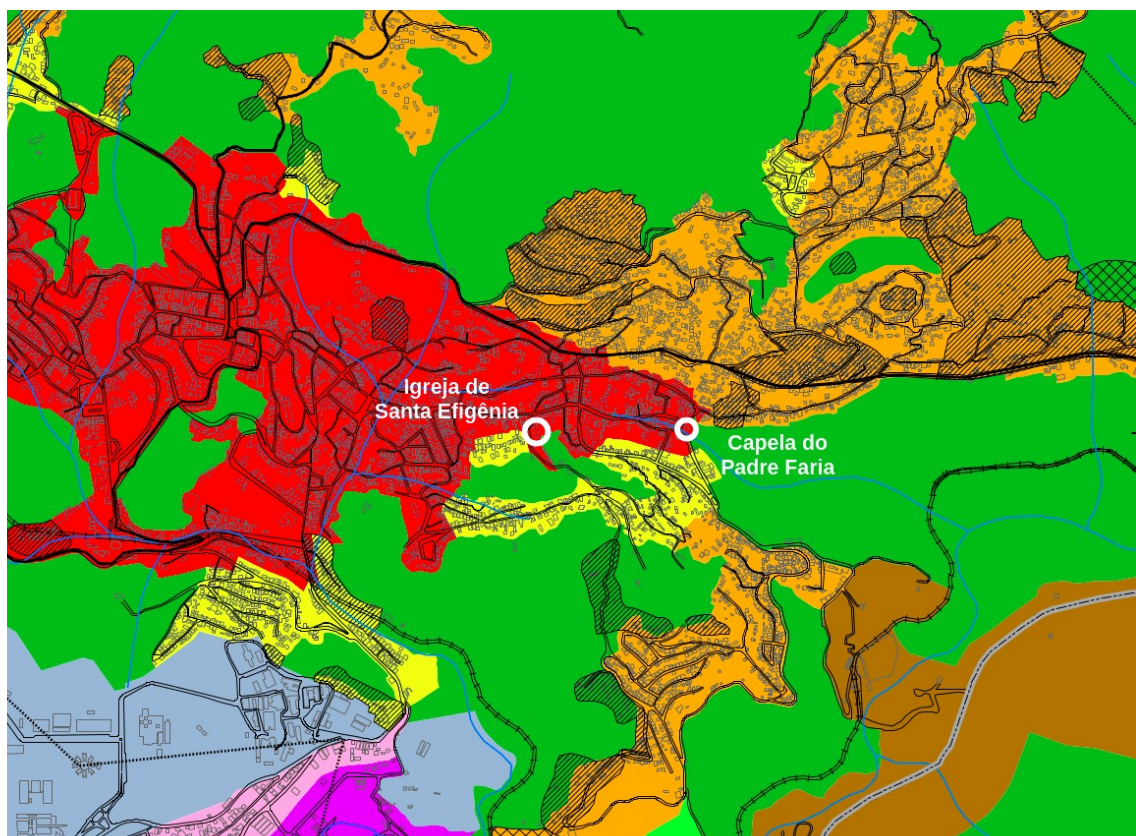


Figura 9: Detalhe³¹ do Zoneamento Urbano do Distrito Sede de Ouro Preto/MG, com destaque para o trecho do bairro Padre Faria.

Fonte: Lei Complementar nº 93, de 20 de janeiro de 2011, que estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto - Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, Prefeitura Municipal de Ouro Preto - PMOP.

A própria fragmentação do bairro em diferentes zonas é um fator que dificulta a regulação territorial, já que para cada porção estão estabelecidos diferentes parâmetros urbanísticos. Claramente o bairro apresenta uma complexidade territorial que não poderia ser simplificada para a inserção em uma única zona, porém, configura-se uma situação complicada em que se estabelecem diferentes diretrizes, pouco ou nenhuma regulação urbana e uma população muitas vezes empobrecida. Como colocado por Simão (2016), o expressivo trecho mais restritivo da cidade, caracterizado pelo traçado setecentista original, o Caminho Tronco, que definiu a ZPE e a APE 01, muitas vezes nem é conhecido pelos moradores da cidade, que descobrem seus limites e fronteiras quando faz-se necessário aprovar algum projeto no IPHAN, principalmente nas áreas mais extremadas da mancha, caso do Padre Faria, ainda fracionado em outras diferentes zonas.

31 Foram destacados no detalhe do Mapa do Zoneamento Urbano do Distrito Sede de Ouro Preto/MG dois marcos arquitetônicos para reconhecimento do trecho estudado, sendo eles a Igreja de Santa Efigênia, no bairro Alto da Cruz, considerando que a partir dela tem início a Rua Padre Faria no bairro de mesmo nome, e a Capela do Padre Faria, que se encontra no trecho final do recorte espacial escolhido para o trabalho, bem como se configura como um bem significativo no contexto geral do bairro.

Frente à reconstituição histórica e espacial do bairro Padre Faria é possível observar que o território do Padre Faria foi se constituindo cada vez mais pelo hibridismo proveniente das edificações remanescentes, tidas como coloniais, e as que se adaptaram aos novos processos de moradia em conformidade com a instalação das indústrias na cidade. Esse processo voluntário de ocupação do território de forma não ordenada pelo patrimônio, ainda que regulada por ele, trouxe à localidade uma paisagem distinta de outras mais da cidade de Ouro Preto. Mesmo compondo a área de tombamento, em decorrência dos processos específicos de transformação bem como da parcela da população residente e de suas condições de vida, as edificações e núcleo urbano do bairro demonstram sua diferenciação em relação ao restante da cidade, se estabelecendo “do “estilo-patrimônio” a construções recentes de baixo padrão” (COSTA, 2011, p.375).

No caso específico do bairro Padre Faria, sua inserção na principal mancha de proteção pouco serviu para regular seus processos construtivos e feições promovidas por esses, mediante a falta de controle do órgão de proteção, concentrado na imagem da região considerada “nômica”. A hibridez do bairro Padre Faria, se comparado a uma imagem institucionalizada da cidade de Ouro Preto, formulada para representá-la, é caracterizada pela urgência dos novos processos construtivos, perpassados pela lógica colonial sedimentada no imaginário da cidade, assim, uma insurgência condicionada pela aparência do oficial, já que “a sociedade não só reproduz, historicamente, formas espaciais, condições de sobrevivência, mas também reproduz, no seu imaginário, as representações simbólicas das cidades” (COSTA, 2011, p.40).

1.2. A invisibilidade das margens: o Padre Faria na institucionalização do patrimônio de Ouro Preto

Se diante da contextualização elaborada é possível afirmar que o bairro Padre Faria se diferenciou da imagem criada para caracterizar a cidade de Ouro Preto, faz-se necessário compreender como se deu o processo de formação e consolidação dessa imagem. Esse é justamente o intuito desse tópico da dissertação, pois, se a imagem foi realmente concebida, o processo de institucionalização foi tão eficaz que até mesmo na atualidade ela é capaz de turvar a apreensão da realidade concreta, que passou a ser intermediada pelo reflexo produzido da cidade. Assim, é importante considerar o poder simbólico desse processo de

institucionalização, visto que, como aponta Jenkins (2001, p.51), “todas as narrativas são relativas, porém algumas são dominantes e outras permanecem à margem”.

Para analisar os processos que permitiram a concepção da imagem da cidade de Ouro Preto, que se encontra presente e constitutiva do bairro Padre Faria, porém diluída e perpassada pelas modificações no decorrer do tempo, é necessária a compreensão do processo de consolidação dessa representação no imaginário da cidade. Para isso foi utilizado como base teórica o princípio da reflexividade definido por Jeudy (2005, p.19):

As estratégias da conservação caracterizam-se por um processo de reflexividade que lhes dá sentido e finalidade. A significação contemporânea do conceito de patrimônio cultural vem de uma reduplicação museográfica do mundo. Para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja no espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos, reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura. É preciso que uma sociedade opere uma reduplicação espetacular que lhe permite fazer de seus objetos e de seus territórios um meio permanente de especulação sobre o futuro.

O que o autor aponta é que para que sejam justificáveis os esforços em prol da preservação, manutenção e valorização de determinados bens patrimoniais, nesse caso considerando principalmente as cidades ditas históricas, é necessária a criação de uma narrativa, ou ainda, de uma imagem, que seja capaz de sintetizar e transmitir os valores, histórias e cultura associados a esse espaço. Porém, enquanto uma síntese de determinados valores, a imagem reflete somente os aspectos selecionados no real, característicos, não fazendo jus a totalidade do núcleo urbano, muito mais complexo e dinâmico do que as especificidades patrimoniais que lhe constituem (JEUDY, 2005). No caso de Ouro Preto, o reflexo gerado é o do núcleo setecentista, caracterizado pelas edificações e traçados coloniais, pela paisagem barroca, tornando-a reconhecível enquanto um patrimônio cultural. E, na medida em que são selecionados no real os aspectos capazes de refletir a Ouro Preto valorada, aquilo que difere é estigmatizado como descaracterizado.

A criação de uma imagem capaz de refletir a cidade de Ouro Preto, tal como observada pela lógica patrimonial, começou a ser efetivamente institucionalizada, enquanto uma operação programada, a partir de 1930, momento em que teve início o processo de valorização de determinados aspectos da cidade e a criação de medidas de proteção para salvaguardá-los. A imagem foi formulada a partir da seleção de determinados aspectos urbanos, arquitetônicos e estilísticos, considerados significativos, escolha realizada majoritariamente por um grupo de intelectuais constituído pelos Modernistas (CHUVA, NOGUEIRA, 2012), com respaldo do Estado Novo (CHUVA, 2009). Tratava-se de um momento histórico crucial para a formulação de uma

imagem colonial, pois, como apontado por Canclini (1997), é durante as políticas culturais autoritárias que se faz urgente a teatralização do patrimônio cultural, na medida em que esse contribui para a simulação de uma origem fundadora.

Para a constituição de um reflexo ideal da cidade patrimônio, o grupo de intelectuais modernistas selecionou no núcleo histórico de Ouro Preto as características consideradas para eles e para o projeto nacionalista daquele momento relevantes, determinantes para compor a imagem patrimonial da cidade nos moldes europeu. Dessa forma, por meio da atribuição de valor, foram resguardados certos aspectos, que no futuro seriam até mesmo replicados para a manutenção do reflexo criado e, conseqüentemente, estabelecido aquilo que, por exclusão, não teria valor de salvaguarda, assim que poderia se perder ou ser lançado ao esquecimento (CHUVA, 2009).

É válido acrescentar que a narrativa da necessidade de proteção do acervo de Ouro Preto também se sustentou no discurso referente ao estado de conservação das edificações presentes no núcleo urbano, consideradas em degradação, colocando a valorização e a proteção como medidas imprescindíveis à manutenção de um acervo em vias de desaparecer. Assim, a partir do processo de seleção/exclusão, pautado na necessidade de formulação de uma identidade nacional e respaldado pelo discurso da iminência da perda (GONÇALVES, 1996), “consagraram-se como superiores certos bairros, objetos e saberes porque foram gerados pelos grupos dominantes, ou porque estes contam com a informação e formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los” (CANCLINI, 2015, p.195).

Como citado acima, a consagração de determinadas características que atualmente representam a cidade de Ouro Preto, só foi possível em razão do poder invisível que determinados grupos ou atores sociais detém, que os autorizam a construir uma certa realidade, que é posteriormente validada pela cumplicidade dos demais, mesmo que esses últimos não estejam cientes disso (BOURDIEU, 1989). Assim, ao ser determinada por um grupo específico de poder, nesse caso os modernistas respaldados pelo governo, a imagem da cidade de Ouro Preto se configura arbitrária, ligada a um grupo particular e aos interesses da classe aos quais pertencem, mesmo que tenha sido legitimada, na medida em que é apresentada como um interesse coletivo, da nação.

É Bourdieu (1989) que evidencia que as diferentes classes se encontram imersas em uma luta simbólica, na medida em que cada uma delas busca legitimar sua própria definição do mundo social que compartilham, construída com base nos interesses específicos de cada grupo. Para o

autor, a luta é travada em diferentes campos de atuação, que se estabelecem tanto em vias diretas, a exemplo dos conflitos simbólicos da vida cotidiana, como pelas vias teóricas, a partir dos conflitos de especialistas para a construção simbólica e teórica do real, local onde são legitimados os instrumentos de conhecimento. Trata-se, então, de uma luta desigual, na medida em que determinados grupos possuem instrumentos mais eficazes, sendo capazes de impor sua representação da realidade aos demais, caracterizando o monopólio da violência simbólica tida como legítima.

Bourdieu (1989) também acrescenta que a cultura dominante promove a integração e a distinção entre aqueles que participam ou não do grupo de poder, construindo ainda uma narrativa de falsa integração da sociedade em seu conjunto, promovendo com isso à desmobilização das classes dominadas, na medida em que essas se vêm envoltas nas legitimações alheias ao seu grupo, mas propagadas como genuínas. Como colocado por ele mesmo:

A cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (BOURDIEU, 1989, p.10-11).

Diante disso, é possível trazer antecipadamente essas ponderações teóricas ao Padre Faria, questionando em que posição hierárquica estariam os grupos sociais que o compõem na luta simbólica que é travada cotidianamente ou ainda no campo teórico? Considerando para isso sua posição extremada no contexto local, a população que o caracterizava no censo de 1804, com suas principais atividades econômicas já em decadência, ou ainda a partir dos moradores que passaram a ocupá-lo em razão do processo de expansão urbana. Caso, por esses e outros motivos, dificilmente seja sua população local o grupo dominante, como então enxergam e dialogam, enquanto dominados, com a imagem da cidade de Ouro Preto formulada por um grupo social diverso e institucionalizada como reflexo do real, considerando principalmente que não se trata do real vivenciado por eles?

Quanto a distinção da classe dominante (BOURDIEU, 1989), em Ouro Preto considera-se que ela está refletida no espaço urbano, na medida em que trechos da cidade são capazes de representá-la, e outros são reconhecidos justamente por sua distinção, conformando uma hierarquização entre os diferentes bairros que a compõem. Nessa medida, também os moradores de áreas vistas como caracterizadas e/ou descaracterizadas podem se ver inseridos nas disputas travadas no campo do simbólico, envoltos pelo estigma do colonial e não colonial

que paira no imaginário local, sendo essa uma possibilidade abordada na pesquisa, sem necessariamente ter a pretensão de verdade.

Após os anos 1930, momento em se deu a escolha dos aspectos a serem preservados em Ouro Preto, foi fundamental para a manutenção da imagem criada o trabalho de preservação realizado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, órgão criado em 1937 (CASTRIOTA, 2009). Foram os atos políticos e institucionais implementados na época, denotando ao Estado, por meio de seus representantes técnicos na instituição, o poder de formulação e aplicação das práticas patrimoniais, que tornaram possível perpetuar a imagem formulada da cidade, implementando critérios e diretrizes de manutenção, através das normas fixas de atuação, e ainda pelas formas evidentes ou não de incentivar a sua replicação (MOTTA, 1987). A atuação do órgão foi tão significativa no contexto local que até os dias atuais o órgão é identificado pela população local como “o patrimônio”, como observado nas entrevistas com os moradores do Padre Faria que integram o capítulo três.

De acordo com Márcia Chuva (2009), ao descrever a atuação do órgão, a preservação da cidade tinha como base fundamental, principalmente ao longo desses primeiros anos, manter as feições artísticas e históricas das edificações coloniais, sendo para isso incentivada a preservação e replicação de tipologias que contribuíssem com a harmonia do conjunto, implicando em medidas reguladoras, protetivas e impositivas de um padrão construtivo único. Essas medidas, pautadas no ideal da homogeneidade, também incentivavam ou até promoviam transformações³² em imóveis que já se encontravam estabelecidos na cidade, caso esses destoassem dos padrões estabelecidos pelo discurso patrimonial e pelas práticas de salvaguarda (MOTTA, 1987). É importante ressaltar ainda que a atuação do órgão na cidade de Ouro Preto se constituiu como uma das primeiras experiências de gestão da instituição, considerando que ela havia sido recém criada, servindo como base para a prática institucional em nível federal (SIMÃO, 2016).

As políticas patrimoniais praticadas na cidade tiveram como foco a promoção e a preservação da estética colonial, principalmente nas fachadas, tanto nas novas edificações, como naquelas que passavam por obras ou por restauros (MOTTA, 1987). Em geral a estética arquitetônica disseminada como legítima contava com vãos com vedação em madeira, janelas em guilhotina

32 Um exemplo mencionado no tópico anterior foi da própria Capela do Padre Faria, no bairro tratado aqui, que teve seu frontão modificado para se adequar às demais capelas dos morros de Ouro Preto, retomando sua forma original. Outro exemplo marcante na cidade foi do prédio do Cine Vila Rica que sofreu ações corretivas para retirada de “características da tímida evolução de Ouro Preto posterior ao século XVIII” (MOTTA, 1987, p.110).

e vergas retas, cobertura em duas águas, com telhas cerâmicas e cumeeira paralela à rua, beiral em madeira e cachorros aparentes, ainda com as alvenarias pintadas na cor branca, complementadas pelas esquadrias em cores diversas. O estilo era baseado no colonial, mas em fase primitiva da arquitetura desse período, complementada por detalhes de momentos posteriores, como a janela em guilhotina, que era comum já no século XIX, momento em que ocorreu a popularização do vidro no país (VIEIRA, 2016).

Outra característica significativa desse processo de manutenção da imagem colonial, a partir das práticas de proteção implementadas nesses primeiros anos de atuação do órgão, foi a idealização de que o núcleo urbano de Ouro Preto não sofreria processos de crescimento ou expansão (MOTTA, 1987). Nesse momento, o SPHAN era o principal gestor do espaço urbano, pois a Prefeitura Municipal ainda não havia implementado legislação urbanística capaz de regular o núcleo, e tanto a expansão como o crescimento urbano da cidade estavam suscetíveis às prerrogativas de atuação do órgão, na medida em que geriam as novas ocupações (CHUVA, 2009). Nesse contexto, o crescimento da cidade, baseado muito mais na constante readequação do espaço para abarcar o vivido, modificado constantemente pelas práticas cotidianas dos moradores, ia em contramão ao desejo de manutenção de determinada imagem, considerando que a preservação da cidade ideal requer um processo de petrificação (patrimonial) de sua imagem ou reflexo (JEUDY, 2005), o que demanda a regulação minuciosa de suas transformações, impossível em um cenário de expansão.

O que demonstra que a instituição não estava preparada para gerir todos os processos em curso na área urbana, ainda mais estando pautados em um mesmo e praticamente único objetivo, o que levou à implementação das práticas voltadas às edificações no urbano. As consequências disso foram as descaracterizações promovidas pelo próprio órgão, ao induzirem ao colonial e a falsificação do conjunto, além disso, o foco especial nas fachadas acabou permitindo a conformação de novas tipologias, mesmo que estas fossem indesejadas, a partir dos desmembramentos de lotes, modificações internas e outros (VIEIRA, 2016). É válido ressaltar que essas metodologias permaneceram no campo de atuação da instituição ao longo dos anos, não acompanhando a dinâmica que vinha se desenrolando na cidade (MOTTA, 1987), talvez permanecendo até o momento atual, em alguma medida.

Como apontado anteriormente ao longo da contextualização do bairro Padre Faria, ocorreu na cidade de Ouro Preto, a partir dos anos 1940, o aumento populacional e a expansão urbana, em decorrência, principalmente, do denominado ciclo do alumínio (COSTA, 2011). O processo de crescimento urbano da cidade gerou modificações significativas na organização da cidade,

considerando as especificidades de seu território, como a presença de um núcleo valorado tão extenso, e o entorno se conformar por trechos com topografia acidentada, o que não só dificultava ou até mesmo impossibilitava a ocupação, como gerava conflitos com o centro consolidado, na medida em que comprometia as visadas a partir dele. De forma geral, o aumento populacional modificou tanto o trecho consolidado, por meio de desmembramentos e parcelamentos dos lotes, como os morros, através das ocupações clandestinas (VIEIRA, 2016).

Em razão desses novos processos, ocorreu no primeiro momento o aumento dos pedidos de aprovação de projetos ao órgão de proteção, ao ponto de ser necessária a implementação de normativas que permitissem a padronização e o controle das análises, acelerando os despachos, já que estes ainda eram feitos caso a caso, de acordo com a perspectiva técnica de cada profissional (MOTTA, 1987). Ainda de acordo com a mesma autora, para atender a alta demanda dos pedidos, foi criada uma espécie de cartilha contendo os requisitos gerais a serem seguidos para a garantia da aprovação dos projetos e/ou reformas, sendo as solicitações analisadas por meio da adequação às prerrogativas definidas, baseadas na manutenção da imagem da cidade.

Este foi um fator que condicionou em diferentes aspectos o imaginário da população local em relação ao “estilo colonial”, já que a partir daí se instituiu na cidade a ideia de que toda edificação deveria conter os traços característicos da cidade para conseguir a anuência do órgão, não atrasando ou impossibilitando as obras (MOTTA, 1987). Se hoje é possível observar nas áreas periféricas da cidade, bem como no Padre Faria, tentativas de aproximação à estética colonial mesmo em construções informais é porque, entre outros fatores, para na cidade a ideia da obrigatoriedade da reprodução indiscriminada de determinados aspectos tipológicos. É possível indagar, inclusive, se no imaginário local, esta obrigatoriedade não está inscrita também na lógica da adequação social, ou seja, se não caracteriza determinado modo de ser ouro-pretano, expresso na conformidade de sua edificação com a unidade fictícia da cidade.

Retomando Bourdieu (1989), se o discurso dominante é capaz de fazer com que a ordem estabelecida por ele seja considerada como natural por meio de uma imposição invisível e mascarada, que é ignorada como tal, em Ouro Preto a imposição estabelecida pela cartilha elaborada pelo órgão, mantida ao longo dos anos, foi responsável pela ideia de que toda edificação, independentemente da localização ou do ano em que se estabeleceu no núcleo urbano de Ouro Preto, deveria se caracterizar de determinada forma. De acordo com o autor,

trata-se de um poder similar ao uso da força física, na medida em que é capaz de gerar um efeito de mobilização que produz o seu reconhecimento, sendo exercido, assim, em cumplicidade com aqueles alheios à sua institucionalização (BOURDIEU, 1989).

Essa assimilação, validação e reprodução, muitas vezes espontânea, de uma ordem estabelecida na cidade de Ouro Preto pelos grupos de poder, como pode ser observado no bairro Padre Faria, também é capaz de refletir a apropriação desigual dos bens econômicos e simbólicos pelas classes populares, como aponta Canclini (2015) ao tratar da cultura popular. Ou seja, a reprodução de uma lógica institucionalizada nas áreas extremadas da cidade muitas vezes conta com as adaptações necessárias às condições econômicas da população local, que em alguns casos não dispõe de projeto arquitetônico elaborado por profissional da área, ou não utiliza materiais de valor elevado, como as telhas cerâmicas ou a própria madeira, mesmo que tenham como referência para a construção o instituído.

Nesse mesmo diálogo, Pesavento (1995) pontua como o imaginário social é capaz de regular a vida coletiva, ao passo que normatiza determinadas condutas condizentes com o sistema estabelecido, nesse caso, estaria na conformidade com o estilo construtivo que foi institucionalizado como o do ouro-pretano. Considerando ainda que os símbolos se configuram como instrumentos da integração social, na medida em que definem o *consensus* a respeito do mundo social, contribuem para o estabelecimento da reprodução da “ordem”, na medida em que a participação na lógica social que foi institucionalizada pelo grupo dominante acaba se tornando também uma integração “moral” (BOURDIEU, 1989).

Na época, a cartilha elaborada para agilizar as análises dos pedidos de aprovação de projetos foi responsável pelo movimento de padronização das propostas encaminhadas ao órgão, visando a certeza da aprovação, sem a necessidade de revisões, correções ou modificações. Dessa forma, os pedidos já eram elaborados com base em um modelo padrão de edificação, com características tipológicas similares à imagem preservada do centro histórico, instituindo um processo maquinal de uniformização da cidade, que estava mais pautado em um desejo de aprovação imediata dos pedidos, que propriamente no anseio em preservar ou replicar a estética colonial. Como pontua Lia Motta (1987, p.113), as normas foram sendo “incorporadas à rotina de construção do ouro-pretano, e aos poucos foi se formando uma nova imagem urbana caracterizada pela intenção estética da instituição”.

Mais tarde, entre os anos 1950 e 1960, em conformidade com a progressão do crescimento populacional, também passaram a ser encaminhados à instituição pedidos de aprovação de

novos loteamentos em regiões ainda desocupadas da cidade, fora do núcleo principal protegido e altamente regulado (COSTA, 2011). Como esses loteamentos seriam inseridos em novas ambiências, distantes do núcleo central, e conformados integralmente em uma época diferente daquela em que se deu a constituição da área consolidada da cidade, a regulação desses novos empreendimentos poderia ter se adequado à nova demanda urbana, guiados por diretrizes mais condizente com as especificidades dos novos empreendimentos, evidentemente em diálogo com a preservação da cidade.

Em contrapartida, o que ocorreu foi que se antes as restrições do órgão de proteção eram direcionadas principalmente ao aperfeiçoamento das fachadas (COSTA, 2011), elemento que mais influenciava na estética do conjunto, buscando com isso a uniformização das linhas gerais das vias e visadas, tradicionais do estilo colonial, com as edificações partindo do zero nos novos loteamentos as exigências construtivas só aumentaram e se tornaram ainda mais rígidas e abrangentes. Para aprovação das edificações localizadas nos novos loteamentos pedia-se uma adequação pormenorizada dos detalhes, incidindo novamente no processo de unificação dos pedidos em prol da garantia do deferimento (MOTTA, 1987).

Aos novos loteamentos incidiram, de forma geral, as mesmas cartilhas tipológicas e construtivas elaboradas para facilitar o trabalho do órgão de preservação nos anos anteriores. Dessa maneira, os loteamentos não foram considerados como novas ambiências ou como novos processos de uso do solo a serem geridos de maneira específica e diversa do núcleo colonial, mesmo que distantes desse trecho da cidade, subestimando o processo de expansão urbana (MOTTA, 1987). A negligência e até mesmo a negação do processo de crescimento urbano acabou não sendo uma alternativa interessante no desenvolvimento da cidade de Ouro Preto, adiando o enfrentamento do problema referente a ocupação significativa das áreas do entorno de tombamento, deixando que elas se conformassem à revelia de um planejamento urbano adequado.

Tal como abordado acima, a partir dos anos 1970 ocorreram algumas tentativas de formulação de políticas urbanas capazes de organizar a expansão, protegendo o núcleo urbano valorizado de Ouro Preto, como as que foram explicitadas no tópico anterior. A partir desse momento, teve início também a ampliação e complexificação da conceituação teórica referente ao patrimônio cultural, por exemplo, no final dessa década, os centros históricos passaram a se enquadrar na categoria de bens culturais. A nova nomenclatura indicava a percepção de sua dimensão social, vinculada ao uso e a inevitabilidade de seu desenvolvimento e da transformação em algum grau, também avistava o centro protegido como um testemunho de

uma etapa histórica, mas não estagnado, e sim aberto às atribuições feitas pelas comunidades locais (MOTTA, 1987).

A partir dessas novas prerrogativas teóricas no campo do patrimônio cultural, foram propostas e promovidas pela instituição nesse momento conversas com a população de Ouro Preto, considerando que estavam diretamente envolvidos nas atividades de atuação do órgão, sendo esta uma tentativa de compreensão das manifestações da cultura local. Para isso foram escalados novos técnicos para o trabalho na instituição de proteção, profissionais interdisciplinares provenientes das ciências humanas, com intuito de dinamizar o diálogo com a população local (MOTTA, 1987).

Apesar disso, as iniciativas citadas não garantem que as práticas profissionais tenham se aliado tão prontamente a outras concepções do campo teórico patrimonial, que continuaram se estruturando ao longo dos anos e estão em discussão nos dias atuais, apontando cada vez mais para concepções plurais, inclusivas e diversas do patrimônio cultural. Importante lembrar que o conceito patrimonial é sempre passível de mudança, na medida em que é reflexo direto daqueles que o produzem e, assim, elaborado de forma consoante com os grupos sociais atuantes, seus contextos sociais e históricos (BRUSADIN, 2015).

Quanto a institucionalização da imagem de Ouro Preto, é possível considerar que a regulação empreendida pelo órgão de proteção baseou-se, por muito tempo, na replicação e falsificação das características inicialmente valoradas, pois atuou não só por meio da manutenção dos traços setecentistas presentes no território, mas por meio da indução da reprodução desmedida dessas mesmas características, balizada pelas medidas de regulação/aprovação, bem como por alterações em preexistências. Tratava-se de uma tentativa de controle exacerbado das tipologias de fachada que falseavam uma imagem a partir das principais vias e que muitas vezes se diferenciava nas demais fachadas ou no interior das residências, ludibriando os observadores que percorriam as ruas da cidade (VIEIRA, 2016).

A descrição desses processos e procedimentos institucionais se fez importante nessa pesquisa ao considerar também que a atuação do órgão incidiu e permanece incidindo diretamente na vida dos moradores dessa cidade patrimônio, regulada por muito tempo quase que exclusivamente para a manutenção desse caráter, sem considerar devidamente os sujeitos que habitam, que utilizam, que intervêm e que estabelecem relações constantes com esse espaço construído (SIMÃO, 2016). Os moradores têm suas vidas e práticas cotidianas diretamente afetadas por esse ambiente construído e por esses imóveis e, conseqüentemente, pelas

regulações que recaem sobre eles. Mesmo diante disso, as ponderações, apreensões e análises dos moradores locais raramente foram ou são consideradas nos processos de planejamento urbano, sendo ignorado até mesmo seu poder de agência no tecido urbano da cidade, como apontado por eles mesmos ao longo das entrevistas.

Se considerados os pedidos de aprovação encaminhados à instituição até 1985, é possível afirmar que o IPHAN exerceu seu poder regulador em cerca de 3.000 novas edificações na cidade (MOTTA, 1987), assim, em maior ou menor intensidade, o órgão foi responsável direto pela caracterização desses imóveis, já que, ao estabelecer as feições da paisagem, “a um só tempo distingue, padroniza, homogeneiza e classifica de forma hierarquizada os significados materializados nos objetos arquitetônicos” (CHUVA, 2009, p.66). Todos esses fatores indicam que não é possível menosprezar a influência significativa da atuação do órgão sob a imagem do núcleo urbano de Ouro Preto.

Em outra medida, o resultado reverso desse processo é que com o grande número de solicitações de aprovação a um único órgão fiscalizador, sem estrutura capaz de atender toda a demanda gerada na cidade - exacerbada pelos próprios critérios estipulados -, determinadas áreas tiveram seu processo de ocupação pouco regulado. Como pontua Costa (2011) em sua tese sobre a cidade de Ouro Preto, a dimensão considerável do conjunto protegido e o seu valor contribuíram para a negligência do núcleo em sua dimensão total, principalmente quando teve início o processo mais acentuado de crescimento. Nessa medida, em regiões em que o controle e a fiscalização eram menos rígidos, já em razão de sua posição na hierarquia urbana criada pela adequação ao sentido patrimonial criado, ocorreu o prosseguimento de obras e reformas embargadas ou até mesmo a construção de imóveis sem o aval do órgão protetivo e, naquele momento, único com função reguladora³³ (VIEIRA, 2016).

No caso da cidade de Ouro Preto, a noção distorcida sobre a preservação do patrimônio cultural e a ausência de reflexão a respeito do planejamento urbano levaram à negligência do território em sua totalidade e complexidade (COSTA, 2011). Diante disso, determinados bairros, tal como o Padre Faria, foram se estruturando à revelia, carentes de infraestrutura adequada e de controle do uso e parcelamento do solo, enquanto outros, aqueles capazes de representar a imagem colonial, receberam mais atenção, uma vez que o processo de

33 É válido ressaltar que, no Brasil, até a década de 1980, o planejamento urbano ainda tinha um papel pequeno nas políticas públicas, somente algumas cidades de maior porte, como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, apresentavam planos urbanísticos, não sendo a realidade da maioria das cidades. Foi em momento posterior a determinação do Estatuto da Cidade para elaboração de Planos Diretores que os municípios deram início a formulação de leis urbanísticas próprias (FERNANDES, 2008).

reflexividade “consiste em promover a visibilidade pública dos objetos, dos locais, dos relatos fundadores da estrutura simbólica de uma sociedade” (JEUDY, 2005, p.20). Isso porque determinados bairros são dotados de características que os fazem aptos a retratar a estrutura simbólica da cidade, enquanto outros se conformam justamente pela possibilidade da inadequação (CORDEIRO, 1997), locais muitas vezes esquecidos e negligenciados o que acaba acarretando, paradoxalmente, uma dada autonomia para sua vivência cotidiana.

O que também demonstra o processo de manutenção da imagem da cidade é uma tentativa de subverter o movimento intrínseco de mudança de qualquer centro urbano, que é estruturado justamente por meio das transformações promovidas ao longo do tempo, sejam elas de crescimento, estagnação, desenvolvimento, adensamento, expansão, e outras, em prol da preservação de um aspecto homogêneo. Em Ouro Preto, mesmo o novo, enquanto dinâmica construtiva espontânea da cidade, não tendo sido algo desejado ou aceito pelos agentes ou atores hegemônicos do patrimônio, irrompeu transformando a significativa área de tombamento, seja de forma sutil ou exacerbada. E, de uma forma ou de outra, esses locais participam da história da cidade, indicando justamente a impermanência a que toda cidade está suscetível, enquanto um território habitado.

Em contrapartida, a inevitabilidade da transformação indica que para além do enquadramento simbólico, a cidade de Ouro Preto apresenta muitas outras conformações e, que, até mesmo o centro histórico protegido apresenta em seu perímetro um contexto social e territorial muito mais amplo e complexo. Este é justamente o caso do bairro Padre Faria, que nesse processo está incluído nas faixas territoriais em que o órgão não atuou de forma tão expressiva e que, no momento de crescimento e expansão, foi palco de práticas que se conformaram à mercê da instituição e de suas regulações - não abrigando somente os casos que driblaram a lógica. Este fato demonstra que “as leis ou a vontade normativa do Estado não conseguem se estabelecer de forma monolítica em todo o território” da cidade (PALERMO, 2015, p.83).

Contribuindo para o entendimento dessa “diferenciação” do bairro Padre Faria - que se estabelece somente na medida em que há uma imagem padrão instituída para a cidade - é possível pensá-lo também através do conceito de margens do estado (DAS; POOLE, 2004). As transformações imagéticas que ocorreram no bairro não se deram somente em decorrência da negligência dos órgãos reguladores, enquanto ausência de regras, já que, como foi colocado anteriormente, no bairro recaiam as mesmas regulações do restante do núcleo histórico e muitas edificações apresentam padrão construtivo e estilístico similar, mesmo não tendo passado pelo crivo da instituição. Assim, a questão que se coloca é pensar como as instâncias

do poder modelador se estabelecem no nível local do bairro e como elas se manifestam nele, enquanto interpretações espontâneas das medidas protetivas impostas e como apropriação das práticas regulatórias.

Ao propor considerar o Padre Faria como um bairro às margens, não se refere a margem no sentido territorial, no modelo dicotômico centro/periferia, mas de um campo no qual as regulações são apropriadas de diferentes maneiras pela população local, e empreendidas com base em suas necessidades prementes, porém fundamentadas nas próprias legislações às quais se vêm submetidas (DAS e POOLE, 2004). Nos territórios às margens é possível vislumbrar mais claramente as relações entre o poder central e as populações, pois esses locais possibilitam que as regulações se tornem dinâmicas a partir das experiências da vida cotidiana, no qual “as diretrizes normativas podem ser moldadas, reestruturadas ou até mesmo conformadas pelas situações do dia a dia” (PALERMO, 2015, p.64).

No que se refere propriamente ao bairro de estudo e a utilização do conceito de margens do estado, as regulações impostas ao núcleo central não estavam ausentes do Padre Faria, mas os moradores do local, em razão de sua condição econômica fragilizada, em muitos casos utilizaram de sua própria agência para possibilitar suas construções e reformas, reconfigurando as imposições do órgão regulador, nesse caso representado pelo IPHAN, ao qual estavam submetidos. Assim, a dificuldade está em estabelecer quais aspectos do bairro realmente escapam do que foi considerado como legítimo na lógica patrimonial de Ouro Preto, na medida em que muitos imóveis realmente tiveram como intuito replicar a imagem produzida da cidade, porém de acordo com as possibilidades e anseios dos moradores locais.

Nesse caso, as construções periféricas de Ouro Preto, que diferem da imagem colonial representativa da cidade, não foram conformadas em decorrência de uma relação binária entre Estado³⁴ e moradores das margens, pois mesmo em relacionamento assimétrico de forças eles estão associados. Ou seja, a imposição patrimonial não deixa de ser um poder manifesto, mesmo nas áreas periféricas, bem como a expansão descontrolada não deixa de ser uma consequência das próprias falhas e lacunas deixadas pela instituição protetora, permitidas e até mesmo negociadas por ela. Trata-se, então, de um acordo mútuo de permissividade, no qual as regras existem e os moradores reconhecem sua submissão a elas, porém, necessitam negociar seus limites para possibilitar seus empreendimentos, da mesma forma em que, nesse local específico, as regulações foram impostas de maneira menos incisiva, possibilitando a

34 Importante ressaltar que a produção do espaço urbano não se conforma somente a partir da atuação do Estado, considerando que cada vez mais o poder sobre a ocupação do território vem se atrelando aos interesses e às lógicas dos agentes do mercado.

instauração de inovações que não chegaram a se estabelecer de forma semelhante em áreas centrais.

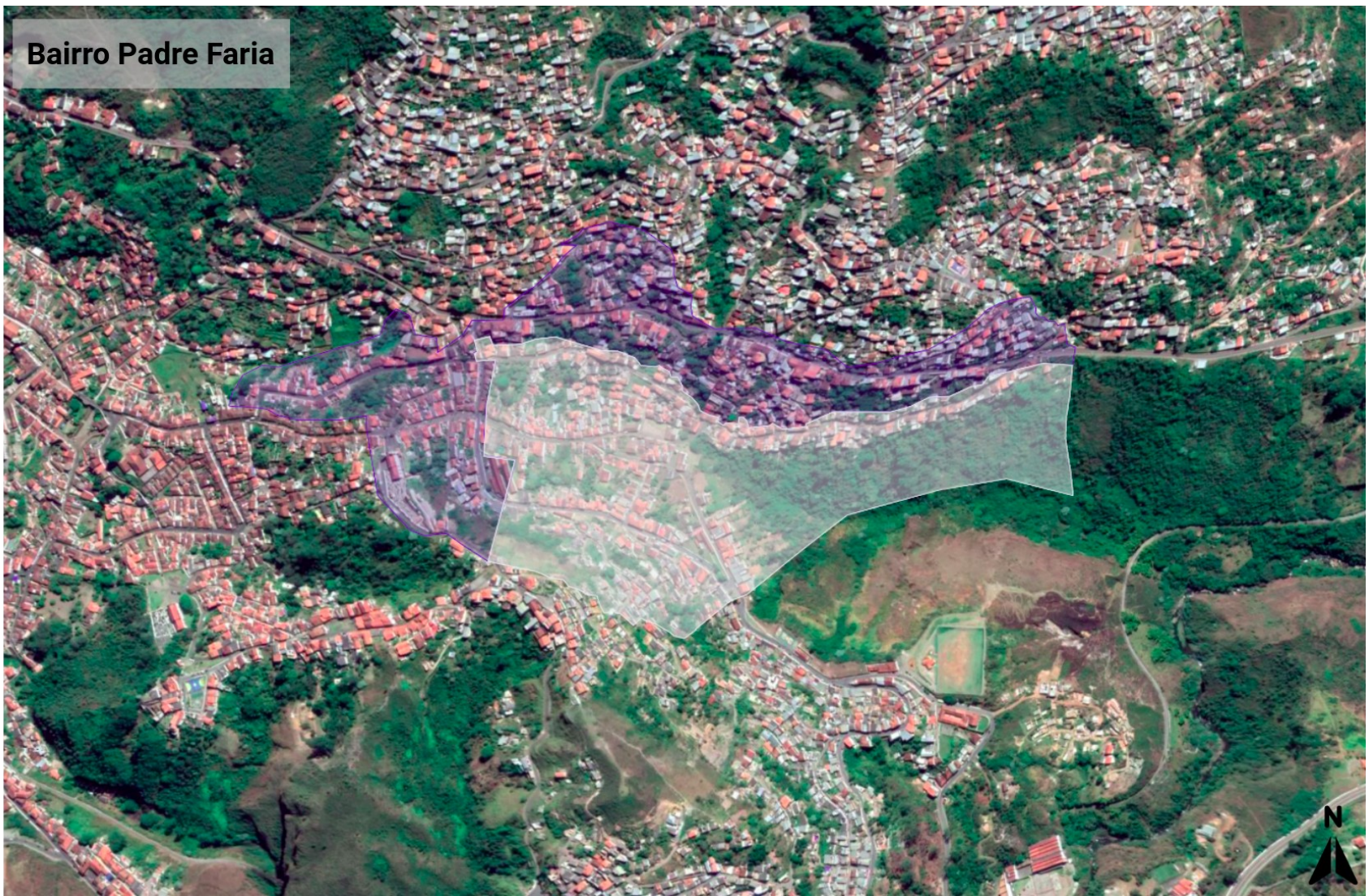
1.3. As contradições do estigma de periferia do centro histórico

Após a descrição da conformação espacial e histórica do bairro Padre Faria no contexto de Ouro Preto, bem como da análise dos processos que levaram à institucionalização de uma imagem patrimonial característica da cidade, explicitando ainda como o bairro se estabeleceu frente a esse processo, é importante refletir sobre algumas concepções teóricas referentes ao entendimento de bairro. Esse esclarecimento da compreensão de bairro é relevante antes de adentrar propriamente na análise da realidade urbana atual do Padre Faria ou ainda do contato com sua população residente. A necessidade da reflexão se estabelece ao considerar que um determinado território pode ser abordado de variadas formas e a partir de diferentes pontos de vista, sendo fundamental traçar algumas perspectivas a respeito das bases do caminho percorrido e das visões concernentes ao pesquisador itinerante.

No âmbito urbano é possível afirmar que a definição territorial dos bairros se estabelece de forma imprecisa, tendo em vista que reconhecer suas fronteiras espaciais não se configura como uma tarefa rápida ou fácil, principalmente aos visitantes, sendo espaços caracterizados, em grande medida, por certa indefinição quanto aos seus limites iniciais e finais, algo que é muitas vezes conhecido empiricamente pelos moradores da cidade (CORDEIRO, 1997). Nesse caso, diferentemente das ruas e logradouros públicos comumente sinalizados por placas abrigando seus nomes de identificação, localizadas em diferentes pontos desses setores espaciais, os limites dos bairros são não identificáveis.

No Padre Faria, por exemplo, a imprecisão se estabelece principalmente em relação ao Alto da Cruz, já que este o divisa tanto a oeste como a norte, estando ainda inserido nele trecho da Rua Padre Faria, de acordo com delimitação da Prefeitura Municipal de Ouro Preto - PMOP. Nesse caso, a indefinição pode ser observada tanto nos relatos dos moradores locais, que muitas vezes citam trecho do Alto da Cruz como pertencente ao Padre Faria, principalmente o apontado anteriormente, pela rua carregar o mesmo nome do bairro, ou até mesmo expressam a indignação quanto à delimitação oficial. Além disso, as próprias instituições se atrapalham quanto aos limites oficiais do bairro, como a Prefeitura Municipal de Ouro Preto

que incluiu imóveis localizados no Alto da Cruz no Inventário de Proteção - IPAC do Padre Faria ou ainda as companhias responsáveis pelo abastecimento de água e pela iluminação pública, nesse caso a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, que encaminham correspondências em que constam diferentes endereços, bairros, para a mesma edificação.



Mapa 3: Delimitação oficial dos bairros Padre Faria (em branco) e Alto da Cruz (em roxo), de acordo com Memorial Descritivo dos bairros de Ouro Preto - MG (2020) disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Elaboração: Paula Lara, 2021.

Porém, para além das definições institucionais, que muitas vezes permanecem restritas aos órgãos responsáveis pelo planeamento das cidades, os bairros são muitas vezes reconhecidos e identificados por suas características específicas, urbanas, culturais e/ou estéticas. Como analisado por Cordeiro (1997), determinados bairros são “reconhecíveis”, na medida em que suas especificidades são mais expressivas e facilmente identificáveis, além de os distinguir enquanto uma unidade, apresentando certa homogeneidade urbana, cultural e/ou estética. Por outro lado, alguns bairros são caracterizados por aspectos mais sutis ou até mesmo imperceptíveis visualmente, integrando com os demais uma composição urbanizada sem clara setorização.

Já em outros bairros, como é o caso do Padre Faria, o território em si apresenta claras distinções internas, que ocorrem em geral em relação a uma determinada área central identificável e homogênea em contraposição às extremidades híbridas e indefinidas. Nesse último exemplo, comumente os aspectos que se concentram no trecho central vão se diferenciando gradualmente nas extremidades, provocando uma mudança temática, que por sua vez não se consolida em um padrão singular, por ainda apresentar resquícios do primeiro. Dessa forma, os bairros podem ser caracterizados por atributos que vão desde a sua paisagem urbana até a sua identidade socioespacial.

Ainda de acordo com a mesma autora, o bairro pode ainda estar relacionado ao conjunto de critérios estabelecidos para basear a delimitação concebida pela administração pública, referentes ao uso e ao parcelamento do solo. Nesse caso, as porções territoriais são definidas enquanto unidades administrativas de menores proporções, com intuito de controlar e gerenciar os processos em curso na cidade. Entretanto, é necessário ponderar que as definições de um território, nesse caso específico de um bairro, não podem estar baseadas somente em critérios políticos e administrativos, já que eles não se configuram exclusivamente enquanto delimitações ou porções gerenciáveis, se estruturando e abarcando processos muito mais complexos e dinâmicos do que as definições do planeamento conseguem apreender e sistematizar (CORDEIRO, 1997).

Em definição o conceito de bairro vai além de um simples referencial geográfico e/ou de uma sistematização técnica, na medida em que ele é formulado por diversos agenciamentos, incorporando manobras das múltiplas subjetividades (OLIVEIRA, 2018). Essas unidades sociais e espaciais são base da vida comum, são espaços nos quais os moradores estão constantemente definindo e redefinindo, a partir da organização de sua vida pública e de suas

práticas cotidianas, além de estarem suscetíveis às interferências dos demais habitantes da cidade, por meio de como esses apreendem e julgam externamente essa porção específica do território urbano, mais limitada que a cidade, bem como as utilizam, de forma constante ou esporádica (NOSCHIS, 1984).

No processo de constituição de um bairro são traçadas uma série de relações e acontecimentos, complexos e imprevisíveis, que determinam os rumos dessa unidade social, não se tratando de um evento independente, isolado ou programado. É preciso considerar que na maioria dos casos a origem, constituição e desenvolvimento de um bairro se estabelece por meio de combinações complexas, poucos rastreáveis e até mesmo ininteligíveis, que modelam e arranjam o espaço geográfico, da mesma forma que o desorganizam (OLIVEIRA, 2018).

Na constituição de Ouro Preto, por exemplo, nota-se como uma mesma atividade econômica, a busca pelo ouro, influenciou de maneira diversa os primeiros arraiais, gerando respostas específicas dos diferentes meios geográficos e sociais. É diante disso que se estabelece a relevância em reconstituir os processos de transformação do espaço geográfico no tempo, a partir da descrição e da análise das diferentes reações a um mesmo acontecimento, considerando para isso a indeterminação proveniente do dinamismo urbano.

É possível afirmar que para cada acontecimento e/ou momento histórico os bairros, mesmo que pertencentes a uma mesma cidade, apresentam respostas específicas, que geram diferentes conformações urbanas, culturais e identitárias. Nesse sentido, a dinâmica urbana está diretamente relacionada com o tempo e os acontecimentos históricos, que promovem e possibilitam as modificações urbanas, e ainda com os processos de continuidade e descontinuidade. Essa imprevisibilidade quanto aos desdobramentos de uma ocorrência no núcleo social e urbano de um bairro indica a significância das relações internas e externas características desses espaços, considerando que são justamente elas que implicam em determinada diferenciação (OLIVEIRA, 2018).

Retomando ao exemplo anterior da cidade de Ouro Preto e do ciclo do ouro, o processo de esgotamento das minas teve consequências diferentes nos núcleos urbanos que compunham a cidade na época, como colocado, em razão de motivos diversos, complexos e relacionais. No caso específico do bairro Padre Faria foi possível observar que gerou certa estagnação do núcleo urbano, na medida em que seus moradores permaneceram ainda ligados à prática, mesmo que em decadência, não estabelecendo prontamente novas estruturas econômicas. Por outro lado, outros trechos da cidade, mesmo que também constituídos a partir da procura

pelo ouro, já abrigavam nesse momento atividades mais diversificadas em seus núcleos, como as administrativas e comerciais, enfrentando de forma mais dinâmica o período de esgotamento do mineral e encerramento das atividades (VASCONCELLOS, 2011).

As relações internas e externas que influenciam nos desdobramentos específicos de cada território são apontadas na medida em que um bairro só pode ser compreendido a partir da cidade que integra e de sua totalidade urbana, assim em relação aos demais, pois não possui independência, não é autossuficiente (CORDEIRO, 1997), - como pôde ser observado ao longo da reconstituição histórica do Padre Faria. É possível afirmar que o bairro se configura enquanto uma unidade social relativa e interdependente, submetida às estruturas gerais como o poder político da municipalidade e das demais instituições, como o próprio órgão de proteção, o IPHAN, muito atuante e emblemático no contexto geral da cidade de Ouro Preto. Como apontado por Oliveira (2018), o bairro pode ser considerado, então, uma trama do tecido urbano da cidade, que se articula com os demais, principalmente a partir das práticas, atividades, usos e percursos estabelecidos pelos moradores da cidade, capazes de promover processos de transformação constantes e continuados por meio das respostas às demandas da vida cotidiana e imediata.

Se analisado *de perto e de dentro* (MAGNANI, 2002), o bairro se configura como uma unidade do desenrolar da vida imediata, no qual é possível observar a sua transformação e desenvolvimento atrelada às atividades da vida de bairro, se caracterizando a partir disso enquanto um fenômeno histórico e social. Essas práticas cotidianas e relacionais, diante de sua frequência e expressividade, ainda são responsáveis por caracterizar e modelar a identidade do bairro, na medida em que se tornam observáveis ou ainda experienciáveis. Diante disso, cada bairro estabelece ao longo do tempo, dos processos históricos e dos cotidianos locais, um perfil ou imagem específica derivada dos seus conteúdos concretos, interacionais e simbólicos (OLIVEIRA, 2018).

Os conteúdos de um bairro que contribuem para sua identificação são conformados por características objetivas e subjetivas, sendo que estas estão interligadas e em constante relação, promovendo mudanças contínuas e mútuas. Integram seus conteúdos os objetos palpáveis, como as estruturas edificadas e ainda o núcleo urbano, erguidos e modificados pelos processos sociais e ainda palco desses acontecimentos, assim em constante interação. Além desses estão os conteúdos associados às diversas relações estabelecidas nesse espaço delimitado e interligado a outros, promovidas principalmente pelos moradores do bairro e da cidade, contribuindo ainda com as determinações desse espaço. Já o conteúdo simbólico está

relacionado a sua imagem, apreensão e representação, formulado também a partir e em razão do vivido (OLIVEIRA, 2018), extrapolando a instância de planejamento urbano, baseada em critérios objetivos e definidos *de longe e de fora* (MAGNANI, 2002).

É possível inferir que o bairro se configura enquanto um território no qual a vida social se estabelece, sendo ela real ou imaginária, assim, um espaço concebido entre a realidade concreta e a formulação e apreensão de sua representação (BOURDIEU, 1989). Nesse caso, a realidade concreta é apreendida mais facilmente no cotidiano das práticas dos moradores locais, no interior dessas micro sociedades urbanas, enquanto as representações são formuladas e utilizadas por aqueles detentores dos discursos legitimados, assim externas e algumas vezes distantes da realidade do bairro. Além disso, essa unidade urbana e sua representação também estão articuladas com as demais realidades locais no contexto no qual estão inseridas, o da cidade, sendo elas de maior ou menor intensidade, como em relação aos bairros do entorno ou ainda as demais regiões urbanas (CORDEIRO, 1997).

Ao observar a caracterização histórica e espacial do bairro Padre Faria, nota-se que o olhar externo, muitas vezes, teve como intuito fundamentar as formulações políticas e administrativas, em grande medida para a cidade de Ouro Preto de forma geral, e não propriamente para esse espaço específico e para o atendimento de suas demandas, tendo ainda como base primordial o caráter patrimonial e da preservação. Em razão disso, é possível supor que seu conteúdo simbólico tenha sido apreendido e julgado a partir da imagem característica da cidade e, na medida em que ele se difere, pode ter tido sua representação julgada ou ainda estigmatizada por se distanciar do colonial, marco simbólico da totalidade da cidade. No entanto, ele não se configura somente a partir dessa observação externa, *de longe e de fora* (MAGNANI, 2002), pois é definido também pelos seus próprios moradores, que o experienciam constantemente em sua realidade concreta, no qual se estrutura sua vida cotidiana.

Em resumo o bairro, enquanto uma unidade espacial delimitada, se estabelece como um meio social e imediato para o desenrolar da vida de seus habitantes, mas também está próximo das determinações e das formulações gerais da cidade, mesmo que imerso nas especificidades do nível local (NOSCHIS, 1984). A escala espacial do bairro possibilita que, por meio dos conflitos que se desenrolam nele, sejam apreendidas tanto questões referentes quase que exclusivamente a seu contexto particular, como por exemplo as atividades e relações sociais que se desenrolam em seu território, bem como os conflitos em esfera ampliada de reprodução social, que exacerbam a escala do bairro e até mesmo da cidade (CARLOS, 2017).

É em razão do contexto específico pertinente a essa setorização espacial que Elias (2000, p.16) salienta, ao analisar Winston Parva, que “é até mesmo impensável analisar problemas na escala da comunidade como se eles ocorressem sem a interferência externa, em um “vazio sociológico”. Nessa mesma percepção Magnani (1996) também adverte que os estudos que abordam as relações sociais nos espaços urbanos, mesmo que direcionados a determinada localidade, devem escapar à “tentação da aldeia”, ou seja, não devem ser analisados como unidades fechadas, mas sim como contextos relacionais, como tramas que se estruturam mutuamente.

Na cidade são também as ações cotidianas da população local que promovem a articulação das diferentes escalas espaciais, caracterizando-as a partir dos usos, dos deslocamentos e das atribuições denotadas a cada região ao longo dos anos, bem como são elas que modificam diretamente o espaço, já que as relações sociais têm concretude no espaço onde a vida se realiza (CARLOS, 2017). Assim, toda a comunidade urbana acaba participando da construção socioespacial da cidade, em suas diferentes escalas, por meio da própria vida pública e social, integrando e influenciando os processos que ocorrem no território e que lhe modificam de alguma maneira.

Nesse contexto, até mesmo os setores que são caracterizados como populares participam das relações de força que se desenrolam no meio urbano, mesmo que tenha sido demonstrado ao longo do trabalho a relação desigual de poder que se estabelece entre os grupos sociais que integram uma cidade. Dessa forma, como Canclini (2015) evidencia, não se trata de um poder equânime entre aqueles que fazem uso do espaço urbano, o que acaba resultando em um emaranhado complexo de contribuições e interferências em que os múltiplos agentes atuam de maneira específica no território. Diante desse cenário, torna-se difícil distinguir e reconstituir cada intervenção, na medida em que algumas delas são pequenas, sutis, quase imperceptíveis, mais significativas nos contextos locais ou ainda quando observadas em conjunto.

Ao considerar as questões apontadas sobre as interferências da população ou dos grupos sociais no território, nota-se que, em Ouro Preto, no que se refere às transformações no espaço urbano promovidas pelos moradores da cidade, como as autoconstruções em trechos mais extremados, também são julgadas pelo critério do legítimo da lógica patrimonial, representado pelo centro histórico, se estabelecendo, em contraposição, como o descaracterizado. Em outros centros urbanos as autoconstruções são, muitas vezes, enxergadas como problemáticas, principalmente tendo em conta os problemas fundiários, ou

ainda a ocupação de áreas de risco, mas na cidade estudada, patrimônio cultural da humanidade, esses aspectos são acrescidos em razão da necessidade da harmonia de conjunto e de sua interferência a partir do núcleo central.

Em razão disso, na cidade de Ouro Preto são até mesmo identificadas e apontadas regiões “patrimonializadas” da cidade e aquelas “não patrimonializadas” como se fosse uma tarefa fácil distinguir tais fronteiras no território e em sua temporalidade, algo demonstrado pela própria fragmentação de bairros em diferentes zoneamentos. A dificuldade se estabelece na medida em que algumas regiões apresentam os traços “patrimonializados” muito diluídos no tecido urbano, que chegam a se ausentar em alguns trechos, mas que retornam em outros³⁵, como é o caso do bairro Padre Faria.

Mediante o processo de hierarquização dos lugares (CORDEIRO, 1997) é possível crer que são desconsiderados os “processos ambíguos de interpenetração e mescla, em que os movimentos simbólicos de diversas classes geram outros processos que não se deixam organizar sob classificações” (CANCLINI, 2015, p.275). Ou seja, em alguma medida são ignorados que os próprios processos de autoconstrução da cidade de Ouro Preto também têm como base a simbologia do patrimônio, na medida em que seus moradores assimilaram a lógica formulada e imposta e a reproduzem de forma espontânea e criativa, produzindo a partir disso entrelaçamentos entre a lógica imposta e as possibilidades daqueles submetidos a ela.

Como aponta Herculano (2018) em sua pesquisa recente, a sistematização da regulação da forma urbana no Brasil, no que diz respeito à ocupação dos lotes promovida pelas ações individuais, foram estabelecidas por padrões alinhados aos interesses hegemônicos, que pouco ou nada versavam sobre soluções mais condizentes com as realidades específicas locais definidas pelas características sociais. Dessa forma, o cenário urbano atual das cidades brasileiras, com seus problemas e precariedades, mesmo instrumentalizado, reflete a falta de interpretação da realidade local, sendo conformado por diretrizes descontextualizadas e muitas vezes incondizentes com a realidade urbana. Diante disso, ainda de acordo com a mesma fonte, as regulações muitas vezes não são legitimadas, o que contribui para a significativa ilegalidade presente nas cidades brasileiras.

35 Claramente algumas regiões, como por exemplo a Bauxita, bairro com desenvolvimento posterior em razão do crescimento da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, realmente se apresenta de forma bem “menos patrimonializada”, utilizando-se dessa expressão caracterizante, sendo possível até mesmo não reconhecer que se está na cidade de Ouro Preto, já que esse reconhecimento se faz justamente pelo seu aspecto “patrimonializado”.

Como visto no tópico anterior, de acordo com autoras como Motta (1987) e Chuva (2009), no momento de crescimento urbano de Ouro Preto o órgão regulador não foi capaz de atuar de maneira pormenorizada, não levando em consideração as especificidades de cada trecho da cidade e, principalmente, a demanda inevitável dos novos moradores que chegavam. Nesse caso, o bairro Padre Faria, mesmo instrumentalizado, mesmo inserido nas prerrogativas de proteção, em razão da falta de diretrizes contextualizadas, que levassem em consideração sua posição extremada, o número de lotes vagos, a possibilidade de novas ocupações, e o baixo poder aquisitivo da população que se instalava na cidade em busca de emprego nos processos de industrialização, teve sua transformação acentuada, sem o devido acompanhamento e/ou respaldo técnico.

Por outro lado, mesmo que os códigos normativos de regulação da forma urbana não tenham sido criados a partir dos interesses coletivos na cidade, assim como nos demais contextos brasileiros, nesse caso induzindo a fixidez de uma estética desvinculada dos comportamentos locais, ainda assim, eles acabam se tornando as referências hegemônicas, sendo replicados também nos trechos urbanos caracterizados como “informais” (HERCULANO, 2018). Porém, é possível considerar que em razão das condições dinâmicas e altamente adaptáveis dessas localidades, as regulamentações da forma urbana são utilizadas como um modelo, porém são reconfiguradas por meio da expressividade característica da coletividade local. Ou seja:

Esta lógica estabelece um padrão, um modelo, que pode ser interpretado como meio, que garante certa liberdade para introdução de elementos da identidade local; ou como fim, que reflete valores genéricos e não de um comportamento local dotado de originalidade, diversidade e peculiaridades (HERCULANO, 2018, p.216).

Esses são processos que podem ser observados no Padre Faria, já que as ocupações que ocorreram em contramão às diretrizes de proteção, ou até mesmo as construções informais, dialogam em alguma medida com a estética colonial que simboliza a cidade, ao adotar determinadas características construtivas e estilísticas. Ou seja, em razão da falta de adequação das diretrizes patrimoniais, que consideravam a cidade como uma unidade e não enquanto um todo formado por diferentes frações, determinados trechos ao se submeterem às demandas do crescimento urbano e dos novos moradores, foram impelidos à ilegalidade ou a diferenciação, na medida em que as requisições por adequação não eram viáveis. Em contrapartida, mesmo sem a devida aprovação, por diferentes motivos essas construções informais continuaram refletindo em algum grau a estética imposta pelas diretrizes patrimoniais.

Outro questão a ser abordada para compreensão dos percursos teóricos que levaram a determinado entendimento do bairro é em relação aos usos sociais e as práticas cotidianas dos moradores, também capazes de modelar e modificar o espaço urbano (CERTEAU, 1998). Nessa medida, como as unidades espaciais participam do todo social, elas encontram-se em constante movimento de transformação, assim em permanente mudança de significação, não sendo possível analisá-las como se existissem de maneira independente das sociedades que as constituem.

O cotidiano, enquanto interpretação social da realidade, possibilita a compreensão das unidades na medida em que a rotina, os gestos do trabalho diário e suas nuances, estão em relação contínua com o espaço e as construções que esse abriga, permitindo a apreensão das condições ou dos mecanismos pelos quais as práticas permeiam e modificam o espaço (NOSCHIS, 1984). E, se as práticas cotidianas são capazes, em algum grau, de modificar o espaço em que se estabelecem, a territorialidade do cotidiano também não se coloca somente como “um palco, um espaço onde ocorre os acontecimentos sem a sua interferência, mas como um lugar que age conferindo especificidade e significações aos indivíduos que dele participa” (VANALI, 2015, p.113).

Isto posto, são vários os elementos da vida social e do cotidiano que auxiliam na compreensão de determinado território, nesse caso específico no entendimento de um bairro, se colocando enquanto possibilidades de exploração da vida local. Entre esses componentes estão, por exemplo, as próprias casas dos moradores locais, que refletem os processos de apropriação e uso, ou ainda os costumes da vizinhança estruturados ao longo do tempo com base na coexistência da vida pública e social, estabelecidos em razão da proximidade, das trocas, das condições do meio e da observação do outro, se colocando, então, como perspectivas de investigação e de análise (OLIVEIRA, 2018).

Outro fator a ser considerado em relação a vida social do bairro é que, como colocado por Certeau (1998), também estão contidos nas práticas cotidianas os movimentos de resistência às forças hegemônicas de poder e controle, na medida em que nelas são estabelecidas determinadas *táticas* para subverter as prerrogativas do sistema e escapar dos modelos impostos pela ordem dominante, reinventando-os em suas atividades diárias. Nessa medida, os grupos sociais que não detêm o poder necessitam utilizar as falhas encontradas nas estruturas legitimadas para, a partir delas, empreender suas próprias *astúcias*, ou seja, encontrar soluções para resolver seus problemas diários de forma condizente com suas possibilidades. Assim, pode-se considerar que é justamente na cotidianidade das práticas que

as táticas do fazer, as invenções anônimas respaldadas pelos desvios das normas são viabilizadas, sem confronto, mas não menos instituintes (VANALI, 2015).

Certeau (1998) ainda aponta outro elemento de análise do espaço, na medida em que observa que por meio das práticas cotidianas e dos movimentos diários dos moradores são promovidas modificações sutis no território, aparentemente desprovidas de sentido lógico, se posto em relação às regulações urbanísticas, pois incondizentes com o espaço construído pelas estruturas de controle e poder. Dessa forma, são traços imprevisíveis, destoantes, desenhados em um “lugar ordenado pelas técnicas organizadoras de sistemas” (CERTEAU, 1998, p.97).

Assim, mesmo suscetíveis às disposições urbanísticas vigentes em seu território, os percursos traçados pelos moradores, mesmo desprovidos do poder ordenador, ainda possibilitam a produção de heterogeneidades no espaço urbano, demonstrando as *astúcias* produzidas por desejos e necessidades diversas daquelas dos grupos de poder que ordenam o espaço da vida cotidiana (CERTEAU, 1998).

De forma diferenciada, mas ainda com foco no cotidiano, Agnes Heller (2016) também aponta a criatividade presente na cotidianidade, já que, de acordo com a autora, aquilo que é compreendido como repetição na vida diária tanto se reitera como se recria. Dessa forma, o cotidiano não se configura como uma situação inerte, como uma série de repetições mecanizadas, mas está em processo constante de transformação, com seu tempo e espaço preenchidos por novos significados, já que são a partir das e nas próprias atividades diárias que os desvios têm possibilidade de ocorrer, acidentalmente ou não, gerando novos acontecimentos alheios aos ocorridos nos dias anteriores.

Ainda na concepção da mesma autora, o cotidiano se coloca ainda como um elemento necessário para a própria apreensão e formulação histórica - mesmo quando parece estar ausente de seus registros em decorrência da magnitude dos fatos extraordinários que o ofuscam -, pois este se refere a vida humana. Assim, mesmo que muitas vezes os fatos cotidianos sejam negligenciados por aqueles capazes de conceber o arquivo (VANALI, 2015), os registros históricos seriam constituídos pelos próprios acontecimentos cotidianos, ou ainda por momentos que foram promovidos em razão desses, porém elevados à categoria de ocorrências inabituais, pelos rumos históricos das narrativas (HELLER, 2016).

A conceituação de ambos os autores, Heller (2016) e Certeau (1998), expressas aqui, contribuem para o entendimento do território analisado ao permitirem a compreensão da agência dos sujeitos sociais e de suas práticas cotidianas e como essas são territorializadas no

bairro, auxiliando também no entendimento de uma lógica de “entrecruzamento de processos macro e microssociais, realocando o indivíduo e a coletividade no centro do acontecer histórico” (VANALI, 2015, p.124). Ou seja, em alguma medida possibilita a compreensão de que os próprios moradores do bairro Padre Faria, seja por suas interferências diretas no espaço urbano, principalmente por meio de suas edificações, ou somente por suas práticas cotidianas, que em recorrência produzem modificações no espaço no qual se desenrolam, também são responsáveis pela conformação específica e característica do bairro.

Utilizando-se das palavras de Certeau (CERTEAU, 1998 p.99) ao descrever as “estratégias”, consideradas no contexto da cidade de Ouro Preto como provenientes do órgão patrimonial atuante, trata-se de um gesto cartesiano de “circunscrever um *próprio* num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro”. Porém, mesmo difíceis de serem apreendidas, até mesmo invisíveis, como sugere o autor, as *táticas* da população local são capazes de modificar em alguma medida essas organizações, nesse caso urbanísticas e patrimoniais, por meio da ação cotidiana, que é “determinada pela ausência de um *próprio*”, na medida em que se estrutura no coletivo e a partir da necessidade de atuar com as ferramentas ou diretrizes que lhe são impostas. Sendo esses, então, alguns dos fatores que sugerem a necessidade de apreensão e de análise do cotidiano do bairro, em busca do vislumbre de tudo aquilo que condiciona suas especificidades.

Resta considerar que, se diante dos processos históricos e da realidade concreta do bairro Padre Faria é possível, em alguma medida, afirmar que ele é estigmatizado no contexto do tecido urbano por não se assemelhar à imagem formulada da cidade ou mesmo às diretrizes de regulação urbana, como colocado algumas vezes ao longo do documento, o que é possível dizer dos moradores que habitam cotidianamente o bairro? A questão é colocada ao considerar que é no cotidiano que as existências são construídas, dia a dia, enquanto apreensão da semelhança e da diferença que estabelecemos com o outro (VANALI, 2015), o que leva a indagação sobre se é possível sugerir que os moradores do Padre Faria sofrem com os estigmas concernentes à imagem patrimonializada da cidade?

No caso do povoado analisado por Norbert Elias (2000), por exemplo, tratava-se de uma sociedade em que um grupo se reconhecia como *establishment* no dado contexto local, e outro, inevitavelmente, se estabelecia como *outsider*. Nesse modelo específico, a base para determinar a distinção daqueles considerados *estabelecidos* e, a partir dela, o seu poder sobre os demais moradores, advinha do fato de habitar na cidade há mais tempo, figurando nisso os valores fundamentais daquela comunidade. A partir desse critério definidor, os demais eram

estigmatizados em razão da incompatibilidade com os valores comunitários ali instalados, sejam eles quaisquer atributos que fugissem aos estabelecidos como constitutivos dos habitantes de Winston Parva.

Assim, como um *establishment* tanto se auto percebe como é reconhecido a partir da identidade social que construiu em torno de sua imagem, ele só é capaz de estigmatizar o outro com determinada eficácia se estiver em uma posição consolidada de poder, do qual o outro grupo está excluído. Enquanto os *estabelecidos* apresentam determinada homogeneidade, características que o definem bem, sendo assim facilmente reconhecidos, os *outsiders* são todos aqueles outros que não se adequam, não sendo necessariamente um grupo social facilmente distinguível, identificados justamente pela sua não pertença. Nessa concepção, a lógica de poder se manteria porque determinado padrão foi estabelecido e todo restante é analisado a partir dessa identidade criada e reconhecida (ELIAS, 2000).

Ao trazer essas reflexões para o caso específico da pesquisa, a pergunta que se coloca é se é possível considerar que todos aqueles que habitam os locais que destoam da caracterização de Ouro Preto, e que em determinada medida são responsabilizados por isso, se configuram na lógica específica dessa cidade patrimonializada como os *outsiders*, ainda que inclusos na normatização estabelecida? A questão é colocada também com intuito de compreender se a interiorização pelos moradores de uma imagem ruim a respeito do seu local de moradia tem repercussão na construção de uma identidade negativa do bairro, fazendo com que ele atue como um dispositivo de estigmatização, agravando o contexto de exclusão social e urbana que já perpassa o bairro por sua localização mais distante do centro consolidado e caracterizada pela topografia acentuada que permite o seu acesso.

Dessa maneira, coloca-se aqui a reflexão a respeito dos processos de constituição de identidades e de imagens públicas negativas de determinados bairros ou espaços urbanos, considerando que elas podem influenciar nas formas de apropriação e de transformação dos espaços pelos seus moradores. Isso é colocado visto que a estigmatização pode influenciar os processos de enraizamento da população e de constituição de identidades positivas dos bairros, comprometendo até mesmo as iniciativas dos grupos sociais que os habitam em prol de melhorias urbanas, na medida em que incentiva os processos de mudança em busca de locais que já detenham identidades positivas no âmbito da cidade que integram, ao considerarem que seu próprio bairro não terá condições futuras de transformar-se (PINTO; GONÇALVES, 2000).

É possível considerar ainda que a interiorização de uma imagem negativa pode acabar gerando processos de marginalização dos “outros” dentro do próprio bairro, ao serem considerados responsáveis pelas digressões da lógica imposta, fator que também foi observado na análise de Elias (2000), na medida em que os próprios moradores dos locais estigmatizados passam a apontar quais integrantes da comunidade contribuem para essa imagem negativa do local. Em um contexto urbano e social simbolicamente desvalorizado, dotado de uma imagem pública negativa, é necessário avaliar como os moradores absorvem e experienciam essa imagem associada ao bairro, que também diz respeito ao seu espaço residencial. Dessa forma, além de compreender quais fatores estruturam essa imagem, como buscou-se elaborar no tópico anterior, faz-se imprescindível questionar quais as consequências dessa negatividade sobre as dinâmicas sociais dos moradores do bairro, em que medida incentivam as promoções de melhoria ou ainda o abandono.

No contexto do bairro o espaço residencial se configura enquanto o centro da vida social e como significativo referente identitário, é nessa medida que a percepção e até mesmo a interiorização de uma imagem criada externamente pode levar a processos de rejeição desse espaço, e ainda contribuir para formas inadequadas de apropriação, indicando a desvalorização da própria comunidade como resposta a interiorização da imagem negativa, levando por exemplo aos atos de vandalismo. O que pode indicar ainda que o estatuto desvalorizado conferido pela sociedade ou por grupos de poder marca a percepção subjetiva que os moradores, muitas vezes populações social e economicamente vulneráveis, têm das suas próprias agências enquanto atores sociais capazes de gerar grandes transformações (PINTO; GONÇALVES, 2000).

Sendo assim, a imagem que foi interiorizada pela população do Padre Faria e aquela que se crê que este projete para o exterior, para o restante da cidade, são dimensões decisivas na estruturação da identidade do bairro e de sua população, estando ambas vinculadas, em alguma medida, a adequação ou a inadequação diante da imagem patrimonial de Ouro Preto. O processo de estigmatização se estrutura, então, na construção de uma imagem pública negativa por grupos externos ao bairro, que passa a ser apreendida pelos seus moradores e, conseqüentemente, reconhecida em seus espaços residenciais e de convívio social. Além disso, como colocado por Pinto e Gonçalves (2000), em alguns casos essa percepção passa a predispor os habitantes e agravar as condições de degradação física, social e simbólica destes espaços, já que, como colocado anteriormente, torna-se preferível buscar espaços adequados do que investir nesse específico, visto como precarizado, ou ainda sem solução.

Contudo, essa representação negativa do bairro, que se caracteriza enquanto um estigma, também incentiva, em contrapartida, a formulação de estratégias de defesa da população local, principalmente daqueles que não aceitam se sujeitar às representações negativas externas ao bairro e que buscam fortalecer os processos de união da população local, ao compartilharem do mesmo sentimento de pertencimento e de afeto ao local, enquanto seu núcleo social e residencial (PINTO; GONÇALVES, 2000). Dessa forma, é possível afirmar que nesses locais também se estabelece o enraizamento da população local, mesmo com os senões apresentados, o fortalecimento dos laços de vizinhança, em alguns casos até mesmo como uma tentativa de resposta às dinâmicas de segregação socioeconômica e espacial que as atingem. É nessa medida que se torna importante extrapolar a barreira do construído, para buscar compreender também as relações sociais que transformam esse espaço urbano.

Capítulo 2.

Interrogando realidades urbanas: o bairro Padre Faria em mutação



Após a análise histórica sobre o Padre Faria e dos diferentes processos em que ele se encontra envolto, em razão das especificidades do território do qual faz parte, a cidade patrimonial de Ouro Preto, o objetivo do capítulo dois foi analisar a atual realidade concreta do bairro. O estudo levou em consideração as formas urbanas e estruturas arquitetônicas que foram sendo criadas e sedimentadas no território, integrando esse escopo tanto as formas que resistiram ao longo dos processos históricos como as que emergiram mesmo diante das medidas de regulação do território e de preservação de uma dada característica. Espera-se com esse estudo o vislumbre da imagem que pode ser experienciada na cotidianidade do bairro, com suas especificidades e diferenciações, se comparada a imagem institucionalizada da cidade de Ouro Preto.

Quanto ao campo para elaboração da análise, tratou-se da perambulação pelo recorte espacial definido, experienciando o espaço urbano construído, devidamente registrado em imagens, procurando ao longo do processo não reduzir ou resumir prontamente a complexidade das formas analisadas, ou seja, tomando o bairro como algo ainda indefinido e não como uma unidade caracterizada *a priori*. Ao longo dos percursos³⁶, foram observadas as mudanças históricas, apreendidas principalmente nos componentes arquitetônicos, com base tanto no material fotográfico encontrado do bairro, do acervo Luiz Fontana, como nos próprios elementos estilísticos e construtivos das edificações e estruturas urbanas. Considerando ainda que esses elementos foram inseridos nesse espaço urbano em determinado momento histórico, condicionados a valores daquela época, porém, que ao permanecerem no território foram sendo apropriados e modificados a partir dos novos usos e das diferentes conformações da sociedade.

Conjuntamente a materialidade, os campos também tiveram o objetivo de compreender as relações estabelecidas entre a vida cotidiana local e esse núcleo urbano entendido como cidade histórica, considerando que são justamente esses espaços as margens e/ou precarizados que possibilitam observar a vida urbana tanto em sua concretude, já que abarca muitos itens formulados pelos próprios moradores a partir de suas possibilidades, como nas formas de organização social e cultural específicas. Isto é posto na medida em que bairros como o Padre Faria, complexos, inseridos nos limites territoriais, são capazes de expressar as necessidades de materialização da vida de grupos sociais diversos, sendo este seus moradores ou ainda os visitantes; abrigando hábitos e apreensões de mundo distintas (COSTA, 2011).

36 Os campos ocorreram em momentos espaçados ao longo da dissertação e até mesmo antes dela, com início de contato com o bairro em 2017, em razão do trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo. Os últimos campos foram realizados nos meses de julho e agosto de 2021.

A análise do bairro foi elaborada tendo como pressuposto primordial que a paisagem é uma construção coletiva no qual a soma das ações individuais influencia de alguma maneira a conformação do todo, a partir da complementaridade dos elementos físicos dispostos no espaço urbano (HERCULANO, 2018). É válido ressaltar que a pretensão da análise não foi se contrapor às metodologias que têm como objetivo ordenar o núcleo histórico e assim manter as características que lhe denotam valor, mas sim, demonstrar como mesmo diante delas, são concretizados os planos práticos que possibilitam a permanência e a reprodução da vida cotidiana dos moradores do Padre Faria.

Destacar que o objetivo não se estabelece pela contraposição aos valores patrimoniais de Ouro Preto é importante na medida em que, mesmo com as críticas apontadas a respeito do processo de proteção do núcleo histórico da cidade, sabe-se da importância desse acervo e dele ser compreendido a partir de uma lupa mais abrangente, atualizada, contextualizada e participativa. Além disso, acredita-se que somente a partir de um diagnóstico abrangente da situação urbana atual da cidade de Ouro Preto, compreendendo as complexidades criadas e sedimentadas no território ao longo dos anos, principalmente em suas regiões periféricas, a proteção ao núcleo tombado se fará mais efetiva.

Diante disso, foi realizada a análise *in loco* do bairro Padre Faria com intuito de compreender como se caracteriza a hibridez do seu território, que atualmente é conformado pelas diferentes temporalidades depositadas nele, sedimentadas em razão do aspecto indistinto das normativas e das práticas de regulação nesses trechos às margens do núcleo central. De antemão, no território do bairro é possível vislumbrar a presença expressiva das articulações dos próprios moradores que modificaram e ainda modificam a composição do bairro ao estabelecer suas formas individuais de apropriação e de transformação do espaço urbano. Mesmo se tratando de formas espontâneas e individuais de alteração do território no interior dos lotes, ainda se instauram mediante uma lógica colonial estabelecida na cidade.

O esforço nesse segundo capítulo foi de esmiuçar um território construído e integrado a partir de uma multiplicidade de escalas de atuação, tanto em nível institucional, como das esferas de proteção e órgãos responsáveis por regulá-la, como também no nível informal, referente a população e aos acordos que estes elaboram com o poder estabelecido no âmbito legal e/ou ilegal (DAS e POOLE, 2004). Porém, sabe-se da impossibilidade de reconstituir os acontecimentos e agências que levaram a determinada transformação urbana, considerando a diversidade de eventos históricos e relacionais que possibilitaram a caracterização encontrada no bairro.

É válido ressaltar que para a investigação espacial do bairro o recorte temporal definido foi o período contemporâneo, na medida em que foram analisados os elementos da composição existente, porém buscando compreender as permanências e alterações. Nessa medida, a análise foi realizada considerando que as significações do espaço do bairro são resultado de múltiplos e diversos processos sociais, promovidos no decorrer da história e, conseqüentemente, o que é observado na atualidade não se estabeleceu alheio a esses processos. Diante disso, a pesquisa deste e do próximo capítulo se concentrou na observação do espaço urbano existente e nos usos cotidianos, buscando compreender os significados atribuídos aos espaços patrimonializados ou não patrimonializados no presente, obedientes às normatizações ou não, sem, portanto, estigmatizá-las e enquadrá-las na ordem legal.

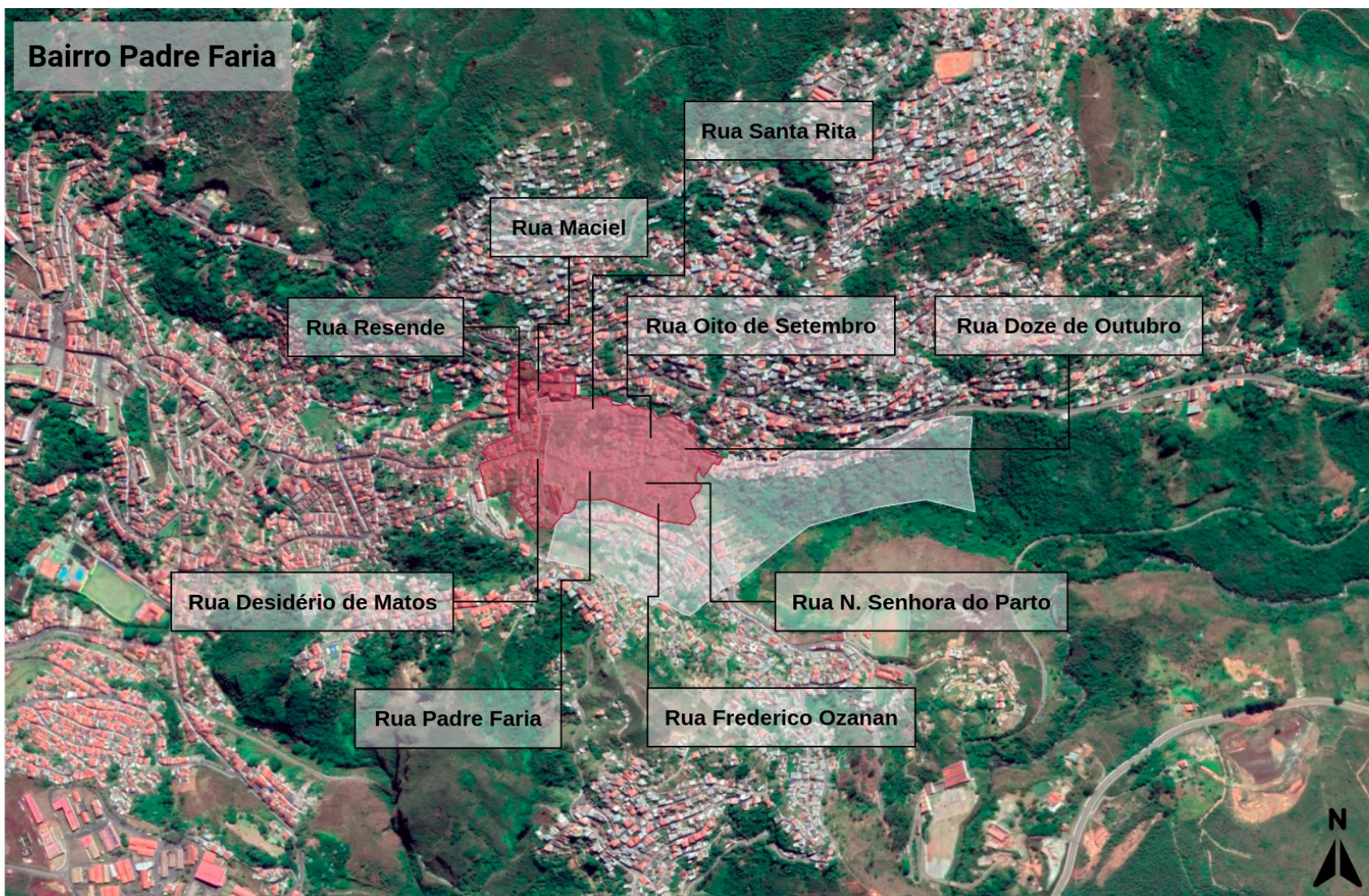
Como base para a observação do bairro ou ainda das edificações que lhe constituem, foi exemplificado anteriormente o processo de rotinização das práticas de preservação dos aspectos patrimoniais da cidade de Ouro Preto, ressaltando ainda que se tratavam de relações de poder, de disputas por capital político e simbólico. Esses processos são importantes na medida em que justificam a remanescência de determinados bens arquitetônicos no bairro enquanto constituintes do patrimônio histórico, na qualidade, portanto, de bens simbólicos, e ainda a replicação de elementos coloniais em imóveis informais. Esse último aspecto vai ao encontro do que coloca Chuva (2009) quando assevera que a imposição do estilo colonial na cidade possibilitou a repetição de determinados aspectos construtivos nas edificações, mesmo naquelas construídas de forma incondizente com os parâmetros urbanísticos da cidade.

É válido ressaltar, a luz desses processos, que muitas informalidades na cidade de Ouro Preto foram negociadas no próprio órgão de proteção, na medida em que não é possível conceber a total ausência de encaminhamentos da instituição nos processos que ocorreram nos momentos de crescimento acentuado do número populacional e, conseqüentemente, do núcleo urbano, mesmo que incondizentes com os critérios criados por eles mesmos. Dessa forma, evidencia-se as redes de relações sociais tecidas pelo IPHAN ou ainda Sphan, que chegaram a influenciar as estratégias de decisão em relação às prioridades de ação do órgão, sendo que estas nem sempre estavam “determinadas em função de uma classificação precisa de ameaça real de destruição do patrimônio tombado, mas devido a uma ordem de compromissos mais ampla” (CHUVA, 2009, p.331).

Quanto ao recorte espacial que possibilitou a elaboração dessa análise da concretude espacial do bairro, tal como colocado anteriormente, abrangeu somente o trecho da Zona de Preservação Especial - ZPE, definida no mapa de zoneamento da cidade de Ouro Preto,

elaborado pela municipalidade em 2010, junto ao Plano Diretor. Como descrito e demonstrado através de mapas na introdução, se considerada a delimitação mais recente e oficial do bairro Padre Faria, elaborada pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto, ainda estaria incluído um pequeno trecho do bairro Alto da Cruz, porém, em razão de determinada imprecisão, esse e outros trechos do bairro são considerados pelos moradores locais e por determinados registros oficiais como pertencentes ao Padre Faria e, por isso, foram incluídos no recorte espacial, ainda por sua relevância no contexto local.

O motivo da seleção desse trecho específico foi por justamente se tratar da área mais restritiva quanto as diretrizes urbanísticas, visando a proteção patrimonial, assim, definida como a mais relevante nesse aspecto no contexto local. Além disso, o recorte permite o estudo de uma área sob os mesmos critérios urbanísticos, já que a mancha do bairro é dividida em pelo menos outras duas zonas urbanas diferentes. Como pode ser observado no mapa a seguir (Mapa 4), na Zona de Preservação Especial - ZPE estão inseridas, em toda sua extensão ou somente algum trecho, as ruas Padre Faria, Desidério de Matos, Maciel, Rezende, Nossa Senhora do Parto, Santa Rita, Frederico Ozanan, Doze de Outubro e Oito de Setembro, sendo esse o território analisado nesse capítulo da dissertação.



Mapa 4: Indicação das ruas que compõem a área de estudo, estando em branco a delimitação mais recente do bairro Padre Faria e em vermelho o recorte espacial, sendo este o trecho da Zona de Preservação Especial - ZPE.

Elaboração: Paula Lara, 2021.

Essas ruas evidenciadas no mapa também permitem retratar como se conformam as extremidades da principal mancha de proteção de Ouro Preto, considerando que o bairro Padre Faria se encontra em uma porção do território muito específica, justamente no limite entre a área mais valorizada e as regiões mais extremadas da cidade, ou seja, a sua periferia. Como pôde ser observado no mapa anterior (Mapa 4), a área do bairro que se encontra fora da principal mancha de proteção é mais extensa, porém, grande parte desse trecho a leste não apresenta nenhuma ocupação, sendo conformado pela continuidade da Rua Santa Rita e por uma grande área vegetada.

É válido esclarecer que, como colocado por Costa (2011), a partir de Bonduki e Rolnik, o termo periferia é utilizado no urbano para designar os lugares que se encontram afastados geograficamente dos núcleos centrais das cidades, em muitos casos nas faixas externas do perímetro urbano, em áreas comumente carentes de infraestrutura e de urbanização adequada. Trata-se, ainda, daqueles locais em que a força de trabalho se reproduz em precárias condições de habitação, muitas vezes construídas informalmente ao longo dos finais de semana de descanso do trabalho (BONDUKI; ROLNIK, 1982, apud COSTA, 2011). No caso específico da pesquisa, está sendo utilizado o termo periferia do centro histórico para designar o Padre Faria, já que diante do perímetro tombado da cidade de Ouro Preto o bairro pode ser entendido como periferia sem, no entanto, desconsiderar que existem outros bairros ainda mais distantes e negligenciados pelas políticas urbanas.



Mapa 5: Indicação das ruas que compõem a área de estudo com presença de imagens ilustrativas.
Elaboração: Paula Lara, 2021.

Como colocado por Costa (2011), tanto as definições geográficas como sociais de periferia convergem para uma única perspectiva, que é a da valorização de determinados trechos das cidades em detrimento de outros, o que acaba produzindo a dialética centro-periferia. O estabelecimento de áreas mais atrativas e a omissão frente a consolidação de trechos precarizados, sem as devidas condições para abrigar o uso residencial, faz parte da lógica urbana. Dessa forma, com base no mesmo autor, são as condições de vida na cidade, ou seja, as possibilidades de acessibilidade, a dependência do sistema viário, o acesso à infraestrutura urbana, aos equipamentos públicos, ao comércio e serviço local, que possibilitam a identificação de áreas valorizadas e/ou precarizadas, bem como aqueles que podem ou não acessá-las.

De acordo com Jeudy (2005, p.98), “os entre-dois-espacos, os “não-lugares”, tudo que define uma percepção do informe, situa-se em princípio na periferia da cidade, raramente no centro”. Ou seja, a periferia seria o local caracterizado pela heterogeneidade, no qual as diferenciações têm maior liberdade de se estabelecer, abrigando assim diversos artefatos possíveis, inclusive aqueles capazes de dialogar com o centro das cidades. O mesmo autor ainda pontua que um dos objetivos do princípio de reflexividade, característico da lógica patrimonial, seria justamente reduzir essas contingências presentes nas cidades a uma imagem única, capaz de traduzir o que se espera de determinado centro urbano, principalmente quando se trata de cidades patrimonializadas.

No caso do bairro Padre Faria, geograficamente, realmente trata-se de uma área relativamente distanciada do centro administrativo da cidade e com menor valor de terra se comparado ao núcleo central, entretanto, existem em Ouro Preto porções mais extremadas. Além disso, não é possível a comparação a centros urbanos de maiores dimensões em que as distâncias a percorrer são bem mais significativas, dificultando as práticas cotidianas de seus moradores. A posição geográfica do Padre Faria mais próxima da periferia que do trecho central se estabelece também por questões topográficas, já que para alcançá-lo é necessário transpor uma significativa barreira física com início no bairro Antônio Dias, o que acaba “distanciando-o” ainda mais do centro. Já se verificadas as questões fundiárias, outros trechos da cidade apresentam situações mais conflitivas, considerando principalmente as ocupações irregulares em locais com risco geológico nos morros de Ouro Preto.

Já em relação ao seu acervo arquitetônico, foi possível observar que o território do Padre Faria é formado por edificações com atribuição de valor histórico e artístico, ou seja, alguns

remanescentes do período colonial acautelados pelos instrumentos de proteção ao patrimônio cultural. Entre esses bens formalmente reconhecidos estão alguns símbolos de maior destaque, com proteção individual por meio do tombamento, como a Capela do Padre Faria, a Ponte de mesmo nome e o Chafariz do Alto da Cruz na Rua Padre Faria. Além disso, o bairro abriga algumas edificações residenciais que foram inventariadas pelo município em 2009, em razão de conservarem características que contribuem para a estética do bairro, em referência aos valores atribuídos à imagem da cidade patrimonial (Foto 5).

Além desses imóveis formalmente valorados e protegidos por suas características estéticas e históricas, no bairro ainda podem ser encontrados imóveis que foram construídos mais tardiamente, mas que se assemelham à estética colonial (Foto 6). Nesse caso, eles também são capazes de contribuir para a manutenção da imagem patrimonializada do bairro, na medida em que, em conjunto, possibilitam certa harmonia almejada pela instituição responsável pela proteção da cidade. No caso do bairro, são esses dois tipos de exemplares, os formalmente reconhecidos e os que ainda conseguem se assemelhar a estética colonial, sem muitas alterações, principalmente em suas fachadas, que são responsáveis pela articulação dessa unidade socioespacial com o restante do núcleo central da cidade.

Em contraposição, o bairro ainda é constituído por edificações de construção mais recente, empreendidas em conformidade com a legislação ou não, assim formais e informais. Essas se caracterizam como novas construções, em alguns casos com referências diretas à cidade formal protegida, replicando, de forma espontânea ou não, de maneira pertinente ou não, as características formais do núcleo central protegido (Foto 7 e Foto 8). Ou ainda são destituídas de qualquer rigor formal em relação à estética que predomina na cidade, assim fora do padrão construtivo imposto para inserção delas em um núcleo protegido. Elas seguem então as possibilidades e preferências técnicas e construtivas do próprio morador, se eximindo da responsabilidade que recai quando pertencente a um conjunto preservado.



Foto 5: Edificação construída em 1937, de acordo com inscrição na fachada, e inventariada pela Prefeitura Municipal. Localizada na Rua Padre Faria.



Foto 6: Edificação localizada na Rua Padre Faria, no número 249.



Foto 7: Edificação na Rua Padre Faria com determinadas características do estilo colonial, porém com presença de "inovações".



Foto 8: Edificação na Rua Santa Rita somente com alguns detalhes que remetem ao estilo colonial.

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Diante do cenário exposto é importante ressaltar que ao sugerir a criatividade e espontaneidade que se dá nas margens não estão sendo ignorados ou excluídos os perigos e inconformidades no qual são formuladas, diante da necessidade premente de sobrevivência da população (DAS e POOLE, 2004). Também não é intuito relativizar os valores atribuídos ao território, perceptíveis principalmente no núcleo central, ou minimizar a importância das medidas de proteção e de regulação urbana, porém é importante apontar que não existe margem em si, como fato *a priori* (AGIER, 2015). Ou seja, a margem sempre se estabelece em relação, nesse caso, a hibridez do território do bairro Padre Faria só pode ser captada em referência à própria "homogeneidade"³⁷ do núcleo central. Além disso, em alguns casos, trata-

37 Nem mesmo no centro as modificações foram contidas, porém se apresentam de forma mais diluída.

se de concessões do órgão regulador que ou negociou em algum grau tais modificações ou então se omitiu do processo em curso no território.

A partir da análise urbana do bairro também é perceptível que a existência de normativas consolidadas e de sua aplicação não inviabiliza o aparecimento daquilo que escapa à regra. É possível considerar que um território que é negligenciado por suas características discrepantes do valorizado e que resiste ao descaso das políticas urbanas tende a se configurar de forma desregulada justamente pela falta de reconhecimento e/ou esquecimento acautelado. Ou seja, somente a partir do limite das narrativas oficiais, que não dão conta de compreender e modelar a realidade transgressora, que determinados territórios se contrapõem ao permanecerem presentes, fisicamente e legalmente, dentro do território instituído e valorado. É por meio desses pressupostos e dos demais explicitados ao longo da dissertação que a análise imagética do bairro foi elaborada.

2.1. A produção (aleatória) do espaço urbano do bairro Padre Faria

A produção aleatória do espaço urbano do Padre Faria é o título do tópico na medida em que considera-se que em cada momento o núcleo urbano do bairro foi se moldando ou sendo modelado pelos processos históricos e sociais que estavam em curso em seu território. Nesse caso, cada novo elemento ou cada transformação no bairro corresponde a sobreposição dos diferentes períodos. Em razão desses processos sucessivos de mudanças sociais e construtivas, refletidos no próprio território urbano por meio das adições e subtrações ao longo das fases de transformação socioespacial, o bairro se configura atualmente como um todo complexo, já que as próprias inovações incorporadas ao bairro resultaram em um conjunto de acúmulos de elementos mesclados, tendo como base fundamental a estética colonial.

Nessa medida, a paisagem do bairro se configura como um elemento em constante transformação, não se estabelecendo como algo dado, mas uma espécie de registro histórico complexo do trabalho realizado ao longo do tempo. Nos dias atuais, as transformações se apresentam na heterogeneidade socioespacial do lugar, caracterizadas principalmente pelas diferenças de moradias construídas no passado e aquelas de períodos mais recentes, em alguns casos se tratando de autoconstruções, indicando ainda o surgimento de uma mancha periférica no interior do próprio bairro. Assim, no Padre Faria ainda é possível observar, não

só, mas principalmente em manchas centrais, edificações que buscam manter as aparências coloniais, e casas que adotam assumidamente as inovações, sendo que até nestes últimos casos estão refletidos alguns elementos da estética característica ouro-pretana.

Retomando alguns apontamentos históricos que explicam esse fenômeno, de acordo com Vieira (2006), nos períodos de consolidação da cidade de Ouro Preto ocorreu o desaparecimento de casas nos extremos do território, nesse momento espaços geográficos constituídos basicamente pelo Padre Faria de um lado, Cabeças do outro e ainda, um pouco mais tarde, os morros. Ainda de acordo com a autora, isso correu pois eram áreas que se apresentavam rarefeitas, com espaços livres à ocupação, bem como com casas que apresentavam aspectos construtivos mais instáveis. Todos esses seriam fatores que teriam contribuído para a maior diferenciação dos trechos extremados da mancha de proteção, na medida em que o próprio território e sua constituição parcial ou fragmentária possibilitavam a apropriação mais espontânea por parte da população local ou por aqueles que chegavam à cidade nos diferentes períodos de fluxo populacional.

Em contrapartida, os trechos no entorno do centro administrativo de Ouro Preto, foram marcados pela presença de acréscimos nos imóveis, enquanto o próprio centro apresentava edificações que poderiam ser consideradas mais estáveis (VIEIRA, 2006). Esses são fatores históricos que contribuem para o entendimento da heterogeneidade socioespacial do bairro Padre Faria, na medida em que indicam que nesse trecho específico da cidade se concentravam as possibilidades de novas construções, tanto em decorrência do desaparecimento de imóveis instáveis e surgimento de novos, como em razão da apropriação e construção nos lotes vagos existentes em grande número.

No caso da análise do bairro Padre Faria, a observação de suas construções residenciais se justifica na medida em que em Ouro Preto a arquitetura ordinária assume uma importância considerável no cenário colonial da antiga Vila Rica, não de maneira isolada, enquanto referência monumental, mas sim pela complementaridade que permite a conformação de um conjunto patrimonial expressivo. Como aponta Baeta, (2002b apud SALGADO, 2010), o acervo ouro-pretano apresenta de forma geral uma simplicidade próxima a arquitetura vernácula, que se evidencia por seu caráter despojado, constituído de poucos elementos decorativos, ou ainda pela falta de prumo. Dessa maneira, as edificações residenciais de Ouro Preto também possuem papel importante na construção da imagem patrimonializada da cidade, ao constituírem um conjunto significativo na paisagem local, tendo em vista, ainda, que assim como as montanhas, os imóveis privados exercem função de cenário, por emoldurarem os

monumentos isolados, como os edifícios religiosos, bem como a integralidade do conjunto protegido (SALGADO, 2010).

Nessa medida é que na cidade de Ouro Preto até mesmo as construções residenciais têm importância expressiva nas políticas patrimoniais, por influenciarem diretamente na conformação da paisagem urbana. Como foi observado anteriormente, as normas em prol da regularização desse acervo residencial aos moldes patrimoniais impuseram o ordenamento do conjunto a partir de um padrão, que teve que ser coletivamente aceito, resultando em uma disciplina comum. Porém, acaba se tornando também um acervo suscetível as ingerências de seus proprietários, na medida em que a harmonia do conjunto depende de uma quantidade significativa de gestores, sendo esses os próprios moradores dos imóveis residenciais.

Diante disso é válido ressaltar que, como apontado por Dantas (2021), na concepção do órgão de proteção e de suas medidas em prol da preservação do patrimônio cultural, a arquitetura identificada como popular não significava necessariamente aquela concebida sem um projeto arquitetônico, mas àquela arquitetura sem relevância excepcional universal, assim significante quando parte de um conjunto com valor atribuído. No caso das tipologias populares que eram dotadas de valor excepcional, o órgão as categorizava, muitas vezes, com a denominação de arquitetura civil³⁸.

Em relação aos processos de valorização desses imóveis residenciais, de forma geral o órgão de proteção privilegiou a produção do período colonial. Dessa maneira, como apontado por Chuva (2009), a arquitetura tradicional, elencada para representar a nacionalidade brasileira, acabou reafirmando as raízes portuguesas. Ainda de acordo com a autora, além de privilegiar a arquitetura colonial, a prática de proteção do IPHAN desconsiderou os elementos que foram sendo incorporados na produção local e que particularizavam as edificações construídas em território brasileiro, criando tipos em prol da homogeneização. Além disso, ao privilegiar os bens arquitetônicos de um determinado estilo arquitetônico, o colonial, a produção do arquiteto também ficou condicionada a esse determinado padrão na cidade de Ouro Preto, enquanto construtores do patrimônio.

Quanto às reformas e aprovações de projetos de bens protegidos, fator importante ao analisar as edificações do bairro, na medida em que o órgão teve papel fundamental nesses processos, de acordo com a mesma autora, Márcia Chuva (2009), o Sphan tinha conflitos com a

38 Foi também a partir da linha editorial de publicação do IPHAN que os estudos sobre a arquitetura popular brasileira tiveram início e se difundiram, mesmo que não tenham incentivado a patrimonialização legal dessas tipologias (DANTAS, 2021).

municipalidade, tendo em vista que esta privilegiava as medidas em prol do desenvolvimento econômico da cidade, o que muitas vezes ia em contramão as medidas preservacionistas. Para solucionar essas divergências o Sphan buscou, em diferentes momentos, recorrer às autoridades hierarquicamente superiores no quadro político-social da época, no qual as municipalidades tinham pouca influência, demonstrando mais uma vez o poder do grupo social representado pelo órgão. Nesses reveses, a argumentação da entidade municipal centrava-se na necessidade de progresso e de desenvolvimento econômico e urbano, afirmando que o órgão de proteção criava empecilhos ao intervir na ambiência urbana buscando impedir quaisquer alterações que compromettesse a estética da cidade (CHUVA, 2009).

Já quanto a relação dos proprietários dos imóveis protegidos nessas disputas pelos rumos da cidade, eles até chegavam a participar em alguma medida dos conflitos, porém, se encontravam em uma posição desprivilegiada, já que seus interesses individuais acabavam suprimidos nas negociações que visavam os interesses coletivos, mesmo que esses fossem definidos pelas entidades sem a devida participação popular. Nessas negociações pairava o Estado como o provedor dos direitos da sociedade, cabendo a ele a responsabilidade pela proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, representado pelo Sphan. Porém, o atendimento às demandas individuais também dependia da posição hierárquica ocupada pelos proprietários dos imóveis, tendo em vista a rede de relações estabelecida na cidade, principalmente em seus campos políticos e culturais (CHUVA, 2009).

Em alguns casos, as disputas entre o Sphan, a municipalidade e os proprietários ganhavam significativa relevância no contexto local, fazendo o órgão de proteção recorrer ao discurso tecnicista, buscando justificar a relevância da decisão federal em determinada situação, impelindo a prevalência de seus valores. Deve ser considerado ainda que os princípios utilizados pelo órgão federal e os valores atribuídos aos bens constitutivos da cidade por eles muitas vezes destoavam não só das prioridades da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, mas também da noção estética e de modernidade dos proprietários e moradores locais, que muitas vezes se encontravam alheios às narrativas patrimoniais enquanto habitantes de uma pequena cidade, com outras preocupações prementes (CHUVA, 2009).

Diante desses processos, é pertinente apontar mais uma vez a relevância dos moradores da cidade de Ouro Preto, enquanto indivíduos, para a manutenção do extenso núcleo urbano protegido. Em razão do grande número de imóveis residenciais que conformam o conjunto valorado da cidade, e a necessidade de manutenção de um certo padrão construtivo por parte dos proprietários dessas edificações, a imagem da cidade acaba dependente da conformidade

das ações dos moradores em prol da homogeneidade. Contudo, nem sempre é possível ou nem sempre é desejo dos residentes seguirem a cartilha estabelecida pela instituição para a conformidade de seus imóveis com o núcleo tombado, considerando principalmente as necessidades da vida cotidiana e a condição financeira de cada morador.

Antes de adentrar propriamente na análise espacial do bairro é interessante pontuar que, assim como o núcleo urbano, o patrimônio construído também recebe influência das práticas sociais e culturais dos múltiplos agentes que atuam e influenciam a configuração da cidade. As edificações e/ou os conjuntos urbanos representam a materialização das relações sociais estabelecidas no espaço da cidade, sendo um dos elementos que expressam a identidade coletiva de determinado local, nesse caso de um bairro. Diante disso que a arquitetura produzida pelo homem comum, alicerçada em seus princípios culturais, é aqui considerada híbrida, na medida em que também foi influenciada pelos fundamentos e elementos da cultura erudita, responsável pela valorização do núcleo urbano de Ouro Preto. Nesse caso específico, não se trata de uma cópia exata dos cânones e tratados arquitetônicos, mas sim de uma reinterpretação criativa que reflete a cultura popular (ANJOS; FARIA, 2020).

Ante o exposto, também se estabelece como fundamental o estudo das formas e dos espaços produzidos ou transformados pelos segmentos sociais desfavorecidos, conformados a partir do enfrentamento e da adaptação às situações mais diversas e adversas impostas a eles. Buscar compreender essa produção espontânea do espaço urbano é fundamental ao considerar que a maior parte da arquitetura das grandes e médias cidades do país é resultado da autoconstrução, e ignorar esse fato é fugir da realidade que se impõe na concretude. A própria definição da arquitetura produzida informalmente se torna algo complexo, como apontado por Sant'anna (2013), na medida em que essa produção apresenta um caráter dinâmico, imposto pela realidade vivida dos moradores, em constante transformação, e que extrapola e até resiste à conceituação.

Adentrando propriamente na análise do núcleo urbano do bairro Padre Faria, tal como ele se apresenta na atualidade, o percurso de reconhecimento realizado na pesquisa, por meio de registros fotográficos, teve início pelos trechos que figuram como o núcleo principal do bairro. Se no trecho estudado estão inseridas as ruas Padre Faria, Desidério de Matos, Maciel, Rezende, Nossa Senhora do Parto, Santa Rita, Frederico Ozanan e Doze de Outubro, sendo que em alguns casos se trata somente de um pequeno trecho dessas vias, aquela que se apresenta com mais relevância no contexto local, no sentido de possibilitar o fluxo de pedestres ao longo do bairro, é a Padre Faria. Quanto aos lugares com maior visibilidade institucional, no sentido

de apresentar as características que foram valorizadas na cidade de Ouro Preto, também se trata da Rua Padre Faria, via pertencente ao Caminho Tronco, e que se encontra inserida integralmente no recorte estudado. Em razão desses fatores, ela foi aquela mais insistentemente percorrida, já que cruza o bairro do início, para aqueles que chegam da ladeira de Santa Efigênia, ao fim, se considerada a mancha de proteção, como se fosse a coluna vertebral do bairro.

A Rua Padre Faria tem início a partir do largo da Igreja Matriz de Santa Efigênia e segue em declive até alcançar o largo da Capela do Padre Faria, alcançando, a partir da ponte de mesmo nome, a Rua Santa Rita, como pôde ser observado nos mapas históricos apresentados no capítulo um, na reconstituição histórica do bairro, sendo um de 1888 (Figura 1) e outro sem data (Figura 2). Esses mapas também demonstram que as edificações existentes no núcleo urbano na época em que foram produzidos estavam concentradas no trecho inicial da via, diminuindo gradativamente de número nas porções mais próximas à capela, o que pode indicar que as ocupações mais antigas da via estejam concentradas nesse trecho específico.

Os percursos ao longo da via indicaram se tratar de quatro diferentes trechos complementares, considerando termos paisagísticos, de ocupação do solo ou ainda de usos. O primeiro deles se estabelece do trecho inicial da rua, ainda em diálogo com o largo da Igreja Santa Efigênia, até a Rua Desidério de Matos, perpendicular a Padre Faria, sendo esta a região mais adensada nos mapas históricos citados anteriormente. Em razão de uma curva que se estabelece nessa porção, a sua visualização a partir do trecho inferior, na continuidade da rua após cruzar a esquina da Desidério de Matos, é dificultada, sendo este outro fator que contribui para a sua seção. Além disso, trata-se de trecho da rua inserido no bairro Alto da Cruz, de acordo com Memorial Descritivo dos bairros de Ouro Preto - MG, apesar dessa delimitação não ser muito clara no contexto local, na medida em que muitas vezes toda a rua é indicada como pertencente ao Padre Faria, até mesmo por seu nome.



Foto 9: Vista da Rua Padre Faria, em 04 de agosto de 1946, edificações ao longo da rua que conforma o Caminho Tronco.

Foto 10: Vista da Rua Padre Faria, em julho de 2021.

Fonte: Acervo Luiz Fontana do Instituto de Filosofia, Arte e Cultura – IFAC e Acervo Pessoal.

De forma geral, nesse trecho específico da rua ainda é possível reconhecer a estética colonial que se tornou típica da cidade de Ouro Preto, que apresenta modernizações já apontadas anteriormente, como a própria janela em guilhotina, mas que acabou se tornando o padrão ouro-pretano, como descrito por um dos entrevistados: “o colonial moderno, não o colonial antigo” (ENTREVISTADO C, 2021). Apesar disso, é possível observar alguns imóveis pontuais que se destacam por sua diferenciação no conjunto urbano desse trecho e outros que não se diferenciam tanto, mas apresentam determinados elementos característicos das modernizações mais recentes, como meia parede da fachada frontal revestida de pedra ou ainda a substituição das esquadrias de madeira com verga reta e guilhotina por novas de mesmo material, facilmente encontradas nas lojas de material de construção.

Nota-se, a partir das entrevistas com os moradores locais, que do ponto de vista de alguns, esse trecho inicial da Rua Padre Faria realmente deveria estar inserido no bairro Alto da Cruz, já que apresenta suas edificações mais bem preservadas, diferindo da porção localizada na continuidade da via. Por meio das entrevistas foi possível observar que alguns moradores consideram o bairro Alto da Cruz, principalmente no trecho mais próximo a Igreja de Santa Efigênia, mais bem preservado, sendo justificado, então, a porção mais semelhante ao centro histórico estar contido em seu perímetro e não no Padre Faria, considerando que este já se diferenciou de forma mais acentuada.

Em relação aos demais trechos da Rua Padre Faria, o segundo se estabelece justamente a partir do cruzamento com a Rua Desidério de Matos, até a altura do número 230. Esse trecho específico apresenta composição similar ao primeiro, abrigando edificações até mais valorizadas se considerados os meios institucionais de proteção, já que foram preservadas em âmbito municipal por meio do inventário de proteção realizado em 2009 pela Prefeitura Municipal. Nesse caso, o primeiro e o segundo trecho apresentam uma separação muito mais relacionada a aspectos espaciais que propriamente de imagem urbana, além da própria cisão proveniente das fronteiras institucionais dos bairros Alto da Cruz e Padre Faria, já que desse ponto tem início o perímetro respectivo ao bairro Padre Faria.



Foto 11: Vista do que foi considerado aqui o segundo trecho da Rua do Padre Faria, de ambos os lados estão imóveis protegidos por meio do inventário.



Foto 12: Vista de imóvel na Rua do Padre Faria, número 135/141, sendo mais um que consta no inventário de proteção.

Fonte: Acervo Pessoal, julho de 2021.

O que foi considerado como a terceira fração ao longo da via se estrutura justamente pela imprecisão, trata-se do trecho da Rua Padre Faria que ainda apresenta lotes vagos, com novas construções sendo levantadas, algumas se tratando possivelmente de informalidades, dado o estado constante de inacabado. A isso estão mescladas edificações que se assemelham ao estilo colonial, sem necessariamente se tratar de imóveis remanescentes, já apresentando inovações provenientes de sucessivos processos de reformas e acréscimos. Considerando a imagem patrimonializada e os seus elementos característicos, esse terceiro trecho da rua é aquele que se apresenta mais diferenciado e mais suscetível a futuras transformações, em razão das possibilidades de ocupação.

A partir do que foi colocado nas entrevistas, foi possível levantar que alguns lotes vagos que se encontram presentes nessa porção da via, continham antigas edificações que foram abandonadas e que se perderam com o tempo. Esses relatos indicam o processo de desaparecimento de exemplares mais antigos no bairro, mais precisamente nesse trecho específico da Rua Padre Faria. Uma das entrevistadas cita o lote vago (Foto 13) que se encontra ao lado do imóvel onde ela reside, de número 230 (Foto 14), e de acordo com ela o terreno “tinha uma casa velha, tinha uma casa velha assim bonitinha, sabe?! De pedra, aquelas pedras canga, aí era bonitinha menina, aí tinha duas janelinhas” (ENTREVISTADA B, 2021).

Em seu relato também foram descritas diferentes medidas do órgão de proteção em prol da manutenção das características dos imóveis localizados nesse trecho específico da Rua Padre Faria, o que indica a atuação do órgão em uma das vias principais do bairro. Porém, de acordo com ela, todas as intervenções do órgão nesse trecho se deram em razão de denúncias de

vizinhos, inclusive a interferência da instituição em uma obra que realizava em sua própria edificação. Em contrapartida, nota-se que outros imóveis se consolidaram nesse trecho, mesmo não seguindo as recomendações construtivas impostas à cidade, possivelmente, por não terem sido alvo de denúncias, como apreendido nas narrativas dos moradores locais.

Tal ponto corrobora com o que foi colocado por mais de um entrevistado, que o órgão de proteção é seletivo em suas intervenções, na medida em que alguns novos imóveis no bairro surgem “da noite pro dia”, como descrito por eles, enquanto pequenas reformas em edificações existentes são facilmente embargadas. Esse fato demonstra, talvez, que a preocupação do órgão seja mais em manter certa aparência de imóveis existentes, mesmo que esses não sejam propriamente remanescentes do período colonial, que impedir ou guiar os novos processos de ocupação urbana, que também influenciam a imagem da cidade patrimonializada.



Foto 13: Lote vago no trecho da Rua Padre Faria definido como terceira fração.



Foto 14: Edificação de construção recente na terceira fração da Rua Padre Faria.

Fonte: Acervo Pessoal, julho de 2021.

A última porção da via tem início na Casa de Cultura do Padre Faria terminando na capela ou ainda na ponte de mesmo nome. Esse último trecho é constituído por edificações que mantêm o estilo colonial, sendo algumas delas possíveis remanescente a partir de elementos estilísticos e construtivos, abrigando um exemplar inventariado. Apesar disso, trata-se de um trecho em que a imagem é mais influenciada pelas ocupações dispostas nos morros, construções em grande medida sem um padrão definido, o que poderia ser considerada uma paisagem descaracterizada dentro da lógica patrimonial. A influência mais significativa das áreas envoltórias se dá pela existência de uma área pública, a Praça Agostinho Ferreira Guimarães, que permite que a paisagem dos morros se torne mais visível a partir da rua. É também nesse trecho em que estão concentrados os usos públicos e cotidianos da população local.

Em termos de uso do espaço urbano foi possível observar na Rua Padre Faria que seu trecho inicial apresenta um fluxo menor de pessoas, que vai aumentando gradativamente conforme se aproxima da Capela do Padre Faria, sendo que esse trecho apresenta uma maior diversidade de práticas cotidianas, principalmente de permanência e de lazer. Isso acontece no trecho final da rua onde estão concentradas as principais áreas disponíveis ao uso público do bairro, sendo elas o próprio adro da Capela (Foto 15) e a Praça Agostinho Ferreira Guimarães (Foto 16), sendo que esta última apresenta alguns brinquedos destinados às crianças. Além desses dois locais específicos nota-se que, de forma geral, esse trecho costuma ser mais ocupado, com moradores permanecendo nas calçadas e nas soleiras das portas.



Foto 15: Vista de moradores no adro da Capela do Padre Faria, conversando acomodados na base do cruzeiro.



Foto 16: Vista de crianças nos equipamentos da Praça Agostinho Ferreira Guimarães, ao fundo ainda é possível observar a paisagem de ocupação dos morros do entorno.

Fonte: Acervo Pessoal, julho de 2021.

É necessário ressaltar também que ao longo de toda via estão dispostos uma série de degraus, em razão da topografia acentuada, que também são utilizados em alguns casos para a permanência. É possível observar grupos de estudantes que se acomodam nesses espaços, além daqueles que buscam uma parada de descanso para seus percursos, sendo utilizado, porém, em períodos curtos de tempo. Outra área livre na mesma rua é o entorno do Chafariz do Alto da Cruz, que a partir de intervenção recebeu uma espécie de mirante com a presença de bancos, porém, nesse local específico foi observado um uso bem moderado de moradores ou visitantes ao longo dos campos.



Mapa 6: Identificação da Rua Padre Faria com imagem de cada trecho descrito anteriormente.
Elaboração: Paula Lara, 2021.

As demais ruas provenientes do Caminho Tronco e que se destacaram pela presença de ocupação nos mapas apresentados no início são: a Rezende, a Desidério de Matos e a Maciel. No caso da primeira ela também está completamente inserida na mancha de proteção, partindo da Rua do Padre Faria até encontrar a Rua Conselheiro Quintiliano, sendo a continuidade desta última a Rua Maciel. No que se refere a imagem urbana e as construções que a integram, apresenta semelhança com a imagem criada para caracterizar a cidade de Ouro Preto, sendo compreendida por remanescentes arquitetônicos com poucas alterações fachadistas. É inclusive possível observar na imagem de Luiz Fontana um imóvel que se sobressai na fotografia, que não apresenta data, mas que possivelmente se trata de um registro feito por volta de 1940, considerando o período que ele atuou na cidade, ainda com as características preservadas.



Foto 17: Vista do bairro Padre Faria pela Rua Rezende, ao fundo avista-se a Rua Padre Faria e Igreja de Santa Efigênia, sem data.



Foto 18: Vista do bairro Padre Faria pela Rua Maciel, ao fundo avista-se a Igreja de Santa Efigênia, 2021.



Foto 19: Vista da Rua Rezende, trecho que pode ser verificado na imagem do Acervo Luiz Fontana.



Foto 20: Edificação na Rua Rezende que pode ser observada no registro histórico, apresentando ainda aspectos semelhantes como a sequência de esquadrias da fachada lateral.

Fonte: Acervo Luiz Fontana do Instituto de Filosofia, Arte e Cultura – IFAC e Acervo Pessoal.

A via é predominantemente residencial, não apresenta áreas livres de lazer ou permanência, se constituindo como outro acesso ao Padre Faria a partir do bairro Antônio Dias, através da Rua Dr. João Veloso, que a alcança. Nela está disposta ainda, na esquina com a Rua Santa Rita, uma pequena capela dos passos, que não se encontra nos registros possibilitados pelo inventário de proteção, diferentemente da que se encontra próxima a Capela do Padre Faria, pois se trata de um bem inventariado no bairro Alto da Cruz. Assim, em razão da topografia, da largura da via, e das edificações que a compõem, a Rua Rezende apresenta aspecto similar aos encontrados em outros trechos centrais da cidade, se transformando mais acentuadamente após a curva que se estabelece a partir do número 108, porção mais distante do núcleo central do bairro Padre Faria e mais próxima do Alto da Cruz.



Mapa 7: Identificação e caracterização da Rua Rezende.
Elaboração: Paula Lara, 2021.

Em relação a Rua Desidério de Matos, trata-se de uma via muito extensa, que atravessa o bairro em diferentes pontos e que, por esse motivo, apresenta diferenciações nos seus trechos. Se observada de norte a sudeste, a via tem início na interseção com a Rua Maciel, seguindo paralela a Rua Rezende, porém, contrariamente a essa, ela tem continuidade após alcançar a Rua Padre Faria, seguindo até a curva que permite que ela continue em paralelo a esta, sendo este trecho já externo a ZPE. Posteriormente ela ainda tem continuidade, seguindo para as áreas mais extremadas e recentes do bairro a sudeste. No que concerne a porção inserida na ZPE, ou seja, trecho paralelo a Rua Rezende e a continuidade após a Rua Padre Faria até a Escola Estadual Desembargador Horácio no número 268, cada uma delas apresenta características diferenciadas.

No caso do primeiro trecho paralelo a Rua Rezende são edificações híbridas, mas que ainda apresentam mais semelhança à estética colonial, apresentando alguns elementos que as diferenciam, em razão de inserções provenientes das modernizações, se tratando principalmente de novos vãos e esquadrias, revestimento das fachadas, novos elementos como escadas de acesso, corrimãos e guarda corpos. Ainda a respeito dessa porção é possível observar que as edificações dispostas do lado direito, a partir da Rua Padre Faria, sofreram menos processos de modernização, bem como aparentam se tratar de construções mais antiga, a partir dos aspectos construtivos, já o lado esquerdo comporta as transformações mais expressivas, com acréscimos de acessos, de garagens, de escadas e outros.

Já o segundo trecho apresenta edificações mais recentes, grande parte com dois ou até três pavimentos, com terraços, bem distantes da estética colonial. Apesar disso, nota-se, como observado ao longo do trabalho, que mesmo essas que aparentemente não seguiram a estética do conjunto no momento de concepção apresentam elementos para se adequar, mesmo que inapropriadamente, como nesse caso a presença de esquadrias de madeira em portas e janelas, em alguns casos com guilhotinas, porém já com verga em arco abatido e folhas de abrir que podem ser encontradas atualmente em lojas de construção. Quanto aos usos em ambos os trechos predomina o uso residencial, porém na conformação mais recente há presença de institucional, como é o caso da Escola Estadual, e ainda de comércio local.

É válido ressaltar, por fim, que em um dos mapas analisados ao longo da reconstituição histórica do bairro, o que apresenta data de 1888, somente o trecho da Rua Desidério de Matos descrito primeiramente, paralelo a Rua Rezende, está representado, o restante da via ainda não está desenhada, possivelmente por ainda não estar aberta. Já no mapa em que não

consta a data, é possível observar o trecho da via que se constitui após alcançar a Rua Padre Faria, seguindo em paralelo, porém ele ainda não possui nenhuma ocupação representada, indicando, talvez, se tratar de um trecho consolidado posteriormente ao primeiro, como demonstra a sua composição arquitetônica atual.



Mapa 8: Identificação e caracterização da Rua Desidério de Matos.
Elaboração: Paula Lara, 2021.

No caso da Rua Maciel trata-se somente de um único pequeno trecho inserido na ZPE, considerando que a via tem grande extensão, paralela a Rua Padre Faria, ao norte, chegando a alcançar a saída da cidade em direção à Mariana. Sua caracterização específica é a presença expressiva do uso comercial, que toma praticamente todas as suas unidades construtivas que se configuram principalmente como sobrados, abrigando comércio no térreo e residências no pavimento superior. Até mesmo no trecho da via na curva que permite o acesso ao bairro há presença de comércio, apesar de já se tratar de edificações térreas. Essa especificidade de uso da via, se comparada às demais analisadas aqui, se estabelece em decorrência do maior fluxo de pessoas e veículos em razão de se estruturar como uma das saídas ou entradas da cidade.

A diferenciação desse trecho em relação aos usos e a presença de sobrados, também se estabelece ao se tratar de uma região atualmente pertencente ao bairro Alto da Cruz, apesar de constar nos registros históricos do Padre Faria. Como colocado, somente um trecho dela está inserido na ZPE, enquanto o restante se encontra na ZAR 2 - Zona de Adensamento Restrito 2, como grande parte do bairro Alto da Cruz, o que reforça seu caráter díspar da parte central do bairro Padre Faria. Quanto ao conjunto arquitetônico, se caracteriza de forma semelhante ao núcleo protegido, em alguma medida adequado ao novo uso, sendo possível, inclusive, reconhecer imóveis a partir dos registros históricos.



Foto 21: Vista do Padre Faria pela Rua Maciel, final da mancha da ZPE, em 04 de agosto de 1946³⁹.



Foto 22: Vista do Padre Faria pela Rua Maciel, em julho de 2021.

Fonte: Acervo Luiz Fontana do Instituto de Filosofia, Arte e Cultura - IFAC e Acervo Pessoal.

³⁹ A edificação que consta na fotografia a direita ainda pode ser encontrada no mesmo local e com poucas alterações, como pode ser observado em foto no Mapa 9.



Mapa 9: Identificação e caracterização da Rua Maciel.
Elaboração: Paula Lara, 2021.

A Rua Santa Rita, também paralela a Rua Padre Faria, localizada entre ela e a Rua Maciel, é comumente conhecida pelos moradores locais como Rua da Fumaça ou ainda Rua do Toco. No caso da denominação de Rua da Fumaça, os registros históricos apontam que o bairro Padre Faria abrigou em seu território imigrantes chineses que se mudaram em busca de melhores condições de vida, em grande medida substituindo o trabalho daqueles que foram escravizados, já que quando libertos foram gerados postos de trabalho, alguns deles nas minas, em troca de baixíssimos salários (IPAC, 2009). O local em que esses imigrantes teriam ocupado foi justamente a atual Rua Santa Rita, no trecho em que ficou conhecido como Rua da Fumaça, via estreita e longa, com numerosas bocas de minas de ouro desativadas, ou que somente começaram a ser escavadas e foram logo abandonadas, estando algumas delas atualmente incorporadas as edificações.

De acordo com o histórico do bairro presente no Inventário de Proteção, elaborado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto, quando os chineses chegaram a cidade se instalaram de forma precária nas minas existentes nesse trecho específico do bairro. Nesse local dedicaram-se à fabricação de velas de sebo de boi, bem como ao fornecimento de água às famílias residentes e aos hotéis. Foi em razão da primeira atividade econômica, a produção de velas, que a rua ficou conhecida como Rua da Fumaça, já que no processo de fabricação o cozimento do sebo realizado em grandes caldeirões em fogões a lenha gerava muita fumaça que era vista ao longe cobrindo a rua. No caso do fornecimento da água, os imigrantes se encaminhavam até os chafarizes e bicas d'água e enchiam duas latas de querosene que eram fixadas nas extremidades de uma vara que era levada ao ombro, possibilitando o transporte até os imóveis de destino (IPAC, 2009).



Foto 23: Vista de mina de água que se localiza na lateral coberta de uma edificação colonial na Rua Santa Rita.



Foto 24: Detalhe de uma mina de água que se localiza na lateral coberta de uma edificação colonial.

Fonte: Acervo Pessoal, julho de 2021.

Já na narrativa dos próprios moradores do bairro, não se tratava dos usos específicos trazidos pelos chineses, mas sim em razão dos próprios moradores locais e da utilização dos fogões a lenha proporcionando as fumaças das diferentes chaminés. De acordo com eles, um trecho específico da Rua Santa Rita é conhecido como Rua da Fumaça e outra porção como Rua do Toco, no caso desta última, seria em razão da prática de cortar árvores e abandonar seus troncos ao longo da via. Nas palavras de um dos moradores:

Aqui a maioria era cafua, principalmente essa rua principal aqui, que chama-se Rua da Fumaça, Rua Santa Rita, Rua do Toco. Rua da Fumaça por qual motivo? Você chegava aqui por aí afora tudo chaminé tudo saindo fumaça, o pessoal cozinhava muito na lenha, né?! Então isso hoje acabou porque o gás tomou conta, né?! Mas deve até voltar porque ninguém tá aguentando o gás, não sei se vão arrumar recurso para ver se volta outra vez. Então ainda tem algumas casas que têm o fogão de chaminé, que ainda cozinham dentro de casa.

E a Rua da Fumaça é essa aqui?

Rua da Fumaça ela pega lá em cima, onde tá aquela corda e vai lá no final. Ela leva três nomes, Rua da Fumaça, Rua do Toco...Toco porque antigamente eles cortavam as árvores e largavam os tocos, né?! Rua da Fumaça por causa da chaminé e Rua Santa Rita é o nome original da rua, né?! (ENTREVISTADO A, 2021).

Interessante notar que em reportagem apresentada pela Prefeitura Municipal no Inventário de Proteção do bairro Padre Faria, do Jornal Ouro Preto de março de 2001, redigida por Christina Tárzia, é apontada a necessidade de preservação desse trecho específico do bairro, constando especificamente que “em Ouro Preto existe uma rua que deveria ter sido mais cuidadosamente preservada pelas autoridades que zelam pelo patrimônio da cidade” (TÁRCIA, 2001, apud IPAC, 2009, p.73). Em entrevista com os moradores locais, como citado acima, também foi ressaltada a importância dessa via, como colocado pelo Entrevistado A, morador há 50 anos do Padre Faria. Isso demonstra que além da Rua Padre Faria outros trechos do bairro são significativos e não propriamente pela semelhança com a imagem colonial, mas sim em decorrência de outros processos históricos, relacionados às transformações e ocupações variadas do território, incluindo ainda os grupos com menor poder aquisitivo.

Ainda em relação aos chineses, os registros utilizados como base para a elaboração do Inventário de Proteção apontam que eles teriam permanecido na cidade de Ouro Preto provavelmente até o período varguista, ou seja, entre os anos 1930 e 1945. O abandono da

cidade teria sido por motivos financeiros, e o destino à capital Belo Horizonte, em busca de novas oportunidades. Os poucos registros que indicam sua permanência na cidade, bem como alguns dados pessoais como nome e idade, são os arquivos da Santa Casa, todos entre os anos de 1889 a 1892. No bairro, além da própria Rua da Fumaça que carrega a lembrança desses moradores através das narrativas orais e de alguns registros escritos, a Capela do Padre Faria também marca em seu interior a passagem deles, na medida em que apresenta elementos da cultura chinesa em sua ornamentação interna (IPAC, 2009).

Já em relação aos imóveis que integram a Rua Santa Rita e que estabelecem sua composição eles apresentam especificidades se comparado aos das vias já abordadas. Ao longo da extensão da rua estão dispostas algumas cafuas, remanescentes do período de ocupação pela população empobrecida que trabalhava nas minas existentes no bairro, trata-se de edificações de pé direito reduzido, com volume retangular alongado, as vezes abrigando mais de um imóvel, coberta com telhado em duas águas com telha cerâmica. Além das cafuas, a rua também abriga edificações verticalizadas, chegando a quatro pavimentos, recobertas por aberturas que apresentam o mesmo padrão da esquadria de madeira produzida atualmente no mercado que busca minimizar a discrepância em relação ao estilo oficial da cidade. Nesse caso, essas edificações estão dispostas principalmente em um trecho específico da rua, na altura do número 200.



Foto 25: Vista de umas das cafuas presentes na Rua Santa Rita.



Foto 26: Vista das edificações verticalizadas na Rua Santa Rita.

Fonte: Acervo Pessoal, julho de 2021.

No caso da Rua Santa Rita, trata-se daquela que apresenta maior diversidade ao longo do trecho inserido na ZPE, considerando que a Rua Desidério de Matos, por exemplo, tem grande parte de sua constituição fora do perímetro de estudo estabelecido. Além das cafuas, que

podem ser encontradas em diferentes trechos ao longo da via, e que apresentam interesse de conservação, justamente por representarem uma arquitetura popular específica, e dessas edificações mais verticalizadas, concentradas em determinado ponto do território, a via ainda apresenta imóveis mais condizentes com a imagem que se buscou manter na cidade de Ouro Preto, bem como imóveis consideravelmente distantes desse ideal compositivo. Na rua também é possível observar lotes vagos, que permitem a inserção de novas tipologias.



Mapa 10: Identificação e caracterização da Rua Santa Rita.
Elaboração: Paula Lara, 2021.

Tirando proveito das observações a respeito da Rua Santa Rita é válido citar a Rua Doze de Outubro e a sua continuidade, a Rua Oito de Setembro, apontadas e demarcadas anteriormente, já que integram a mancha da ZPE no bairro. Na realidade trata-se de ruas de largura reduzida, localizadas na parte posterior e lateral da Praça Agostinho Ferreira Guimarães, com trecho que se constitui quase como uma viela, com acesso pela Rua Santa Rita. Nelas, apesar de dois imóveis específicos, sendo um deles o Posto de Saúde do Padre Faria, predominam as edificações construídas provavelmente de maneira informal, concebidas a partir da possibilidade dos moradores locais, apresentando inovações no que se refere a imagem patrimonial, mas também nos aspectos construtivos, modeladas pelos conhecimentos não formais e aos materiais disponíveis.

Se considerado o entendimento da imagem institucionalidade da cidade de Ouro Preto, seriam estas as vias do recorte espacial estudado que mais se distanciam de um princípio de reflexividade pretendido pelo órgão de proteção. Isso foi algo apontado também pelos próprios moradores locais ao longo das entrevistas, que ressaltaram que o entorno da Praça Agostinho Ferreira Guimarães, ou seja, as ruas Doze de Outubro e Oito de Setembro, é o trecho do bairro mais modificado pela população local, ressaltando ainda se tratar de porção muito próxima do principal bem patrimonial do bairro, a Capela do Padre Faria, sendo na visão deles algo que não deveria ter ocorrido.



Mapa 11: Identificação e caracterização das ruas Oito de Setembro e Doze de Outubro.
Elaboração: Paula Lara, 2021.

A Rua Nossa Senhora do Parto, assim como outras, apresenta somente trecho inserido na ZPE, aquele mais próximo da Capela do Padre Faria, considerando que ela se encontra na parte posterior da mesma, partindo da Rua Padre Faria até encontrar o trecho sudeste da Rua Desidério de Matos. Trata-se de uma via estreita, composta em grande medida por edificações que não advêm de períodos de ocupação em que possam ser atribuídos valores históricos, mas algumas se aproximam da estética desejada pela instituição, enquanto em outras predominam as inovações. Se comparada às demais vias, se assemelha ao terceiro trecho da Rua do Padre Faria, sendo inclusive continuidade dele.

Apesar da prevalência de imóveis de períodos mais recentes, é válido ressaltar que nela é possível identificar em dois trechos específicos construções de caráter rural, nesse caso possivelmente se tratando de construções mais antigas. Uma delas, que se encontra fora da área de proteção especial, apesar de estar na fronteira desta, é reconhecida por meio do Inventário de Proteção. Além disso, esse imóvel foi citado diversas vezes por diferentes entrevistados, principalmente em razão de sua proximidade com a Capela do Padre Faria, como um exemplo de imóvel que não pode ser alterado, sendo ressaltada ainda a dificuldade do proprietário em vendê-la em razão das restrições impostas pelas medidas de preservação patrimonial vigentes na cidade.

É válido apontar que a primeira capela construída no bairro Padre Faria, a primitiva, dedicada a Nossa Senhora do Carmo, se encontrava no mesmo local que a atual. Construída nos primeiros anos do século XVIII a edificação religiosa passou a Irmandade de Nossa Senhora do Parto a partir de 1723, sendo esta constituída pelos pardos, podendo derivar daí o nome da rua, em razão principalmente da proximidade com a própria edificação religiosa. Foi por volta de 1740, que a Capela do Padre Faria passou a abrigar aqueles pertencentes à Irmandade do Rosário, momento em que se deu a reconstrução da capela atual (IPAC, 2009).

Quanto aos relatos da história oral do bairro relacionados a Rua Nossa Senhora do Parto, envolvem um lote vago na parte posterior da capela, que teria abrigado a edificação que residiu o Padre Faria, com um possível acesso direto ao interior da capela para a celebração das missas. Atualmente no lote é possível observar um muro de contenção de pedras e ainda colunas provenientes desse mesmo muro, permanecendo sem uso. Apesar de ter sido apontado pelos moradores e assim perpassar a história do bairro assimilada pela população local, demonstrando que às paisagens abrigam referências experienciadas nos percursos diários atribuindo identidades ao local, não foram encontrados registros que apontem para a

existência desse imóvel vinculado ao religioso, ou mesmo para uma passagem ligando a edificação diretamente a capela. De acordo com o Entrevistado D, um dos moradores do bairro:

Essa igreja, você acha que ela tinha só esse pedaço aqui, essa parte da sacristia? Você já viu o retrato dessa parte aqui? Pois é, eu cheguei em uma casa lá no Pilar e eu vi essa parte vai até aquela escada ali, ela vai até ali. O padre, o Padre Faria, celebrava a missa...saía da casa dele do outro lado desse lugar aí pra trás, ele vinha de lá, devia de ser tipo um túnel, uma mina, ele saía de lá, passava, saía na sacristia e celebrava a missa ali, ali naquela porta. O povo ficava lá e ele aqui em cima. Por isso que existe essa porta (ENTREVISTADO D, 2021).

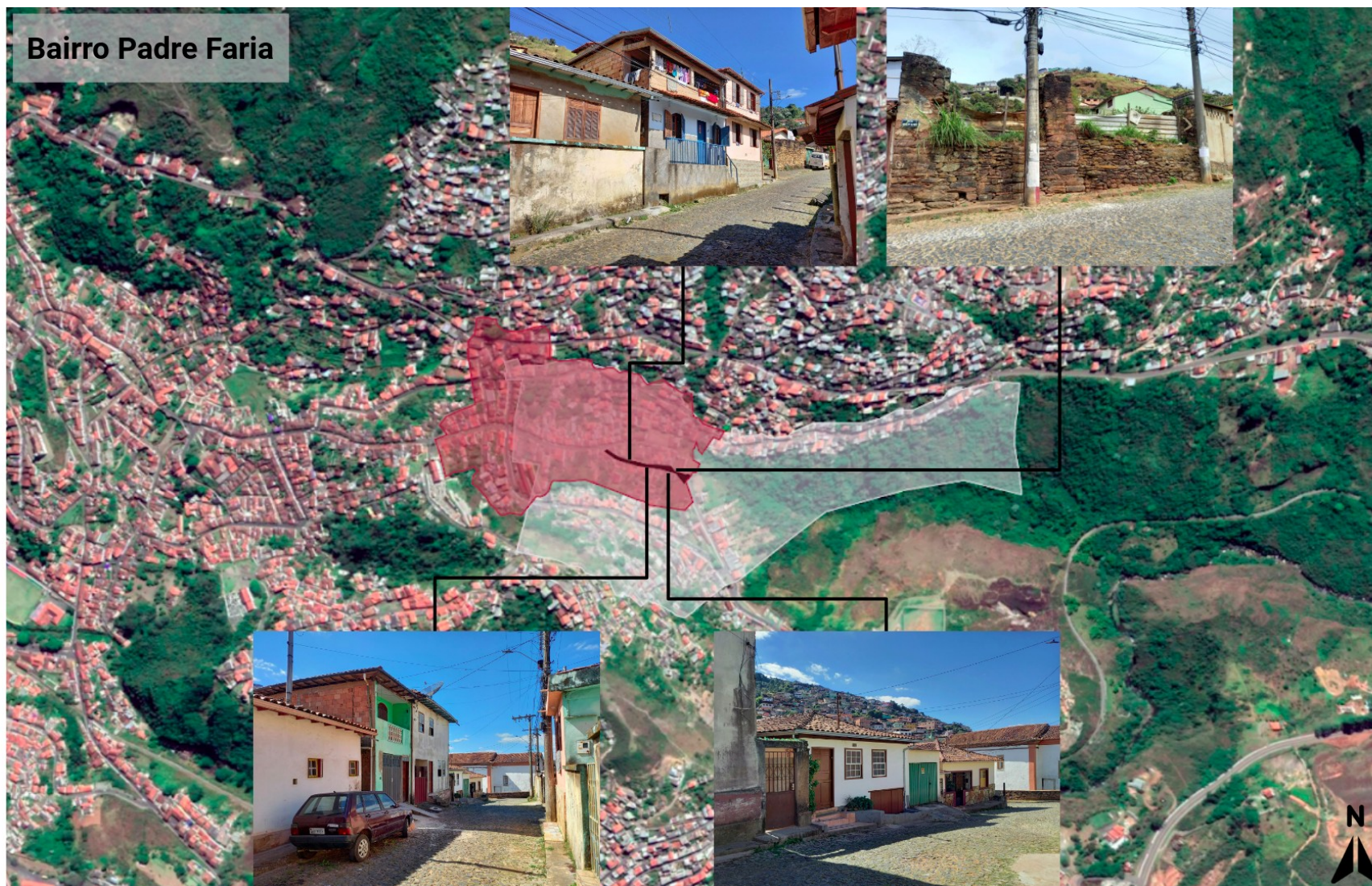


Foto 27: Escada apontada pelo Entrevistado D, onde eram celebradas as missas e no qual, a partir de seu relato, existia uma possível passagem.



Foto 28: Vista do terreno na parte posterior da Capela, na Rua Nossa Senhora do Parto, onde teria morado o Padre Faria, de acordo com relato de moradores locais.

Fonte: Acervo Pessoal, julho de 2021.



Mapa 12: Identificação e caracterização da Rua Nossa Senhora do Parto.
Elaboração: Paula Lara, 2021.

A última via inserida no recorte espacial que restou é a Rua Frederico Ozanan que se configura como uma via curta, de topografia acentuada, que permite a ligação entre as ruas Nossa Senhora do Parto e a Desidério de Matos. No caso dela, não se encontra integralmente na Zona de Preservação Especial - ZPE, já que trecho próximo a Desidério de Matos não está incluído. Quanto aos seus elementos arquitetônicos apresentam características bem similares àqueles imóveis encontrados na Rua Nossa Senhora do Parto, ou seja, edificações que não são remanescentes de períodos de ocupação preteridos, mas que se aproximam, em alguma medida, da estética almejada pela instituição, enquanto em outras já predominam as inovações. Por se tratar de uma via pequena e já mais distante dos eixos principais do bairro, como a Rua Padre Faria, aparentemente não é muito visada na lógica local, não sendo citada ao longo das entrevistas ou dos documentos consultados.



Bairro Padre Faria

Mapa 13: Identificação e caracterização da Rua Frederico Ozanan.
Elaboração: Paula Lara, 2021.

A partir das observações expressas sobre as vias que constituem o bairro Padre Faria e que assim o caracterizam é válido reafirmar, por fim, que as ruas se configuram como os locais que possibilitam as interações cotidianas, que abrigam as práticas de sociabilidade entre os diferentes, que constituem as memórias partilhadas pela comunidade. O caminhar pelo bairro Padre Faria expressa uma sociabilidade de convivência entre os moradores e os pedestres que segue uma lógica distinta de outras espacialidades em que a rua deixou de ser o lugar das pessoas. Como pontua Carlos (2017), a importância em se abordar as ruas se coloca na medida que esses elementos permitem refletir a respeito do espaço, já que nelas se desdobra o experienciável, a rotina, o imprevisto, as interações, os confrontos e as dissonâncias, indo além, é no cotidiano em que está a possibilidade do novo e dele de ocorrência do extraordinário (HELLER, 2016).

Nota-se, principalmente na cidade de Ouro Preto em que as visadas a partir das vias públicas são fundamentais para a apreciação do centro histórico valorizado, que a análise dos aspectos apreensíveis nesses espaços ainda é complexa, mesmo que se caracterize por um excesso de visibilidade. Em razão disso, no contexto da cidade são eleitas algumas ruas, ou imagens de ruas, para caracterizá-la, já que essas apresentam aspectos de fácil reconhecimento. O que ocorre é a contraposição entre uma certa imagem de rua e a pouca disposição à percepção das múltiplas, diferenciadas e muitas vezes contrastantes experiências proporcionadas nas ruas (CORDEIRO, 1997).

Dessa forma, mesmo que ao longo do texto seja ressaltada, em alguma medida, as heterogeneidades do bairro, principalmente nos trechos de ocupação mais recente, há que se considerar o compartilhamento pelos moradores de um mesmo espaço social, subordinado a um passado e a uma tradição cultural comuns, a do bairro Padre Faria. Trata-se, então, de uma mesma base espacial, de um sistema partilhado de percepções pelas redes de vizinhança e ações comunitárias, que acabam adquirindo sentido em quadros de interação local marcados por práticas e por representações coletivas, modelando, assim, o sentido do bairro.

2.2. As particularidades dos aspectos construtivos em uma abordagem semiótica: variações e permanências

Após a análise espacial do bairro, esse segundo tópico tem como objetivo dedicar-se às particularidades dos aspectos construtivos, ou seja, focar propriamente nas edificações que compõem o bairro e em seus elementos constitutivos, principalmente aqueles avistados da rua, considerando se tratar de uma abordagem semiótica e com foco na imagem urbana. O tópico também se justifica na medida em que esmiúça algumas observações realizadas anteriormente, quando percorridas as ruas do bairro, tais como a similaridade de determinados trechos com a estética patrimonial, sua diferenciação, suas inovações, ou ainda o caráter híbrido do território.

Válido ressaltar, porém, que considerando a área que foi escolhida para o estudo, bem como o tratamento da imagem de uma forma ampliada, concebida enquanto a identidade do bairro, as abordagens não se concentraram detidamente em determinados imóveis específicos, na investigação de suas técnicas construtivas, nas transformações promovidas por intervenções com o passar do tempo, nos registros pertinentes aos projetos existentes no bairro. O objetivo foi abordar os elementos que se assemelham diante da complementaridade dos imóveis ao longo do bairro, e que por suas recorrências podem ser apontadas enquanto características específicas do bairro, ou seja, as variações e permanências que podem ser observadas a partir de um olhar mais atento para o bairro. Para isso foi utilizado principalmente as fotografias provenientes dos diferentes momentos de campo e ainda as informações a respeito de determinadas edificações do bairro, contidas no Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural - IPAC, do bairro Padre Faria, elaborado em 2009 e disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

A abordagem também buscou articular o estudo e a observação desse espaço urbano que é muitas vezes produzido alheio aos circuitos especializados, com o seu contexto social, econômico, e cultural, não focando puramente nos aspectos arquitetônicos e construtivos, como se não estivessem atrelados às condições do meio e da população local. Entende-se que é fundamental no caso de abordagens de bairros como o Padre Faria, a compreensão das questões enfrentadas e suscitadas por seus produtores/moradores, em razão de seu contexto sociocultural, político e econômico específico, fragilizado, e pelos saberes que a sua produção mobiliza, em grande medida pautados e incentivados pelas limitações que experienciam na vida cotidiana.

Nessa medida é válido apontar, também, que as abordagens referentes à arquitetura e à urbanística dos assentamentos informais, principalmente nas cidades que não se estruturam como grandes centros urbanos, muitas vezes é limitada, mesmo nos casos daquelas ocupações

mais consolidadas. Um dos fatores da carência dessas análises a respeito das construções informais talvez se estabeleça em razão de serem consideradas meramente como fruto de uma incapacidade, ou ainda de uma irregularidade programada, não compreendendo que as complexas relações fundiárias, locacionais, sociais e materiais estabelecidas nesses locais também refletem uma dinâmica cultural complexa que é em grande medida produto dos múltiplos contatos, trocas, tradições e influências sociais (SANT'ANNA, 2013).

Assim, é ressaltada a importância de estudos que versem sobre o espaço arquitetônico e urbanístico informal ou ainda popular, tendo em vista a importância de se estabelecer um campo de informações menos lacunar no que se refere à realidade social e urbana do país, considerando sua expressividade no território nacional, enquanto uma das únicas formas que a população encontrou para possibilitar sua moradia própria. A importância desses estudos também se estabelece na medida em que podem subsidiar políticas públicas de habitação e de planejamento urbano e territorial, contribuindo ainda para o desenvolvimento de tecnologias mais adequadas e compatíveis com as realidades sociais e para a valorização das técnicas e saberes associados a essa produção. No caso específico de Ouro Preto, as áreas de ocupação informal ainda se apresentam perpassadas por outras particularidades, decorrentes de aspectos patrimoniais e do estilo colonial que caracteriza a cidade.

Isto posto, antes das observações referentes às particularidades construtivas do bairro Padre Faria é válido citar informação histórica a respeito de uma das análises elaboradas no núcleo urbano de Ouro Preto, sendo este o inventário realizado por Sylvio de Vasconcellos em 1949, descrito por Vieira (2016) em sua tese, já que esses dados trazem algumas informações a respeito dos aspectos construtivos da cidade. O inventário desenvolvido pelo arquiteto do IPHAN, juntamente com Paulo Barreto, abarcou um total de 963 imóveis, selecionados no núcleo urbano a partir dos critérios de interesse de Vasconcellos, ligados a valores históricos atribuídos e a necessidade de preservação desses edifícios. O grande número de edificações analisadas demonstra a importância do estudo, mas também está ligada a área abarcada, que não se restringiu a Sede (VIEIRA, 2016).

O objetivo principal da pesquisa e da documentação foi criar um banco de dados capaz de respaldar os trabalhos da instituição na cidade, identificando os bens que careciam de intervenções. Com esse intuito foi elaborado um conjunto de fichas, divididas a partir dos diferentes distritos abarcados, constando o endereço do imóvel, o levantamento fotográfico, o número de pavimentos e ainda o estado de conservação em que se encontravam (VIEIRA, 2016). Tratava-se, assim, de um processo de inventariamento dos imóveis de interesse de

preservação, com destaque para aqueles que se encontravam em estado de conservação precário, sendo necessárias medidas de intervenção em prol de sua manutenção.

Alguns apontamentos possibilitados por esse inventário em relação às edificações constitutivas da cidade de Ouro Preto foram que a inauguração do ramal da linha férrea provocou uma gradual modificação na aparência geral do núcleo urbano, na medida em que facilitou o acesso dos moradores a novos materiais de construção, que passaram a ser empregados nos novos imóveis e ainda nos existentes, a partir de reformas e intervenções. Esse processo de modernização ocorreu de forma mais acentuada no trecho central da cidade, principalmente nos imóveis de uso comercial e ainda naqueles residências de proprietários com alto poder aquisitivo, capazes de adquirir esses novos materiais. As modernizações desse momento foram caracterizadas pelo coroamento das edificações com cimalkas, a utilização do vidro para vedação dos vãos, que ainda passaram a apresentar vergas curvas no lugar das tradicionais vergas retas, o acréscimo de balcões com o uso do ferro, e a inserção de sistema de captação de águas pluviais (VIEIRA, 2016).

No que se refere a área de estudo, o inventário realizado em 1949 também constatou que essas modernizações não ocorreram nas áreas periféricas do Caminho Tronco já que, de acordo com a documentação, bairros como o Antônio Dias apresentaram poucas modificações provenientes desse processo, o que pode ser considerado pertinente ao Padre Faria, ainda mais extremado que o citado. Nessa medida, Sylvio de Vasconcellos descreve no inventário que a arquitetura da periferia permaneceu semelhante à tradicional, enquanto os imóveis do centro foram descaracterizados em prol de inovações, principalmente em suas fachadas (VIEIRA, 2016).

Em resumo, no estudo os trechos mais extremados de Ouro Preto, ocupados em grande medida pela população de baixa renda, permaneceram com seus aspectos “originais” e com sistema construtivo tradicional, enquanto as áreas ocupadas pela população de alta renda empreendiam inovações. Nesse aspecto, a falta de recursos em prol de melhorias nas edificações acabou favorecendo o anseio preservacionista, apesar de muitas terem se perdido em razão da carência e do abandono. O que demonstra a complexidade dos processos que se estabelecem nessas áreas, que por um lado permitem que determinadas edificações permaneçam sem alterações provenientes de modernizações, apesar de em estado precário de conservação em razão, também, da falta de recursos para reformas, e por outro lado permite as inovações a partir de intervenções mais espontâneas e sem o rigor formal estabelecido para a cidade.

Quanto a análise dos imóveis do Padre Faria, a princípio é válido apontar nesse tópico, a título de conhecimento, os bens imóveis que apresentam algum tipo de proteção no referido bairro, considerando as diferentes esferas de proteção, federal, estadual e municipal. Considera-se importante para o entendimento, o reconhecimento e o estudo da imagem urbana do bairro, constituída pelo seu conjunto de edificações, apresentar os bens que foram tidos na lógica de seleção patrimonial como de maior relevância no bairro. Assim, além da proteção federal e municipal do conjunto urbano do bairro, abarcando principalmente um trecho específico, também estão protegidos por tombamento ou inventário imóveis isolados, alguns deles já citados no tópico referente à reconstituição histórica do Padre Faria.

Entre os bens protegidos por tombamento individual está a Capela do Padre Faria, ou ainda Capela de Nossa Senhora do Rosário do Padre Faria, que também se encontra inserida no perímetro de tombamento federal e municipal, integrando ainda a mancha que é reconhecida pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade. Nesse caso, trata-se de um tombamento federal, por meio do Processo nº 0075-T-38, Inscrição nº 249, no Livro do Tombo das Belas Artes, fls. 43, datado de 08 de setembro de 1939. A proteção além da edificação inclui todo o seu acervo móvel e integrado, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo do SPHAN, de 13 de agosto de 1985, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

De acordo com as informações do próprio órgão de proteção, o IPHAN⁴⁰, a construção da primeira capela no bairro foi promovida pelo Padre João de Faria Fialho, nos primeiros anos do século XVIII, dedicada a Nossa Senhora do Carmo. Porém, essa não se trata da edificação atual, mas de uma capela primitiva, que foi reconstruída por volta de 1740, a partir da integração da Irmandade do Rosário, dando origem ao imóvel que se encontra no bairro. A data de origem não é precisa, mas está indicada em alguns registros que se encontram na própria edificação, como uma data inscrita no sino do campanário disposto ao lado da fachada frontal e ainda uma na cruz que se encontra em seu adro, sendo esta do ano de 1756.

Sabe-se ainda que a edificação foi alvo de outras reformas promovidas pelo órgão de preservação, o IPHAN, já a partir dos anos 1940. A mais expressiva foi a realizada logo no final dessa mesma década, no qual foi substituído o frontão em formato curvos por um triangular, já que o primeiro se tratava de uma adaptação executada no século XIX, assemelhando-a as capelas de Sant'Ana e São João Evangelista da Serra de Ouro Preto. Na mesma intervenção

40 Informações encontradas nas fichas disponibilizadas no próprio site oficial da instituição. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1357. Acesso em 12 de junho de 2021.

ainda foi demolido um volume lateral anexo à sacristia, também com o intuito de restituir suas feições originais, de acordo com o próprio órgão. Ainda de acordo com o IPHAN, a capela se constituiria atualmente como o único exemplar existente no perímetro urbano de Ouro Preto representativo das construções primitivas da Serra de Ouro Preto.



Foto 29: Vista da fachada frontal da Capela do Padre Faria.



Foto 30: Vista do largo em frente à Capela do Padre Faria.

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Informações a respeito da edificação religiosa também figuram ao longo do inventário elaborado pelo município, constando em sua ficha a mesma informação anteriormente citada, que se trata de um dos remanescentes do morro do Ouro Podre, pertencente ao Caminho Tronco. Nela ainda está descrito o entorno imediato da capela, no qual é ressaltado que se compõe de edificações precárias de um ou dois pavimentadas, alinhadas ao longo da via, apresentando cobertura em telha cerâmica e cumeeira paralela à rua (IPAC, 2009).

Outro bem protegido por tombamento federal é o Chafariz do Alto da Cruz, promovido em 19 de junho de 1950, com inscrição no Livro do Tombo de Belas Artes, Inscrição nº 371-A, Processo nº 430T, fls74. Assim como a capela, o bem integra o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico tombado pelo IPHAN em 1938 e o Conjunto Arquitetônico tombado pelo município conforme Decreto nº 13, de 19 de setembro de 1931. O chafariz encontra-se na Rua Padre Faria, na altura do número 92, e nele consta a inscrição da data 1761, sendo possivelmente o ano em que foi construído.

No caso do chafariz seu risco é atribuído a Aleijadinho, baseado na presença do busto em pedra-sabão arrematando a parte superior do bem, com características semelhantes a de seus outros trabalhos e com inscrição de 1761, porém, trata-se somente de uma suposição, que foi sustentada principalmente por Lúcio Costa. Assim como a capela, o monumento também passou por intervenções ao longo dos anos, uma delas no século XIX, entre os anos de 1853 e

1855. Quanto aos registros das obras realizadas no século XX a principal foi a executada entre os anos 1935 e 1936, que ocorreu através da Inspetoria de Monumentos Nacionais. Nesse momento foi inserido um tanque de cantaria e ainda três carrancas de bronze. Em 1959, o DPHAN ainda realizou uma intervenção promovendo o qualificação de seu entorno imediato, dando forma às condições atuais do local no qual o bem se encontra (IPAC, 2009).



Foto 31: Fotografia do Chafariz do Alto da Cruz na Rua Padre Faria, sem data.



Foto 32: Fotografia do Chafariz do Alto da Cruz na Rua Padre Faria em 2017.

Fonte: Acervo Luiz Fontana do Instituto de Filosofia, Arte e Cultura – IFAC e acervo pessoal.

Em 2009 a Prefeitura Municipal de Ouro Preto elaborou o Inventário de Proteção do bairro Padre Faria. Para isso, foram analisados e selecionados no conjunto urbano do bairro alguns bens considerados pelos técnicos responsáveis pelo trabalho de relevância no contexto local, assim, que mereciam ser alvo de medidas de proteção. De acordo com o próprio Inventário de Proteção, a seleção dos bens ocorreu através de um levantamento de campo no qual foram realizadas visitas às edificações residenciais, igrejas, fazendas e demais bens do acervo, com intuito de dimensionar e selecionar os bens a serem inventariados (IPAC, 2009).

Já em relação aos critérios de seleção, está indicado no documento que eles foram adotados levando em conta os aspectos culturais, sociológicos, históricos, além da manutenção dos sistemas e partidos originais arquitetônicos. De acordo com o próprio inventário:

De forma geral, é possível dizer que os bens patrimoniais de fundo monumental - tais como grandes fazendas, igrejas católicas e casarões coloniais, quase sempre pertencentes aos grupos sociais dominantes e/ou mais abastados - não foram os únicos itens a receber atenção. Receberam enfoque especial também os bens de fundo popular e técnica simples, que,

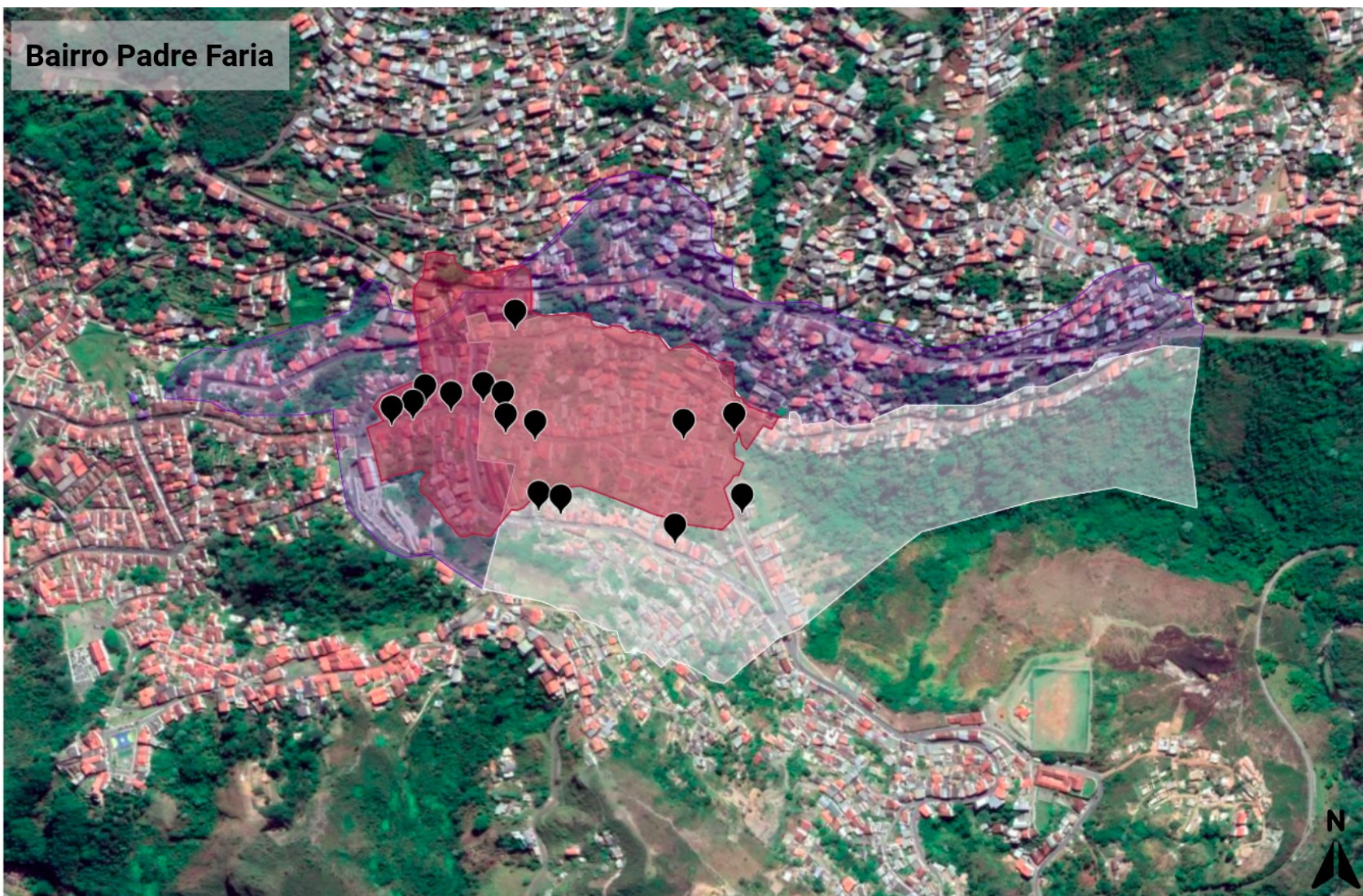
não obstante, quase sempre representavam dados culturais importantes da história local (IPAC, 2009, p.5).

Os técnicos envolvidos nesse levantamento, de acordo com a metodologia expressa no próprio documento, também contaram com a participação dos moradores, a partir da realização de entrevistas, o que indica a provável relevância dos bens para a população local, ou somente uma forma do órgão legitimar suas escolhas. Nesse caso, a participação dos moradores foi proporcionada através do contato direto com a realidade do bairro naquele momento, sua população e seu cotidiano, recorrendo, ainda, à realização de entrevistas e à escuta dos relatos orais. No caso das entrevistas elas tiveram como intuito, principalmente, a coleta de informações sobre os bens patrimoniais e os locais alvo do levantamento e da análise (IPAC, 2009).

É válido pontuar que na descrição da metodologia utilizada durante o processo de inventariamento, a própria municipalidade evidencia a falta de registros sobre esse território específico e sobre os bens que lhe constituem. Nesse sentido é pontuada a dificuldade em se elaborar pesquisa histórica sobre esse acervo patrimonial, em grande medida jamais estudado, indicando a “carência de informações e a falta de narrativas históricas já construídas acerca dos objetos pesquisados” (IPAC, 2009, p.6). Torna-se relevante essa citação ao considerar que o levantamento foi realizado já nos anos 2009 e que se tratava de um dos órgãos detentores dos documentos relativos ao território estudado⁴¹.

Entre os bens imóveis protegidos através do inventário, aqueles que se encontram inseridos no trecho estudado, ou seja pertencentes ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico tombado pelo IPHAN em 1938 e ao Conjunto Arquitetônico tombado pelo município conforme Decreto Municipal nº 13, de 19 de setembro de 1931, mais especificamente na Zona de Proteção Especial - ZPE, são: a Capela Nossa Senhora das Necessidades, na Rua Santa Rita, a ponte sobre o Ribeirão do Carmo, em frente a Capela do Padre Faria, uma edificação residencial na Rua Santa Rita nº 95, designada como *cafua*, e oito edificações na Rua Padre Faria, sendo elas as de número 20, 56, 69/75, 141, 161, 170, 204 e 378.

41 As equipes envolvidas na elaboração do Inventário de Proteção do bairro Padre Faria foram de técnicos da Secretaria Municipal de Cultura, da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ouro Preto, conforme colocado no documento.



Mapa 14: Edificações inventariadas pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto em 2009.
Elaboração: Paula Lara, 2021.

Os demais imóveis protegidos por meio do inventário encontram-se em áreas externas à mancha de proteção especial, três na Rua Desidério de Matos e uma na Rua Nossa Senhora do Parto. Nessa medida, entre as ruas do bairro Padre Faria que abrigam bens inventariados pela municipalidade só estão a Rua Padre Faria, no qual estão concentradas a maioria delas, a Rua Desidério de Matos, com três imóveis, e ainda a Rua Nossa Senhora do Parto e Rua Santa Rita com um exemplar cada. Nota-se ainda que entre os exemplares se encontra uma cafua, representando então a população de baixo poder aquisitivo e suas formas de morar, no acervo ainda tem destaque um exemplar de aspecto rural, bem próximo a Capela do Padre Faria, porém já externo a ZPE. Quanto ao restante dos imóveis residenciais apresentam em comum o estilo colonial, alguns já se encontrando em estado avançado de arruinamento⁴².

É possível observar que se utilizada a delimitação oficial mais recente do bairro Padre Faria quatro imóveis inventariados se encontram fora dela, já no perímetro do bairro Alto da Cruz, estando elas no trecho inicial da Rua do Padre Faria. Constam ainda dois bens no bairro denominado de Caminho da Fábrica, não estando estes representados no Mapa 14. É possível afirmar ainda, que o local onde estão concentradas as edificações valoradas pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto se trata daquele de ocupação mais antiga, como observado ao longo da contextualização do bairro, estando em porção mais próxima ou até mesmo inserido no bairro Alto da Cruz, corroborando com opiniões de alguns moradores de que este bairro conserva mais os aspectos da cidade patrimonializada que o próprio Padre Faria.

Um desses imóveis é a edificação de número 20 na Rua do Padre Faria, sendo esse um bom exemplo para dar início às observações a respeito das edificações que integram o bairro, e as descrições do que é considerado nesta análise como referência ao estilo colonial ouro-pretano. A edificação se configura como uma opção de análise na medida em que foram encontrados registros históricos de 1946, sendo possível reconhecer as modificações sofridas ao longo desse recorte temporal. Com características das construções da segunda metade do século XVIII, a edificação é um ilustrativo daquilo que foi considerado similar a estética protegida na cidade de Ouro Preto no tópico anterior, podendo se configurar como um remanescente e que, por isso, ainda por suas características estilísticas e construtivas preservadas, apresenta interesse de preservação, permitindo a ligação do bairro Padre Faria com a estética da cidade de Ouro Preto.

42 A saber, a edificação de número 56 na Rua do Padre Faria e a de número 299 na Rua Desidério de Matos.



Foto 33: Fotografia de edificação no início da Rua Padre Faria em 1946, com presença de possíveis moradores na entrada.



Foto 34: Vista do mesmo ponto em 2017. Nota-se que em ambas é possível avistar as torres da Igreja de Santa Efigênia ao fundo.

Fonte: Acervo Luiz Fontana do Instituto de Filosofia, Arte e Cultura – IFAC e acervo pessoal.

A partir do registro da década de 1940 é possível observar que as modificações se configuram como a substituição das janelas em folha cega por guilhotina, a modificação dos vãos, na medida em que a última abertura passou de uma janela para uma porta, antes localizada mais ao centro, além da retirada do patamar de acesso em pedras, com aproveitamento do desnível do porão para a conformação de um novo pavimento. De acordo com entrevista realizada para elaboração do inventário em 2009, a abertura do porão garantindo mais um ambiente com acesso a rua teria sido uma intervenção feita pela moradora da época em ano não citado, com intuito de transformá-lo em um espaço comercial para a venda de peças artesanais (IPAC, 2009). Nota-se ainda a existência de lambrequins ao longo da fachada principal, não sendo um elemento que lhe constitui na atualidade.

A fotografia não revela somente sobre a edificação, mas também a respeito de seus usos, na medida em que figuram duas pessoas acomodadas na soleira da porta, que observam a rua. Nela é ainda possível observar a acomodação de gaiolas na parte superior das vergas, bem como a presença de animais, representados por duas galinhas que também se acomodam no patamar de pedras, em trecho à direita do observador. De uma forma ou de outra, a imagem revela sobre a vida cotidiana do bairro, dos modos de apropriação dos ambientes semipúblicos

e da população que lhe constituía. É possível notar ainda, que o imóvel ao lado, atualmente implantado sem afastamento lateral, não estava presente no momento da fotografia⁴³.

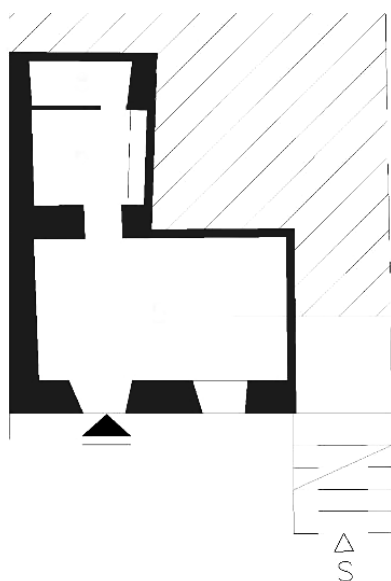


Figura 10: Planta do subsolo da edificação localizada na Rua Padre Faria nº 20.

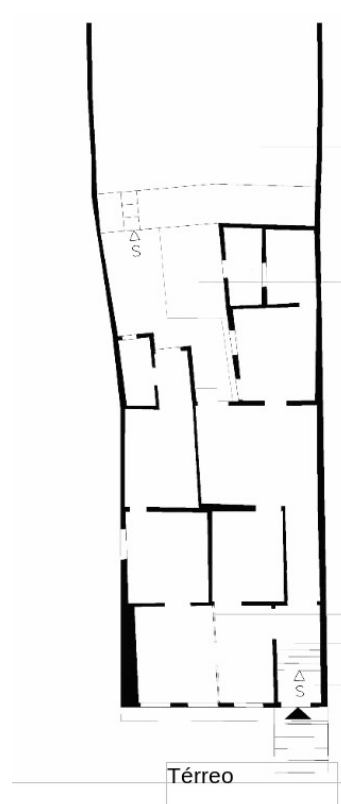


Figura 11: Planta do térreo da edificação localizada na Rua Padre Faria nº 20.

Fonte: Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural - IPAC, 2009.

Um fato a se observar é que no caso desse imóvel, diferentemente de outros do bairro, não só foi possível encontrar registros fotográficos como a planta da edificação disponível nos órgãos de planejamento urbano, o que demonstra determinada formalidade do exemplar. Nela é possível notar que se trata de uma planta de padrão característico da cidade de Ouro Preto, retangular e longilínea, nesse caso com corredor em porção lateral permitindo o acesso aos cômodos posteriores da residência, como apontado por Vasconcellos (2011), se tratando da peça que estabelece a dinâmica das casas encontradas na cidade.

Outro imóvel que também se apresenta no quadro do bairro Padre Faria enquanto um exemplar do estilo patrimônio da cidade de Ouro Preto é a edificação de número 170 que se encontra na mesma rua que a anterior. Até 1973 a edificação pertencia a Companhia Industrial

43 Em Vieira (2016, p.234) consta uma foto do mesmo imóvel em 2002 e é possível observar que a edificação ao lado ainda estava em processo de construção.

Ouro Preto⁴⁴, sendo então adquirida por um dos funcionários da empresa nesse mesmo ano. No momento da compra o imóvel se encontrava em estado de conservação precário, como pode ser observado em um registro da edificação de 1974, sendo necessárias medidas de intervenção pelos novos proprietários (IPAC, 2009).



Foto 35: Registro da edificação de número 170 de 1974.



Foto 36: Edificação número 170 na Rua do Padre Faria em 2021.

Fonte: Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural - IPAC, 2009 e Acervo Pessoal.

Contrariando as informações disponíveis no inventário produzido por Vasconcellos, nesse caso o imóvel presente no Padre Faria foi alvo de modernizações, realizadas em momento posterior ao levantamento citado, considerando o ano em que consta o registro da edificação. Fator que pode indicar que as modernizações, a partir da inserção de novos materiais, foi somente mais tardia nas áreas periféricas, mas que também ocorreram nessas porções do território. Nesse caso, a modificação pode ser observada a partir da inserção de esquadrias com vedação em vidro na fachada frontal, elemento que na pintura do imóvel foi representada somente como de madeira, além ainda do guarda corpo metálico do patamar de entrada.

De acordo com os registros do inventário, a intervenção que foi realizada no momento em que a edificação foi adquirida da Companhia Industrial Ouro Preto consistiu ainda na substituição do telhado, dos assoalhos, das paredes, das pinturas e do reforço nas bases. A planta também foi modificada, com acréscimo de alguns cômodos, tais como uma cozinha, uma sala, um banheiro e uma despensa (IPAC, 2009). No caso do programa da edificação ele se difere daquela que foi apresentada anteriormente, não apresentando volume tão estreito, sendo

44 Apesar do registro do Inventário de Proteção, de acordo com outras fontes históricas nesse ano estaria em funcionamento nas dependências da Companhia Industrial Ourepretana de Força, Luz e Telefones a Fábrica de Fiação e Tecidos Itacolomy, até 1980, quando passou a abrigar a Companhia Industrial Itaunense (CALDAS, 2016).

composta por corredor central que permite o acesso da rua aos demais cômodos dispostos no trecho posterior do volume.

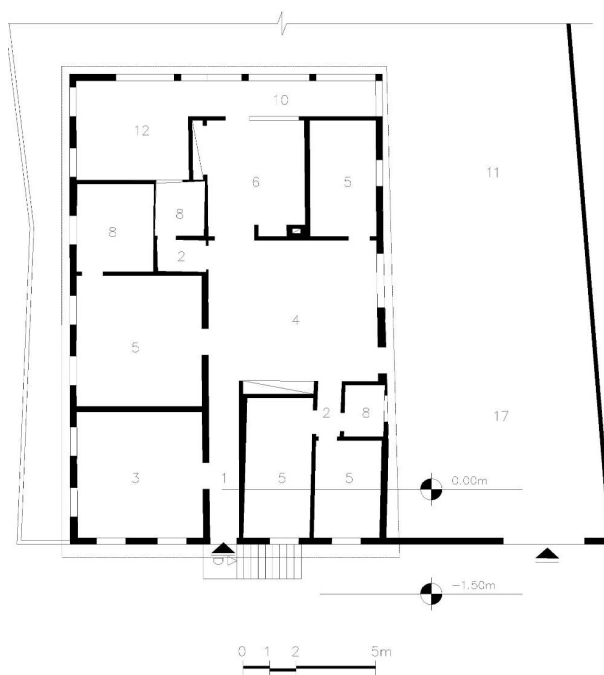


Figura 12: Planta baixa do térreo da edificação localizada na Rua Padre Faria nº 170.

Fonte: Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural - IPAC, 2009.

No Padre Faria estão ainda aquelas edificações que apresentam aspecto colonial caso observadas sem a devida atenção, principalmente quando vistas em conjunto e com foco em suas fachadas frontais. A partir de um olhar mais apurado, nota-se que alguns elementos não se enquadram à estética colonial, podendo se tratar nesses casos tanto de edificações mais recentes ou de edificações antigas modificadas, apresentando elementos que as diferenciam. Entre essas estão algumas que foram somente alvo de modernizações, como revestimentos de meia parede na fachada frontal, mas que ainda mantêm a volumetria característica, no qual é possível supor que se trata realmente de exemplares arquitetônicos passíveis de valoração, porém em uso e por isso suscetíveis às mudanças.

Em outros observa-se que a tentativa de conformidade com a imagem colonial é simplificada, resumida a inserção de determinados elementos arquitetônicos, tendo destaque a janela em guilhotina com verga reta, a implantação no alinhamento da via e os beirais com presença de cachorro. Quanto ao conjunto, se a implantação no alinhamento da via permite determinada uniformidade, se restringe a isso, já que a cumeeira das coberturas se colocam de forma desalinhada, em razão das mais diversas soluções dos telhados, e também não há preocupação em relação à proporção dos diferentes volumes.



Foto 37: Edificação na Rua Desidério de Matos com meia parede revestida.



Foto 38: Edificação na Rua Desidério de Matos, além das modificações nas fachadas observa-se acréscimo em trecho posterior.



Foto 39: Edificação na Rua Padre Faria com elementos que buscam a adequação à estética colonial, como as esquadrias⁴⁵.



Foto 40: Edificação na Rua Padre Faria com elementos que buscam a adequação à estética colonial, como as esquadrias.

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Por fim, estão os imóveis novos, promovidos em alguns casos de maneira informal, a partir dos empreendimentos individuais, adequados às possibilidades do terreno, do acesso ao material construtivo e ainda da mão de obra empregada. No caso dessas últimas, mesmo diante do desejo de modificação, como no caso daquelas em que nota-se que as transformações foram em prol de um desejo individual, os elementos coloniais não são totalmente abandonados. A janela em guilhotina com verga reta que sustenta a ligação com o aspecto patrimonial permanece em alguns casos, ou ainda é transformada, se adequando às possibilidades disponíveis no mercado, tendo como semelhança somente o material. Nesses imóveis é possível observar que o que mais se diferencia são os variados volumes, enquanto o que permanece são as cachorradas nos beirais ou ainda o madeiramento nas esquadrias.

⁴⁵ Trata-se do imóvel de uma das moradoras entrevistadas, com alguns aspectos referentes a intervenção do órgão de proteção descritos no capítulo 3.



Foto 41: Edificação na Rua Nossa Senhora do Parto, apresentando diferentes modernizações.



Foto 42: Edificações na Rua Nossa Senhora do Parto, nota-se que somente alguns vãos de uma delas apresentam ligação com a estética colonial.



Foto 43: Edificação na Rua Santa Rita, em que as novas janelas de madeira são empregadas para a intermediação com a imagem de Ouro Preto.



Foto 44: Edificação informal na Rua Oito de Setembro em que elementos como a janela em guilhotina são inseridos.

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

O que esses imóveis demonstram é o processo de adaptação do núcleo urbano de Ouro Preto às novas e diferentes necessidades de sua população local, em paralelo a uma estética e a um imaginário próprio da cidade, o que produziu tipologias arquitetônicas híbridas, conformadas a partir do que foi imposto e do que foi possível. Se utilizadas as concepções de Certeau (1998), as *estratégias* tecnocráticas, nesse caso patrimoniais, produzem e impõem as lógicas vigentes no bairro, e as *táticas* dos moradores só são capazes de manipulá-las e/ou alterá-las, como no caso das novas edificações com elementos advindos do tradicional ouro-pretano.

Assim, pode-se afirmar que a arquitetura produzida na cidade, das mais diversas formas, teve o colonial como referência, mesmo que distorcido, tanto na malha urbana consolidada como nas novas áreas contíguas, sendo que este referencial vai se diluindo pouco a pouco do centro para as margens, restando, ao fim, somente alguns poucos elementos da arquitetura colonial,

ainda que adaptados às demandas e urgências atuais de seus moradores. Em certa medida, é como se a distância em relação ao núcleo central fosse o parâmetro para o grau de inovações permitidas na cidade, porém, sempre com um aspecto atrelado a ordem estabelecida.

Se analisadas à vista das considerações de Certeau (1998) essas edificações se aproximariam das concepções referentes as *táticas*, na medida em que se estabelecem em um local de pouca autonomia, sem um próprio, na delimitação fornecida por um outro, sendo este outro os parâmetros urbanísticos e patrimoniais de uma cidade que pouco condiz com suas condições de existência e de reprodução da vida. Dessa forma, os moradores são impelidos a jogar com as diretrizes que lhe são impostas, a se movimentar em um espaço controlado pelo outro. Como colocado pelo próprio autor:

Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (CERTEAU, 1998, p.100-101).

Nas entrevistas realizadas com os moradores locais os dribles em relação a vigilância da ordem estabelecida se reflete na rapidez com que as edificações são construídas, como apontado por diferentes interlocutores, os imóveis informais costumam surgir “do dia para a noite”, buscando impedir com isso a denúncia ou interrupção das obras. Apesar dos subterfúgios, quando indagados a respeito da manutenção de determinadas características coloniais, como as janelas em guilhotina e verga reta, a resposta costumeiramente era que o patrimônio, ou seja, o poder regulador, os obrigava a manter o estilo colonial, - resposta que demonstra certa contradição, já que todo o restante da edificação foge aos padrões estabelecidos pelo órgão.

Esses aspectos arquitetônicos do bairro Padre Faria demonstram ainda como comumente se estabelece a construção da cidade de Ouro Preto, na medida em que revela os desdobramentos da contradição entre a imposição de um espaço homogêneo e monumental e os resultados das condições de possibilidade, diretamente ligados a realização da vida, e que acabam se colocando de modo contestatório no espaço urbano. Tais aspectos revelam a existência de uma luta em torno dos modos de apropriação do espaço da cidade, sendo este um processo desigual, que se revela nos diferentes fragmentos que a constituem.

Como apontado por Vieira (2016), trata-se de um processo que não ocorreu somente na arquitetura, mas que estendeu-se para o urbanismo. No que se refere aos aspectos urbanos é

possível observar a repetição de determinados elementos do setecentos, como a largura reduzida das ruas, incompatíveis com o uso e a demanda atual dos veículos, e a ausência de espaço adequado para a circulação de pedestres. Além disso, a implantação das edificações no alinhamento das vias e muitas vezes nos limites laterais dos lotes, sendo que estas ocupações comprometem o conforto ambiental da edificação, prejudicando as taxas de ventilação natural e de iluminação, também a ocorrência de construções que mantêm a escala volumétrica do século XVIII, porém que apresentam nos fundos inúmeros pavimentos (VIEIRA, 2016).

Em relação aos processos que levaram à repetição de padrões arquitetônicos e urbanísticos do século XVIII no século XX, resta indagar se foi a atuação do IPHAN a responsável, ao licenciar e fiscalizar as obras e parcelamentos na cidade, em vista de perpetuar uma imagem patrimonial, ou ainda a Prefeitura Municipal, a partir do momento em que assumiu a responsabilidade pelo controle do uso e ocupação do solo na cidade. Ou seja, o enraizamento de uma maneira de ser ouro-pretana, que foi incorporada ao cotidiano dos moradores, transformando-se de uma medida imposta a algo espontâneo. No caso do Padre Faria, em razão de suas diferenciações, que se estabelecem principalmente do centro para as margens, os moradores se ressentiriam por seus traços periféricos? Já em relação ao fato de se posicionar fronteiroço, ou às margens, quais as consequências dessa dinâmica nas relações sociais e econômicas na vida de bairro da comunidade?

Diante dessas demonstrações e também das consequentes ponderações a respeito do cenário que constitui atualmente o bairro, é possível concluir que as marcas simbólicas do colonial ou do patrimonial não permanecem somente na arquitetura ou no urbano, mas figuram também e principalmente no imaginário coletivo da cidade, na medida em que a imagem do colonial ainda hoje ressoa no modo de ser ouro-pretano, já que as conexões e permanências de uma estética específica se configuram como iniciativas privadas. Em razão desse e de outros fatores é que o próximo capítulo teve a intenção de escutar e buscar compreender a relação dos moradores locais com essa imagem colonial bem como com a do bairro Padre Faria, constituída pelo hibridismo das inovações arquitetônicas para suas múltiplas vivências cotidianas.

Capítulo 3.

O Padre Faria na perspectiva de seus moradores



Após a pesquisa dos registros históricos a respeito do bairro Padre Faria, bem como da análise de seu espaço urbano e conjunto arquitetônico, essa última elaborada fundamentalmente a partir de uma percepção pessoal, técnica somente na medida em que foi realizada por uma arquiteta urbanista, mas com apreensões individuais a respeito do bairro e de sua imagem, torna-se imprescindível um capítulo que tenha como princípio a participação dos moradores locais. Essa etapa da pesquisa que envolveu a participação dos residentes ocorreu tanto por meio da escuta de suas narrativas e percepções pessoais, como da busca pelo entendimento de suas práticas cotidianas e manifestações culturais, também constitutivas e modeladoras da identidade e alteridade do bairro.

Dessa forma, o terceiro e último capítulo da dissertação de mestrado teve como objetivo a observação e a descrição dos processos sociais que se desenrolam no bairro, analisados mais uma vez a partir de um olhar individual, já que perpassados pela escrita da pesquisadora, a partir da escuta de seus moradores, buscando compreender a realidade social e cultural do Padre Faria. Considera-se que essas práticas podem, de alguma maneira, esclarecer como os moradores apreendem a imposição patrimonial da imagem característica da cidade e como isso é refletido no espaço modificado diariamente por eles, seja na materialidade de suas edificações ou ao usufruir do espaço público do bairro.

Essa terceira parte da pesquisa foi realizada tendo em vista que até mesmo o passado sedimentado na materialidade do bairro está inserido e participa do presente das práticas que ali se desenrolam (CORDEIRO, 1997). Ou seja, que os moradores do bairro Padre Faria, além de inserirem novas formas urbanas, também tecem relações constantes com os remanescentes encontrados no bairro, com o passado que se vê ali sedimentado. Em razão disso, os habitantes estão constantemente ressignificando o acervo patrimonializado da cidade, seja de forma intencional ou somente ao estabelecer suas práticas cotidianas de maneira despretensiosa nesses espaços, monumentos e edificações acautelados.

Mediante esse último aspecto, a importância do campo também se estabeleceu ao buscar compreender não somente em que medida a imagem do bairro se difere de um centro mais regulado, mas como os agentes sociais desse espaço observam essas modificações, contribuem e produzem as transformações. Isso, tendo em vista que as modificações agenciadas pelos moradores se dão em razão e em diálogo com suas realidades sociais e ainda que, para alguns, o bairro pode nem se distanciar imagetivamente do restante da cidade, dada

a familiaridade com uma imagem já transformada de Ouro Preto e não com aquela que foi instituída para representá-la.

Todas essas perspectivas de análise se tornam fundamentais a pesquisa realizada, tendo em vista que,

Uma cidade não serve apenas de cenário, ela é território de confronto de olhares, um campo de batalha de percepções e sensações, mesmo que sua conservação patrimonial tenha trazido todos os signos de uma pacificação mórbida. O campo de batalha dos modos de apreensão estética da cidade suscita permanentemente julgamentos de gosto subjetivos (JEUDY, 2005, p.115).

A partir do campo e do diálogo com os moradores locais foi possível avaliar, também, se os possíveis estigmas da lógica patrimonial contribuem em algum grau para a falta de identificação dos moradores das margens com a cidade de Ouro Preto. Ou ainda se, em contrapartida, eles se consideram inseridos na lógica de identificação patrimonializada, mesmo que tenham que empreender combates mais árduos com os órgãos reguladores a fim de possibilitar a construção de suas moradias.

É válido pontuar novamente que o aparecimento de edificações incompatíveis com a lógica patrimonial também se estabelece enquanto negociações com o órgão de proteção. Como apontado por Costa (2011), ao longo dos anos o processo de periferização da cidade de Ouro Preto contou com a negligência do poder público municipal, que viu como uma solução ao problema permitir que o processo avançasse sem o acompanhamento dos entes responsáveis pelo planejamento urbano da cidade. É possível ainda retomar o conceito de margens do estado, na medida em que nesses locais o estado não está necessariamente como aparato legal, mas como prática, a partir das concessões que possibilitam a reprodução da vida (DAS e POOLE, 2004).

Retomando, o contato com os moradores locais também possibilitou, de certo modo, o questionamento em relação ao ponto de vista anterior à pesquisa de campo, já que este teve como base uma apreensão prévia e particular da cidade e do próprio bairro. Dessa forma, permitiu a reavaliação de uma percepção pessoal, fundamentada principalmente nas análises de uma Ouro Preto normativa, legislada, e conformada no discurso dos grupos de poder. Para isso, buscou-se diretamente aqueles que vivenciam a cidade em seu cotidiano e que a tem apreendida por meio de sua interação direta e constante com a realidade concreta e não com a imagem que é produzida sobre ela. Assim, o campo foi realizado não somente como uma tentativa de colocar à prova os pressupostos da pesquisa, mas também como uma forma de

questionar as percepções do bairro inicialmente formuladas, possibilitando a construção de novas observações.

O campo buscou, ainda, vislumbrar os contextos vivências do bairro, possíveis de se experienciar *in loco*, baseados na vida social cotidiana que ali se estabelece e na (re)criação de uma imagem legitimada externamente, mas que em diversos momentos é imposta ao bairro, seja ao compelir a semelhança ou ao estigmatizar pela diferença. Isto foi feito sem desconsiderar que esse segmento selecionado no espaço da cidade está integrado a uma multiplicidade de planos e de escalas, desde o nível institucional ao informal. Apesar da experiência em campo se dar em uma realidade delimitada, não é possível ignorar que o bairro só se estabelece *em relação*, já que até mesmo a sua diferenciação se pauta na integralidade do núcleo urbano, nesse caso específico de uma cidade patrimonializada.

Em resumo, a intenção foi buscar compreender, a partir da apreensão das práticas, das situações e das interações dos diferentes cidadãos, como o bairro Padre Faria e a lógica descrita aqui entre a imagem instituída e a real é apreendida pelos próprios moradores. Observar ainda, se na prática a diferenciação do bairro se coloca da mesma maneira como colocado em teoria e, se assim como o bairro, os moradores que não contribuem para a imagem da cidade são estigmatizados pelos residentes de outros bairros “legitimados”, ou até mesmo no contexto do próprio bairro, pelos vizinhos, dado a diferenciação que apresenta e a imprecisão em relação aos contornos do bairro Alto da Cruz.

No caso das entrevistas com os moradores do bairro, devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19 foi necessário um reajuste das metodologias definidas inicialmente para essa dissertação, que estavam baseadas em um diálogo mais aprofundado com o bairro e com os seus habitantes, a partir das perspectivas da etnografia urbana. Em razão das normas sanitárias, o contato com os moradores do Padre Faria se restringiu a entrevistas semiestruturadas, realizadas em uma distância mínima estabelecida e nos principais locais abertos e públicos do bairro, como no adro da Capela do Padre Faria e na Praça Agostinho Ferreira Guimarães.

Apesar das restrições que impuseram a modificação da metodologia inicialmente proposta, ainda foi possível estabelecer contato com habitantes antigos do bairro, que nasceram no local ou que residem nele há mais de 50 anos. Entre eles estão moradores envolvidos com as questões culturais e patrimoniais pertinentes ao bairro, como aqueles responsáveis pelo

cuidado da Capela do Padre Faria, ou integrantes da Folia dos Santos Reis Magos do Padre Faria, como pode ser observado a seguir na Tabela 1.

Entrevistados	Função/Atividade	Rua do bairro em que reside/trabalha
Entrevistado A	Marceneiro/Carpinteiro	Rua Nossa Senhora do Parto
Entrevistada B	Aposentada/Responsável pela Capela do Padre Faria	Rua Padre Faria
Entrevistado C	Comerciante	Rua Desidério de Matos
Entrevistado D	Fundador e Integrante da Folia de Reis Magos do Padre Faria	Rua Santa Rita
Entrevistada E	Comerciante/Cozinheira	Rua Padre Faria
Entrevistada F	Aposentada/Dona de Casa	Oito de Setembro
Entrevistada G	Dona de Casa	Oito de Setembro
Entrevistado H	Mecânico	Rua Santa Rita
Entrevistado I	Aposentado	Rua do Padre Faria
Entrevistada J	Aposentada/Dona de Casa	Rua Desidério de Matos

Tabela 1: Síntese dos moradores entrevistados durante o trabalho de campo no bairro Padre Faria.

No caso desta pesquisa de dissertação, optou-se por não citar o nome dos entrevistados, dando maior liberdade a suas narrativas, já que alguns aspectos versavam sobre os conflitos com o órgão de proteção, suas moradias e ainda a respeito do relacionamento entre vizinhos. Dessa forma, os moradores foram identificados ao longo do texto conforme descrito na Tabela 1, sendo que nesta ainda constam suas funções e as ruas que residem ou trabalham, essas últimas com intuito de conectá-los ao território estudado.

As abordagens das entrevistas tiveram como ponto de partida um guia semiestruturado que foi elaborado para facilitar o contato inicial, porém, a intenção foi permitir que a conversa tomasse rumos diferentes, a partir das especificidades de cada entrevistado e de suas preferências narrativas. Nesse caso, foi possível observar que alguns moradores se detiveram mais as questões pertinentes à fiscalização do órgão de proteção ao patrimônio cultural, principalmente por terem sido alvo ou testemunhas dessas intervenções, já outros, aqueles que estão diretamente envolvidos com as manifestações culturais, deram preferência as histórias referentes às festividades realizadas ao longo dos anos no bairro. Há ainda aqueles que se concentraram em suas próprias experiências pessoais de trabalho, quando estas

estavam relacionadas ao assunto tratado na entrevista, ou aqueles que relembrou o cotidiano do bairro em tempos passados.

Isso é pontuado para demonstrar que os moradores do bairro Padre Faria tiveram liberdade de dialogar sobre temas que consideraram pertinentes à abordagem proposta, ou que julgaram relevantes para o entendimento do bairro. Nota-se, ainda, que foram estabelecidas ao longo das conversas relações diretas entre as histórias que estavam sendo contadas e os respectivos espaços do bairro onde elas se desenrolaram, possibilitando a articulação entre os moradores e a unidade urbana do bairro. Em alguns casos, as narrativas versaram sobre os próprios locais em que a entrevista foi realizada, permitindo a dinamicidade das interlocuções. Em razão disso, as histórias puderam ser espacializadas no território do bairro, possibilitando maior compreensão à pesquisa.

Mesmo que as entrevistas não tenham se baseado em uma prática etnográfica, ou seja, em um contato mais aprofundado com o cotidiano local a partir da imersão efetiva na vida diária que ali se estabelece, ainda puderam ser consideradas algumas prerrogativas em relação às abordagens realizadas e a prática de campo. De acordo com Goldman (2006), no momento de encontro com o outro o pesquisador deve não somente estar aberto a uma nova experiência, a ser afetado, mas também deve ter em mente que todo o conhecimento produzido posteriormente terá como base essa vivência pessoal, não se perfazendo na neutralidade. Nessa medida, o mesmo autor ressalta o dilema que se estabelece entre a ciência e seus métodos objetivos, e as narrativas de campo, bem como entre o discurso sobre o que está sendo meramente observado e o diálogo que é estabelecido com os diferentes sujeitos, perpassados pela experiência pessoal de quem investiga. Afinal, o pesquisador transporta seus conceitos e suas expectativas a campo, mas dificilmente retornará sem que sejam promovidas alterações nessas concepções preliminares (SAEZ, 2013).

Indo além, Jeanne Favret-Saada (1990) ressalta a importância de se considerar a própria experiência pessoal nas pesquisas, algo que costuma ser frequentemente negado pelas disciplinas científicas. De acordo com a autora, a experiência pode e deve se tornar um instrumento de conhecimento, pois por meio dela abre-se outro campo de diálogo com as comunidades estudadas, uma vez que se configura enquanto uma partilha, verbal ou não. Mais uma questão importante não só do processo de encontro com o outro, mas da construção posterior de um texto a respeito disso, é considerar que essa experiência deve ser compreendida e apreendida em contextos diferentes e alheios ao campo, assim, deve ser

inteligível mesmo sem a mediação proporcionada pelo contato com o outro (GOLDMAN, 2006).

A partir desses pressupostos ressalta-se mais uma vez a importância em buscar a perspectiva dos moradores do bairro, na medida em que eles têm sua vida enraizada nesse território, promovendo e vivenciando as modificações expressas ao longo do tempo e do trabalho individual. Entretanto, é necessário considerar também que até mesmo as narrativas dos habitantes do bairro expressas aqui ainda estão perpassadas por determinada concepção pessoal do bairro, já que as falas são organizadas e compartilhadas através do agenciamento da pesquisadora.

De qualquer forma, o intuito desde o princípio da dissertação foi alcançar os moradores dessa determinada unidade socioespacial e não falar por eles, o que foi comprometido pelas restrições impostas pelo momento histórico em que a pesquisa foi elaborada. De qualquer maneira, é ressaltado o esforço e a importância da escuta desses moradores, diretamente afetados pelas decisões tomadas em âmbitos diferentes e alheios às suas necessidades e a realidade no qual se encontram, já que, como colocado pelo Entrevistado A, “o pobre não tem direito de construir, se você coloca um pau aqui não pode pôr, já vem um rico e pode colocar dois, três, entende como é que é?!” (ENTREVISTADO A, 2021).

3.1. Os moradores

Esse tópico da dissertação tem como intuito apresentar as apreensões advindas do diálogo com os moradores do bairro Padre Faria, considerando que o significado do espaço se esvazia sem as referências atribuídas pelo uso cotidiano (CARLOS, 2017). As ponderações e análises foram produzidas tendo em conta o caráter fragmentário da experiência de campo, na medida em que a síntese elaborada pelo investigador restringe a polifonia em uma única descrição, além de inevitavelmente transferir suas próprias percepções prévias aos diálogos e ao texto decorrente destes (CANCLINI, 2015). Diante disso, não supõe-se que escutar seja o suficiente para a compreensão dos moradores do bairro ou para ser capaz de transmitir suas opiniões, na medida em que em todo contato são estabelecidos condicionamentos entre investigador-participante.

Como apontado anteriormente, as entrevistas ocorreram nos espaços públicos do bairro o que acabou influenciando os exemplos utilizados pelos moradores locais, que usaram como referência às suas observações as edificações próximas ao local da entrevista, sendo possível relacionar as falas aos imóveis ou a trechos específicos de algumas ruas. Uma edificação utilizada como modelo às reflexões se encontra na Rua Nossa Senhora do Parto, sem número, sendo um bem protegido por meio de inventário (Foto 45). O imóvel foi citado tanto por ser onde reside um dos entrevistados, como por se constituir como um exemplo de edificação protegida e próxima a um bem público de relevância, a Capela do Padre Faria, fatores que comprometem ou dificultam projetos de modificação e, conseqüentemente, de venda.

Além do imóvel na Rua Nossa Senhora do Parto, também foram mencionadas outras edificações ao longo das entrevistas, entre elas duas que também foram inventariadas pela municipalidade, uma que se encontra em ruínas na Rua Desidério de Matos, número 299, e outra na Rua do Padre Faria, número 70. A primeira faz parte de um conflito entre os moradores locais quanto a sua propriedade, na medida em que se encontra em ruínas e sem o devido uso e, de acordo com uma das entrevistadas, já ocorreram tentativas de invasão do imóvel (Foto 46). A segunda edificação foi mencionada por ter recebido intervenção de um dos entrevistados, marceneiro e por muito tempo telhadeiro, sendo então um dos moradores atuantes nas reformas que ocorreram ao longo do tempo no bairro (Foto 36).

Nessa medida, foi possível observar que os moradores, pelo menos aqueles entrevistados, observam com atenção os processos de modificação dos imóveis pertencentes ao bairro, além de construírem suas próprias narrativas a respeito dos acontecimentos que as envolvem, associadas em grande medida aos seus proprietários, nomeados ao longo das narrativas, refletindo também a respeito das dinâmicas da vida social do bairro. De toda forma, apreende-se que em suas narrativas pessoais os sujeitos relacionam imagens formuladas pelo saber e pelo imaginário, transmitindo-as nos diálogos, por meio de uma paisagem que é narrada nos acontecimentos experienciados ou ainda naqueles acessados pela oralidade, ou seja, nas diferentes e constantes conversas entre os vizinhos.



Foto 45: Edificação sem número na Rua Nossa Senhora do Parto, ao lado da Capela do Padre Faria, atualmente à venda, porém sem sucesso, de acordo com os moradores entrevistados.



Foto 46: Edificação de número 299 na Rua Desidério de Matos, já em estado avançado de arruinamento, que vem sendo disputada entre vizinhos do bairro.

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

A proximidade entre os vizinhos do bairro Padre Faria observada nas entrevistas, principalmente entre aqueles mais antigos, que se conhecem pelo nome, citando uns aos outros e fazendo referência aos integrantes da família, também tem reflexos no campo patrimonial. A partir das entrevistas realizadas no bairro foi possível observar que a ação do órgão de proteção nas narrativas dos moradores locais está diretamente relacionada às próprias amizades e inimizades entre os vizinhos, na medida em que foi relatado que dificilmente as obras que ocorrem nessa porção da cidade são interrompidas em razão da fiscalização rotineira do IPHAN, mas sim através de denúncias.

Dessa forma, considerando que a fiscalização das obras no bairro Padre Faria não ocorre costumeiramente e/ou de maneira espontânea, mas a partir de denúncias, os moradores associam em suas narrativas o embargo de seus empreendimentos pelo órgão às desavenças que possuem com os demais moradores do bairro. O que demonstra que a lógica patrimonial não regula e condiciona somente a morfologia urbana e a forma edificada da cidade de Ouro Preto, mas também as relações sociais ali instituídas, que nesse caso se encontram refletidas nos conflitos entre os moradores, que acabam gerando denúncias ao órgão de proteção.

Foi possível observar essa relação entre as amizades do bairro e as possibilidades de seguir com uma obra sem autorização em diferentes entrevistas, entre elas está a da Entrevistada B. No caso específico dessa moradora, ela estava comentando a respeito de uma intervenção do IPHAN em seu imóvel residencial, porém, para isso, dá início a narrativa contando sobre a obra de um vizinho próximo que foi embargada pelo órgão de proteção em momento anterior. De acordo com a entrevistada, o seu vizinho já estava com a reforma em andamento quando o

órgão o procurou, obrigando-o a fazer modificações nas transformações realizadas até aquele momento, sendo uma condicionante para a permissão do prosseguimento da obra. De acordo com as palavras da moradora:

Veio o IPHAN impediu e ele teve que fazer um...ficou até horroroso, porque uma casinha desse tamanho [indicando algo pequeno] com um telhado desse tamanho [indicando algo grande], se você subir aqui você presta atenção, telhado de todo tamanho (ENTREVISTADA B, 2021).

Na história contada por ela o vizinho já estava em vias de finalizar a intervenção em sua edificação e foi interrompido pela ação do órgão, sendo necessária a alteração da cobertura de um anexo que ele promovia em seu imóvel. Ela ainda ressalta que a interferência do órgão e a conformidade do vizinho em realizá-las, acabou prejudicando a estética da edificação, uma vez que, de acordo com ela, foi uma solução incondizente com as proporções do imóvel.

Dando continuidade a história, a Entrevistada B aponta que em um dado momento posterior foi ela que deu início a uma reforma em sua própria edificação, tirando proveito da laje de um quarto para a construção de uma área de serviço coberta, o que, de acordo com ela, seria uma necessidade de sua vida cotidiana. Da mesma forma como ocorreu com seu vizinho próximo, quando a obra estava em vias de ser concluída, deu-se a intervenção do órgão de proteção, levando-a a crer que se tratava de uma denúncia do próprio vizinho mencionado, que não quis ser o único a ter o seu empreendimento interrompido, achando justo denunciar uma obra que transcorria sem maiores problema na mesma rua em que se imóvel se encontrava. Se colocado com as próprias palavras da moradora:

Pode ser que o outro ficou com raiva e me dedou, porque eu tava fazendo. Aí eu tive que desmanchar tudo, acabou tudo, e ele também teve que desmanchar o telhado dele, mas ele foi primeiro, e fazer do jeito que o IPHAN mandou (ENTREVISTADA B, 2021).

Além dela, outros entrevistados também informaram que no caso dessa região específica da cidade, o bairro Padre Faria, o Alto da Cruz e o entorno imediato, o órgão de proteção intervém nas obras especificamente nos casos de denúncia, não sendo comum que aconteça a fiscalização constante. Sobre esse aspecto, a Entrevistada E, moradora há cerca de 19 anos do bairro, coloca que: “a fiscalização existe se alguém denunciar, se você não gostar de mim e me denunciar eles vêm e embarga, mas caso contrário...no outro dia já tá de pé o trem” (ENTREVISTADA E, 2021), demonstrando mais uma vez se tratar de medidas que estão no imaginário local diretamente relacionadas às relações pessoais entre os vizinhos do bairro.

O relato da entrevistada ainda ressalta uma outra questão que foi muito colocada pelos moradores locais, que é em relação à urgência com que ocorrem as obras irregulares no bairro, justamente com o intuito de evitar os problemas com a fiscalização. Nesse sentido, diversas vezes foi utilizada a expressão “da noite para o dia” para se referir às reformas que ocorrem nas edificações do local ou até mesmo no caso da construção de novos imóveis. Essa urgência na construção de imóveis que não se adequam ao conjunto urbano característico de Ouro Preto reflete as *astúcias*, como definido por Certeau (1998), encontradas pelos moradores do local para possibilitar sua moradia.

Tendo em vista o que foi colocado anteriormente a respeito das denúncias dos vizinhos, é possível supor que a rapidez na construção dos imóveis informais não é necessariamente em razão da fiscalização do órgão de proteção, na medida em que ela não é efetiva no bairro Padre Faria. Nesse caso, é possível presumir que os moradores aceleram o processo de construção com intuito de evitar os conflitos com os próprios vizinhos ou demais moradores que transitam pelo local, sendo estes aqueles capazes de os denunciar. Isso é posto considerando que uma obra demorada gera incômodos aos vizinhos, pode chamar atenção, ser alvo de comentários, gerar ruídos, entre outros problemas.

Ainda em relação a essa dinâmica específica das denúncias, também foi colocado a respeito do receio que alguns moradores do bairro têm em denunciar seus vizinhos ou até mesmo de serem considerados erroneamente os denunciantes das obras irregulares, já que acreditam que pela proximidade das moradias podem ser em algum momento alvo de retaliações. Como demonstrado anteriormente, os denunciados muitas vezes se sentem lesados por suas obras serem embargadas, na medida em que não é uma ação aplicada a todos com a mesma efetividade, dessa forma, paira um sentimento de injustiça naqueles que acabam tendo problemas com o órgão fiscalizador, ao observarem que vizinhos próximos deram continuidade sem maiores problemas a seus empreendimentos. Como apontado na entrevista com o residente da Rua Desidério de Matos, Entrevistado C, “se você fizer isso [denunciar] você mora de frente pra pessoa, você tá criando um problemão pra você, então você tem que ver e fazer de conta que não tá vendo” (ENTREVISTADO C, 2021).

O sentimento de injustiça frente às intervenções do órgão de proteção, consideradas por eles como aleatórias, pode ser encarado como legítimo na medida em que os moradores do bairro muitas vezes possuem recursos escassos e que quando aplicados não querem que se percam. Nessas áreas periféricas da cidade estão populações de poder aquisitivo mais baixo, que muitas vezes necessitam poupar dinheiro por um tempo considerável para investir em suas

edificações, ainda assim dentro de suas possibilidades. Dessa forma, muitas vezes a atuação do órgão em refrear ou até mesmo em solicitar modificações nas obras em curso causa transtornos significativos na vida dessa população. Um exemplo é o caso da reforma relatada anteriormente, da Entrevistada B, que assegurou que seu marido apresentou até mesmo um quadro de depressão na época, em decorrência da burocracia enfrentada por eles, ela afirmou:

Não gosto nem de lembrar, foi muita humilhação, foi muita humilhação! Igual tô te falando, a gente com dificuldade, ainda vendi a casa...quando nós vendemos a casa de meu pai barata ainda, falei: ah não, agora o que eu tinha vontade de fazer eu vou fazer! Foi a mesma coisa de eu ter pegado o dinheiro na época e jogado tudo pro alto o dinheiro, no lixo (ENTREVISTADA B, 2021).

Na interpretação dos moradores, a interferência do órgão de proteção nas obras e reformas, muitas vezes quando já iniciadas ou até quando praticamente finalizadas, também é responsável pelas diferenciações observáveis nas edificações e até mesmo pela sua degradação estética, na medida em que empregam exigências alheias ao estilo específico de cada imóvel. Além do comentário a respeito da cobertura da edificação vizinha embargada pelo IPHAN, a Entrevistada B também comenta a respeito de sua própria casa, quando seguidas as recomendações demandadas pelo órgão, ela ressalta que a partir da interferência dos técnicos da instituição teve “que fazer assim, assado, aí a minha casa ficou a coisa mais feia, porque ficou parecendo duas casas, porque tem a parte antiga e a parte nova” (ENTREVISTADA B, 2021). Dessa forma, alguns moradores acreditam que as intervenções do órgão acabam prejudicando a imagem do bairro e o aspecto das edificações, contribuindo para a aparência disforme de alguns imóveis.

Ainda em relação às obras que costumam ocorrer no bairro e a condição específica da população local, outro ponto frisado pelos moradores foi em relação à conformidade de suas residências às suas possibilidades, mesmo sabendo sobre a necessidade de adequação a determinado padrão da cidade de Ouro Preto. Foi colocado que no Padre Faria as edificações que não se assemelham a estética da cidade são “só de quem não tem condições mesmo, até porque às vezes eles colocam o simples e assim que pode vai mudando” (ENTREVISTADA G, 2021), o que corrobora com o aspecto daquelas edificações consideradas neste trabalho como híbridas, na medida em que são possivelmente imóveis informais, porém que continuam replicando determinados elementos do colonial, mesmo que de forma inovadora. O comentário revela, de certo modo, um desejo de conformidade daqueles que vão construindo

seus imóveis de forma parcelada, de acordo com a condição financeira de cada momento, sendo esta somente uma forma encontrada de possibilitar a moradia.

Diante disso, ficou claro em algumas conversas a indignação em relação a falta de medidas públicas específicas a essa parcela da população, visto que garantir uma moradia adequada e ainda de forma condizente com os moldes de uma cidade patrimonial não é algo barato, o que acaba dificultando a vida da população periférica. Foi apontado que no caso de “um barracão, um barraco ali pequeno, ali que não amola ninguém, eles não deixam fazer, não deixam mexer...o patrimônio, né?!” (ENTREVISTADO A, 2021), ou seja, que da mesma forma que as intervenções do órgão de proteção nas reformas ocorre de maneira pontual no bairro, incidindo sobre determinados imóveis e outros não, as edificações promovidas pela população carente não recebe um tratamento diferenciado, de acordo com as especificidades socioeconômicas dos habitantes. Em razão disso, os moradores acabam ansiando pela negligência da instituição, buscando com que suas obras passem despercebidas, sendo empreendidas “da noite para o dia”.

Diante desse cenário, uma solução apontada pelos moradores foi a assistência dos órgãos interessados na manutenção de uma imagem característica da cidade nos processos de construção de determinada parcela da população. A Entrevistada E, por exemplo, coloca que:

Acho que quem tem condições, quem pode, tudo bem, mas quem não pode...se eles puderem bancar aí sim. Se eles bancassem aí sim, mas caso contrário eu acho que vai da condição da pessoa, né?! Que aí se a pessoa não tiver condição ela não vai poder ter [uma casa] por conta que não tem condição? (ENTREVISTADA E, 2021).

Como observado por Certeau (1998), a astúcia, nesse caso específico caracterizada pela construção de edificações de maneira informal, driblando tanto uma possível fiscalização como a denúncia de vizinhos, é um último recurso daqueles submetidos a uma lógica que não foi elaborada por eles e que, em razão disso, não conseguem acompanhar. O autor aponta que quanto mais frágeis as forças submetidas a determinadas regulações, mais elas irão recorrer a *táticas*, sendo estas então determinadas pela ausência de poder, enquanto submetidas a postulados de poder. As soluções encontradas para se esquivar da fiscalização na cidade de Ouro Preto são também formas de possibilitar uma moradia em uma lógica que não permite aos mais pobres acesso facilitado à habitação, ainda mais uma habitação aos moldes de uma cidade patrimonializada.

Assim, coloca-se como uma alternativa à atual situação construtiva do bairro, tendo em vista a manutenção da imagem da cidade patrimonial, bem como o atendimento às famílias carentes,

a promoção de assistência técnica aos moradores de determinadas faixas de renda, possibilitando construções e/ou reformas de maneira adequada, segura, e em conformidade com as diretrizes preservacionistas da cidade. A assistência contribuiria também para a promoção do diálogo entre esses diferentes grupos, ou seja, entre aqueles que estão interessados na manutenção de uma Ouro Preto valorizada, e aqueles que possuem preocupações mais urgentes vinculadas à manutenção de suas necessidades básicas. Além de auxiliar nos processos construtivos que estão em curso na cidade, a medida ainda possibilitaria um diálogo que vem sendo há anos adiado, entre os órgãos competentes e a população local dos bairros inseridos na faixa especial de preservação ou em seu entorno imediato, que apresenta atualmente população carente.

Porém, no caso específico de Ouro Preto trata-se de uma medida de difícil implementação, se vislumbrada a partir da situação atual da política de preservação, uma vez que o próprio diálogo com o órgão de proteção já é algo complicado. Esse aspecto foi abordado pelos moradores entrevistados, que apresentaram diferentes situações que demonstram a incapacidade da instituição em estabelecer um meio termo entre as demandas da população local e sua atuação. De acordo com eles, qualquer contato com a instituição se estabelece de maneira muito burocrática e demorada, sendo muitas vezes resolvida por meio de ofícios, sem que seja possível estabelecer um diálogo mais conciliatório.

No caso de obras que já se encontram em andamento, a Entrevistada B descreve seu contato com o órgão da seguinte maneira:

Aí pusemos lá [o anexo a edificação], aí menina, quando vê começou a chover carta, carta chegando, carta chegando, comparecer tantas horas no fórum tá, tá, tá, aí meu marido ia, aí chegava lá rezava um sermão nele, explicava a situação tal, pronto acabou. Aí não sei o que que deu que ele teve que gastar um dinheiro, ainda foi parar em Brasília, os papéis, uma confusão, por causa de um pedacinho que nós fizemos lá, entendeu?! (ENTREVISTADA B, 2021).

Porém, a falta de diálogo descrita pelos moradores não ocorre somente no caso de obras embargadas, de acordo com eles, mas também quando encaminhados projetos para aprovação, como colocado pelo Entrevistado A:

Mas aqui tem essa pracinha maravilhosa [Largo próximo a Ponte do Padre Faria, em frente a Capela de mesmo nome e onde se encontra a Capela das Necessidades], na época entrei com um projeto de fazer uma pracinha, uma pracinha ali onde tá aquele carro ali, certo?! Como se fosse um...uma jardineirazinha pequena, pra pessoa sentar, conversar, bater um papo, ainda sugeri que pudesse fazer uma mesinha com jogo de dama, igual fizeram lá na frente, que é pra pessoa matar o tempo, né?! Quer dizer...nossa, você

precisa ver, que eles queriam até me prender! Só to com a ideia, não to fazendo não. Só peguei um projeto, mandei fazer um projeto por pessoas capacitadas, que na hora que falasse que pode fazer, que é por ordem de tá aqui...aprovou. Apresentei no patrimônio, não deixaram eu fazer (ENTREVISTADO A, 2021).

Em razão da reputação da instituição estabelecida no local, alguns moradores até desistem de realizar reformas em suas edificações, já prevendo as possíveis complicações que enfrentarão com o órgão de proteção. Trata-se, então, de uma ideia concebida no coletivo local que acaba se configurando de algum modo como um impeditivo, influenciando diretamente nas tomadas de decisão dos moradores. Um dos relatos em que isso pode ser observado é o que está transcrito a seguir:

Você vê minha colega que morava na...na...logo na virada naquela primeira casa da virada ali da Nossa Senhora do Parto com a Padre Faria, ela tava querendo fazer um andar em cima porque a casa é pequena e ela tinha um comércio embaixo e eles não deixaram, não deixaram fazer nada. Ela foi lá e conversou, começou com muita polêmica ela largou pra lá e não fez, diz que não podia ela largou pra lá, falou vou me virando aqui agora mesmo os meninos casam, vão pras casas deles e eu fico aqui na minha pequena, até hoje e pronto, aí ficou por isso mesmo (ENTREVISTADA B, 2021).

A dificuldade em relação às exigências do órgão foi relatada até mesmo no trabalho de construção civil. Nesse caso, um dos entrevistados trabalhou na obra do antigo Hotel Pilão e conta que:

Esse telhado que eu fiz que eu to te falando eu tirei a cimalha, fiquei uns seis meses só por conta dessa cimalha, chegava punha num lugar pra vê se era aquilo...vinha um senhor que era responsável, era tal do Senhor Benedito, que era responsável pelo...pela obra da...da...da Casa do Ouvidor...do Pilão! Ele era responsável por isso. Cada hora chegava um e aprovava a cimalha, chegava outro não aprovava, tá alta, tá baixa, tá longa, tá curta. Eles acompanhavam, até que comigo eles deram um parecer lá bom, várias vezes eu cortei a cimalha pra colar...fazer um gabarito...gabarito você sabe o que que é, né?! Eu fazia um gabarito punha lá pra eles ver...ficava o dia inteiro sentado na praça esperando o engenheiro chegar, aprovar ou não, e era coisa que eu já sabia de cor e salteado. A primeira vez que eu coloquei lá eu falei: a cimalha que vai é essa daí! Ah não, mas não gostaram que ela tá longa, tá longa a gente encurta, aumenta, isso não tem problema. Acabou que foi quase a que eu encomendei que colocaram lá, mudou umas coisinhas bobas lá (ENTREVISTADO A, 2021).

Para dificultar ainda mais essa situação de falta de diálogo com a instituição, que, de acordo com os moradores locais, já se estabelece há muitos anos, foi apontado pelo Entrevistado C que na pandemia ela vem se agravando, na medida em que dificultou ainda mais o contato com o órgão. Nas palavras do próprio morador, “com esse negócio dessa COVID, por exemplo, eles fecharam aquelas portas ali e não tem ninguém, tá entendendo?! Você vai conversar com quem gente?! Então fica difícil!” (ENTREVISTADO C, 2021). Todos esses relatos são capazes de

esclarecer a situação que se estabelece no bairro, de obras sendo realizadas às pressas a fim de evitar intervenções da instituição, na medida em que, quando os moradores buscam o diálogo, aparentemente não são propostas soluções viáveis à população.



Foto 47: Vista do largo logo após a Ponte do Padre Faria, onde o Entrevistado A indica ter feito um projeto recusado pelo IPHAN.



Foto 48: Esquina entre as ruas Nossa Senhora do Parto e Padre Faria, onde mora a amiga da Entrevistada B, como relatado na entrevista.

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Além da dificuldade da população local bancar obras condizentes com um padrão estabelecido para a cidade, outro fator apontado pelos moradores como motivador das diferenciações nessa porção do bairro é o exemplo dado pelo centro histórico da cidade. Ao longo das entrevistas, foi colocado que o núcleo central de Ouro Preto já foi descaracterizado, pontuando que se nesse trecho são permitidas as diferenciações e as inovações, as outras porções no entorno imediato também devem seguir o mesmo exemplo. Nesse quesito estabelece-se um impasse, pois ao mesmo tempo em que impera a obrigatoriedade da semelhança, impelindo os moradores as astúcias de construírem rapidamente e a torcerem para que a denúncia de vizinhos não ocorra, eles próprios observam que o órgão é de uma forma geral negligente, e que a cidade já se distanciou em vários graus da imagem que se busca manter. Nesse sentido foi colocado que:

Não, eu acho que aí tem duas coisas nesse formato aí, uma é que o povo não respeita, mas não respeita por que? Já vem copiando de lá, se você faz errado lá eu também posso fazer errado aqui, isso na cabeça deles, tá entendendo?! Mas o certo era você manter o que é lá do estilo colonial, tá entendendo?! Você pensa ali a Rua Direita, a Rua das Flores, a “Rua dos Bancos”, a Rua São José, você vai seguindo, tá entendendo?! Então dali você olha os fundos, você vê que já começa um erro gravíssimo, por exemplo, a Igreja do Pilar eles trocaram todas aquelas telhas ali passou tudo estilo colonial, mas o colonial moderno, não o colonial antigo. O que que é o colonial antigo? As bicas, deveriam ser novas e as capas deveriam ser o estilo antigo, tá entendendo?! Aí sim! Aí o que que eles fizeram? Trocaram tudo! Então, vai na Igreja de Nossa Senhora da Conceição a mesma coisa,

que é a aqui do fundo, vindo de lá pra cá, então essas desavenças entre o SPHAN⁴⁶ e o povão, eu acho que eles fazem isso também, então é muito ruim, deveria ter uma conversa entre o povo do lugar igual aqui, mais o pessoal de lá de baixo, mais o patrimônio, tá entendendo?! Já que ele quer impor, ele também tem que dar exemplo, ele não pode fazer coisa errada (ENTREVISTADO C, 2021).

Já em relação ao próprio bairro Padre Faria os moradores têm consciência de que alguns trechos se distanciam significativamente das diretrizes construtivas impostas à cidade, sendo evidente os locais mais problemáticos no contexto local, se analisados à luz da imagem institucionalizada. Ao longo das entrevistas foi apontado o entorno da Praça Agostinho Ferreira Guimarães, sendo constituído principalmente pelas ruas Doze de Outubro e Oito de Setembro, como o local que mais se distancia de um padrão ouro-pretano, além das encostas dos morros que lhe emolduram, não sendo estas últimas pertencentes ao bairro Padre Faria.

No caso da indicação desse trecho com imagem mais distante daquela que caracteriza a cidade de Ouro Preto, foi possível observar que até mesmo os moradores que se mostraram solidários a respeito da importância do entendimento das possibilidades construtivas de cada grupo social, muitas vezes incondizentes com o padrão estabelecido na cidade, fizeram essa diferenciação no momento em que foram indagados. Indo além, ainda salientaram como essa distinção acaba prejudicando a imagem geral do bairro, principalmente por se estabelecer tão próxima a Capela do Padre Faria, notando-se assim certa dualidade nas colocações.

Se considerados os processos de estigmatização, Norbert Elias (2000) aponta que determinado grupo social só consegue qualificar de forma inferior outro grupo quando se encontra em posições de poder das quais esses outros estão excluídos. No caso do Padre Faria, observa-se que somente os moradores de fora desse trecho específico considerado descaracterizado fizeram menção ao fato, já que se consideraram no direito de apontar a diferenciação, visto que as ruas que habitam não se assemelham ao trecho citado. Em contrapartida, não foi algo abordado pelos próprios moradores do trecho⁴⁷, ou até mesmo por moradores de outras porções tão distanciadas da estética colonial como nas proximidades da Capela.

Em relação a essas diferenciações, foi apontado por uma moradora da Rua do Padre Faria que esse trecho específico do bairro “tá cheio oh, você vê, aqui não poderia, porque aqui tá em

46 Foi possível observar que um número grande de entrevistados ainda se refere ao IPHAN como SPHAN, ou somente como “patrimônio”, além disso, nos relatos predomina a menção ao órgão de proteção e pouco é falado sobre a Prefeitura Municipal quando se refere às aprovações de projetos.

47 No caso específico dos moradores desse trecho, observa-se que os diálogos muitas vezes eram direcionados a questões mais ligadas à carência de infraestrutura física adequada, às benfeitorias da Associação de Moradores do bairro Padre Faria, ou seja, as suas necessidades básicas.

frente a igreja, a minha é porque é a rua principal e as casas também são antigas, né?!” (ENTREVISTADA B, 2021). O relato demonstra tanto a percepção de que esse trecho se diferenciou dos demais, como também de que em determinadas ruas do bairro é mais importante manter a imagem patrimonializada do que em outras de constituição mais recente. Confirmando algo abordado anteriormente, que na lógica local do bairro Padre Faria, quanto mais distante das vias principais, mais as inovações têm maior liberdade de se estabelecer.



Foto 49: Vista do trecho do bairro Padre Faria considerado mais distante da imagem institucionalizada da cidade de Ouro Preto.



Foto 50: Contraste entre a Casa de Cultura do Padre Faria, trecho à esquerda da foto, e o fundo considerado mais distante da imagem patrimonializada da cidade.

Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Ainda em relação a distinção frente a imagem colonial, foi apontado por um dos moradores que se comparados os bairros Alto da Cruz e Padre Faria, o segundo se apresenta mais distante da imagem da cidade de Ouro Preto, com mais modificações, como pode ser observado a seguir:

Se você for olhar como estilo colonial lá embaixo [Padre Faria] tem muito erro, né?! Então, aqui eles ainda respeitam mais um pouco ainda, mas essa parte aqui embaixo eles não respeitam muito não. Tanto é que na hora que você tiver descendo ali você faz questão de você olhar pro lado de cá, a sua esquerda, olha a sua direita, o que que eles criaram nesses altos de morro aí é completamente diferente, então eles não se batem muito não, porque aqui o povo ainda consegue preservar mais um pouco, mas a parte de baixo é muito complicado, porque vira isso aqui assim, cobre aqui, cobre aqui, cobre embaixo, no meio, e aí vai fazendo...cada um faz do seu jeito (ENTREVISTADO C, 2021).



Foto 51: Trecho do bairro Alto da Cruz, Rua Padre Viegas.



Foto 52: Trecho do bairro Padre Faria, Rua de mesmo nome.

Fonte: Acervo pessoal, 2017 e 2021.

Essa informação é válida não somente ao explicitar as diferenças entre as diversas porções da cidade, ou ainda ao suscitar ponderações a respeito do estigma de determinados bairros, mas principalmente ao pensar na imprecisão que se estabelece entre as fronteiras desses dois bairros, Alto da Cruz e Padre Faria. Como apontado, a Rua Rezende, Maciel, e ainda trechos da Padre Faria e Desidério de Matos pertencem ao Alto da Cruz na delimitação oficial e mais recente da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Porém, não se trata de algo assimilado pela população local e que não se estabelece nos registros históricos ou até mesmo nos documentos oficiais da própria Prefeitura Municipal, como no Inventário de Proteção do Padre Faria em que estão inventariadas edificações no Alto da Cruz.

Exatamente sobre esse trecho incluído no recorte espacial, mas que oficialmente se estabelece nos dias atuais no Alto da Cruz, foi colocado que:

Corrigir esse pedaço aqui vai ser muito difícil, porque quantos anos que tá assim? Aí deveria conversar com a Câmara pra eles verem o que que pode ser feito pra tirar esse pedaço, que eu acho muito difícil, porque muitos anos que já tá assim, tá entendendo?! Até, por exemplo, uma pessoa que compra uma coisa em Belo Horizonte, Rio, São Paulo, que tem uma entrega aqui, eles ficam perdidos, eles chegam aqui e ficam sem saber se é Padre Faria ou Alto da Cruz (ENTREVISTADO C, 2021).

Ainda a respeito das transformações, modificações e diferenciações do bairro, é válido citar um último ponto observado nas entrevistas, que se refere ao desejo da população local na modernização de suas edificações. Esse é mais um aspecto que se estabelece dual nas entrevistas, visto que os moradores se contradizem ao afirmarem a importância da preservação frente as diferenciações e, por outro, ao expressarem o desejo pela maior

liberdade construtiva. Um dos moradores a tratar desse assunto foi o Entrevistado A, de acordo com ele:

Tem que ter o desenvolvimento, né?! Então eu acho que o bairro parou muito nisso, porque tem muitos terrenos que não vende pelo motivo do patrimônio não deixar construir. Isso atrapalha demais, a cidade não anda, o desenvolvimento do...do bairro, da cidade, tá nas casas que se faz moderna, né verdade?! Casa moderna aqui é o que? Ali, ali, ali, tem as duas, alguma pequena aí, vai assim, vai desenvolvendo um pouco, né?! (ENTREVISTADO A, 2021).

É válido colocar que além desses pontos abordados as entrevistas versaram sobre muitas outras questões a respeito do bairro, algumas sem pertinência com o assunto tratado nesta pesquisa, outras que dialogavam com a ocupação urbana do bairro, porém que já tendiam mais para outros conflitos, como os fundiários. Nessa medida, algumas entrevistas foram mais proveitosas para o trabalho que outras, o que justifica a repetição de alguns personagens ao longo do texto, principalmente aqueles com idade mais avançada e/ou mais inteirados da vida social local e da vizinhança. Como colocado no início desse tópico, as entrevistas indicaram se tratar de uma vida de bairro compartilhada, em que os vizinhos não só se conhecem como dividem suas histórias pessoais.

De forma geral, esses diferentes relatos dos moradores do bairro Padre Faria demonstram que a cidade, com suas remanescências, seus diferentes tempos sobrepostos em camadas, e as modernizações que avançam ininterruptamente, se configura como uma estrutura que desafia e extrapola as políticas, as fiscalizações e os controles intelectuais e disciplinares. Trata-se, em sua totalidade e particularidade, de um território que suscita perguntas muitas vezes sem respostas, ou que apresentam dualidades e contradições intransponíveis. Nessa medida, as entrevistas ocorreram justamente a partir de um esforço de compreender como essa desordem se estabelece, se desenha e se mostra, nesse caso específico como imagem impura, o que exige o entendimento e a análise de uma diversidade de narrativas, de leituras sobre o bairro, em alguns casos em disputa, conflito e contraposição, nem sempre fáceis de se reproduzir.

3.2. A relação dos moradores com o bairro e suas práticas cotidianas

Nesse tópico da dissertação a intenção foi identificar e relatar alguns usos e práticas cotidianas no Padre Faria, observadas ao longo do percurso pelo bairro, ou ainda relatadas pelos

moradores em suas entrevistas. A descrição dessas apropriações do espaço público é significativa na medida em que considera-se que o território urbano é modelado a partir da somatória de processos socioespaciais, propiciados pelos diferentes sujeitos que atuam no espaço em prol de suas atividades e necessidades diárias, e que ainda interagem entre si, formulando transformações intrincadas. É válido ressaltar que a observação minuciosa dessas práticas e interações só seria possível a partir de uma imersão total no bairro, o que não ocorreu em razão das já apontadas limitações proporcionadas pela pandemia de COVID-19, apesar disso, aquelas que foram identificadas na somatória dos campo estão relatadas neste tópico.

Como aponta Carlos (2017), o espaço urbano também é constituído a partir da relação estabelecida por seus habitantes, nesse caso específico com o bairro, assim, por meio de suas práticas cotidianas, como o ato de circular pelas ruas, de se apropriar das vias públicas, de estabelecer locais de permanência e de brincadeiras, circunscrevendo uma unidade espacial própria através da construção dos diferenciados cotidianos. Ao considerar ainda o que é colocado por Certeau (1998), essas ações cotidianas que se desenrolam no espaço público também se configuram como formas de manipulação ou de modificação dos elementos de base de uma ordem construída, inclusive, se conformando em alguns casos como desvios do que foi definido no sistema urbanístico da cidade.

Além disso, essas práticas diárias ainda estão condicionadas a imposição dos novos padrões da vida urbana, que muitas vezes tornam a cotidianidade dos habitantes ainda mais difíceis, principalmente daqueles pertencentes às camadas mais pobres. Assim, pouco a pouco um novo tempo se coloca no contexto das cidades, na medida em que se revela e que transforma o lugar da vida imediata, influenciando diretamente no uso desses espaços (CARLOS, 2017). No caso do bairro Padre Faria, faz-se necessário analisá-lo também a partir da lógica das demandas das classes mais vulneráveis economicamente, na medida em que suas práticas cotidianas também versam a respeito dos malabarismos realizados para possibilitar a reprodução da vida.

Os diferentes processos que possibilitam e que influenciam na constituição de uma determinada sociedade acarretam transformações no espaço urbano, visto que esse está suscetível às variadas transformações provenientes dos desdobramentos da vida cotidiana. Um exemplo de como essas transformações urbanas decorrentes dos processos sociais ocorrem é nos casos em que a identificação das pessoas com o lugar em que moram é alterada, influenciando diretamente nas formas de uso e de apropriação do espaço urbano e,

consequentemente, nos modos de preservação, construção e manutenção dessa unidade. É válido ressaltar, porém, que o tempo em que se estabelecem as transformações cotidianas, provenientes das relações sociais, é diferente daquele em que se dão as modificações da morfologia urbana, muito mais demoradas e menos sutis (CARLOS, 2017).

As relações sociais têm reflexo, então, na concretude do espaço urbano, seja no ambiente residencial, a casa, ou ainda no espaço público, onde são estabelecidos os percursos, as trocas e os encontros. Nessa medida, o bairro, enquanto o local onde os moradores vivem, residem, festejam, muitas vezes trabalham, constroem e mantêm suas tradições, e também as relações com seus vizinhos e com os demais moradores da cidade, é um lugar que abarca e que reflete a identidade e a história dessa comunidade (AKINRULI, 2018). É diante disso que o bairro Padre Faria é considerado como uma unidade socioespacial única, reflexo das especificidades proporcionadas pelos seus moradores e suas práticas cotidianas.

Isso posto, considera-se que a paisagem urbana do bairro estudado também é constituída pelos elementos intangíveis, sendo estes valores significativos, principalmente no contexto local, na escala de seus usuários, enquanto elementos que promovem e evidenciam o pertencimento ao bairro, bem como suas alteridades com os demais núcleos urbanos de Ouro Preto. É em razão disso, que esse tópico da dissertação se estabelece, buscando descrever os elementos intangíveis do bairro, por contribuírem para o entendimento da imagem do Padre Faria, de seus moradores e da identidade local.

Se considerados inicialmente os usos dos espaços públicos presentes no bairro, como já foi apontado anteriormente, os moradores do Padre Faria utilizam com certa regularidade o adro da Capela de Nossa Senhora do Rosário do Padre Faria, enquanto local de permanência, de descanso, de lazer e de convívio social⁴⁸. Nesse caso, o uso contínuo e diversificado do adro da capela é significativo na medida em que demonstra a apropriação dos espaços de interesse patrimonial na cidade de Ouro Preto por diferentes camadas da população e para usos diversos. Nota-se que o adro é utilizado tanto para as celebrações religiosas e manifestações culturais, assim, práticas ligadas ao patrimônio imaterial de Ouro Preto, pelos turistas que frequentam o local, esses em menor número que nas demais edificações religiosas da cidade, bem como pelos próprios moradores do bairro, para usos diversos que vão desde a permanência, passando pelas brincadeiras das crianças, até usos impróprios, como o consumo de drogas.

48 De acordo com uma das entrevistadas: “eles usam aí pra brincar, soltar papagaio, pra...droga, tem de tudo aí” (ENTREVISTADA B, 2021).

Ao longo das andanças pelo bairro foi possível observar que no adro da capela permanecem, de forma constante, pessoas acomodadas, sendo estes em grande medida moradores, que se colocam sentados tanto na mureta de pedra que limita o adro, como na base também em pedra do cruzeiro pertencente à capela. No caso da base do cruzeiro os moradores normalmente permanecem um tempo sozinhos, mas logo são acompanhados por outros residentes que transitavam pelo local e que dão início a uma conversa. Nota-se que alguns moradores ainda permanecem de pé na proximidade do cruzeiro, se tratando de uma conversa mais rápida, com intuito de dar continuidade ao trajeto inicial, já outros acabam se acomodando juntamente ao primeiro morador, sendo observado o agrupamento de um número considerável de pessoas, com destaque para os senhores mais velhos, muitas vezes aposentados e com mais tempo ao longo do dia.

Isto se torna possível e é até mesmo acentuado, pois no caso do adro da capela além de espaço público de permanência ele se configura como um local de passagem, interligando as ruas Santa Rita, Nossa Senhora do Parto e ainda a Padre Faria, o que acaba influenciando nas relações sociais dos moradores, por meio do estabelecimento de conversas cotidianas com os demais habitantes encontrados ao longo do percurso. Entre os usos observados no adro está principalmente a permanência, mas foi possível notar que os moradores também levam seus animais de estimação para passear e algumas crianças vão ao local para brincar. Nota-se que o espaço é caracterizado por visitantes assíduos, sendo estes os habitantes mais conhecidos do bairro por sua vida social ativa, e que são constantemente encontrados nos espaços públicos e nas rodas de conversa, além desses também permanecem no local os trabalhadores em suas pausas para o almoço.



Foto 53: Morador acomodado na base de pedra do cruzeiro da Capela do Padre Faria.



Foto 54: Vista de moradores utilizando o adro da Capela do Padre Faria como local de permanência.

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Como apontado anteriormente, uma parte considerável das entrevistas foi realizada no adro da Capela do Padre Faria. A primeira delas, realizada com o Entrevistado A, ocorreu quando ele se encontrava acomodado na base de pedra do cruzeiro, juntamente com outros moradores, que o indicaram como um dos moradores mais antigos do Padre Faria, sendo identificado como um conhecedor do bairro. Durante a entrevista, ele apontou, a partir do adro, para diferentes edificações do entorno ou visíveis a partir do platô elevado da capela, citando inclusive a paisagem que pode ser avistada a partir dali, como a dos morros que circundam o bairro. O entrevistado ainda fez observações sobre os elementos do entorno, como a respeito de uma grande árvore que recobre parte desse espaço público, indicando se tratar de um local conhecido por ele, ou seja, de uma parte constitutiva de sua vida diária.

Ao tecer observações a respeito do entorno do bairro Padre Faria, tendo como ponto de partida a estética colonial, ele ressalta que:

Não pode ficar mais alto, atrapalhar a igreja, se um telhado cobrir, passar desse muro aqui já tá cobrindo um pouco da igreja, né?! Igual tem a igreja da Piedade, uma igreja que de todo lugar que você chegava aqui você via, cadê ela? Você não vê mais. É uma capela, já ouviu falar nela? Chama Capela da Piedade, quer dizer, são coisas antigas que... São João tá lá em cima você vê a pontinha dela hoje, o telhado você vê um pouquinho, ali a Santana, não a Santana é outra, ali é São João. Então quer dizer, vão construindo e esquecem que existe as igrejas, que existe os patrimônios, que ninguém cuida (ENTREVISTADO A, 2021).

Além dele, a conversa realizada com a Entrevistada B também se deu nesse mesmo local, nas dependências da Capela do Padre Faria. Nesse caso, trata-se de um lugar que é mantido pela moradora do bairro há mais de trinta anos, indicando não só conhecimento sobre o espaço interno e externo da capela, mas também zelo e pertencimento, na medida em que é mantido sob seus cuidados. No caso específico dessa moradora, ela não é somente uma frequentadora assídua desse espaço público e patrimonial da cidade, mas também contribui para a sua manutenção, seu uso adequado, recebendo os turistas que chegam até o monumento.

No diálogo estabelecido com a moradora foi citado em algum momento o nome do Entrevistado D, sendo este um grande conhecedor das manifestações culturais locais, fundador da Folia dos Santos Reis Magos do Padre Faria. Pouco tempo depois, ao final da entrevista, o morador que havia sido mencionado na narrativa apareceu espontaneamente na capela, quando se dirigia a Rua Nossa Senhora do Parto através do adro. Esse acontecimento contribui para a percepção de campo, quanto a centralidade desse espaço público no bairro, e de sua importância no contexto local para as interações sociais que se estabelecem no bairro,

indicando se tratar de um espaço referencial, que possibilita as relações diárias e que ainda conecta diferentes trechos do Padre Faria.

Esses aspectos demonstram como os espaços públicos são capazes de expressar a produção coletiva do cotidiano, as referências simbólicas que dão sentido aos afetos locais, principalmente no caso dos moradores mais antigos que veem suas vidas atreladas a esses espaços específicos. É válido ressaltar que em ruas de determinadas cidades, principalmente de algumas metrópoles, os moradores muitas vezes se colocam como meros transeuntes, enquanto em outras eles são capazes de identificar diferentes acontecimentos de suas vidas pessoais e da história local enraizados na concretude do bairro. No caso deste último, trata-se de um traço de espaços urbanos com aspectos interioranos, o que caracteriza tanto o bairro Padre Faria, como a cidade de Ouro Preto.

No caso dos entrevistados do bairro Padre Faria, os indícios de uma vida interiorana e, principalmente, de uma aproximação cotidiana com a concretude do bairro podem ser observados em diferentes aspectos dos diálogos. Os moradores em suas narrativas apontam com facilidade edificações ou locais envolvidos nas tramas do órgão patrimonial, citam locais específicos no bairro no qual transcorreram acontecimentos históricos, mencionando as casas ou as ruas em que eles se desenrolaram. Isso demonstra mais um elemento fundamental para o entendimento do bairro, a gente do lugar, na medida em que são eles que carregam as histórias e as memórias que preenchem, modelam e ilustram o espaço local.

Algo similar caracteriza a Praça Agostinho Ferreira Guimarães, implantada no final da Rua do Padre Faria, próxima a capela, no que se refere aos usos expressivos e diversificados do espaço público. Porém, no caso da praça o público frequentador se difere daquele que faz uso do adro da Capela do Padre Faria, se tratando principalmente de moradores mais jovens e ainda de mães e pais que permanecem no local enquanto seus filhos estão utilizando os brinquedos ali implantados. Quanto à similaridade, o fluxo de moradores na praça, mas principalmente em seus arredores, também é contínuo e significativo, tanto de residentes alocados nos acessos de suas casas, implantadas no alinhamento da rua, como no comércio próximo. Além disso, nota-se que o local também é utilizado pelos habitantes para tomar uma cerveja, intensificando o fluxo nos finais de tarde dos finais de semana.



Foto 55: Vista dos usos da Praça Agostinho Ferreira Guimarães, crianças nos brinquedos, pessoas na mureta que a limita.



Foto 56: Vista dos usos na Praça Agostinho Ferreira Guimarães e em seu entorno imediato, crianças nos brinquedos, pessoas na mureta que a limita, ainda nos patamares de acesso a suas edificações.

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

É válido fazer um paralelo entre os frequentadores desse espaço público específico e o estigma do não colonial, tendo em vista que se trata do espaço urbano do bairro apontado como o mais descaracterizado ao longo das entrevistas, como demonstrado no tópico anterior da dissertação. Em razão da proximidade com as ruas Doze de Outubro e Oito de Setembro, predomina a utilização desse espaço público pelos moradores dessas vias, sendo estes aqueles que promovem, de certo modo, a diferenciação mais acentuada do bairro, na medida em que viabilizam seus próprios imóveis de maneira informal. Nota-se, ainda, que foi justamente o público que se concentra no adro da igreja, diferente daquele que permanece na praça, que apontou esse trecho como o de maior diferenciação, bem como foi o público da praça que colocou como foco das narrativas as suas necessidade básica e prementes, como melhor infraestrutura física no bairro, tratando pouco a respeito de uma imagem colonial, problema menor em seu contexto de vida.

Ainda refletindo sobre os aspectos relativos à caracterização socioespacial do Padre Faria, é válido ressaltar que a dinâmica de bairro, no sentido de ocupação do espaço urbano e das fronteiras imprecisas entre o privado e o público também pode ser observada no Padre Faria, sendo este mais um traço interiorano. Isso fica claro principalmente a partir dos encontros à soleira da porta, no qual os moradores se põem a conversar com parentes e vizinhos, em alguns casos até mesmo das janelas de suas edificações, enquanto o interlocutor permanece nos passeios, bem como do reconhecimento entre os moradores do bairro.

Observa-se que ao longo do dia a comunicação entre os moradores do bairro é travada a partir de suas janelas, sem necessidade do uso do espaço público por parte de alguns, ainda sobre os degraus da entrada ou dos patamares, à beira da rua e da casa, nesse espaço público que circunda a própria edificação residencial ou ainda o comércio. Inclusive, ao longo das entrevistas os diálogos foram frequentemente interrompidos pela chegada de vizinhos, que questionavam ou eram questionados sobre aspectos diferentes de suas vidas privadas, principalmente quanto à localização de determinado integrante da família ou a respeito da resolução de algum problema que aparentemente se encontrava em vias de ocorrer.

Diferentemente do que é colocado por Carlos (2017) em relação a vida cotidiana na metrópole, sobre a intensificação da vida privada em detrimento do esvaziamento dos espaços públicos, prejudicando os seus usos e as interações entre vizinhos, no Padre Faria nota-se que ainda é dinâmica a vida coletiva entre os moradores do bairro. Os vizinhos que se encontram constantemente são saudados e a interlocução versa em muito a respeito da rotina diária, como na hora do almoço que é sempre um motivo de interações e de saudações como a famosa frase “vamos almoçar?!” ou “estou indo fazer o almoço”. Ainda assim, como é apontado pela mesma autora, as relações estabelecidas entre os moradores de um bairro com seus vizinhos vão sendo gradualmente modificadas a partir das transformações que ocorrem tanto no espaço urbano como na vida de cada integrante, principalmente em razão das novas exigências da rotina de trabalho, que muitas vezes desincentivam o uso do espaço público na vida diária.

Um exemplo da transformação das interações diárias no bairro motivada pelos processos de modernização da vida cotidiana e que foi expresso nas entrevistas é o uso do transporte público, que pode ainda ser estendido ao uso dos veículos particulares, enquanto inibidores dos encontros nos espaços públicos e ruas entre os conhecidos. Foi apontado nos relatos sobre a dinâmica do bairro que antigamente os encontros entre os moradores eram mais recorrentes, proporcionados pelos deslocamentos ativos, a pé, tanto no próprio bairro como a caminho do centro. Todavia, atualmente os mesmos percursos passaram a ser feitos com a ajuda do transporte público, algo necessário à vida urbana dos moradores, mas que proporcionou a diminuição dos encontros casuais entre os vizinhos ou até mesmo entre os moradores da cidade de Ouro Preto. Apesar de não ter sido citado o veículo individual, pode-se considerar que este também se configura como um dos motivos da diminuição dos usos do espaço público nas rotinas diárias.

O pessoal acostumou, isso são costumes de família, né?! Andar a pé, essas coisas todas, quer dizer, todo mundo transitava, né?! Hoje não, hoje tem os coletivos, é onde o pessoal abandonou um pouco e sumiu um pouco também, porque antigamente eu encontrava com todo mundo, porque eu tava andando, hoje pra mim achar uma pessoa é muito difícil, porque ele...a pessoa tá em trânsito, mas não tá...você vai pro centro você tem que ir...antigamente você ia pro centro tinha que ir a pé, hoje você vai de coletivo, então isso atrapalhou muito (ENTREVISTADO A, 2021).

Em relação a esse aspecto, como apontado por Carlos (2017), muitas vezes as modernizações se estabelecem aos olhos de alguns moradores como a negação das formas antigas e dos modos de vida a que estavam acostumados, sendo responsabilizadas pelas alterações da cotidianidade, principalmente na visão dos moradores mais antigos, como no caso citado acima. Diante disso, surge a nostalgia em relação a práticas cotidianas passadas, a uma vida de bairro que se estabelecia em outros tempos, marcando uma ruptura nas experiências públicas desses moradores em razão da reestruturação de um novo tempo no plano da vida cotidiana, no caso citado, diretamente ligado a sociabilidade construída no espaço do bairro e da cidade, em decorrência da diminuição dos encontros, ou mesmo da sua inexistência.



Foto 57: Moradores conversando nos passeios do bairro, nesse caso um deles se encontrava na janela de casa.



Foto 58: Imagem de adolescente soltando pipa na Rua do Padre Faria, em frente ao Chafariz.

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Mais um aspecto a ser evidenciado em relação ao Padre Faria, que ficou perceptível ao longo dos percursos e das conversas pelo bairro, foi referente a expressividade da religiosidade de seus moradores, principalmente em suas edificações residenciais. Ao longo dos deslocamentos pelas ruas do bairro foi possível observar, principalmente por meio de uma avaliação mais detida, a presença de objetos religiosos fixados em uma quantidade significativa de casas, em alguns casos indicando se tratar de tradições compartilhadas entre os vizinhos, já que se tratavam de objetos semelhantes.

Os objetos religiosos presentes nos imóveis se caracterizam principalmente pelas cruzes enfeitadas de papel, que pendem nas portas de entrada das edificações. De forma geral, são elaboradas com papel crepom cortado em arcos e fixados em montantes na base em cruz, alguns estão decorados com flores e fitas pendentes, em homenagem a Santa Cruz, sendo estes elementos na crença religiosa responsáveis pela benção e proteção do lar. Trata-se de uma tradição que ainda se mantém no bairro, já que na crença os imóveis que carregam a cruz enfeitada serão agraciados com a proteção de Nossa Senhora.

É válido pontuar que a cruz que ornamenta a Ponte do Padre Faria, bem material protegido por meio do tombamento, também recebe a decoração, estando ornamentada com papel colorido, se tratando da religiosidade e da tradição expressas em um espaço de uso comum, assim validadas pelos demais. Além das cruzes, outros elementos religiosos decoram as fachadas de imóveis residenciais e até mesmo de uso público, como imagens sacras dispostas nos parapeitos das janelas, terços, velas e plantas de proteção.

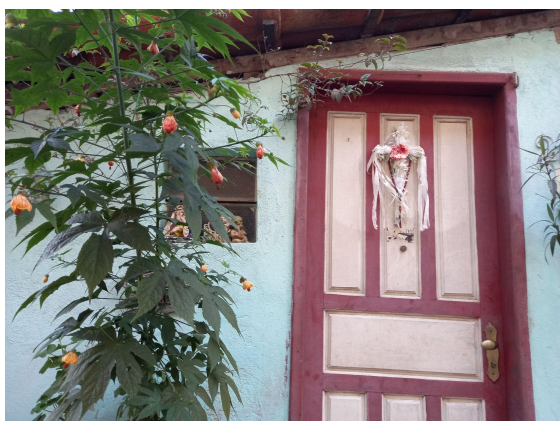


Foto 59: Vista de cruz e terço na porta de entrada da edificação na Rua Santa Rita, no basculante ao lado da porta ainda estão dispostas imagens religiosas.



Foto 60: Vista de cruz na porta de entrada da Casa de Cultura do Padre Faria, na rua de mesmo nome.



Foto 61: Cruz da Ponte do Padre Faria ornamentada.

Foto 62: Muro de umas das cafuas da Rua Santa Rita com garrafa constando a imagem de São José.

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

A partir disso é válido pontuar também a respeito das manifestações da cultura imaterial que se desenrolam no bairro, como o Congado e a Folia de Reis, uma vez que fazem parte das práticas sociais locais. De acordo com o que foi narrado pelos moradores a Festa do Congado, denominada de Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, é aquela que mais mobiliza o bairro e seus moradores, sendo realizada todo o ano no mês de janeiro, com exceção desse período de pandemia, integrando também outros bairros das proximidades. Apesar de não se estabelecer somente no bairro, nessa época do ano há grande concentração de pessoas em seu território, principalmente pela última missa do dia ser realizada na Capela do Padre Faria, reunindo cerca de trinta e cinco Guardas de Congado, Moçambique, Marujos, Caboclos, Catopés e Folias, de várias regiões do estado de Minas Gerais.

De acordo com os próprios moradores do bairro, “vem muitos Congados de fora, Folias de Reis, e fica concentrado mais aqui, porque vem muita gente de fora pra dormir, eles dormem na creche, na escola, aqui na Casa de Cultura” (ENTREVISTADA B, 2021).

Aqui tinha a festa do congado, né?! Que fazia parte da...já ouviu falar, né?! Antigamente você conseguia ter uns 100 a 200 congados num espaço desse aqui. Parecia essa loucura aqui. Tudo ocupado, tudo, tudo, tudo, uma loucura. Coisa maravilhosa! Quer dizer...claro que veio a pandemia, veio alguns problemas também, começaram a...modernizaram o congado. O congado era composto de muito pouco...não enche muito não...máscara... é...coisa na cabeça, nos pés, hoje inventaram demais enfeite, está muito enfeitado, é muita coisa que tem em um congado que não era pra ter, mas, a evolução tá vindo, tem que deixar vir, você não pode envolver nisso, né?! Então, a vida vai assim, vão tocando assim. Tem o carnaval, já ouviu falar no carnaval?! Carnaval maravilhoso, e hoje não existe mais por causa da pandemia. Então são coisas que pra gente vai acabando e a gente acaba junto com eles, é complicado demais (ENTREVISTADO A, 2021).

Um dos entrevistados é o fundador da Folia dos Santos Reis Magos do Padre Faria, que costumava integrar as festividades. A manifestação ocorre tradicionalmente entre os dias 24 de dezembro e 6 de janeiro, com o festejo percorrendo as ruas do bairro com cantoria até alcançar as casas agraciadas pelas bênçãos, trata-se de uma das manifestações populares mais tradicionais de Minas Gerais, protegida por meio do registro estadual promovido em 2017. De acordo com o Entrevistado D, as casas permanecem apagadas aguardando a chegada da folia, que improvisa canções pedindo licença para entrar, percorrendo posteriormente os cômodos da moradia carregando a bandeira.

Ainda de acordo com o Entrevistado D, a Folia do Padre Faria tem 47 anos de existência e sua primeira apresentação, denominada por ele de “saída”, ocorreu em 24 de novembro de 1975. Atualmente a folia conta com 12 integrantes, sendo estes moradores do Padre Faria, mas também dos bairros Santa Cruz e Piedade, a intenção é que a folia chegue a 23 integrantes, o que contribuiria para uma apresentação com todos os personagens tradicionais da folia. Em razão da pandemia, mas também de outros problemas, como a idade avançada de alguns participantes e os problemas de saúde que o Entrevistado D enfrentou, a folia não tem se apresentado na data tradicional de dezembro a janeiro, realizando somente algumas apresentações pontuais, como em procissões. De acordo com o entrevistado, a intenção é realmente chamar novos participantes para renovar o grupo, já que atualmente quem faz a cantoria e compõe é somente o Entrevistado D, outro objetivo é conseguir recursos para manutenção da tradição.

Quando indagado a respeito das manifestações culturais do bairro, o Entrevistado D coloca:

Isso faz parte da antiguidade, tudo isso faz parte da antiguidade, tudo que nós temos aqui faz parte da antiguidade, tudo, você vê que é uma coisa que não pode ser destruída, tem que conservar, tem que conservar, não destruir. Tem muita coisa que tá sendo destruída pela própria pessoa do bairro (ENTREVISTADO D, 2021).

De forma geral, é possível concluir que o espaço do bairro é apropriado e modelado pelas práticas da vida local e, a partir disso, é capaz de revelar aspectos específicos dessa microescala socioespacial. Nesse contexto, os seus espaços públicos, praças, ruas, passeios, monumentos e ainda o comércio local acabam aproximando os diferentes moradores, ao proporcionarem as possibilidades de encontro, exprimindo a partir disso os elementos e características dessa sociabilidade.

Já quanto às práticas cotidianas, são caracterizadas pelos diversos movimentos da vida diária de cada morador, como o ato de caminhar, de ir às compras, os encontros, as brincadeiras, os percursos e os demais atos triviais, ainda por meio das interações da vizinhança e dos laços de identidade formados por meio dessas. O bairro, então, é o local em que o sujeito habita dentro da cidade, que reflete as suas possibilidades de vida e que vai ganhando gradualmente o significado dado pelo uso contínuo (CARLOS, 2017).

Diante disso, nota-se que o Padre Faria é ainda um bairro marcado pelo convívio diário, pelo reconhecimento entre seus moradores, pelos apelidos das ruas e dos moradores locais e pelas histórias que marcam tais denominações, pelo encontro despretenso entre os seus e pelas perguntas em relação à vida privada e familiar desses vizinhos. É capaz de refletir a identidade

de seus moradores, seja pela expressividade da religião ou das manifestações da cultura popular, ou ainda pelo modo como esses encontram possibilidade de driblar a lógica urbana e patrimonial imposta ao bairro, empreendendo suas próprias moradias. Em contrapartida, é capaz de refletir também os conflitos entre vizinhos, principalmente quando estes são capazes de denunciar, ou como eles mesmo falam “dedar”, as obras irregulares uns dos outros, acionando o órgão de proteção, sendo este um dos poucos modos de efetiva vigilância no local. Ou ainda, quando são capazes de estigmatizar os trechos destoantes do bairro, seja por suas construções informais ou até mesmo pela condição de seus moradores.

A análise particular do bairro Padre Faria ainda possibilita lançar luz sobre as práticas comumente encontradas em escala muito maior, ou seja, na sociedade de Ouro Preto como um todo. Como indicado por Norbert Elias (2000), os problemas encontrados na pequena escala de uma comunidade são inseparáveis daqueles de larga escala pertinentes a contextos amplos, como nesse caso a cidade de Ouro Preto. Nesse aspecto, se a lógica patrimonial reverbera nos conflitos sociais de bairro, nesse caso de um bairro localizado na periferia no centro histórico, provavelmente incide também sobre os moradores de outros trechos da cidade, talvez de maneira diferenciada, com outros desdobramentos.

Outro fator que pode ser considerado no contexto geral da cidade de Ouro Preto é a forma compartilhada de vida, fruto de uma mentalidade de convívio interiorano e ainda da formação barroca da cidade. Mesmo se tratando de uma cidade turística e com presença expressiva de estudantes, Ouro Preto ainda mantém vida social com traços de cidade do interior. Além de ser algo que pode ser observado durante a vivência local, também foi colocado pelos moradores do Padre Faria, que apontaram que da mesma forma que são conhecidos no bairro, quando frequentam o núcleo central da cidade são reconhecidos pelos moradores de lá. Afinal, além das redes de relações que se estabelecem em uma determinada unidade socioespacial residencial ainda estão aquelas firmadas nos locais em que as pessoas trabalham, negociam, compram, buscam certos serviços e se divertem. Nesse caso, estas podem não ser tão especializadas quanto às primeiras, mas ainda são capazes de refletir os aspectos específicos de um centro urbano, nesse caso da cidade de Ouro Preto.

Considerações finais.

A intenção da pesquisa de dissertação foi analisar, a partir da percepção de uma imagem institucionalizada da cidade de Ouro Preto, vinculada a um passado colonial e a um centro histórico patrimonializado, uma porção do território da cidade que já não se enquadra mais nessa concepção, em razão das transformações proporcionadas pelos processos de expansão urbana e de modificações territoriais. Para tanto, o objeto de estudo foi o bairro Padre Faria, partindo diretamente para a sua análise, a partir da contextualização de seu processo de formação e desenvolvimento, com base na documentação histórica consultada, passando pelo período fundamental de institucionalização da imagem da cidade, pelos aspectos atuais do bairro e, ainda, pelos seus moradores e pelas percepções deles a respeito do bairro e da cidade de Ouro Preto.

É válido ressaltar que as etapas da dissertação foram diretamente afetadas pelas condições do momento em que a pesquisa foi realizada, assim pelas restrições impostas pelas medidas sanitárias em prol do controle da pandemia de COVID-19. Em razão disso, as metodologias previstas foram reformuladas, com intuito de permitir a viabilidade da pesquisa, de acordo com seus objetivos principais. Assim, a última etapa da dissertação, referente ao capítulo três, no qual estava previsto o contato direto com a população residente foi o mais afetado, porém, em decorrência da importância dessa fase para a pesquisa, foram encontradas maneiras de a viabilizar.

No que se refere à alteridade observada no bairro Padre Faria, ela reflete, no contexto geral da cidade de Ouro Preto, as novas formas de ocupação e de uso do núcleo urbano protegido, que inevitavelmente se diferem da época em que o território foi alvo de medidas de proteção, como o tombamento. As modificações são reflexos das dinâmicas próprias de um centro urbano, que se encontra suscetível a diferentes processos de transformação, condicionados às especificidades próprias de sua população, de seus processos de planejamento e regulação urbana, e ainda às forças impostas pelo mercado e pelas condições do meio natural. No caso específico de Ouro Preto, as modificações refletem os recorrentes processos de expansão e de adensamento urbano, com a ocupação dos lotes vagos no trecho consolidado e ainda das áreas envoltórias, como nos morros que compõem a paisagem a partir do núcleo central.

No decorrer do tempo e dos processos em curso no território, o perímetro tombado de Ouro Preto, mesmo alvo de medidas restritivas em prol de sua preservação, sofreu modificações. Por se tratar de um extenso perímetro de proteção, às transformações acabaram se estabelecendo de maneira diferenciada em cada porção do núcleo protegido, mais acentuadas em suas áreas periféricas, como no caso do bairro Padre Faria, e mais reguladas em seu trecho central, apesar de em ambos os casos serem evidentes. Diante disso, nota-se que mesmo que as políticas preservacionistas tenham sido alteradas com o passar do tempo com o intuito de atender às novas demandas do núcleo urbano e da população residente, não foram capazes de conter os processos de modificação pertinentes à vida cotidiana local, ainda mais nessas porções à margem, no qual as negociações frente a ordem imposta se tornam mais usuais, já que sem elas os moradores muitas vezes não são capazes de reproduzir seu modo de vida.

Diante disso, é possível afirmar que o que se conserva atualmente na cidade de Ouro Preto não condiz necessariamente com os aspectos encontrados no momento em que foi realizado o tombamento do núcleo histórico da cidade. Além disso, nota-se que as medidas em prol da manutenção dos aspectos que justificaram o tombamento, buscando refrear e conter as diferenciações que afetam diretamente a imagem do núcleo protegido, ainda não são eficientes, ou condizentes, com a realidade que é encontrada na cidade no momento atual. Como observado a partir da pesquisa realizada no bairro Padre Faria, muitas vezes essas medidas em prol da preservação dos aspectos valorados são seletivas e contraditórias, na medida em que se efetivam em determinados trechos ou edificações, e negligenciam ou se ausentam de outros.

A análise do bairro também permitiu o entendimento de que em certos lugares da cidade as regulações se colocam de forma negociável, tanto no que se refere ao próprio órgão, como às relações sociais entre os moradores do local, na medida em que as interferências da instituição ocorrem quase que exclusivamente a partir da denúncia de vizinhos. Assim, quanto mais distantes e menos visíveis a partir do que é considerado o centro histórico da cidade, mais as modificações irrompem e se consolidam sem interferências do órgão, o que é observado nas vias mais extremadas da mancha de proteção referente ao bairro Padre Faria, como as ruas Doze de Outubro e Oito de Setembro, em contraposição aos trechos de maior visibilidade e mais próximos do núcleo central, como os dois trechos iniciais da Rua Padre Faria.

A pesquisa também demonstrou, principalmente por meio das entrevistas com os moradores do local, que nem sempre a interferência do IPHAN indica a conformidade com a harmonia do conjunto, na medida em que as modificações impostas pelo órgão muitas vezes contribuem

para o aspecto disforme das edificações, ao tentar se aproximar do colonial, muito mais do que para uma uniformidade. Sendo este um fator que corrobora com a hipótese de que as diretrizes e formas de atuação vigentes na cidade ainda não são condizentes ou adequadas, tendo em vista o grau de transformação urbana que Ouro Preto apresentou nos últimos anos, aos atuais moradores e suas demandas, estas diretamente relacionadas a suas vidas e práticas cotidianas.

Diante desses apontamentos, a pesquisa buscou, por meio do estudo do bairro Padre Faria, demonstrar a importância da compreensão dos processos dinâmicos e complexos já consolidados e ainda em curso na cidade de Ouro Preto, tendo em vista que somente a partir de um entendimento das formas urbanas atuais será possível a elaboração de políticas de preservação mais condizentes com a realidade local. Isso é colocado tendo em vista que a cidade não se estabelece mais da forma como a imagem institucionalizada foi construída, mesmo que ainda hoje as políticas de preservação tenham como objetivo principal a manutenção dessa imagem ideal. De forma geral, nota-se que a perpetuação do colonial como modelo acaba inviabilizando a compreensão das diferentes camadas que atualmente compõem a cidade, com suas especificidades próprias.

Nos dias atuais Ouro Preto reflete muito mais o processo dinâmico de transformação urbana, caracterizado em grande medida pelos imóveis informais, pelas reproduções inovadoras com traços do colonial, que se adequam às condições topográficas dos terrenos e ainda as possibilidades construtivas de seus moradores empreendedores. Até mesmo os imóveis coloniais remanescentes já se caracterizam pelas pequenas e sucessivas modificações que foram sendo promovidas ao longo do tempo, aprovadas ou não, com intuito de adequação às novas demandas que surgiam, como a abertura de portões de garagem, de áreas de serviço, o desmembramento para dar lugar a dois imóveis diferentes, entre outros. Dessa forma, torna-se necessário o diagnóstico e a compreensão dessas novas formas urbanas que foram se consolidando no território, para a adequação das diretrizes de preservação e de planejamento urbano.

Foi em razão disso que buscou-se, a partir de uma investigação exploratória e não conclusiva, analisar o conjunto de edificações que se estabelecem atualmente no bairro Padre Faria, sempre em relação a esse ideal colonial imposto ao longo dos anos a imóveis existentes e novos da cidade. A relação direta ao colonial se estabeleceu durante as análises, por se tratar de parâmetros impostos aos moradores da cidade desde o momento de valorização e proteção do acervo da cidade. Imposição que se mantém no imaginário local, visível até

mesmo nas edificações informais que, de acordo com os moradores, são construídas da noite para o dia. Nesse caso, trata-se de uma imagem de cidade que foi se tornando a legítima ouropretana a partir das narrativas hegemônicas e canônicas, ao ponto de estigmatizar tudo aquilo que se estabelece como o não colonial, sendo esta uma herança dos moradores da cidade, que se mantém por meio da insistência e da repetição.

Quanto à análise do bairro, buscou-se compreendê-lo enquanto uma unidade socioespacial, assim, modelado pelas relações sociais estabelecidas entre seus moradores, a partir, principalmente, de suas práticas cotidianas e de suas manifestações culturais. Nessa medida, considera-se que a conformação que o bairro Padre Faria apresenta atualmente se consolidou por meio do conjunto de seus moradores que, ao estabelecerem suas relações sociais e sua vida cotidiana, foram diversificando e modificando a imagem da cidade de Ouro Preto, especificamente do bairro no qual participam ativamente. Apesar disso, a identificação das variáveis determinantes na transformação e caracterização atual do bairro, como os usos dos espaços públicos, as práticas cotidianas que se estabelecem em suas ruas e áreas de lazer, as práticas festivas, se configurou nesta pesquisa somente como uma primeira abordagem inicial, na medida em que não foi possível fazer uma imersão efetiva no bairro.

Assim, o bairro Padre Faria foi abordado enquanto uma unidade socioespacial particular mas, ao mesmo tempo, que compartilha com a cidade de Ouro Preto um conjunto de valores citadinos, caracterizados, principalmente, pela imagem colonial. Diante disso, foi possível constatar que essas unidades que conformam a cidade se configuram de um lado pelas transformações coletivamente produzidas, ou seja, pelas próprias edificações empreendidas pelos moradores, mas também de suas apropriações dos espaços públicos, ruas, monumentos e outros, perpassados pela representação imagética e idealizada da cidade. No caso da representação idealizada da cidade ela ainda influencia de forma direta ou indireta as apropriações coletivas e territorializadas, na medida em que essas últimas se apropriam, recriam e materializam a partir do imaginário que compartilham com o restante da cidade.

Dessa maneira, mesmo remodelado, o bairro Padre Faria e suas edificações ainda remetem a um ideal convertido em regra, que desempenha uma função reguladora, até mesmo entre as próprias relações sociais que se estabelecem nos nichos urbanos de Ouro Preto, nos pequenos núcleos de vizinhança, - como observado ao longo das entrevistas. Trata-se de um reflexo que expõe somente alguns aspectos da história local de Ouro Preto, que foram reinventados, fixados, folclorizados e reinterpretados, em grande medida por objetivos turísticos. Um modelo simplificador que atualmente reflete somente um ideal da imagem urbana da cidade,

buscando exaltar traços de homogeneidade ao fabricar uma unidade coerente em uma realidade incomparavelmente mais complexa.

A criação e imposição de uma imagem da cidade de Ouro Preto ainda reflete as assimetrias sociais, as lógicas e espaços de poder. Nesse caso, o poder de instituir um aspecto característico da cidade, fazendo-o prevalecer nos diferentes trechos que lhe constituem, nem que seja no imaginário de uma ordem local. Em contrapartida, a imposição dessa imagem dominante ainda permite a análise dos processos que se estabelecem às margens, sendo estes as táticas e astúcias dos moradores ao empreenderem suas moradias e práticas cotidianas em uma lógica imposta externamente e nem sempre compatível com seus modos de vida. Dessa maneira, o que ocorre é que a ordem determinada pelo poder se estabelece nas regiões da periferia do centro histórico de forma particular, reorganizadas de acordo com a agência da comunidade local, no plano social, institucional e cultural.

Por fim, é válido reforçar as formas e transformações geradas a partir da manutenção da vida cotidiana da população da cidade de Ouro Preto, que estabelecem sua rotina diária nesse território ordenado em prol de uma paisagem urbana histórica. Tendo em vista que uma cidade não é um dado passivo, mas que está constantemente em transformação por meio das diferentes formas de vida que se estabelecem em seu território e das apropriações provenientes dessas. Assim, faz-se imprescindível a compressão das diferentes camadas que atualmente se estruturam na cidade de Ouro Preto, decorrentes dos diferentes períodos históricos para, então, buscar a conciliação entre as necessidades da vida urbana atual que ali se estabelece e a preservação do acervo valorado, superando o ideal da rigidez colonial que ainda prevalece.

Referências Bibliográficas.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: Lugares, Situações, Movimentos.** São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

AKINRULI, Luana Carla Martins Campos. **A desconstrução do esquecimento em contexto de conflito ambiental: arqueologia e etnografia da comunidade de Miguel Burnier, Ouro Preto, Minas Gerais.** 400 f. 2018. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

ÁLVARES, Patrícia Maria Fialho; SOUZA, Henor A. A legislação urbana e sua relação com a proteção do patrimônio cultural: o caso de Ouro Preto, MG. **USJT ARQ.URB** n. 16, 2016.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. **Rodrigo e o SPHAN** - coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: MinC/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ANJOS, Kainara Lira dos; FARIAS, Carine Ayanne Mendes de. Paisagem urbana e arquitetura popular: o caso do distrito de Gravatá do Ibiapina - PE. **Mnemosine**, v.11, n.2, 2020.

ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli d'. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas. **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n. 9, p. 130-142, jun. 1989.

BRUSADIN, Leandro Benedini. A dinâmica do patrimônio cultural no turismo dentre o processo híbrido de memória e identidade da cultura social. **Cultur** Revista de Cultura e Turismo, ano 09, n. 03, p.64-85, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

CALDAS, Bruno Tropic. Preexistência industrial-ferroviária à margem de Ouro Preto. Da fábrica de tecidos ao museu de Paulo Mendes da Rocha. **Arquitextos**, São Paulo, ano 17, n. 196.06, Vitruvius, set. 2016.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4 ed. 7. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole** [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, política, instrumentos**. Belo Horizonte: AnnaBlume, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (Anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro & NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FAPERJ, 2012.

CORDEIRO, Graça Índias. As cidades fazem-se por dentro. Desafios de etnografia urbana. **Cidades - Comunidades e Territórios**, n. 20/21, p. 111-121, 2010.

CORDEIRO, Graça Índias. Descompassos de uma etnografia: sobre os passados presentes de um bairro. **Tempo Social**, 31(1), p. 35-54, 2019.

CORDEIRO, Graça Índias. **Um lugar na cidade: cotidiano, memória e representação no bairro da Bica**. Lisboa: Etnográfica Press, 1997

COSTA, Everaldo Batista da. **Totalidade urbana e totalidade-mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global**. 2011. 427f. Tese (Doutorado - Programa de Pós-graduação em geografia humana. Área de concentração: Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues. **Boletim do Museu Nacional/ Antropologia**. n. 27, p. 1-12, 1978.

DANTAS, Hugo Stefano Monteiro. **O popular descrito**: a arquitetura popular na linha editorial do IPHAN. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2021.

DAS, Veena; POOLE Deborah (org.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia**. Planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília, Edições Alva, 1997.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: Uma impressão Freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FONSECA, Cláudia Damasceno **Arraiais e vilas d'el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, Humanitas series, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. Belo Horizonte, 1975.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo do Santos. **O mal-estar no patrimônio**: identidade, tempo e destruição. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 11 ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HERCULANO, Renata Nogueira. **Os (des)caminhos da linguagem coletiva nas paisagens urbanas brasileiras**: a forma urbana modelada pela norma. 248 f. 2018. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria nº 312, de 20 de outubro de 2010. Dispõe sobre os critérios para preservação do Conjunto Arquitetônico e

Urbanístico de Ouro Preto Minas Gerais e regulamenta as intervenções nessa área protegida em nível federal, 2010.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JEUDY, Henri-Pierre. O processo de reflexividade. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v.6 n.1, 2003.

LEFEVRE, Renee; VASCONCELLOS, Sylvio de. Minas: **Cidades barrocas**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1968.

LOTT, Mirian Moura. **Sob o badalar dos sinos, o ar da modernidade** - Ouro Preto: População, Família e Sociedade 1838-1897. 466f. 2009. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas, 2009.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro**: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lilian (Orgs.). **Na metrópole** - textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, 1996.

MAGNANI, José Guilherme. Etnografia Urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). **Plural de cidade**: léxicos e culturas urbanas. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

MOTTA, Lia. O Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, p. 108-122, 1987.

NOSCHIS, Kaj. **Signification affective du quartier**. Paris: Librairie des Méridiens, Coll. Sociologies du quotidien, 1984.

OLIVEIRA, Paulo Roberto Rodrigues de. **O bairro Meio da Serra**: de núcleo fabril à periferia - Petrópolis, Rio de Janeiro. 221f. 2018. Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2018.

OURO PRETO. **Inventário de Proteção ao Acervo Cultural - IPAC do bairro Padre Faria**. Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano - SMPDU, Ouro Preto, 2009.

OURO PRETO. **Lei Complementar nº 93, de 20 de janeiro de 2011**. Estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto. Ouro Preto, 2011.

PALERMO, Luis Claudio. Notas sobre o poder de agência dos atores sociais em Anthropology in the margins of the state. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.4, n.8, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: Imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.15, n.29, pp.9-27, 1995.

PINTO, Teresa Costa; GONÇALVES, Alda. Os bairros sociais vistos por si mesmos – imagens, conflitualidades e insegurança. **Cidades - Comunidades e Territórios**, n.1, pp. 101-111, 2000.

RIBEIRO, Cláudio Rezende. **Ouro Preto, ou a produção do espaço cordial**. 213f. 2009. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO, WAGNER. **Noções de cultura mineira**. São Paulo: F. T. D., 1966.

SÁEZ, Oscar Calavia. Etnografia: o campo. In: **Esse obscuro objeto de pesquisa: um manual de método, técnicas e teses em antropologia**. Ilha de Santa Catarina: Edição do Autor, pp. 132-147, 2013.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. v.1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SALGADO, Marina. **Ouro Preto: paisagem em transformação**. 2010. 193 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2010.

SANT'ANNA, Márcia. Arquitetura Popular: espaços e saberes. **Políticas Culturais em Revista**, 2(6), p. 40-63, 2013.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo. **Revista Projeto**. São Paulo, n.86, 1986.

SILVA, Patrícia Reis da. **A postura da municipalidade na preservação do patrimônio cultural urbano**. 2006. 201 f. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio**. 2016. 266 f. Tese (Doutorado em

Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

TEIXEIRA, Ricardo dos Santos; MORAES, Fernanda Borges de. O Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana e suas inter-relações com a história do planejamento urbano e regional no Brasil. In: **Anais do XV ENANPUR**, v. 15 n. 1, 2013.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Argvmentvm Ed.: Belo Horizonte, 2010.

TOLEDO, Lafayette de. Padre Faria. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Imprensa Oficial de Minas Gerais, v.6 n.2, Belo Horizonte, 1901.

VANALI, Ana Crhistina. Agnes Heller e Michel de Certeau: propostas de análise sobre a vida cotidiana. **Vozes, Pretérito & Devir Artigos**, ano III, v. IV, n. I, 2015.

VASCONCELLOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. **História Antiga das Minas Geraes**. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1904.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **A arquitetura colonial mineira**. Belo Horizonte: UFMG, 1957.

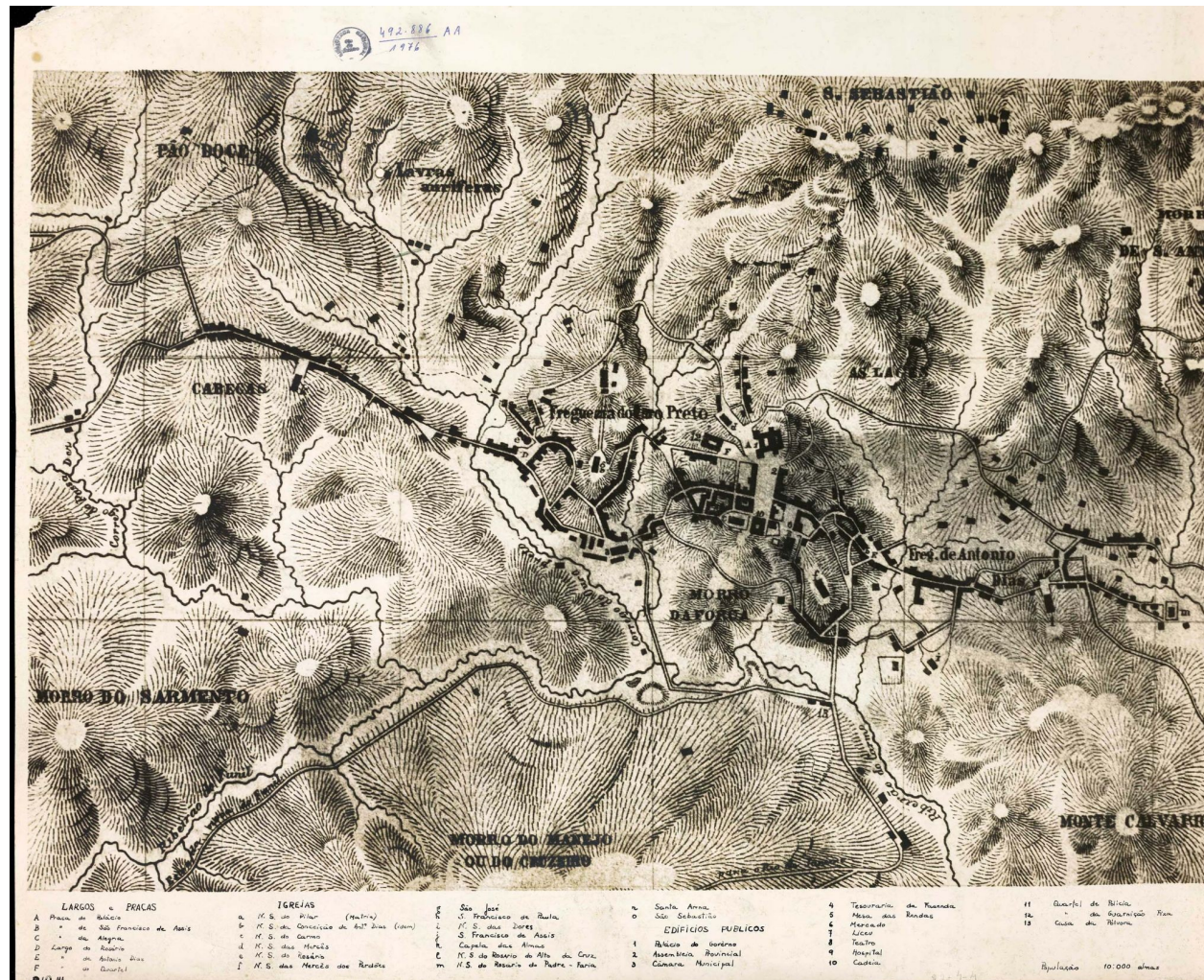
VASCONCELLOS, Sylvio de. **A arquitetura no Brasil, pintura mineira e outros temas**. Belo Horizonte: UFMG/Escola de Arquitetura, 1959.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica**. 2. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2011.

VIEIRA, Liliane de Castro. **As tipologias arquitetônicas de Ouro Preto no século XX** – estudo comparativo entre o inventário de 1949 e 2002. Dissertação de Mestrado (Arquitetura) FAU / UFBA, 2006.

VIEIRA, Liliane de Castro. **O colonial como marca: aspectos da evolução urbana de Ouro Preto**. 2016. 288 f. Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo, 2016.

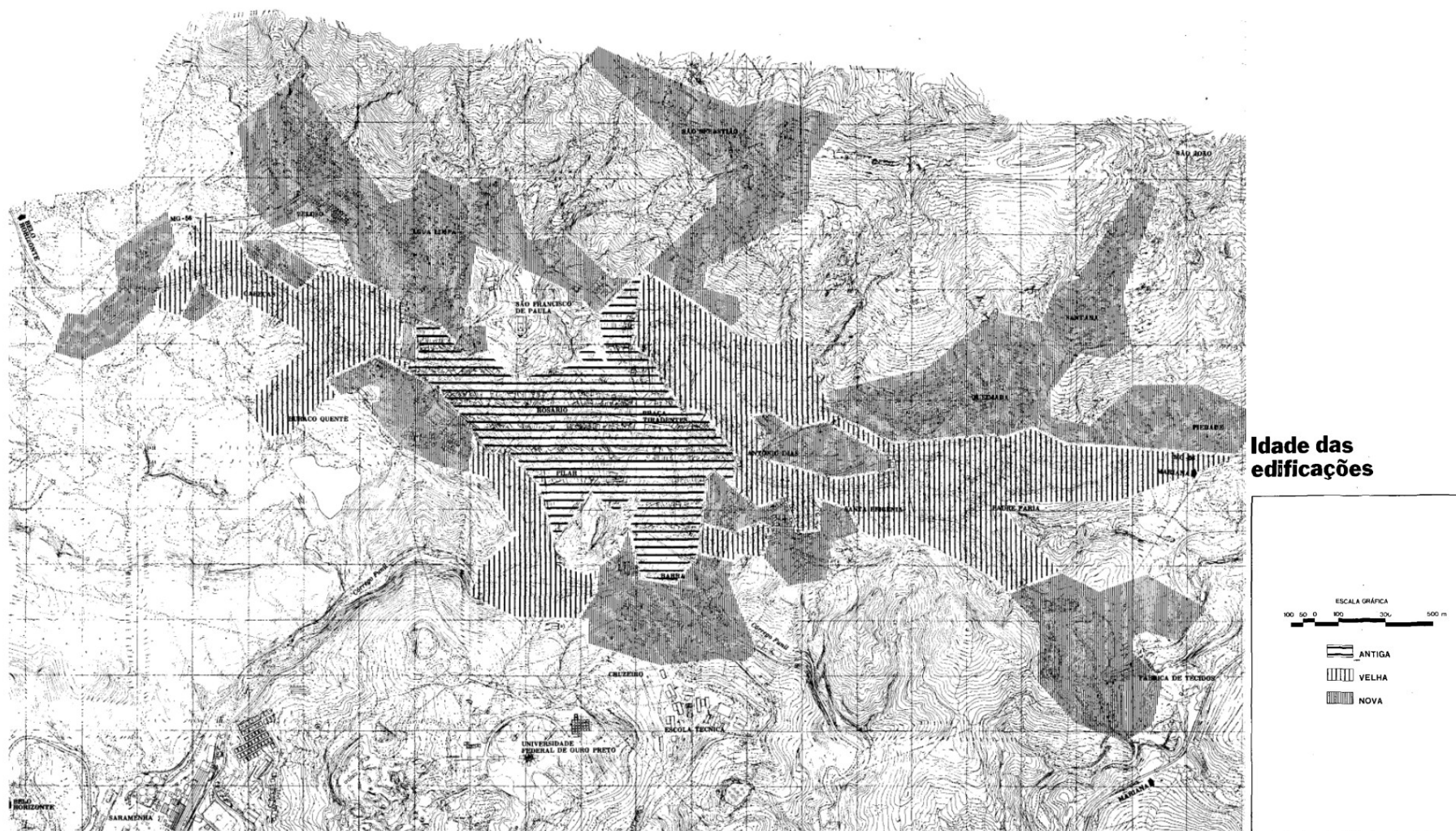
Anexos.



Anexo A: PLANTA da cidade de Ouro Preto. [18--?]. 1 planta, 41 x 60. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart492886/cart492886.jpg. Acesso em: 4 jul. 2021. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart492886/cart492886.html. Acesso em: 4 jul. 2021.

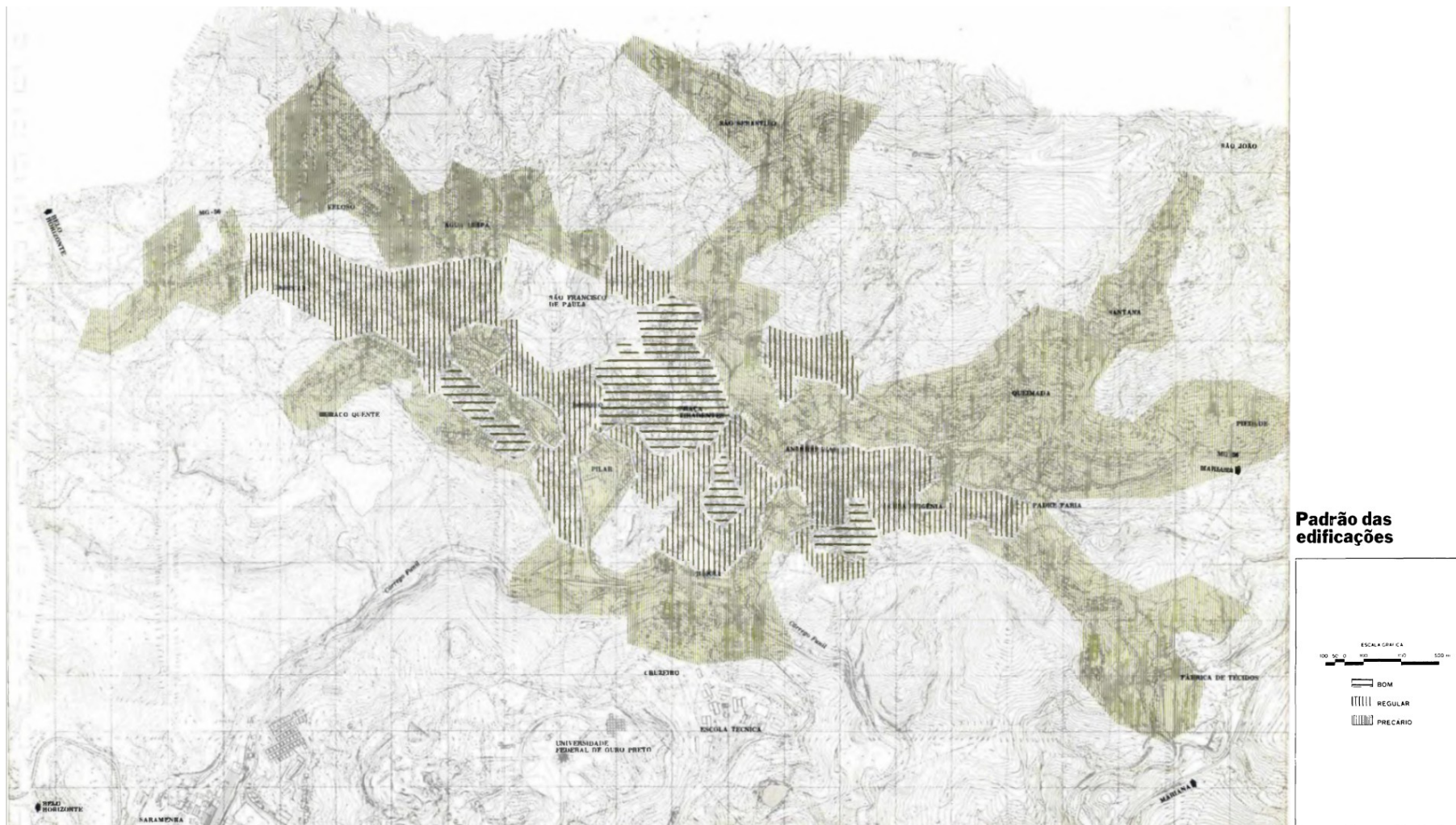


Anexo B: **PLANTA** da cidade de Ouro Preto organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa presidente da Província. Leipzig [Alemanha]: Gravure de Giesecke & Devrient, 1888. 1 mapa, 93,5 x 60,5. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart542317/cart542317.jpg. Acesso em: 4 jul. 2021. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart542317/cart542317.html. Acesso em: 4 jul. 2021.

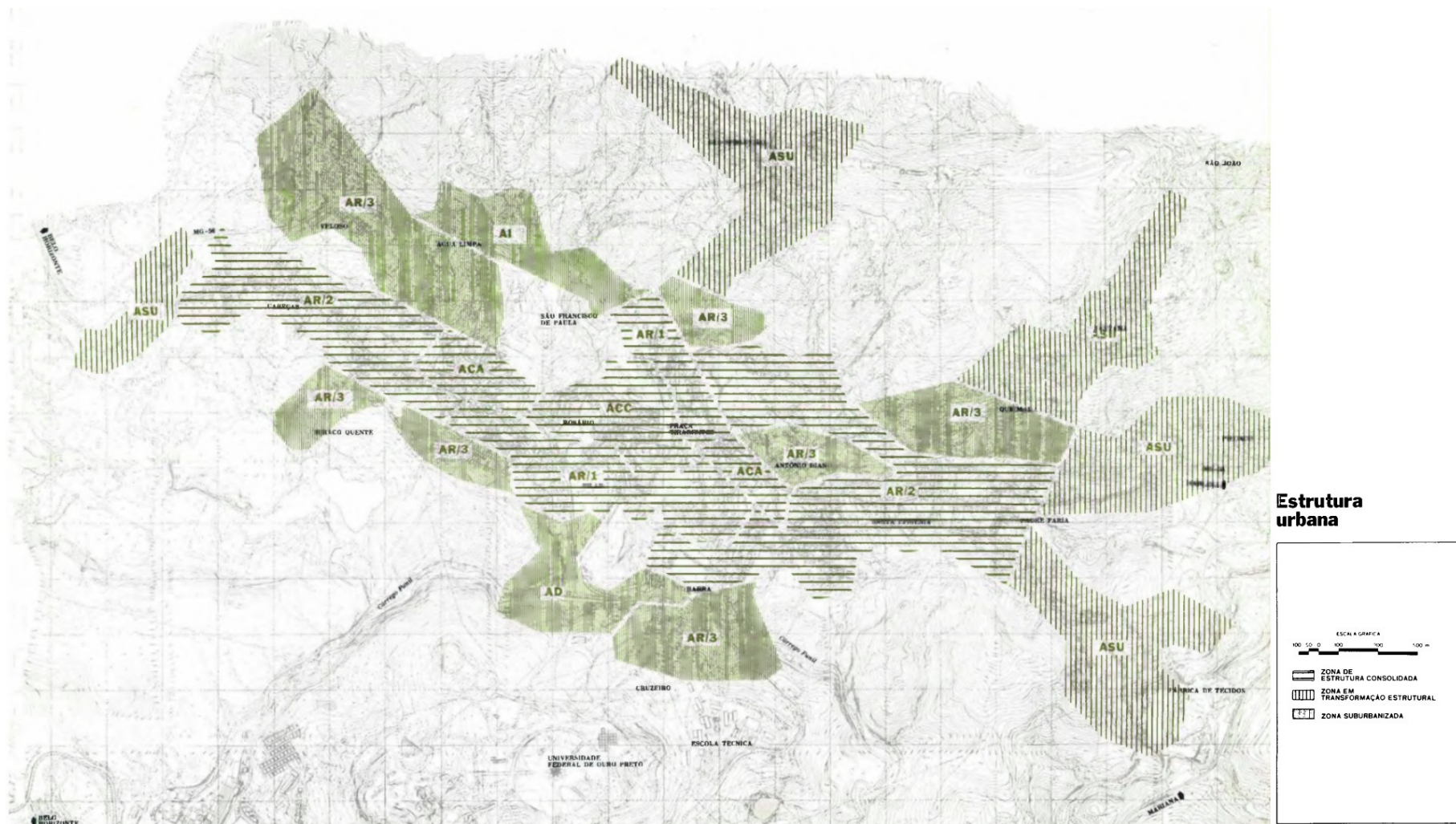


Anexo C: Mapa de identificação da idade das edificações, classificadas em antigas, velhas e novas, do plano elaborado pela Fundação João Pinheiro em 1975.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 1975.



Anexo D: Mapa do padrão das edificações, classificado em bom, regular e precário, do plano elaborado pela Fundação João Pinheiro em 1975.
 Fonte: Fundação João Pinheiro, 1975.



Anexo E: Mapa da estrutura urbana, classificada em Zona de Estrutura Consolidada, Zona em Transformação Estrutural e Zona Suburbanizada, do plano elaborado pela Fundação João Pinheiro em 1975.
 Fonte: Fundação João Pinheiro, 1975.